

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Alexsandro Cosmo de Mesquita

**Da evolução à revolução:
o uso das tecnologias no processo de retomada, registro e manutenção
das identidades e das culturas indígenas no Nordeste brasileiro**

**Doutorado em Tecnologias da Inteligência e Design Digital
TIDD**

São Paulo

2022

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Alexsandro Cosmo de Mesquita

**Da evolução à revolução:
o uso das tecnologias no processo de retomada, registro e manutenção
das identidades das culturas indígenas no Nordeste brasileiro**

**Doutorado em Tecnologias da Inteligência e Design Digital
TIDD**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência parcial para obtenção do título de DOUTOR em Tecnologias da Inteligência e Design Digital (TIDD), sob a orientação da Profa. Dra. Ana Maria Di Grado Hessel.

São Paulo

2022

MESQUITA, Alexsandro Cosmo de

Da evolução à revolução: o uso das tecnologias no processo de retomada, registro e manutenção das identidades das culturas indígenas no Nordeste brasileiro. / Alexsandro Cosmo de Mesquita. São Paulo – SP, 2022; 242 p..

Orientador: Prof. Dra. Ana Maria Di Grado Hessel. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Programa de Pós-Graduação em Tecnologias da Inteligência e Design Digital. Áreas de Concentração: Design em inteligência coletiva e Aprendizagem e Semiótica Cognitiva.

1. Da evolução à revolução; 2. Registros digitais; 3. Reflexões.

ALEXSANDRO COSMO DE MESQUITA

Da evolução à revolução: o uso das tecnologias no processo de retomada, registro e manutenção das identidades e das culturas indígenas no Nordeste brasileiro

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência parcial para obtenção do título de DOUTOR em Tecnologias da Inteligência e Design Digital (TIDD), sob a orientação da Profa. Dra. Ana Maria Di Grado Hessel.

São Paulo 9 de março de 2022

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ana Maria Di Grado Hessel (Orientadora)
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP

Profa. Dra. Rosane Freire Lacerda
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Profa. Dra. Lucila Maria Pesce de Oliveira
Universidade Federal de São Paulo – Unifesp

Profa. Dra. Desirée Poets
*Virginia Polytechnic Institute and State University | Virginia Tech – VT
(Estados Unidos da América)*

Profa. Dra. Lucia Helena Vitalli Rangel
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP

Profa. Dra. Maria da Graça Moreira
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP

Dedicatória

Aos povos das galáxias, dos universos, dos multiversos e aos povos que ainda vamos conhecer, bem como as novas floras faunas que estão para surgir.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001.

Processo CAPES/PROSUC 88887.150042/2017-00.

This study was supported in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

Process number CAPES/PROSUC 88887.150042/2017-00.

Agradecimentos

Primeiramente agradeço ao Criador do universo, esteja Ele onde esteja. Gratidão pelas lágrimas e sorrisos que expressam a minha felicidade, pelos sentimentos certos e incertos que vivem dentro de mim neste momento. Agradeço aos meus anjos protetores que sempre intercedem por mim, meus queridos pais, Maria da Luz Higino Mesquita (Maria da Luz Higino da Silva – seu nome de solteira) e Cosmo José Mesquita. Agradeço, ainda, aos meus irmãos, Amaro Cosmo de Mesquita e Adelson Cosmo de Mesquita, os quais fizeram parte da construção da minha identidade na infância, na adolescência e ainda influem na sua construção, reconstrução e transformação também na vida adulta; às minhas cunhadas e amigas, Bruna Sousa e Tatiane Benvinda; aos meus avôs paternos, Pedro Amaro Mesquita e Severina Lima Mesquita; aos meus avôs maternos, João Higino da Silva e Ernestina Maria da Conceição; aos meus sobrinhos amados, Samuel e Lucas Mesquita; a todos os meus parentes Potiguaras (tias, tios, primos, primas, amigos), que são inúmeros; a minha amada Jaqueline Higino da Silva; a minha tia, Maria do Socorro Higino dos Santos; aos meus amigos e colegas que acompanharam de forma direta ou indireta essa jornada; e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes). Também ao time do setor de bolsas da PUC-SP e aos responsáveis pela criação do Programa de bolsas para alunos indígenas e afrodescendentes na PUC-SP. Realmente esses idealizadores querem a transformação social do nosso país e estão contribuindo para que ela aconteça. Obrigado!

Um agradecimento mega especial a um grande companheiro que me ajudou e me apoiou em diversos momentos da minha vida. Mesmo quando eu estive ausente, ele sempre esteve e está presente, me ajudando e me apoiando em diversos momentos da minha vida. Obrigado, Cássio Bedin!

Aos meus educadores da pré-escola na Escola Municipal Iracema Soares no estado da Paraíba (como eu era bem novo, não recordo seus nomes, mas seus ensinamentos me marcaram), aos meus educadores do ensino primário na Escola Municipal Paulo Colombo Pereira de Queiroz (a professora Bruna do primeiro ano, as professoras Taeko e Claudia no segundo ano, a professora Benilda do terceiro ano e a professora Maria Luiza no quarto ano), aos meus

educadores do ensino fundamental na Escola Municipal Zulmira Cavalheiro Faustino (todos foram importantes, mas sempre há aqueles que se destacam por sua dedicação como a professora de Português Maria do Carmo e de História Magalli), aos meus educadores na Associação Obra do Berço (Sueli Araújo, Andréa Betânia, Andrea Oliveira, Andrea de Paul, Vanigle, Roberta Walner, Mara, Lenisse, Fátima Calassancio, Tadeu, Caça-Pava, Isadora Ribeiro, Jú, enfim, a todos vocês), na qual tive a oportunidade de fazer amigos que levo para toda a vida, aos meus educadores do ensino médio na Escola Estadual Professor Flávio José Osório Negrini (Professor Eduardo de Português, ao coordenador Régis, professor de história Ricardo, professora de artes Rebeca, professora de química Ângela) e aos meus educadores na graduação, mestrado e doutorado na PUC-SP.

Ao Prof. Dr. Benedito Antônio Genofre Prezia (antropólogo – Pastoral Indigenista), à Profa. Dra. Lúcia Helena Vitalli Rangel (antropóloga – PUC-SP), a Daniela Reis Chagas (assistente social – Pastoral Indigenista), ao Prof. Dr. Agnaldo José Gomes (PUC-SP), a Amanda Bezerra dos Santos, Pankararu (ex-aluna do Programa Pindorama, assistente social), a Leandro Moretti (doutor em Psicologia social – PUC-SP), à Profa. Ana Maria Bataglin (PUC-SP), à Profa. Dra. Marisa Pena (PUC-SP), ao Prof. Dr. Miguel Perosa (PUC-SP), à Profa. Adriana Damiaty (Fórum Intersetorial de Osasco), a Camila de Queirós Mattoso Violani (socióloga), a Maria Cícera de Oliveira (ex-aluna do Programa Pindorama, graduada em Letras), a Aparecida Ana da Silva Ramos Oliveira, Pankararu (ex-aluna do Programa Pindorama, graduada em Pedagogia), a todos que já fizeram, fazem ou farão parte da coordenação do Programa Pindorama. Vocês ajudaram (ajudam e ainda ajudarão a muitos) a construir a ponte que me deu (nos dá) acesso à PUC-SP e vêm contribuindo para manter as portas abertas para estudantes indígenas. Obrigado, pois sem vocês eu não sei se teria chegado até aqui (e em breve irei mais longe, com a ajuda do Criador). E sei que não apenas eu, mas muitos outros também estão indo além no acesso ao conhecimento de suas histórias de vida, ao reconhecimento identitário e à defesa dos direitos, em defesa da existência.

À banca examinadora, meus professores amados: Profa. Dra. Rosane Freire Lacerda (UFPE); Profa. Dra. Lucila Maria Pesce de Oliveira (Unifesp); Profa. Dra. Desirée Poets (Virginia Polytechnic Institute and State University |

Virginia Tech – VT, Estados Unidos da América); Profa. Dra. Lucia Helena Vitalli Rangel (PUC-SP); Profa. Dra. Maria da Graça Moreira (PUC-SP); Profa. Dra. Arlete Aparecida Mathias (pesquisadora da Cátedra Oscar Sala no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo – USP); Profa. Dra. Beatriz Borges Brambilla (PUC-SP). A todos vocês, um agradecimento carinhoso, um abraço apertado acompanhado de um muito obrigado por terem aceitado esse convite.

E o meu agradecimento mais que especial eu deixo para a parte final. Um super obrigado a minha mamãe acadêmica, Ana Maria Di Grado Hessel, que me ensinou, desde a graduação, as primeiras concepções da pesquisa e que vem me acompanhando e me orientando desde que eu era um diamante bruto ainda em fase de lapidação. Meu agradecimento mais que especial! Obrigado pelos encontros, pelos momentos de café, pelos momentos descontraídos e produtivos e pelos momentos de distração, que eram proporcionados pelo nosso saudoso Willbor (seu cachorrinho danadinho – risos), mas que nos ajudavam a dar uma pausa na mente para recomeçar. =)

Meus queridos e minhas queridas, a “todes” e, principalmente, **a você, leitor deste trabalho, vai o meu muito obrigado também! Leia, comente, tire dúvidas**, realize novas reflexões, descobertas e, especialmente, compartilhe esse pedacinho da história dos nossos povos que contribuíram para a formação do nosso querido Brasil.

@alexandro_mesquita_87

Viver é aprender todos os dias,
é estar em movimento descobrindo e
redescobrimdo as maravilhas da vida,
é caminhar nessa trilha de aprendizagem eterna.

Alexsandro Cosmo de Mesquita

Resumo

Esta tese apresenta uma pesquisa sobre tecnologias utilizadas no desenvolvimento humano, o que faz a partir de uma reflexão sobre relatos digitais produzidos por povos indígenas no Nordeste do Brasil. A investigação teve como objetivo geral aprofundar os estudos que abordam a relação entre a temática indígena e as tecnologias e, a partir disso, trazer uma reflexão sobre a apropriação das tecnologias digitais da informação e comunicação pelos povos indígenas na atualidade, buscando encontrar subsídios que nos ajudassem a entender/responder a seguinte questão problema: como os povos indígenas vêm fazendo uso de recursos digitais para desenvolver relatos que favorecem a retomada, o registro, a preservação e a divulgação das suas culturas? Para a execução desta pesquisa optou-se por utilizar o método documental, o qual pode ser mobilizado tanto para a análise de documentos que ainda não sofreram tratamento científico quanto para o reexame, a partir de diferentes percepções, dos dados disponíveis. Os documentos aqui estudados são produções textuais disponíveis no formato digital, os quais foram confeccionados por membros de povos indígenas presentes na região Nordeste do Brasil. A partir da análise dos dados informacionais presentes nessas fontes foi possível selecionar trechos que evidenciam como os povos indígenas vêm fazendo uso das tecnologias digitais, além de como vivem esses povos e quais configurações tecnológicas contribuíram e contribuem na configuração e reconfiguração de suas identidades.

Palavras-chave: Tecnologias, culturas, identidades, narrativas, indígenas.

Abstract

This thesis presents a research on technologies used in human development from a reflection on the digital reports produced by indigenous peoples in Northeastern Brazil. The general objective of the investigation was to deepen the studies on the theme Indigenous peoples and technologies and to bring a reflection on the appropriation of digital information and communication technologies by indigenous peoples today, seeking to find subsidies that would help us to understand/answer the following problem question: how the Indigenous peoples have been using digital resources to develop reports that favor the recovery, recording, preservation and dissemination of their peoples' cultures. To carry out this research, we chose to use the documentary research method, which can be used in the analysis of documents that have not yet undergone scientific treatment and/or that can also be re-examined based on different perceptions of the available data. The documents analyzed are textual productions available in digital format, which were made by members of indigenous peoples present in the Northeast region of Brazil. From the analysis of the informational data present in these sources, it was possible to select excerpts that show how indigenous peoples have been using digital technologies, as well as how these peoples live and what technological configurations have contributed and contribute to the configuration and reconfiguration of their identities.

Keywords: Technologies, cultures, identities, narratives, indigenous peoples.

Resumen

Esta tesis presenta una investigación sobre tecnologías utilizadas en el desarrollo humano a partir de una reflexión sobre los informes digitales producidos por los pueblos indígenas del noreste de Brasil. El objetivo general de la investigación fue profundizar los estudios sobre el tema Pueblos indígenas y tecnologías además de traer una reflexión sobre la apropiación de las tecnologías digitales de la información y comunicación por los pueblos indígenas en la actualidad, buscando encontrar subsidios que nos ayuden a comprender e/o responder a la siguiente cuestión problemática: cómo los pueblos indígenas han venido utilizando los recursos digitales para desarrollar informes que favorezcan la recuperación, registro, preservación y difusión de las culturas de sus pueblos. Para llevar a cabo esta investigación se optó por utilizar el método de investigación documental, que puede ser utilizado en el análisis de documentos que aún no han sido objeto de tratamiento científico y / o que también pueden ser reexaminados en base a diferentes percepciones de los datos disponibles. Los documentos analizados son producciones textuales disponibles en formato digital, que fueron realizadas por miembros de pueblos indígenas presentes en la región noroeste de Brasil. Del análisis de los datos informativos presentes en estas fuentes, fue posible seleccionar extractos que muestran cómo los pueblos indígenas han venido utilizando las tecnologías digitales, así como también cómo viven estos pueblos y qué configuraciones tecnológicas han contribuido y contribuyen a la configuración y reconfiguración de sus identidades.

Palabras Claves: Tecnologías, culturas, identidades, narrativas, pueblos indígenas.

Lista de Tabelas

| | |
|---|-----|
| Tabela 1 – Categorias da obra Memória Metamorfose..... | 213 |
| Tabela 2 – Categorias da obra Memória Identidade..... | 216 |
| Tabela 3 – Categorias da obra Memória / Cultura | 217 |
| Tabela 4 – Categorias da obra Memória / <i>Tecnologias</i> | 219 |
| Tabela 5 – Categorias da obra Memória História..... | 223 |
| Tabela 6 – Categorias da obra Memória Educação | 225 |
| Tabela 7 – Categorias da obra Memória Lutas e Ideais | 227 |
| Tabela 8 – Categorias da obra Memórias do movimento indígena do Nordeste Metamorfose | 229 |
| Tabela 9 – Categorias da obra Memórias do movimento indígena do Nordeste Identidade..... | 231 |
| Tabela 10 – Categorias da obra Memórias do movimento indígena do Nordeste Cultura..... | 233 |
| Tabela 11 – Categorias da obra Memórias do movimento indígena do Nordeste Tecnologias | 235 |
| Tabela 12 – Categorias da obra Memórias do movimento indígena do Nordeste História | 236 |
| Tabela 13 – Categorias da obra Memórias do movimento indígena do Nordeste Educação..... | 237 |
| Tabela 14 – Categorias da obra Memórias do movimento indígena do Nordeste Lutas e Ideais..... | 239 |
| Tabela 15 – Categorias da obra Cultura Viva: esperança da terra Metamorfose | 242 |
| Tabela 16 – Categorias da obra Cultura Viva: Esperança da terra Identidade | 243 |
| Tabela 17 – Categorias da obra Cultura Viva: esperança da terra Cultura..... | 243 |
| Tabela 18 – Categorias da obra Cultura Viva: esperança da terra Tecnologias..... | 244 |
| Tabela 19 – Categorias da obra Cultura Viva: esperança da terra História..... | 245 |
| Tabela 20 – Categorias da obra Cultura Viva: esperança da terra Educação..... | 246 |
| Tabela 21 – Categorias da obra Cultura Viva: esperança da terra Lutas e Ideais... | 246 |

Lista de Figuras

| | |
|---|-----|
| Figura 1 – Oficina de informática para indígenas..... | 41 |
| Figura 2 – Ação comunitária do PCI | 46 |
| Figura 3 – Comunidades participantes do projeto Mensagens da Terra | 48 |
| Figura 4 – Abordagem violenta de policial branco contra homem negro. | 112 |
| Figura 5 – Família chorando mortos em conflito entre índios e fazendeiros. | 114 |
| Figura 6 – Empresário humilha policiais em Alphaville - SP..... | 115 |
| Figura 7 – Quem roubou mais de 450 mil? | 116 |
| Figura 8 – Livro Memória | 134 |
| Figura 9 – Livro Memória : a história do povo Tupinambá de Olivença que não está nos livros | 136 |
| Figura 10 – Livro Memória : igreja católica da praça central de Olivença-Ilhéus – BA..... | 137 |
| Figura 11 – Livro Memória : Pataxó Hãhãhãe..... | 139 |
| Figura 12 – Livro Memória : Pankarau..... | 145 |
| Figura 13 – Livro Memória do movimento indígena do Nordeste | 147 |
| Figura 14 - Livro Memórias do movimento Indígena do Nordeste : apresentação | 149 |
| Figura 15 – Livro Cultura Viva : esperança da Terra | 151 |
| Figura 16 – Celulares indígenas..... | 152 |
| Figura 17 – O candieiro. Livro Cultura Viva : esperança da terra | 154 |
| Figura 18 – Projetos Oca Digital e Índios Online. Livro Cultura Viva : esperança da terra..... | 155 |
| Figura 19 – Cultura e educação | 157 |
| Figura 20 – Captura da imagem digital. Livro Cultura Viva : esperança da terra. | 158 |
| Figura 21 – Projeto de uso de TICs a favor da proteção da floresta | 190 |
| Figura 22 – Terra Uru-Eu-Wau-Wau..... | 191 |
| Figura 23 – Vídeo Daiara Tukano | 191 |
| Figura 24 – Livro Memória | 213 |
| Figura 25 – Livro Memória do Movimento Indígena do Nordeste | 229 |
| Figura 26 – Livro Cultura Viva : esperança da terra..... | 241 |

Lista de siglas de abreviaturas

AL – Estado de Alagoas, Brasil

Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações

BA – Estado da Bahia, Brasil

CAC – Cinturão das Águas do Ceará

CE – Estado do Ceará, Brasil

CF – Constituição Federal

Dr. – Doutor

Dra. – Doutora

EAD – Educação a Distância

ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

EdTech – Educação e Tecnologia

Funai – Fundação Nacional do Índio

Gesac – (Programa) Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Iseb – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

MEC – Ministério da Educação

MG – Estado de Minas Gerais, Brasil

MinC – Ministério da Cultura

MiniCon – Ministério das Comunicações

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização Não Governamental

Oscip – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

PB – Estado da Paraíba, Brasil

PCI – Ponto de Cultura Indígena

PE – Estado do Pernambuco, Brasil

PM – Polícia Militar

PNC – Plano Nacional de Cultura

PT – Partido dos Trabalhadores

PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

SE – Estado de Sergipe, Brasil

Secad – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

Senac-SP – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial de São Paulo

SIDC – Secretária da Identidade e da Diversidade Cultural

SPI – Sistema de Proteção do Índio

SPILTN – Serviço de Proteção ao Indígena e Localização de Trabalhadores Nacionais

Telebras – Telecomunicações Brasileiras S.A.

TDIC – Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação

TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação

TIDD – Tecnologias da Inteligência e Design Digital

TMD – Tecnologias e Mídias Digitais

UCA – Um computador por aluno

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Unifesp – Universidade Federal de São Paulo

Unisinos – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

USP – Universidade de São Paulo

VT – Virginia Tech (Virginia Polytechnic Institute and State University - USA)

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1. Introdução | 34 |
| 1.1 Um pouco da minha trajetória de vida | 36 |
| 1.2 Personagens dos primeiros processos de inclusão digital para os indígenas no Nordeste do Brasil | 42 |
| 1.2.1 Thydêwá | 42 |
| 1.2.2 Funai | 42 |
| 1.2.3 Ministério da Cultura | 43 |
| 1.2.4 Ministério das Comunicações | 44 |
| 1.2.5 Gesac | 44 |
| 1.2.6 Pontos de cultura Indígena | 45 |
| 1.3 Primeiros processos de inclusão digital para os indígenas no Nordeste do Brasil | 45 |
| 1.4 Questão Problema | 52 |
| 1.5 Objetivo | 52 |
| 1.6 Premissa | 53 |
| 1.7 Procedimentos metodológicos | 53 |
| 1.7.1 Seleção dos documentos e delimitação do cenário..... | 59 |
| 1.8 A importância desta pesquisa | 61 |
| 1.9 Revisão de literatura | 62 |
| 1.10 Apresentação dos capítulos | 69 |
| 2. Da evolução à revolução | 73 |
| 2.1 Da primeira à quinta revolução industrial | 76 |
| 2.2 Transformações tecnológicas e sociais | 80 |
| 2.3 Identidade e Cultura | 83 |
| 2.3.1 Identidade | 84 |
| 2.3.2 A formação da identidade | 86 |
| 2.3.3 Cultura | 89 |
| 2.3.4 Identidade Cultural..... | 90 |
| 2.4 Nação | 91 |
| 2.4.1 O nacionalismo | 96 |
| 2.4.2 O mito ganha força e é replicado | 98 |
| 2.4.3 A nação e a identidade nacional no Brasil | 99 |
| 2.4.4 O surgimento da ideia de nação para os indígenas no brasil..... | 105 |

| | |
|---|------------|
| 2.4.5 O surgimento do RACISMO na América | 107 |
| 2.5 Transformações culturais | 117 |
| 2.5.1 Cultura digital? | 117 |
| 2.5.2 Avanços tecnológicos e indígenas..... | 119 |
| 2.5.3 Avanços tecnológicos e a caixa preta..... | 122 |
| 2.5.4 O índio na era digital | 124 |
| 3. Registros digitais | 129 |
| 3.1 O passo a passo da investigação | 131 |
| 3.2 Resenhas e categorias | 133 |
| 3.3 Resenha da obra Memória..... | 134 |
| 3.3.1 Sobre os autores..... | 134 |
| 3.3.2 A História do Povo Tupinambá de Olivença | 135 |
| 3.3.3 Os Kariri-Xocó | 137 |
| 3.3.4 Pataxó Hãhãhãe | 139 |
| 3.3.5 Karapotó | 140 |
| 3.3.6 Pataxó..... | 141 |
| 3.3.7 Pataxó de Barra Velha | 142 |
| 3.3.8 Xokó..... | 143 |
| 3.3.9 Pankararu | 144 |
| 3.4 Resenha da obra Memórias do Movimento Indígena do Nordeste. | 147 |
| 3.4.1 Sobre os autores..... | 147 |
| 3.4.2 A palavra indígena sempre existiu | 148 |
| 3.4.3 Iati-Iha (nossa casa)..... | 148 |
| 3.4.4 Uma memória de lutas | 149 |
| 3.4.5 Na canoa da união | 149 |
| 3.5 Resenha da obra Cultura viva: esperança da Terra | 151 |
| 3.5.1 Sobre os autores..... | 151 |
| 3.5.2 Esperança da terra, história de um pontão de cultura viva | 153 |
| 3.5.3 Índios Online | 155 |
| 3.5.4 Cultura e educação..... | 157 |
| 3.6 Percepções | 158 |
| 4. Reflexões | 161 |
| 4.1 Metamorfose..... | 163 |
| 4.2 Identidade | 167 |
| 4.3 Cultura | 173 |

| | |
|---|-----|
| 4.4 Tecnologias | 175 |
| 4.5 História..... | 179 |
| 4.6 Educação | 183 |
| 4.7 Lutas | 189 |
| 5. Conclusão interina | 193 |
| REFERÊNCIAS..... | 201 |
| Material impresso..... | 201 |
| Material digital e <i>online</i> | 204 |
| APÊNDICE..... | 211 |
| APÊNDICE A – Categorias da obra Memória..... | 213 |
| APÊNDICE B – Categorias da obra Memórias do movimento indígena do Nordeste | 229 |
| APÊNDICE C – Categorias da obra Cultura Viva Esperança da Terra.. | 241 |
| APÊNDICE D – Depoimento de Sebastián Gerlic, presidente e um dos fundadores da ONG Thydêwá. Entrevista concedida em novembro de 2015..... | 249 |

1. Introdução

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho está pautado no tema do *uso das tecnologias da inteligência no desenvolvimento humano*. A respeito dele, aqui é apresentado um recorte que focaliza a ótica do uso das tecnologias, em especial, as digitais, por povos indígenas no Nordeste do Brasil¹. Nesse sentido, a pesquisa traz um panorama do uso das tecnologias no desenvolvimento humano, o que se buscou fazer a partir de informações que nos auxiliassem a responder: como as tecnologias foram/vêm sendo utilizadas para diferentes propósitos? O que é identidade? O que é cultura? Qual é a minha identidade? A qual cultura eu pertenço? Qual foi a cultura a que eu deixei de pertencer e por quê? É possível pertencer e deixar de pertencer a uma cultura, a um povo, a uma família? Qual a relevância da identidade e da cultura na vida do sujeito? O que é transformação identitária e cultural? Qual é o papel das tecnologias nas sociedades? As tecnologias podem ser utilizadas por todos ou apenas por alguns povos? A quem pertencem as melhores tecnologias e por quê?

O conceito de desenvolvimento humano apresentado neste trabalho está relacionado à ideia do desenvolvimento psicomotor do ser humano, mais especificamente ao aperfeiçoamento de suas habilidades intelectuais, cognitivas e físicas. Tais habilidades são desenvolvidas a partir de influências do ambiente, do uso de tecnologias intelectuais, físicas (as chamadas ferramentas) e, até mesmo, a partir da realização de novas funções pelo corpo, as quais permitem gerar novas transformações e novos desenvolvimentos – como se poderá perceber com a leitura completa desta obra.

Com relação à motivação para esta tese, ela é o resultado do aprofundamento do estudo que gerou a dissertação de mestrado intitulada **E o verbo se fez digital**: uma narrativa sobre cultura indígena, tecnologia e formação, na qual se buscou identificar e perceber os aspectos presentes na construção das identidades dos povos indígenas que poderiam auxiliar na compreensão do papel da tecnologia da comunicação. Por meio dessa pesquisa, foi possível apresentar, desde o período colonial, a chegada, em algumas comunidades indígenas, das tecnologias utilizadas por outras culturas,

¹ Nesta pesquisa utilizamos os termos “indígenas” e “índios” como sinônimos para nos referirmos aos povos originários do Brasil.

especialmente as tecnologias da informação e comunicação aplicadas ao ambiente virtual. Além disso, a investigação permitiu, ainda, identificar a maneira como os indígenas vêm fazendo uso dessas ferramentas. e observar as transformações que o acesso a essas tecnologias está provocando na relação social e cultural dos povos originários nos últimos séculos. Além do referencial teórico utilizado para analisar esses itens, o estudo também se pautou pelo contato que tive com oito etnias no Nordeste do Brasil durante sua execução. Assim, ao longo da experiência da pesquisa de mestrado, me deparei com temas instigantes, como a perda de aspectos da identidade cultural, a construção (reconstrução) da identidade, a valorização da cultura, entre outros, os quais estão diretamente ligados ao uso das tecnologias e podem ser percebidos por meio da apreciação da obra na íntegra.

Com a finalidade de garantir a compreensão do contexto em que o presente trabalho foi elaborado, fez-se necessário trazer, nesta Introdução, alguns tópicos que foram apresentados na referida dissertação de mestrado, a começar pela relação do autor com o tema proposto, relação essa que se deu antes mesmo do seu ingresso na universidade. Por isso, a seguir, será apresentado, em primeira pessoa, um pedacinho da minha história.

1.1 Um pouco da minha trajetória de vida

Minha mãe é indígena do povo Potiguara², ela nasceu na aldeia Tracoeira, no dia 7 de janeiro de 1960. A aldeia Tracoeira está próxima à cidade de Baía da Traição, região norte do Estado nordestino da Paraíba. Na época de seu nascimento os indígenas da região mal sabiam o que era um hospital, então sua vinda à Terra foi conduzida por uma parteira. Lembro-me de minha mãe relatando que quando os primeiros agentes da Funai (Fundação Nacional do Índio) apareceram por lá, para averiguar os surtos de malária, a maioria dos membros da comunidade se escondiam. Se era por vergonha ou medo eu não posso afirmar. Esses agentes eram conhecidos como os “Malárias” (na época, a

² População indígena que, na época da colonização, habitava desde o litoral do Estado do Sergipe até o do Estado do Ceará. Atualmente, boa parte dos seus membros estão concentrados na região próxima ao litoral da cidade de Baía da Traição, no Norte do Estado da Paraíba.

Funai era responsável pelos indígenas em todos os âmbitos: educacional, de saúde, econômico e ambiental).

A região onde vivem os Potiguara é próspera em alimentos que vêm da Mãe Terra. **Meu avô, João Higino, sempre ia à cidade de Baía da Traição, que um dia já foi aldeia indígena, para levar frutas a alguns pescadores que eram amigos da família,** e minha mãe sempre o acompanhava. **Em agradecimento pelas frutas recebidas, os pescadores davam para eles peixes do mar.** Muitas famílias indígenas praticavam esse mesmo costume, e **algumas ainda o praticam nos dias de hoje.** Porém, conforme os dias, meses e anos foram passando, esse modo de vida passou por mudanças. A **valorização** da troca por meio do dinheiro, ou seja, **da moeda monetária,** foi ficando cada vez mais forte. Os objetos de consumo, como cosméticos, roupas, móveis e até eletrodomésticos, foram apresentados com todo seu encantamento para os indígenas. Além disso, o álcool, que trouxe e ainda traz muita desgraça para indígenas e não indígenas, também foi introduzido como “objeto de consumo” – infelizmente, outros tipos de drogas já estão nas aldeias também. Porém, para comprar esses objetos ou “bens” de consumo, era, e ainda é, necessário ter dinheiro. E a única forma de os indígenas conseguirem dinheiro era saindo de suas aldeias e procurando trabalho nas cidades vizinhas – sem contar que também ocorre o processo em que a cidade chega até os limites de algumas aldeias ou, até mesmo, dentro dessas.

Dependendo da distância entre a aldeia e a cidade, os indígenas acabavam optando por morar na cidade e sempre que possível voltavam para a aldeia e reviam os parentes. Analisando esse contexto, presenciamos um movimento de emigração da aldeia para a cidade, êxodo do qual minha mãe faz parte. É claro que outros fatores, como o maior acesso a hospitais, farmácias e escolas, também fazem parte dos motivos que justificam esse deslocamento, mas a saída da aldeia para a cidade, em busca dessas facilidades, muitas vezes está ligada ao acesso aos bens de consumo por meio dos serviços oferecidos pelo sistema econômico capitalista.

Quando jovem, creio que na casa dos 20 anos, minha mãe saiu da aldeia Tracoeira e foi trabalhar na cidade de Mamanguape, no Estado da Paraíba, numa lanchonete que pertencia ao seu tio Basto. Ela foi junto com sua irmã mais nova, Eliete – minha tia. Para encurtar a história, nessa cidade ela conheceu,

primeiro, a irmã gêmea do meu pai, Damiana Maria Mesquita. Em seguida, o meu pai, Cosmo José Mesquita – ambos nascidos em Pernambuco e, ainda crianças, deixaram esse Estado e foram morar na Paraíba. Meu pai e minha mãe começaram a namorar, “juntaram os trapos”, como diz o dialeto local, e tiveram três filhos. Eu sou o segundo.

Nasci em 1987 na cidade de Mamanguape, onde, no início da colonização, os indígenas Potiguaras eram predominantes. Tendo mãe indígena e pai não indígena, desde cedo comecei a viver no contexto urbano e, sempre que possível, ia à aldeia.

Quando estava com seis anos de idade, meu pai partiu do Estado da Paraíba para o Estado e Cidade de São Paulo. Três meses depois, minha mãe, meus dois irmãos e eu saímos da Paraíba para encontrá-lo. Morando em São Paulo, desde criança tive a oportunidade, que muitos na aldeia não tiveram, de acessar diferentes tecnologias, o que foi possível graças à existência de trabalhos sociais desenvolvidos por organizações não governamentais (ONGs), como a Associação Obra do Berço, na qual tive a chance e o privilégio de estudar, o que fazia no contraturno das atividades escolares. Já na adolescência, com a percepção de mundo um pouco mais apurada, eu notava as deficiências presentes no sistema público de ensino, ainda mais nas regiões afastadas dos grandes centros e capitais. Nesse período, comecei a me interessar pela educação, pelas artes e pelas tecnologias. Eu morava na periferia, numa favela chamada Morro da Lua. Cursei o primário (da primeira à quarta série), na Escola Municipal Paulo Colombo Pereira de Queiroz o fundamental (da quinta à oitava série) na Escola Municipal Zulmira Cavalheiro Faustino e o ensino médio na Escola Estadual Professor Flávio José Osório Negrini. Confesso que o meu ensino médio não foi um dos melhores. Provavelmente por deficiências no sistema educacional à época, não tive aulas de física, filosofia e química em alguns dos anos dessa etapa de minha escolarização básica. Porém, tive professores comprometidos em nos motivar a crescer na vida e que faziam tudo que estava ao alcance para despertar em nós o desejo de estudar e de buscar vencer as adversidades presentes na nossa realidade.

Após o ensino médio, cheguei a fazer um curso técnico, na área de gestão financeira, e, ao terminá-lo, surgiu a oportunidade de, por meio do Programa

Pindorama³ me tornar aluno da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Foi então que dei início a minha carreira acadêmica na graduação, no curso de Tecnologias e Mídias Digitais (TMD), o qual englobava os meus interesses. Comecei o curso com sede de adquirir conhecimento para compartilhar com a sociedade. No início da graduação, conheci a professora Dra. Ana Maria Di Grado Hessel, que me ensinou as primeiras concepções sobre pesquisa acadêmica e me orientou no projeto de Iniciação Científica que desenvolvi junto ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologias da Inteligência e Design Digital (TIDD), trabalho que teve como tema “O Recurso Educacional *Flashmeeting* no Projeto Colaborativo de Aprendizagem Aberta entre *Openlearn Open University* e *PUC-SP/TIDD*”.

Depois de concluir essa pesquisa, parti para outro desafio, ser monitor na disciplina de “Mídias Digitais Aplicadas à Educação I”. A professora que me orientou no projeto de Iniciação Científica era a responsável por essa disciplina. Durante a monitoria realizamos um *workshop* sobre o *software Articulate*, uma ferramenta de apresentação também utilizada na construção de cursos de educação a distância (EAD) no formato *online*. Meu contato com recursos tecnológicos voltados para EAD teve início na universidade, e a utilização e aperfeiçoamento do uso dessas ferramentas ocorreu durante minha carreira profissional, tanto na PUC-SP (2010), como no Senac-SP (2011) e na Rede Blue Tree Hotels (2012), instituições nas quais exerci a função de Designer Instrucional, elaborando materiais didático para serem utilizados nos formatos *online* e presencial, roteiros e *storyboards*, realizando treinamentos *online* e presenciais e desenvolvendo outras atividades relacionadas à área de EAD. No segundo semestre de 2012, tive a oportunidade, por meio do programa Ciências sem Fronteiras, criado na gestão da presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), de fazer um intercâmbio de doze meses em uma universidade espanhola, a Universidade Miguel Hernández de Elche. Quando voltei ao Brasil, e após concluir a graduação, percebi a necessidade imensa de continuar com minhas investigações.

Lembrei-me de que um dos principais motivos que me haviam levado a escolher a graduação em TMD era o propósito de, futuramente, utilizar os

³ O Programa Pindorama é um projeto da PUC-SP que oferece bolsas de estudos a estudantes indígenas que sejam aprovados no vestibular.

recursos tecnológicos a favor da educação, em especial em áreas carentes do uso das tecnologias digitais. Tinha o sonho de proporcionar a comunidades indígenas o acesso à internet e a outras tecnologias. No decorrer desse processo de inquietação e de necessidade de investigar algo que viesse ao encontro de meus objetivos, fui visitar algumas regiões no Nordeste do Brasil, em particular, algumas aldeias do povo Potiguara, ao qual eu pertença. Ali, descobri que em uma aldeia vizinha à que a minha mãe nascera havia um *Ponto de Cultura Indígena* (PCI), um espaço onde era possível encontrar alguns computadores com acesso à internet. O local tinha oito equipamentos, sendo que, no entanto, apenas três funcionavam. Tomei conhecimento de que o PCI se originara por iniciativa dos próprios membros da comunidade, em parceria com um projeto chamado Índios Online⁴. Tal descoberta, associada à minha inquietude, me impulsionou a investigar mais sobre esse tema e, também, sobre como possibilitar o surgimento de novos PCIs em outras comunidades.

Diante desse contexto, decidi entrar em contato com o grupo criador do *site*. A relação que construímos a partir desse encontro foi tão recíproca que possibilitou o nascimento da dissertação de mestrado que apresentei, em abril de 2016, à banca avaliadora na PUC-SP, trabalho pelo qual tive a oportunidade de fortalecer ainda mais meus laços étnicos, os quais já haviam sido reatados a partir do momento em que eu havia ingressado no Programa Pindorama. A dissertação de mestrado foi realizada utilizando o método de pesquisa-ação – indicada para trabalhos em que o pesquisador interage com seu objeto de pesquisa e realiza uma ação social durante a investigação (MESQUITA, 2016, p. 19). Ao longo da investigação (realizada nos anos de 2014 a 2015) visitei oito aldeias indígenas no Nordeste do Brasil que faziam parte do projeto Mensagens da Terra, criado por uma organização não governamental (ONG) chamada Thydêwa. Um registro do trabalho realizado por essa instituição pode ser visto na Figura 1. O programa visava implementar oito PCIs em aldeias localizadas nos Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco. Atuei nessa iniciativa como facilitador na criação colaborativa de projetos. Com essa função, visitei as aldeias e, junto com seus membros, construímos o planejamento das atividades que deveriam ocorrer no espaço do PCI nos anos seguintes. Para isso,

⁴ Trata-se de um portal *web* criado e gerenciado por comunidades indígenas Cf.: Índios Online, [2020].

utilizamos um método chamado *Dragon Dreaming*, que possui características similares ao do *Design Thinking* (MESQUITA, 2017, p. 8). A utilização desse método foi de grande importância, pois ele tem como premissa a criação de projetos que promovam o bem-estar do indivíduo, de sua comunidade (todos que estão à sua volta) e do mundo. Além disso, em sua metodologia estão presentes recursos (dinâmicas) que ajudam a captar a atenção do grupo de forma engajadora, independentemente do grau de escolaridade dos participantes. Para isso, são usados elementos lúdicos que auxiliam a captar, de forma respeitosa, as ideias dos membros do grupo e a colocá-las em prática na construção do projeto.

Figura 1 – Oficina de informática para indígenas



Fonte: Thydêwá, [2021].

Durante um diálogo com os integrantes da ONG, também foi possível tomar conhecimento de como se deram as primeiras etapas de inclusão digital nas comunidades indígenas do Nordeste que estabeleceram vínculo com a ONG Thydêwá.

A seguir, compartilho uma síntese do processo que permitiu o nascimento da minha dissertação de mestrado, a qual se desdobra na presente pesquisa de doutorado. Apresento os demais personagens que fizeram parte do início deste trabalho e que, de forma direta ou indireta, ainda fazem parte dessa história. Descrevo, também, o papel que eles desempenharam.

1.2 Personagens dos primeiros processos de inclusão digital para os indígenas no Nordeste do Brasil

Posso afirmar que os personagens de que trato nesta seção fazem parte dos primeiros processos de inclusão digital em comunidades indígenas no Nordeste de que se tem registros. Para melhor compreender o papel de alguns deles e suas responsabilidades, num âmbito que vai além da situação apresentada neste trabalho, exponho, a seguir, uma síntese a respeito de quem eles são e de quais são suas responsabilidades.

1.2.1 Thydêwá

A Thydêwá surgiu juridicamente em 2002 e seu nome significa “Esperança da Terra”. Ela é uma organização não governamental que tem como objetivo promover a consciência planetária e realizar ações em favor de toda vida, em favor da Mãe Terra (THYDÊWÁ, 2016).

1.2.2 Funai

Segundo o site da Fundação Nacional do Índio (Funai), ela é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro. Criada por meio da lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967 e vinculada ao Ministério da Justiça, é a coordenadora e principal executora da política indigenista do Governo Federal. Sua missão institucional é proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil (FUNAI, 2020).

Cabe à Funai promover estudos de identificação e delimitação, demarcação, regularização fundiária e registro das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, além de monitorar e fiscalizar suas terras. A Funai também coordena e implementa as políticas de proteção aos povos isolados e recém-contatados.

É, ainda, seu papel promover políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável das populações indígenas. Nesse campo, a Funai promove ações de etnodesenvolvimento, conservação e recuperação do meio ambiente nas

terras pertencentes a esses grupos, além de atuar no controle e mitigação de possíveis impactos ambientais decorrentes de interferências externas a essas terras.

Compete também ao órgão estabelecer a articulação interinstitucional voltada à garantia do acesso diferenciado aos direitos sociais e de cidadania aos povos indígenas, o que realiza por meio do monitoramento das políticas voltadas à seguridade social e à educação escolar indígena. Nesse sentido, cumpre, igualmente, à instituição, promover o fomento e o apoio aos processos educativos comunitários tradicionais e de participação e controle social.

A atuação da Funai está orientada por diversos princípios. Dentre eles se destaca o reconhecimento da organização social, dos costumes, das línguas, das crenças e das tradições dos povos indígenas, legitimação que busca o alcance da plena autonomia e autodeterminação desses povos no Brasil e, nesse sentido, contribui para a consolidação do Estado democrático e pluriétnico.

1.2.3 Ministério da Cultura

O Ministério da Cultura (MinC)⁵ era, à época da elaboração do meu mestrado, um órgão da administração pública federal direta que tinha como áreas de competência a política nacional de cultura e a proteção do patrimônio histórico e cultural (BRASIL, 2016a).

Por meio das metas do Plano Nacional da Cultura, o MinC trabalhava a concepção de cultura articulada em três dimensões: simbólica, cidadã e econômica.

A dimensão simbólica abordava o aspecto da cultura que considera que todos os seres humanos têm a capacidade de criar símbolos, os quais se expressam em práticas culturais diversas, como idiomas, costumes, culinária, modos de vestir, crenças, criações tecnológicas e arquitetônicas e, também, por meio das linguagens artísticas: teatro, música, artes visuais, dança, literatura, circo, etc.

⁵ Esse Ministério foi extinto no atual governo e suas atribuições, hoje, fazem parte de outros órgãos, como a Secretaria Especial de Cultura.

A dimensão cidadã considera o aspecto em que a cultura é entendida como um direito básico do cidadão. Assim, é preciso garantir que os brasileiros participem mais da vida cultural, criando e tendo mais acesso a livros, espetáculos de dança, teatro e circo, exposições de artes visuais, filmes nacionais, apresentações musicais, expressões da cultura popular, acervo de museus, entre outros.

A dimensão econômica envolve o aspecto da cultura como vetor econômico.

1.2.4 Ministério das Comunicações

O Ministério das Comunicações (MiniCon), criado pelo decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, tem como suas áreas de competência os serviços de radiodifusão, postais e de telecomunicações, e é responsável por formular e propor as políticas nacionais para essas áreas, bem como a política nacional de inclusão digital. O ministério também é responsável, entre outras funções, por outorgar e fiscalizar serviços de radiodifusão e supervisionar suas entidades vinculadas: Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) e Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras).

Sua missão é: elaborar, implementar e monitorar políticas públicas transparentes e participativas que promovam o acesso aos serviços de comunicações e contribuam para o desenvolvimento econômico, tecnológico, a democratização e a inclusão social no Brasil (BRASIL, 2016b).

1.2.5 Gesac

Ligado ao Ministério das Comunicações, o programa Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac) oferece gratuitamente conexão à internet em banda larga – por via terrestre e satélite – a telecentros, escolas, unidades de saúde, aldeias indígenas, postos de fronteira e quilombos. O Gesac é direcionado, prioritariamente, para comunidades em estado de vulnerabilidade social, em todo o Brasil, que não têm outro meio de serem inseridas no mundo das tecnologias da informação e comunicação (BRASIL, 2016c).

1.2.6 Pontos de cultura Indígena

Segundo o modo como, à época, o Ministério da Cultura (MinC) definia o Ponto de Cultura (PC), ele era entendido como “a entidade cultural ou coletivo cultural certificado pelo Ministério da Cultura” e nasceu dentro do Programa Cultura Viva criado em 2004 (ABREU, 2016). Atualmente os Pontos de Culturas representam uma das ações da lei nº 12.343/2010 (BRASIL, 2010), que trata o Plano Nacional de Cultura (PNC). Também temos a lei específica referente aos Pontos de Cultura, a lei 13.018/2014 (BRASIL, 2010) que institui a Política Nacional de Cultura Viva. O MinC defende que o Ponto de Cultura funciona como uma base social com fácil acesso e penetração nas comunidades e territórios de segmentos mais vulneráveis. Também defende que essa base social amplia-se para outros segmentos sociais chegando a outros setores como a juventude urbana, periférica, universitária, jovens artistas, novos arranjos econômicos e produtivos. Trata-se de “uma nova economia que vem sendo inventada e experimentada daqueles que encontram no fazer cultural uma alternativa de trabalho, vida e inserção social” (BRASIL, 2016d).

1.3 Primeiros processos de inclusão digital para os indígenas no Nordeste do Brasil

A partir de leis de incentivo à cultura, em 2004 um grupo de indígenas do Nordeste cria o portal *web* chamado Índios Online (ÍNDIOS ONLINE, [2020]). Segundo depoimento dado por Sebastián Gerlic, presidente e um dos fundadores da ONG Thydêwá, em novembro de 2015⁶, esse portal nasceu a partir de um processo de resgate e de valorização da cultura indígena, o qual já vinha sendo desenvolvido por ele, junto a alguns grupos indígenas do Nordeste, desde o ano 2000. Esse processo ocorria através da criação e publicação de livros escritos e ilustrados pelos próprios indígenas, iniciativa que, mais tarde, por meio de uma lei de incentivo à cultura, proporcionou além do nascimento do portal *web* Índios Online, também a criação de sete ciberocas em sete

⁶ Cf: Apêndice D, neste trabalho.

comunidades indígenas do Nordeste. A ciberoca é um espaço onde há um ou mais computadores com acesso à internet dentro de comunidades indígenas e pode ser comparada, a priori, com um telecentro. Atualmente, esses espaços, também são conhecidos como Pontos de Cultura Indígena, ou Pontos de Cultura.

Após o episódio narrando por Sebastián Gerlic, uma outra ação de inclusão digital que contemplou outras regiões do país foi colocada em prática.

Em 2009, por meio do Programa Mais Cultura, o Ministério da Cultura (MinC), em parceria com a Fundação Nacional do Índio (Funai), promoveu rodas de conversa para proporcionar a inclusão digital nas comunidades indígenas dos Estados do Acre, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia e Roraima. A referida inclusão ocorreria por meio da criação de Pontos de Cultura Indígena (PCI), ou seja, de espaços nos quais estariam à disposição das comunidades indígenas *kits* multimídia. A Figura 2 traz a imagem de uma ação relacionada ao projeto.

Figura 2 – Ação comunitária do PCI



Fonte: Thydêwá, [2021].

Segundo o MinC, o objetivo do projeto era o de que “as comunidades indígenas utilizem as novas tecnologias como ferramentas para a preservação e fortalecimento de sua identidade cultural” (BRASIL, 2009).

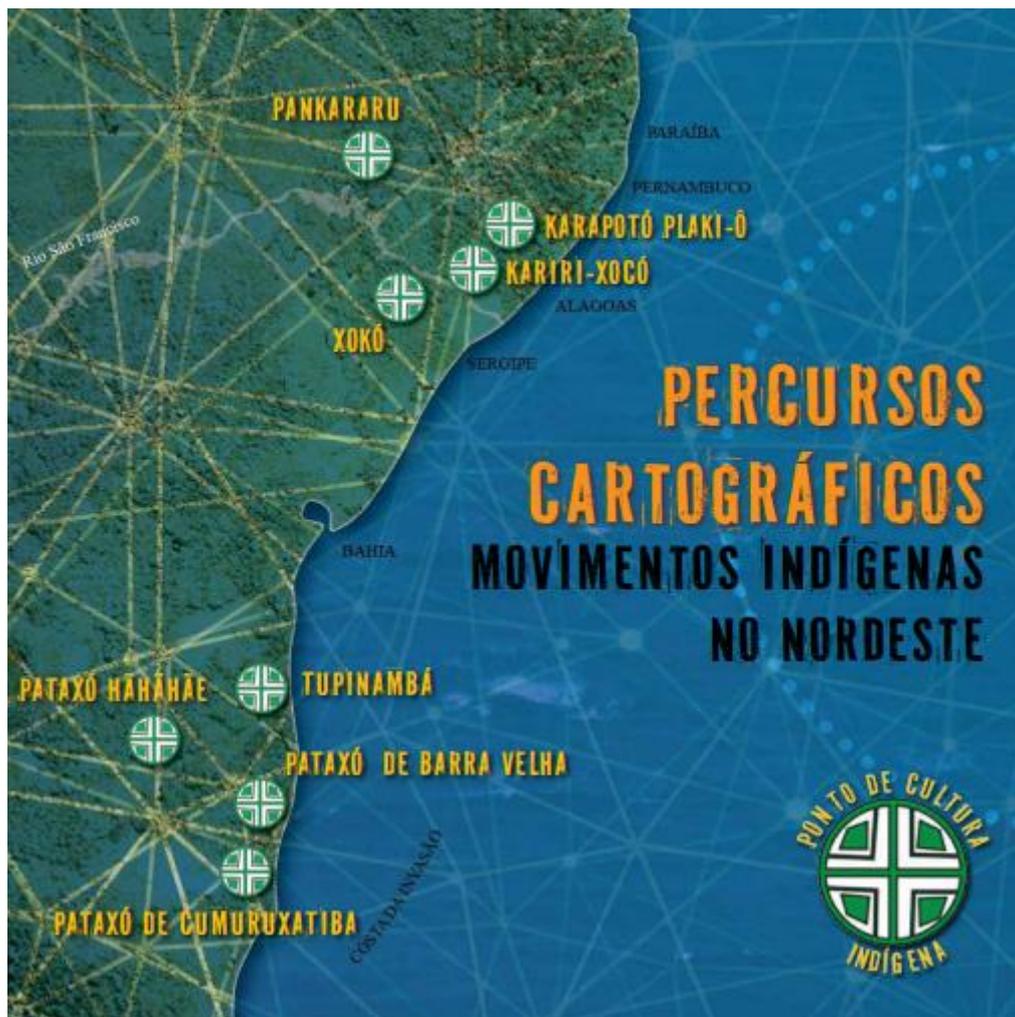
A meta do Ministério era instalar, até o final de 2010, 150 Pontos de Cultura Indígena em todo o país. Para realizar tamanha façanha, a Secretária da Identidade e da Diversidade Cultural (SIDC) abriu o edital de concorrência n° 1/2010⁷, com o qual o Secretário da Identidade e da Diversidade Cultural, Américo José Córdula Teixeira, buscava selecionar propostas de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) para realizar a implantação desses PCIs.

Entre as Oscips que se candidataram para participar da concorrência, encontra-se a ONG Thydêwá, a qual foi selecionada. Em sua proposta, a ONG comprometeu-se a implantar, acompanhar e gerenciar oito Pontos de Cultura Indígena no Nordeste do Brasil durante o período de três anos, prazo estipulado no edital (os PCIs restantes foram distribuídos a outras Oscips do Brasil). Apesar de o lançamento do edital e a aprovação das propostas terem ocorrido no ano de 2010, o MinC só liberou os recursos que possibilitaram o início das atividades do projeto no final de 2013, porém, sem os reajustes em relação aos valores orçados na proposta criada pelas Oscips em 2010.

A ONG Thydêwá optou por chamar este projeto de inclusão digital de “Mensagens da Terra” e os PCIs que fazem parte dele se encontram em quatro Estados do Nordeste do Brasil e pertencem a oito diferentes comunidades indígenas (Figura 3).

⁷ Cf. AVISO de retificação (2010)

Figura 3 – Comunidades participantes do projeto Mensagens da Terra



Fonte: Thydêwá, [2021].

A seguir, é apresentado o povo que integra cada uma delas, o nome da aldeia (comunidade indígena) e a cidade mais próxima:

- a) Pataxó, aldeia Barra Velha, próxima ao Município de Porto Seguro – BA;
- b) Pataxó, aldeia Dois Irmãos, próxima ao Município de Cumuruxatiba – BA;
- c) Pataxó Hãhãhãe, aldeia Milagrosa, próxima ao Município de Pau Brasil – BA;
- d) Tupinambá, aldeia Itapuã, próxima ao Município de Ilhéus – Olivença – BA;
- e) KarapotóPlaki-ô, aldeia KarapotóPlaki-ô, próxima ao Município de São Sebastião – AL;

- f) Kariri-Xocó, aldeia Kariri-Xocó, próxima ao Município de Porto Real do Colégio – AL;
- g) Xokó, aldeia Ilha de São Pedro, próxima ao Município de Porto da Folha – SE;
- h) Pankararu, aldeia Brejo dos Padres, próxima ao Município de Tacaratu – PE.

A escolha dessas aldeias deu-se a partir de um diálogo, no qual foi verificado o interesse das comunidades em participar do projeto e a partir do qual foi permitindo o acesso e a inclusão digital na comunidade por meio do PCI.

Na proposta, a ONG se comprometia a cumprir alguns objetivos específicos, com o intuito de proporcionar o fortalecimento das comunidades Indígenas, a fim de que elas tivessem melhor visão crítica e preparo para projetar seus futuros, com protagonismo, liberdade e autonomia, de modo a dignificar, dessa forma, a vida dos indígenas e a assegurar a sustentabilidade de suas Culturas. Para viabilizar os objetivos propostos, foram criadas quatorze metas:

- a) realizar oito Diagnósticos Antropológicos Situacionais;
- b) capacitar os indígenas para fazer registros etnográficos;
- c) construir, com cada uma das oito comunidades indígenas, os Planos de Trabalho específicos para cada um dos seus PCIs. Inclui-se, nesta meta, a realização do 2º Encontro de PCIs do Nordeste;
- d) monitorar, avaliar e replanejar. Ações que incluíam elaborar e postar, no Siconv (sistema eletrônico de gerenciamento de projetos do MInC), relatórios técnicos e financeiros de cada etapa do projeto, bem como enviar cópias dos produtos à SIDC (Secretária da Identidade e da Diversidade Cultural);
- e) instalar oito PCIs;
- f) realizar oito Oficinas de Alfabetização Digital Livre;
- g) realizar Oficinas de: Direitos Indígenas, Direitos humanos, Propriedade intelectual e Direito de Imagem;
- h) realizar Oficina de Gestão Compartilhada e de Gestão de Projetos;
- i) construir, com cada uma das 8 Comunidades, Planos Estratégicos para continuidade e sustentabilidade de cada PCI;

- j) criar uma Comunidade Colaborativa de Formação Continuada e Ação para indígenas participantes de PCIs, favorecendo as Alianças Interétnicas e o trabalho em Rede;
- k) realizar Oficina de Realização Audiovisual, incluindo o 5º encontro de PCIs do Nordeste, além de uma Oficina interétnica e de oito Micro-oficinas (uma para cada PCI);
- l) realizar Oficina de Edição Audiovisual, incluindo o 6º encontro de PCIs do Nordeste, uma Oficina Interétnica e oito Micro-oficinas (uma para cada PCI);
- m) facilitar a execução das propostas de ações, projetos e produtos advindos de cada PCI;
- n) divulgar os resultados e os produtos de cada PCI e da Rede de PCIs do Nordeste; divulgar o programa MENSAGENS DA TERRA e divulgar, também, o MInC; divulgar o valor das Culturas Indígenas e da Diversidade Cultural.

A meta c, – construir, com cada uma das oito comunidades indígenas, os Planos de Trabalho específicos para cada um dos seus PCIs, – tinha como finalidade contribuir com a construção e o desenvolvimento da autonomia das comunidades indígenas, além de auxiliá-las a criarem, definirem e gerenciarem, conforme suas necessidades, as atividades que seriam realizadas no seu *Ponto de Cultura Indígena*. Essa meta foi executada por mim durante a intervenção feita na elaboração da dissertação de mestrado. Em maio de 2014, fui convidado pela equipe da Thydêwá para participar de uma oficina de introdução ao *Dragon Dreaming* em Ilhéus – BA. O Dragon Dreaming é um método utilizado para a construção colaborativa de projetos desenvolvida pelo australiano John Croft. A oficina ocorreria na primeira semana de agosto e, ali, junto com outros indígenas, eu iria aprender a utilizar e reuplicar o método. Na sequência, visitaria as comunidades que fazem parte do projeto “Mensagens da Terra”, com a finalidade de auxiliá-las na construção do *Plano de Trabalho* do PCI e de cumprir, assim, a meta c. No capítulo dois da dissertação de mestrado detalho como foi essa rica experiência.

Diante do exposto, alguns podem se questionar: “mas como os indígenas conseguem utilizar computadores ‘no meio do mato’, sem eletricidade?”.

Algumas comunidades indígenas, as mais isoladas, possuem geradores de eletricidade. Já as comunidades indígenas presentes no Nordeste, em sua grande maioria, possuem eletricidade na própria comunidade. Esse acesso foi realizado através de um projeto chamado “Luz para todos”, iniciativa do governo federal que instituiu, por meio da lei nº 4.874, de 11 de novembro de 2003, o Programa Nacional de Universalização do acesso e Uso da Energia Elétrica (Luz para Todos). A respeito dele, o **Guia de políticas públicas para comunidades quilombolas**, afirma que:

[...] o programa prioriza comunidades inseridas em programas sociais federais, assentamentos rurais, comunidades indígenas, quilombolas, comunidades localizadas em reservas extrativistas ou em áreas de empreendimentos de geração ou transmissão de energia elétrica, cuja responsabilidade não seja do respectivo concessionário, além de escolas, postos de saúde e poços de água comunitários (BRASIL, 2013, p. 27).

Dando continuidade à minha trajetória, em 2016 regressei no mercado de trabalho, como *designer* instrucional, na Telefônica Educação Digital – pois precisava pagar urgentemente as parcelas do mestrado, que ainda estavam em aberto. Não consegui ficar muito tempo longe da vida acadêmica, pois sentia que ainda precisava contribuir mais na produção de conhecimento relacionado ao tema indígenas e tecnologias. Então, em 2017, retomei os meus estudos no TIDD, como doutorando.

Cabe ressaltar que esta pesquisa foi desenvolvida em paralelo a situações de grandes mudanças, tanto de cunho pessoal quanto mundial, pois durante a sua realização precisei trocar de emprego por duas vezes. Assim, em outubro de 2018, fui trabalhar na empresa Dot Digital Group, na cidade de Florianópolis, e, em abril de 2020, dei início às minhas atividades profissionais na Mazzatech LTDA, alocado no cliente Natura (empresa do grupo Natura & Co). Foi uma contratação bem diferente daquelas com as quais eu estava acostumado, pois ela ocorreu em meio a um contexto de pandemia mundial. Em meados de dezembro de 2019, é descoberto o vírus chamado covid-19 e, em março de 2020, a cidade de São Paulo determina *lockdown* (termo em inglês que, grosso modo, significa toque de recolher), no qual todas as pessoas precisavam ficar em casa e apenas os profissionais que atuam na realização de serviços essenciais (como hospitais, segurança pública, supermercados) poderiam sair para trabalhar. E foi diante desse contexto, entre noites em claro,

atividades extras, leituras extras, gravações educativas e outras atividades educacionais mais, que a presente pesquisa foi realizada, esforço que se deveu ao desejo de continuar dando visibilidade à questão indígena.

1.4 Questão Problema

A dissertação de mestrado possibilitou a captação e o registro de dados qualitativos que, ao serem analisados, puderam promover o surgimento de novas questões e o nascimento de novas investigações em diversas áreas do conhecimento. Após sua apresentação e aprovação junto à banca, durante uma releitura da obra, juntamente com outras leituras complementares, percebeu-se que a presença indígena vem se fortalecendo no ciberespaço e, diante desse cenário, surgiu a seguinte questão problema:

Como os povos indígenas vêm fazendo uso de recursos digitais para desenvolver relatos que favorecem a retomada, registro, preservação e divulgação das culturas de seus povos?

Diante da inquietude em buscar respostas para sanar essa questão, ou ao menos trazer elementos consistentes que ajudassem a compreendê-la, nasceu esta investigação.

1.5 Objetivo

O objetivo geral desta pesquisa é dar continuidade aos estudos realizados pelo autor sobre “o uso de tecnologias digitais da informação e comunicação pelos povos indígenas no Nordeste do Brasil”, os quais foram iniciados durante a realização da dissertação de mestrado **E o verbo se fez digital**: uma narrativa sobre cultura indígena, tecnologia e formação. Além disso, pretende-se, ainda, com este trabalho, trazer vestígios que auxiliem no debate relativo tanto à apropriação das tecnologias pelos povos indígenas como ao seu uso, abordando, também, questões relacionadas à identidade, à cultura e às metamorfoses sociais.

Visando alcançar o objetivo proposto, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- a) realizar a leitura de obras que auxiliassem na compreensão dos temas ligados às tecnologias, à identidade, à cultura, ao Estado e à nação;
- b) analisar, a partir da coleção “Índios na visão dos índios” (THYDÊWÁ, [2021]), disponível em formato digital, poemas, relatos e outros textos produzidos por indígenas e publicados, originalmente, no ciberespaço;
- c) organizar esses textos criando uma sistematização que auxiliasse na sua categorização e permitisse compreender melhor as mensagens registradas pelos indígenas;
- d) apresentar o resumo das obras analisadas;
- e) avaliar os textos analisados e outros dados coletados, discuti-los e apresentar as reflexões percebidas que auxiliem a responder a questão problema desta pesquisa e a discutir a premissa apresentada.

1.6 Premissa

A premissa apresentada neste trabalho é a de que o uso das tecnologias digitais da informação e comunicação vem sendo feito, pelos povos indígenas, para além do entretenimento, uma vez que eles utilizam tais recursos para se organizarem politicamente, para reafirmar as suas identidades e culturas enquanto pertencentes aos povos originários do Brasil e para produzir e publicar relatos digitais, o que fazem com a finalidade de retomar, registrar, preservar e divulgar as culturas de seus povos.

1.7 Procedimentos metodológicos

Para a realização desta pesquisa foi utilizado o método de análise documental, o qual é praticado tanto em pesquisas documentais como bibliográficas.

No que se refere à pesquisa documental, trata-se do tipo de procedimento investigativo que analisa documentos que ainda não sofreram tratamento científico ou que reexamina, a partir de outro olhar, documentos já analisados (GIL, 2008; CECHINEL *et al*, 2016). Os documentos, escritos ou não, podem ser

representados, por exemplo, por textos, vídeos, gravações, correspondência, fotografias, mapas, entre outros.

Já na pesquisa bibliográfica, as fontes são compostas por documentos que já passaram por tratamentos científicos. Elas são representadas por “materiais impressos e editados, como livros, enciclopédias, ensaios críticos, dicionários, periódicos, artigos, teses, etc” (CECHINEL *et al.*, 2016, p. 2).

Percebe-se então que, ainda que sejam bastante semelhantes, o grande diferencial entre a pesquisa documental e a bibliográfica está na fonte. Embora tanto uma como a outra tenha, no seu processo principal, a análise de documentos, a diferença entre elas está diretamente relacionada à origem desses materiais. Numa pesquisa documental a análise se dá a partir de documentos nomeados de fontes primárias, os quais são chamados dessa forma por não terem recebido, até então, nenhum tratamento analítico científico; em outras palavras, não passaram por uma análise seguindo os moldes acadêmicos. Com relação à pesquisa bibliográfica, por sua vez, ela é realizada a partir da análise de fontes documentais que já passaram por um cunho acadêmico, ou seja, trata-se de textos que se tornaram artigos, dissertações, teses ou livros, ou, também, de pesquisas no formato de hipermídia que se tornaram vídeos ou documentários. Assim, esse tipo de pesquisa se refere a materiais que tenham passado por uma análise dentro dos moldes acadêmicos e que, após essa análise, tenham sido aceitos/aprovados e publicados (KRIPKA; BONOTTO; SCHELLER, 2015, p. 3).

Reforçamos que o método desta pesquisa é o de análise documental, entretanto, cabe ressaltar que, em alguns momentos, fez-se necessário analisar, também, documentos bibliográficos, o que se procedeu com a finalidade de melhor compreender e, até mesmo, de comprovar ou contestar situações apresentadas nos documentos primários analisados neste estudo.

No que se refere aos procedimentos para realizar a pesquisa documental, eles são os seguintes:

a) selecionar os documentos relacionados ao objeto de estudo e que nos auxiliassem a responder à questão problema apresentada nesta investigação, atentando-se aos seguintes critérios: contexto; autores (indígenas ou não indígenas, povos, aldeias); interesses; confiabilidade; natureza do contexto;

conceitos chaves (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009). Conheceremos, a seguir, os detalhes presentes nesses critérios:

- **o contexto.** Na análise documental é de extrema importância analisar o contexto histórico no qual os documentos foram produzidos. Dentro desse contexto, é preciso levar em conta elementos como a realidade sócio-política em que o autor ou os autores estão inseridos e os possíveis receptores da mensagem produzida por eles. Independentemente da época em que o texto tenha sido elaborado, seja um passado distante ou a atualidade, o contexto e os elementos que auxiliam a identificar a realidade contemporânea a ele precisam ser analisados. Quando a análise ocorre a partir de documentos recentes, é admissível que a falta de distância possa trazer implicações ao trabalho do pesquisador, porém, esse deve ser encarado como um desafio a ser vencido, no sentido de se observar e analisar o novo, o inédito, realizando, assim, algo que poucos fizeram, uma vez que os dados ainda estão “frescos”. Jamais o pesquisador deve deixar de buscar conhecer de forma satisfatória os elementos que fazem parte do contexto socioeconômico, cultural e político que resultou na construção de um determinado documento, pois conhecer esses elementos permite conhecer melhor a realidade do autor e, com isso, de que forma ela, provavelmente, interferia na organização dos seus pensamentos. Assim, essas informações contextuais pode trazer pistas a respeito dos motivos pelos quais o autor utilizou de tais argumentos, ou das razões que o levaram a fazer a esses elementos, ou, ainda, pode permitir supor o que lhe motivou a escrever, o que lhe deixou frustrado, entre outras questões. Dessa forma, o pesquisador precisa se colocar nessas condições para analisar o contexto e, com isso, compreender as particularidades da sua maneira de organização. Além de tudo, deve evitar interpretar os conteúdos que fazem parte do documento em função de valores modernos. Essa etapa é tão importante que não podemos nos abster dela, principalmente porque ela é um dos critérios que nos ajuda a entender os autores dos documentos analisados.

- **o autor, ou os autores.** O texto selecionado para a análise carrega consigo uma questão fundamental: ele representa a voz de um indivíduo, o qual tanto pode falar em seu nome quanto em nome de um coletivo. Neste último caso, o coletivo pode se referir a um grupo social que realiza uma análise e que faz observações, a partir de seu olhar e/ou de reflexões, as quais resultam em discursão. Sendo assim, a interpretação do texto em questão não pode ser feita sem conhecer ou, ao menos, ter uma percepção que auxilie na identificação de quem o escreveu, ou seja, de quem é o autor (ou de quem são os autores) desse registro. Nesse sentido, diante do texto, cabe ao pesquisador buscar investigar quem é o autor e em que contexto vive (ou vivia) para trazer tal conteúdo. A compreensão de um texto, as reais razões para sua existência, tornam-se difíceis ao não sabermos quem o escreveu e pelo que poderia estar passando quem o fez. Dessa forma, conhecer a identidade do autor pode proporcionar uma melhor avaliação a respeito da credibilidade do texto, bem como uma melhor interpretação dos fatos apresentados por ele. Além disso, pode contribuir ainda para compreender o porquê de o autor ter tomado determinados posicionamentos ou de ter utilizado expressões de aparência rude, branda, positiva ou injuriosa, expressões que, dependendo do modo como são registradas, podem contribuir para reforçar ou para reconstituir um acontecimento. Conhecer o autor também nos ajuda a questionar a existência do documento. Assim, a clareza a respeito da autoria auxilia a responder perguntas como: por que escrever sobre tal acontecimento? Por que quis o autor registrar essa situação? O que esse acontecimento representa para ele? Qual mensagem ele passa nesse registro e por que suas colocações fazem, ou não, sentido em determinadas situações? Portanto, é preciso estar atento para entender o que se vivia no contexto a fim de se minimizar ao máximo, ou mesmo de se evitar, o risco de realizar falsas interpretações.
- **os interesses, a autenticidade e a confiabilidade do texto.** É importante assegurar-se da coerência da informação transmitida, ou, em outras palavras, de sua qualidade. Tanto a procedência do

documento analisado como sua qualidade precisam ser confiáveis. Alguns documentos, por exemplo, podem ter sido refeitos por copistas, os quais podem ter enfrentado dificuldades ao interpretar, seja a caligrafia presente em manuscritos, seja, até mesmo, expressões regionais vivenciadas na época em que o documento foi escrito, cujo significado pode ter se transformado com o passar dos tempos. Dessa forma, ao investigador cabe estar atento ao autor e ao que ele escreve e, ainda, se ele é uma testemunha direta ou indireta do registro realizado. Além disso, é necessário observar, também, a diferença entre o tempo em que o acontecimento ocorreu e o tempo em que ele foi registrado. Com relação a este tópico, o pesquisador precisa elucidar perguntas como: o autor reportou a fala de outras pessoas? Há a possibilidade de ele estar equivocado? Qual era a posição que o autor estava assumindo, ou seja, sua posição era a de observador, a de quem faz ponderações, ou apenas a de quem buscava comunicar algo?

- **a natureza do texto.** A natureza do texto também precisa ser levada em consideração durante a realização da análise documental. Elementos ligados a como o autor dá início ao texto, à sua estrutura e aos significados subentendidos nele são fatores que podem variar de forma expressiva de acordo com o universo em que o texto é confeccionado. Por exemplo, um texto jurídico, uma receita médica e um documento de natureza teológica podem ser interpretados de formas diferentes dependendo do grau de instrução do leitor.
- **os conceitos-chave e a lógica interna do texto.** No geral, todos os textos possuem uma importância e um sentido que carregam conceitos-chave consigo. É necessário estar atento ao contexto em que eles são empregados. Examinar a lógica interna do texto, seu esquema, seu plano, é de fato útil para identificar os conceitos-chave que exaltam sua importância e sentido. Uma das formas de conseguir identificar tais conceitos é buscar responder a questões como: “de que forma um argumento se desenvolveu?” e “quais são as partes principais da argumentação?”. Tal contextualização pode vir a ser uma ajuda bem importante, em especial, diante da necessidade de

comparar vários documentos de uma mesma natureza. Cabe destacar que a delimitação adequada dos sentidos das palavras e dos conceitos também precisa ser levada em conta, a fim de que o pesquisador possa se precaver de interpretações equivocadas, ou, até mesmo, falsas, por exemplo, de jargões profissionais específicos, gírias, expressões regionais, linguagem popular, entre outros elementos.

- b) tratar os documentos selecionados, ou seja, analisá-los criteriosamente; confeccionar sínteses que auxiliem na compreensão e interpretação dos dados neles apresentados. Nessa etapa, a proposta é analisar os documentos, a fim de reproduzir ou de reelaborar os conhecimentos que eles apresentam, o que permite fazer emergir novas formas de compreender os fenômenos. É necessário que os fatos sejam mencionados, pois, neles, estão presentes os objetos da pesquisa. Sem tratamento, porém, eles não explicam nada. Assim, cabe ao investigador interpretá-los, realizar uma síntese das informações, produzir (a partir da análise do contexto) tendências (categorias para facilitar a análise) e, sempre que acreditar ser pertinente, fazer a inferência, ou seja, com base nas evidências (informações verdadeiras), e a partir de um raciocínio lógico, chegar a uma conclusão (interpretação). Para que seu conteúdo possa ser entendido, os documentos precisam ser situados dentro de uma estrutura teórica, em outras palavras, para compreendê-los, eles não podem ser analisados de forma isolada (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 10).
- 3) após a realização dos procedimentos anteriores, chega o momento de efetuar as interpretações dos dados, ou seja, a análise do conteúdo. Entre as diferentes formas de se analisar um texto, a análise de conteúdo adota normas sistemáticas para, ao se observar os elementos mais simples do texto, se conseguir extrair os significados presentes em seu tema ou os significantes lexicais,. De acordo com Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), essa metodologia:

Consiste em relacionar a frequência da citação de alguns temas, palavras ou ideias em um texto para medir o peso relativo atribuído a um determinado assunto pelo seu autor. Pressupõe, assim, que um texto contém sentidos e significados, patentes ou ocultos, que podem ser apreendidos por um leitor que interpreta a mensagem contida nele por meio de técnicas sistemáticas apropriadas. (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 11).

Dessa forma, partir da decomposição do conteúdo do documento em frações mais simples, pode-se apreender a mensagem presente nele, revelando, assim, as sutilezas contidas no texto. As palavras, termos ou frases que transmitem uma mensagem significativa são o que chamamos de frações (ou, também, fragmentos) do texto.

Durante a pesquisa foi feita uma primeira leitura de todos os documentos (livros) que fazem parte da coleção “Índios na visão dos índios” (THYDÊWÁ, [2021]), o que permitiu uma primeira imersão no discurso dos autores e a criação de uma síntese que apresenta o que cada obra traz.

A partir de uma segunda leitura, foi possível identificar termos e falas que são similares entre diferentes povos indígenas e que evidenciam alguns dos papéis das TDICs para esses. Além disso, essa leitura também contribuiu para criar categorias que auxiliassem na análise, compreensão e interpretação dos conteúdos presentes nos documentos.

Por fim, foi feita uma leitura das sínteses em conjunto com as categorias, o que possibilitou a organização dos dados que, em seguida, foram interpretados.

1.7.1 Seleção dos documentos e delimitação do cenário

O estudo das tecnologias de informação e comunicação (TICs) no interior do ambiente social, nas sociedades urbanas, a chamada “civilização”, possui um número significativo de investigações, as quais têm como algumas de suas finalidades compreender e prever as tendências e o uso da tecnologia digital na sociedade na qual estamos inseridos. Neste trabalho, preocupo-me em compreender como isso se dá nas sociedades indígenas, ainda mais pelo fato de esse assunto estar diretamente relacionado às minhas origens, pois pertenço ao povo Potiguara.

A temática indígena é complexa e rica em informações voltadas para as ciências humanas e sociais e, aparentemente, vem sendo tradicionalmente invisibilizada em outras áreas do conhecimento. Uma das audácias desse trabalho é vencer as barreiras da invisibilidade abordando essa temática também a outras áreas do conhecimento mostrando as ricas conexões que se entrelaçam nos estudos das tecnologias e seu uso no desenvolvimento humano, mas especificamente no cenário indígena. Delimitar o cenário contextual desta pesquisa e trazer à luz elementos que auxiliassem na compreensão do uso das tecnologias digitais da informação e comunicação por povos indígenas na região Nordeste do Brasil foi uma tarefa minuciosa. A fim de evitar o desvio ou, até mesmo, a perda desse propósito, o projeto foi delimitado dentro do seguinte contexto:

- a) Os documentos analisados fazem parte da coleção “Índios na visão dos índios” (THYDÊWÁ, [2021]). Na coleção, há mais de 20 obras de autoria de indígenas pertencentes a diversos povos da região do Nordeste do Brasil, comunidades onde, em sua maioria, também vivem os autores, já que alguns deles moram em contexto urbano. A coleção foi criada e organizada pela ONG Thydêwá e está disponível, em *formato digital*, no site da instituição (www.thydewa.org). É importante destacar que no decorrer da História do Brasil esses povos sofreram um processo intenso de interação com a cultura ocidental e de imposição do eurocentrismo, elementos que serão detalhados mais adiante.
- b) Os documentos analisados foram confeccionados entre os anos de 2002 e 2020, período significativo na apropriação e uso das TDICs pelos povos indígenas que trabalharam em conjunto com a ONG Thydêwá.
- c) Das 20 obras (documentos) analisadas, foram selecionadas as três que mais dialogam com os objetivos desta pesquisa, isso possibilitou dar aos dados presentes nesses registros um tratamento mais apurado. As demais obras também estão conectadas com a temática apresentada, porém, essas trazem elementos nos quais seria necessário transpassar as delimitações definidas e tal cenário poderia comprometer a

qualidade da investigação de forma que sua abrangência acarretaria à perda do foco e contexto analisado.

- d) Nos documentos há informações que apresentam como os indígenas vêm utilizando as TDICs e, também, evidências do seu uso no processo de retomada, registro, preservação, manutenção e divulgação da cultura indígena no Nordeste brasileiro.

1.8 A importância desta pesquisa

Santaella (2004, p.1) diz que “quando alguma coisa se apresenta em estado nascente, ela costuma ser frágil e delicada, campo aberto a muitas possibilidades”. Este estudo pode contribuir para o fortalecimento da percepção, por povos indígenas (e por não indígenas também), da importância do papel das tecnologias na construção de suas identidades e na preservação/transformação de suas culturas. O fato de os povos originários terem uma grande sintonia com a terra não os exclui do direito de terem acesso às tecnologias digitais. Assim, se elas aparentemente vêm sendo expostas como recursos que não fazem parte do modo de vida desses povos, isso se mostra equivocado, uma vez que tais tecnologias podem promover e auxiliar os povos indígenas na manutenção de seus hábitos, costumes e no fortalecimento das poucas referências culturais que fazem parte de suas vidas, uma vez que no decorrer da história do Brasil é possível nos deparar com momentos frequentes de investidas contra a vida dos povos indígenas e criação de estratégias para o apagamento cultural desses povos – que ainda são frequentes nos dias atuais com a invasão de terras indígenas, autorizações que degradam a terra e a deixam imprópria para uso como a de exploração de minérios em terras indígenas defendida pelo governo atual (SASSINE, 2022), entre outras ações que ferem o direito a vida para além da vida humana.

1.9 Revisão de literatura

Atualmente já é possível encontrar pesquisas acadêmicas que abordam a temática do uso das tecnologias digitais pelos povos indígenas, algumas delas relacionadas a questões que abordam: o uso do ciberespaço como ferramenta para dar voz; o uso da hipermídia para produção, registro e compartilhamento do conhecimento; o uso das tecnologias digitais da informação e comunicação em ações que auxiliam os indígenas no acesso ao conhecimento para reivindicar direitos; entre outras, as quais podem ser identificadas ao se apreciar tais investigações.

Durante a revisão literária foi possível encontrar sete trabalhos, sendo cinco dissertações de mestrados e duas teses de doutorado. Destacamos, a seguir, um resumo do que cada uma dessas pesquisa abordam:

- a) A dissertação de mestrado de Barbosa (2016), intitulada **Marcas da colonialidade nos discursos de documentos oficiais na política de inserção de tecnologias digitais de informação e comunicação na educação básica**, aborda as marcas da colonialidade que estão presentes nos discursos de documentos integrantes de políticas públicas focadas na inserção de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) na educação básica. A autora alicerça seu trabalho, basicamente, na Análise do Discurso Francesa (AD), utilizando-se de autores como Pêcheux (2008, 2014b, 2014a) e Orlandi (2008, 2012, 2013), mas colocando essa perspectiva em diálogo com os Estudos Pós-Coloniais Latino-Americanos, o que faz a partir dos trabalhos de Mignolo (2008); Quijano (2005) e Walsh (2008). Com essa abordagem, a pesquisadora, a partir da análise do conteúdo de três documentos relacionados a essa ação, busca entender as marcas da colonização. Entre essas fontes documentais, duas são do Ministério da Educação, pertencentes, respectivamente, ao Programa Nacional de Tecnologia Educacional – Proinfo (1997) e ao Projeto Base Um Computador Por Aluno – Prouca (2007), e uma é do Ministério da Ciência e Tecnologia, pertencente ao programa Sociedade da Informação no Brasil – Livro Verde (2000). Um dos fatores que motivaram a autora a realizar a pesquisa foi seu vínculo com o

Programa de Educação e Tutoria (PET) Infoinclusão⁸, no qual ela percebeu que os programas oficiais de inclusão digital já eram enviados às escolas com diversos “contratempos relacionados tanto à insuficiente formação dos professores para uso dos recursos das TDICs, quanto à precária infraestrutura escolar que, em alguns casos, não apresentam sequer rede elétrica adequada” (BARBOSA, 2016, p. 15). Situação também percebida e relatada pelo autor da presente pesquisa em sua dissertação (MESQUITA, 2016, p. 125-126), demonstrando que esse tipo de situação não é um fato isolado, mas que é, sim, frequente nos projetos de iniciativa governamental. O enfoque da pesquisa desenvolvida por Barbosa (2016) foi investigar “os sentidos do discurso colonial que marca as finalidades assumidas pelo governo no que concerne à formação dos alunos para uso e apropriação da linguagem tecnológica” (BARBOSA, 2016, p. 8). Por meio da associação da AD aos Estudos Pós-Coloniais foi possível a identificação de “‘sintomas’ da colonialidade trabalhando na constituição de significados que atuam no imaginário pelo qual se organiza a sociedade brasileira” (BARBOSA, 2016, p. 8) e a partir dos dados foi percebido que essas iniciativas “são inseridas nas escolas com finalidades prioritariamente instrucionistas, baseadas no consumo de tecnologias e não na autoria e/ou produção delas, indicando o Brasil como um país ainda sob efeitos da colonização” (BARBOSA, 2016, p. 8).

- b) A dissertação de mestrado de Arruda (2011), intitulada **Movimentos sociais no ciberespaço**: uma investigação sobre o ciberativismo, abordando um panorama dos movimentos sociais por meio do ciberativismo, apresenta as mudanças ocorridas nesses movimentos principalmente a partir dos anos 1990, década marcada pelo crescimento da utilização das tecnologias digitais da informação e

⁸ O projeto PET Infoinclusão, demanda da cultura e do direito de todos, alocado no Centro Acadêmico do Agreste (CAA), cidade de Caruaru – PE, pertencente à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), desenvolve ações voltadas à melhoria do ensino por meio de inserção de tecnologias digitais, nos processos de ensino e aprendizagem das escolas de rede básica de ensino público da região. Mais informações sobre o projeto estão disponíveis em: <https://petinfoinclusaoufpe.files.wordpress.com/2012/02/edital-pet-ufpe-cao-infoinclusao-demanda-de-culturadireito-do-todos.pdf> (Acesso em 15 fev. 2021).

comunicação. Além disso, a pesquisa também analisa como “[...] o ciberespaço influenciou na configuração desses novos movimentos sociais ao se apropriarem dessas novas tecnologias” (ARRUDA, 2011, p. 5). Mais especificamente, a autora explica que:

Por meio da comparação e análise de alguns movimentos sociais representativos, desenvolveremos um estudo sobre o papel da internet como forma de disseminação e formação do ciberativismo na implementação de campanhas, divulgação de causas e mobilização da sociedade” (ARRUDA, 2011, p. 5).

Ao longo do trabalho, a pesquisadora destaca o surgimento dos movimentos sociais a partir da criação dos sindicatos na Inglaterra, no final do século XVIII e início do século XIX, mostrando que essas organizações lutavam por melhores condições trabalhistas para a classe operária, que era obrigada a trabalhar, muitas das vezes, mais de 20 horas por dia sem direito a dias de descanso. A autora também narra que durante muito tempo os movimentos sociais estiveram associados a questões revolucionárias e radicais, em linhas gerais, relacionadas a forças de produção e ao desenvolvimento das forças de reprodução. Em suas palavras, “à medida que os movimentos sociais se tornaram mais complexos, com estrutura e linhas de ação diversificadas (ambientalistas, feministas, direitos dos animais, entre outras), essa abordagem passou a não ser suficiente para entendê-los” (ARRUDA, 2011, p. 28). Nesse sentido, o trabalho aponta que novas solicitações são feitas para além das que eram propostas anteriormente pelos movimentos sociais sindicais ou de camponeses e que vê-se, a partir daí, o surgimento de novos movimentos sociais.

- c) A dissertação de mestrado de Tavares (2013), intitulada **Ciberinformações nativas**: uma análise da circulação da informação dos cibermeios de autoria de povos indígenas residentes no território brasileiro, analisa informações de autoria de povos indígenas produzidas para os espaços virtuais, o ciberespaço. O objetivo do trabalho era averiguar como se dava a circulação dos conteúdos das publicações produzidas pelos indígenas. Conforme ela explica: “A partir do aporte teórico das teorias do jornalismo alternativo, comunitário, público e participativo buscou-se compreender a função

política e social destas informações na esfera pública e, assim, apreender seu potencial de circulação” (TAVARES, 2012, p.10). Com relação à expressão “ciber-informações nativas”, ela se deve a que a pesquisadora precisou sistematizar os principais atributos de usos e funções das informações e, assim, as chamou, em sua obra, dessa forma, também por serem produzidas pelos nativos da região, ou seja, os povos indígenas. No contexto de sua pesquisa, tem-se os indígenas utilizando o portal *web* Índios Online para noticiar sua realidade, situação na qual percebe os indígenas se apropriando dos espaços digitais, ganhando voz e a ampliando para além de seus territórios físicos e de suas fronteiras geográficas.

- d) Pereira (2007) também aborda, em sua dissertação de mestrado exploratória, intitulada **Ciborgues indígen@s.br**: a presença nativa do ciberespaço, a presença indígena no ciberespaço, segundo a autora, “evocada na imagem dos ‘ciborgues indígenas’”. Essa expressão, ainda de acordo com ela, apresenta “uma nova condição nativa contemporânea atravessada por softwares e hardwares, sistemas informativos e fluxos comunicativos” (PEREIRA, 2007, p. 9). A pesquisadora expõe que, por meio da “apropriação das novas tecnologias comunicativas, organizações e sujeitos indígenas inauguram no novo contexto de uma sociabilidade tecnológica distintas formas de atuação e autorepresentação, delineadas pela visibilidade e pela tomada da palavra eletrônica” (PEREIRA, 2007, p. 9). Através da realização de um mapeamento de *sites*, em sua grande maioria de autoria indígena, e da reflexão de diálogos junto aos interlocutores, representados pelos povos Guarani, Potiguara, Tupinambá, Tumbalalá e Xucuru-Kariri, sua pesquisa buscou refletir sobre “as ‘aberturas e cruzamentos’ dos significados da presença indígena no ciberespaço” (PEREIRA, 2007, p. 9).
- e) A tese de doutorado de Pereira (2010), intitulada **Processos comunicacionais Kaingang**: configurações e sentidos da identidade cultural, memória e mídia em perspectiva histórica, aborda, de acordo com a autora, “as configurações da identidade cultural indígena em uma dimensão comunicacional e histórica, no contexto do grupo étnico

Kaingang” (PEREIRA, 2010, p. 6), o que faz a partir da forma de ser dos membros dessa comunidade e de suas interações com as mídias. Seu objetivo era de, tomando o olhar da constituição complexa da diversidade cultural brasileira e da sua expressão no campo comunicativo, compreender “as marcas do ethos midiático, nos entrecruzamentos de culturas ancestrais e contemporâneas, tendo como base a expansão da cultura midiática em condições de desigualdade e exclusão” (PEREIRA, 2010, p. 6). Os aspectos das configurações foram analisados tendo como ponto de partida a investigação dos vínculos do povo tematizado, que vive próximo à região metropolitana de Porto Alegre, com “a televisão e das demandas da visibilidade social indígena, tendo como objeto empírico as narrativas que emergem na história de vida comunicacional dos interlocutores/ouvintes/telespectadores/leitores” (PEREIRA, 2010, p. 6). A pesquisa compreende que “são relevantes os vínculos de matrizes milenares e comunicacionais [...] num conjunto de mediações sociais, culturais, históricas e políticas identificadas na itinerância, na memória coletiva e na organização política dos Kaingang” (PEREIRA, 2010, p. 6). Da mesma forma, o trabalho evidencia que essa relevância se dá num âmbito em que se percebe o sujeito intercultural “nas relações de sobrevivência material e simbólica nas cidades, na luta pelos seus territórios e na sua percepção como índios de tradição, e na sua construção histórica como públicos, mediante estruturações de gostos, competência, interpelações e conflitos frente às imagens do índio midiático, que evidenciam os embates para demarcar o seu lugar no campo comunicativo, como ambiência compartilhada e como arena social do sentido” (PEREIRA, 2010, p. 6).

- f) A pesquisa de doutorado de Souza (2018), defendida na área de psicologia (psicologia social), intitulada **Chiryvy Rendyju, menino brilhante**: identidade e emancipação de jovens guarani kaiowá em práticas de comunicação midiática, busca entender as práticas de comunicação midiáticas por meio de tecnologias audiovisuais, tais como a fotografia e o vídeo, utilizadas por jovens indígenas guarani e kaowá no Mato Grosso do Sul. O uso dessas tecnologias demonstra a

apropriação de uma nova linguagem que contribui para a narrativa de suas histórias no contexto contemporâneo de transformações sociais. Uma das finalidades da pesquisa era, a partir do estudo da narrativa da história de vida de um jovem indígena, Chiryvy Rendyju, compreender, de um lado, como tais produções midiáticas estão relacionadas às mudanças identitárias pessoais e coletivas do grupo estudado e, de outro, entender, também, como se dava o uso de tais tecnologias nos movimentos de luta pela reconquista dos territórios originários. Tomando como referência a história desse jovem, pode-se perceber e supor, também, o processo de construção da identidade de outros jovens Guarani Kaiová que, com ele, compartilham a mesma experiência. Os jovens que fazem parte dessa pesquisa também são integrantes da Associação de Jovens Realizadores Indígenas (Ascuri). Por meio da apropriação dessas tecnologias e da nova linguagem que ela proporciona, os jovens produziram documentários que informam, proporcionam reflexões, se espalham nas redes e promovem sua reafirmação étnica.

- g) Em sua pesquisa de mestrado, intitulada **Produção Partilhada do Conhecimento**: uma experiência com as comunidades indígenas Xavantes e Karajá”, Lazaneo (2012) apresenta um estudo sobre uma trajetória de Produção Compartilhada do Conhecimento. A experiência é realizada num contexto das relações comunidade-universidade e, nela, é utilizado, pelos indígenas, o recurso da hipermídia, em especial, do audiovisual, através da produção de vídeos, em um processo de registro e de partilha do conhecimento. Ao longo do projeto, os indígenas registram rituais e ações do cotidiano num formato em que o objeto, que antes era analisado por observadores externos, passa a se autoobservar. De acordo com o autor, durante a pesquisa nas comunidades citadas, “foram realizados produtos e registros audiovisuais, com dois interlocutores locais, Divino Tserewahú, entre os xavantes, e Juanahu Iny, entre os karajás, assim como a participação dos mesmos em atividades no contexto acadêmico” (LAZANEO, 2012, p. 8). O trabalho também apresenta diários de partilha, os quais contêm fotos dos vários autores que

fizeram parte do estudo nessa produção de conhecimento em comunicação digital.

Voltando ao presente estudo, uma de suas relevâncias está diretamente conectada ao uso das tecnologias pelos povos indígenas e à compreensão de questões sobre o uso de tecnologias digitais da comunicação e informação por esses povos. Assim, trata-se, aqui, de buscar respostas (ou elementos que nos ajudem a compreender) às seguintes perguntas: Como os povos indígenas vêm utilizando as TDICs? Por que eles utilizam tais tecnologias? Como as tecnologias vêm influenciando na cultura dos povos indígenas no Brasil? Como as tecnologias vêm configurando ou reconfigurando a identidade e a cultura indígena?

Nesta pesquisa, sem deixar de fora a interpretação e a análise de dados já existentes, os quais precisam ser tratados, reorganizados e apresentados para a sociedade acadêmica e, também, para a sociedade em geral, ressaltamos, igualmente, a importância de realizar novas descobertas produzindo novos dados científicos.

Com relação à investigação e à reflexão sobre objetos de estudos já existentes, eles permitem o surgimento de novas funcionalidades, novos olhares, novas utilidades, ou seja, novas técnicas, tecnologias, funções e propósitos para esse objeto. Ao lado do reconhecimento a esse tipo de abordagem, esta pesquisa documental permite um novo olhar sobre o uso de tecnologias, tanto as atuais como as antigas, sejam elas vinculadas ao plano intelectual/virtual ou físico. No caso destas últimas, nos referimos às produções realizadas originalmente nesse tipo de suporte, como documento e livros, mas que, posteriormente, ganharam versão digital e passaram a ocupar o espaço virtual. Assim, trata-se de olhar para o que era palavra abstrata, ação verbal que existia apenas no campo da imaginação, mas que passa a ser registrada e a ganhar representatividade física ou digital/virtual, produzida pelos próprios indígenas. Em tempos sombrios, tecnologias físicas e intelectuais (podemos chamar também de tecnologias das inteligências ligadas ao pensar, ao cognitivo, ao intelecto humano) foram utilizadas como estratégia de apagamento da identidade cultural indígena (MESQUITA, 2016, p. 39), mas hoje são mobilizadas

a favor do registro e do compartilhamento das culturas indígenas, tanto no seu formato físico quanto digital.

Já existem algumas pesquisas que abordam a coleção “Índios na visão dos índios”, porém, que o fazem através de uma outra ótica, como no caso da pesquisa realizada por Costa (2014). Em sua investigação, a pesquisadora aborda a narrativa da autobiografia indígena na figura de um autor que representa o coletivo, destacando que boa parte das narrativas que analisou são assinadas coletivamente, sem que se evidencie um único autor.

No caso do nosso trabalho, entretanto, o fator inédito que ele apresenta é uma análise de dados qualitativos realizada a partir de documentos produzidos por indígenas no formato digital. São mais de 20 obras, dentre as quais, três foram selecionadas para evidenciar como os povos indígenas vêm utilizando as TDICs para além do entretenimento, fazendo uso das ferramentas digitais para se organizarem politicamente e, também, no processo de retomada, registro, preservação, manutenção e divulgação das culturas indígenas no Nordeste brasileiro.

1.10 Apresentação dos capítulos

Essa investigação foi organizada em três capítulos.

No primeiro deles, seção 2, trazemos um panorama geral da apropriação, evolução e uso das tecnologias no desenvolvimento humano. Este capítulo foi construído com o propósito de trazer um panorama geral da evolução humana e transformações sociais que se deu ao longo da história. Transformações relacionadas a cultura, identidade, elementos que nos ajudassem a compreender numa linguagem mais acessível o contexto da evolução humana pensada desde os primórdios que buscam destacar as primeiras e possíveis conexões neurais que contribuíram para a transformação, e por que não “evolução”, do ser humano. Os autores como Harari (2015), Flusser (2007) apresentaram o contexto das evoluções, revoluções e transformações da humanidade contemplando essa linguagem mais acessível e de fácil entendimento. Além disso, outros autores como Hall (2000), que nos ajuda a entender de forma mais ampla e precisa a identidade e cultura também é citado aqui. Mas nessa tese também apresentamos de forma mais profunda e precisa

a questão da nacionalidade, nacionalismo, a construção da identidade nacional sob a ótica de Lacerda (2014) e Ortiz (2012), além de outros autores. Autores de grande importância que no processo de afinamento do contexto histórico apresentados nesta pesquisa nos ajudam a compreender as configurações que contribuíram para o racismo estrutural, cultural e como a criação de mitos estratégicos contribuíram e ainda contribuem para a realidade que enfrentamos. Ainda neste mesmo capítulo, apresentamos um recorte que trata o uso das tecnologias, em especial, as tecnologias digitais da informação e comunicação (TDICs), pelos povos indígenas no Nordeste do Brasil.

No segundo capítulo, seção 3, são apresentadas as resenhas dos livros produzidos pelos indígenas, que foram utilizados como objeto de estudo para a confecção desta pesquisa documental, as quais nos auxiliam no entendimento dos papéis das TDICs para os indígenas.

No terceiro capítulo, seção 4, são apresentadas reflexões sobre o uso das tecnologias no desenvolvimento humano dentro do universo indígena, a partir de um diálogo entre as seções dois e três. Por meio desse diálogo é possível colher dados, percepções e reflexões que nos ajudam a compreender mais a fundo os papéis das TDICs no universo indígena.

2.

Da evolução à revolução

2. DA EVOLUÇÃO À REVOLUÇÃO

“E a terra era sem forma e vazia; e havia trevas sobre a face do abismo; e o Espírito de Deus se movia sobre a face das águas. E disse Deus: Haja luz; e houve luz”. (Gênesis 1, 2-3).

“Em seis dias Deus fez a terra e tudo que há nela e no sétimo dia descansou”. (Gênesis, 2, 2).

As narrativas bíblicas apresentada aqui como epígrafe correspondem aos registros sagrados adotados pelo Cristianismo, o qual foi fortemente propagado pelo mundo durante as cruzadas, invasões, colonizações, “conquistas” de outros territórios desde o Império Romano. Segundo a ciência, o universo teve início a partir do Big Bang, termo em inglês que, traduzido, seria “grande explosão”. Assim, após uma grande explosão cósmica, partículas se espalharam e, segundo a teoria da relatividade, ainda estão se espalhando, se reunindo, se separando e se chocando, ou seja, o universo continua em expansão. Com relação a essa teoria, chamada teoria do Big Bang, o universo surgiu a partir de uma explosão cósmica entre 10 e 20 bilhões de anos atrás, ou seja, uma grande liberação de energia que possibilitou a criação do espaço-tempo (GLEISER, 1997). Mas os povos de diversas culturas, diversas matrizes religiosas têm suas versões do surgimento da criação da vida.

Dentro desse universo gigantesco, criado a partir do “haja luz”, encontra-se uma galáxia conhecida como Via Láctea, na qual existe um sistema solar com nove planetas. No terceiro deles, chamado Terra, há vida inteligente, que, neste momento, está apreciando esta obra. Sutilezas à parte, a terra era sem forma e vazia, havia água por todos os lados, a terra seca começa, então, a surgir e micro-organismos que viviam dentro da água começam a passar por transformações, provavelmente por conta da mudança climática, do excesso ou falta de luz, do calor, do frio, da água, dos alimentos. O terceiro planeta do sistema solar passa a ganhar forma e a ser preenchido por seres que aparentemente deixaram de ser inanimados. Flora e fauna surgem. Da movimentação aquática e do rastejar na poeira do solo, somados às influências internas e externas ocorridas ao longo do tempo, contabilizado por nós humanos em bilhões de anos, nasce a espécie *homo*. Ela surge na natureza, à qual estava atrelada intimamente. Sai da água, do pó, colhe seu alimento utilizando o seu próprio corpo, mas, de repente, diante de uma situação inusitada, encontra um

objeto que não faz parte do seu corpo, mas que pode ser acoplado a ele devido ao formato da sua mão. E, assim, a espécie *homo* agarra um pedaço de pau ou osso e faz uso dele para facilitar a ação de pegar uma fruta ou de cavar um buraco, dando início à primeira revolução industrial humana, modo como Flusser (2007, p. 37) aborda o fenômeno ocorrido nesse momento em que o ser humano deixa de utilizar seu corpo para produzir meios de sobreviver e passa a utilizar ferramentas.

Uma revolução seria uma mudança radical, uma mudança que altera completamente a forma como as pessoas exercem certas atividades. Já uma indústria pode ser entendida como uma “série de atividades despendidas para transformar matéria-prima em produto comerciável” (WEISZFLOG, 1998). Podemos dizer, produtos que sejam trocados entre indivíduos de uma mesma ou de outras sociedades humanas. O fato é que uma revolução industrial pode influenciar diretamente o comportamento da sociedade que sofreu essa transformação.

Foi isso que a primeira revolução industrial fez. O ser humano descobriu novas funções para a sua mão e, conseqüentemente, novas funções para um pedaço de pau, ou de osso. Dessa forma, ele não precisaria mais cavar um buraco com a mão até ela sangrar, mas já poderia utilizar ferramentas que, aparentemente, não faziam assim tanto dano ao seu corpo. Se antes era mais fácil ele pegar uma infecção por utilizar as mãos em qualquer lugar, o uso das ferramentas pode ter contribuído para a diminuição desse tipo de enfermidade, aumentando, assim, as possibilidades no prolongamento de sua vida. Porém, o caminho inverso também pode ter ocorrido, ou melhor, o surgimento de novos problemas ergométricos ou, até mesmo, o surgimento e concentração de tipos específicos de bactérias em uma região pode ter facilitado a criação de anticorpos para alguns indivíduos, mas deixado outros completamente vulneráveis, principalmente nas ocasiões em que desbravavam novas terras ou em que recebiam visitantes de outras localidades.

2.1 Da primeira à quinta revolução industrial

A partir da ótica de Vilém Flusser (2007), abordamos aqui as cinco revoluções industriais que transformaram significativamente o comportamento

cultural humano, dentre as quais a Revolução Industrial Pré-Histórica é a primeira citada pelo autor. Mas, antes de apresentá-las, se faz necessário explicar o sentido do conceito de “pré-histórico”.

No século XIX, cientistas e historiadores europeus começaram a encontrar vestígios arqueológicos que remetiam à percepção de que o homem⁹ teria existido num período anterior à invenção da escrita, ou seja, anterior a 3.500 anos a.C. A esse período, que faz referência a 3 milhões de anos atrás, chamaram de “Pré-Histórico”, pois eles acreditavam que a História só poderia existir a partir de documentos escritos. Hoje, porém, se discute bastante essa nomenclatura, uma vez que a história já existia e que, conforme defendido pela Escola do Annales, movimento historiográfico mencionado pelo historiador Peter Burke (1991), em sua obra **A escola dos Annales (1929-1989)**, o uso de artefatos e de vestígios também pode ser considerado para a comprovação de fatos históricos e da História. Essa corrente da historiografia, cujo nome teve origem em uma revista francesa intitulada **Annales d’Histoire Économique et Sociale**, publicada em 1929, vigora até os dias atuais.

O período Pré-Histórico é bem largo e pode ter diversas subdivisões. A forma mais tradicional de apresentá-lo/estudá-lo é a que o organiza em três momentos: Paleolítico (palavra que, em grego, significa pedra lascada), Neolítico (também do grego, significando pedra polida) e Idade dos Metais. Inclusive, nos exames de vestibulares para ingressar numa universidade no Brasil é o conhecimento dessa divisão que se exige.

O período Paleolítico, conhecido também como Idade da Pedra Lascada, no qual o homem fazia grande uso de objetos/ferramentas produzidos a partir de pedras para sobreviver, é dividido em três outros períodos: Paleolítico Inferior (entre 3 milhões e 250 mil anos atrás), quando os hominídeos, como é chamada uma das primeiras espécies humanas de que se tem registro, começam a utilizar e a confeccionar suas primeiras ferramentas para sobreviverem; Paleolítico Médio (de 250 mil anos atrás a 40.000 anos a.C), período em que algumas espécies humanas já fazem uso do fogo e de outras tecnologias mais

⁹ O uso da palavra *homem*, no texto desta pesquisa, faz referência ao ser humano e abrange tanto o gênero feminino quanto o masculino. Sempre que necessário trazer esse termo dentro de outro contexto que não faça referência ao ser humano, contextualizaremos o seu uso.

sofisticadas para a época. Aqui, ainda que o *homo sapiens* já existisse, trata-se de um período que se destaca, principalmente, pela forte presença do homem de Neandertal; e Paleolítico Superior (de 50.000 anos a.C. a 10.000 a.C.), período em que já há uma grande diversidade de ferramentas.

No período Neolítico, conhecido também como Idade da Pedra Polida (de aproximadamente 10.000 a.C. até 3.000 a.C.), podemos dizer que houve um aperfeiçoamento das tecnologias utilizadas pelo homem. A pedra passa a ser, como indica o nome do período, polida, “lapidada”, e ganha novas formas para melhor atender as necessidades humanas à época, incluindo-se a fabricação de artefatos mais cortantes. Nesse período também ocorrem outros fatos importantes: o surgimento da agricultura, que contribui de forma significativa para a diminuição do nomadismo e, conseqüentemente, para a sedentarização do homem, que passa a buscar viver próximo a margens de rios; o aumento da população e da média de vida; o surgimento de aldeias, que vão crescendo e, assim, dando origem às primeiras cidades; o surgimento da hierarquização social, composta, a princípio, em primeiro lugar, de guerreiros para defender as cidades, na seqüência, de líderes religiosos e, depois, dos moradores comuns (no geral, camponeses).

Na Idade dos Metais, o homem passa a descobrir que determinados tipos de pedras/rochas, ao serem expostas a elevadas temperaturas, podem ser derretidas, tornando-se uma substância pastosa/líquida que pode ser moldada. Outro fator de destaque durante esse período é o desenvolvimento da escrita, símbolos codificados e carregados de signos (significados) que nos ajudam a registrar, ler, interpretar e decifrar mensagens.

No período pré-histórico (no qual temos a primeira revolução industrial) percebe-se o homem com um relacionamento íntimo junto à natureza. Seu próprio corpo interage diretamente com ela. Sua mão é o instrumento fundamental para caçar, se alimentar, se proteger, sobreviver, ou seja, o corpo está intimamente ligado com a natureza e com o ambiente que o cerca. A partir do momento em que o homem passa a utilizar ferramentas, por exemplo, uma vara, uma pedra, uma enxada, ocorre a primeira ruptura, situação que passa a afastar o homem da natureza. A natureza, que antes era tida como seu lar (FLUSSER, 2007, p. 37).

A segunda revolução industrial ocorre quando a ferramenta passa a ser substituída pela máquina, entre o século XVIII e o XIX. As máquinas são ferramentas projetadas e fabricadas a partir de teorias científicas e, exatamente por isso, são mais eficazes, mais rápidas e mais caras. Quando se trata de ferramenta, o homem é a constante e, a ferramenta, a variável (substituição), pois quando a ferramenta enferruja ou estraga por qualquer que seja o motivo, o homem a substitui. Na relação entre homem e máquina o processo é inverso (Flusser 2007), pois numa fábrica, no geral, a máquina possui mais durabilidade que o homem. Sendo assim, o homem é substituído e a máquina permanece – a máquina tornou-se a constante.

A terceira revolução ocorre entre os séculos XIX e XX. Nela há a substituição da máquina por aparelhos eletrônicos. Assim, as máquinas a vapor são substituídas por elétricas, mas outros aparatos movidos a eletricidade também surgem, como a lâmpada.

A quarta revolução é a digital e teve início no século XX, em meados dos anos 1950, com o surgimento do computador, de aparatos programáveis, escritos e lidos pela linguagem codificada do “01”, e do transporte de dados informacionais digitais por meio da internet. As transformações da revolução digital vêm crescendo num ritmo acelerado em comparação a outros acontecimentos revolucionários, o que faz com que mal se consiga compreender como funciona um determinado aparato tecnológico, seja um computador, um *laptop*, um celular, um *game boy*, um *software*, um aplicativo ou as redes sociais, aparelhos e recursos que surgem a todo momento com novas funções.

Já no que se refere à quinta revolução, ela remete a uma previsão que vem sendo percebida neste início do século XXI. Com base no que vem ocorrendo na atualidade, uma das características singulares dessa revolução industrial atual é a fusão das novas tecnologias do mundo físico, digital e biológico para a criação da internet das coisas, do homem máquina, dos órgãos artificiais, dos ciborgues.

Diante dessa exposição simplória, surgem as seguintes questões para refletirmos: as tecnologias podem substituir o homem? As tecnologias podem ditar a didática educacional?

Flusser (2007) afirma que “as ferramentas imitam a mão e o corpo empiricamente; as máquinas, mecanicamente; e os aparelhos,

neurofisiologicamente” (FLUSSER, 2007, p. 38). Nesse sentido, temos escolas primárias que ensinam o manejo de máquinas, escolas secundárias para o ensino da manutenção das máquinas e escolas superiores que ensinam a construir novas máquinas.

Klaus Schwab (2016), fundador do Fórum Econômico Mundial, também trata a questão da revolução industrial. Entretanto, diferentemente de Flusser, ele fala em quatro revoluções. Com relação à primeira, enquanto para Flusser (2007) ela corresponde a uma separação do homem com a natureza, Schwab (2016) menciona como componente dessa revolução industrial inicial a substituição da ferramenta pela máquina. Com exceção desse ponto, entretanto, em que há uma divergência relativa ao surgimento da primeira revolução, os conteúdos expostos por ambos os autores a respeito das revoluções industriais dialogam entre si. Temos, então, Flusser apresentando cinco revoluções industriais e Schwab apresentando quatro.

Harari (2015) também trata a temática das revoluções, porém não as apresenta como sendo todas industriais. De outra forma, ele faz suas abordagens a partir da seguinte periodização: Revolução Cognitiva, Revolução Agrícola, Revolução Científica e, apenas por último, Revolução Industrial. Outras revoluções também são citadas em sua obra, como a Feminista, Francesa e a Social, que fazem parte da História da Humanidade a partir da ótica ocidental. Na seção a seguir, trataremos dessa categorização feita por Harari.

2.2 Transformações tecnológicas e sociais

Do ponto de vista de Harari, três revoluções foram cruciais na definição do curso da história, a Revolução Cognitiva, que “deu início à história, há cerca de 70 mil anos; a Revolução Agrícola, que acelerou a história há aproximadamente 12 mil anos; e a Revolução Científica, que começou há apenas 500 anos” (HARARI, 2015, p. 11).

O autor infere uma teoria segundo a qual “mutações genéticas acidentais mudaram as conexões internas do cérebro dos *sapiens*, possibilitando que pensassem de uma maneira sem precedentes e se comunicassem usando um tipo de linguagem totalmente novo” (HARARI, 2015, p. 30). Essas novas formas de raciocínio e comunicação constituíram o que o autor chama de Revolução

Cognitiva, a qual, para ele, possibilitou a criação de mitos, lendas e crenças, ou seja, permitiu que o homem utilizasse sua imaginação e vivesse numa realidade dual: a real e a imaginada. A respeito disso, com relação à *realidade real*, podemos dizer que ela está relacionada ao concreto, ao que realmente as coisas são: uma pedra é uma pedra, um leão é um animal que pode representar perigo para o ser humano (para o *Homo sapiens*); no que se refere à *realidade imaginada*, temos a criação da mente humana e de sua fé, que o faz crer e “imaginar” a existência de seres ou objetos místicos. Foi graças a esse tipo de realidade que o homem pôde sonhar, desejar e transformar em algo concreto os seus sonhos. Afinal, vivemos e desfrutamos hoje de uma infinidade de objetos e ambientes que um dia foram imaginados e que se acreditou que poderiam existir. Assim, diante da lógica que dizia que “o homem não tem asas, sendo assim ele nunca voará”, a realidade imaginada permitiu alimentar a ideia de que o homem voar poderia se tornar uma realidade efetiva. A *realidade imaginada* possibilitou, também, a cooperação entre os homens, afinal, ninguém consegue realizar um sonho sozinho.

São diversas as realidades imaginadas pela humanidade que tornaram possível o surgimento de novas regras, de novos padrões de comportamento e de novos costumes, ou seja, das características do que hoje conhecemos por “cultura”. “Desde que apareceram, as culturas nunca cessaram de se transformar e se desenvolver, e essas alterações irrefreáveis são o que denominamos “história” (HARARI, 2015, p. 45). Sendo assim, segundo Harari, a Revolução Cognitiva é o momento no qual a história se despreendeu da biologia, pois, até esse ponto, as ações humanas eram provenientes do reino biológico, mas, a partir da Revolução Cognitiva, “as narrativas históricas substituem as narrativas biológicas como nosso principal meio de explicar o desenvolvimento do *Homo sapiens*” (HARARI, 2015, p. 45). A transformação da espécie humana, ou melhor, a transformação do *sapiens* não pode ser pautada apenas nos aspectos biológicos, quer dizer, na interação entre seus genes, hormônios e organismo. Precisa-se levar em consideração também a interação dos elementos cognitivos, psíquicos: as ideias, imagens, sons, fantasias, desejos e perturbações, inquietudes, as quais nos permitiram criar tecnologias e avançar no seu aperfeiçoamento. Durante séculos o homem vem fazendo descobertas de objetos ou processos que facilitam a execução de suas tarefas diárias. Os

diferentes processos, ou seja, as várias técnicas utilizadas para chegar-se a um determinado resultado é o que chamamos de tecnologias.

As transformações tecnológicas não ocorrem de forma isolada. Elas ocorrem em conjunto com as interações, com as transformações sociais e com as transformações dos interesses do mercado econômico, os quais deixam de utilizar regras antigas de convivência e passam a utilizar novas. Em outras palavras, a interação social, acompanhada de ferramentas e/ou de ações tecnológicas, somada às transformações do mercado, contribui para as revoluções e para mudança significativa de comportamento na sociedade (CASTELLS, 1999, p. 43; MATURANA, PORKSEN, 2004, p. 97-108).

Os grupos sociais humanos eram nômades e viviam da caça e coleta de alimentos orgânicos. Quando membros desses grupos passam a demarcar a terra, utilizá-las como propriedades privadas, se apossando de espaços específicos e a plantar e colher mantimentos provenientes delas, temos a Revolução Agrícola. Uma mudança radical nos costumes do homem, que, em vez de caçar e coletar frutos que a natureza lhe oferece de forma “natural”, passa a transformar a terra e a colher o que foi plantado por ele mesmo (HARARI, 2015, p. 107; FLUSSEN, 2007, p. 37). Mas a revolução agrícola não pode estar condicionada apenas a propriedade privada, pois diversos povos indígenas vêm a terra como um bem coletivo, que pertence a todos e todos podem plantar nela e viver dela. Podemos enxergar então o fenômeno da revolução agrícola como o ato do homem utilizar técnicas para cultivar alimentos em terrenos específicos – a intervenção humana para o plantio e cultivo de alimentos – sejam esses terrenos ou terras privadas, de propriedade coletiva, livres ou invadidas.

A Revolução Científica, que tem grande destaque no século XVI, é mais um dos momentos cruciais da história da humanidade. Ela se caracteriza por ter sido uma revolução do conhecimento, na qual o homem (ou, ao menos, um grupo deles) dá-se conta de que ele não sabe tudo, de que não possui resposta para todas as questões, e isso num momento em que “tradições de conhecimento pré-modernas, como o islamismo, o cristianismo, o budismo e o confucionismo afirmavam que tudo que é importante saber a respeito do mundo já era conhecido” (HARARI, 2015, p. 261). “Novos mundos” foram descobertos no século em que a Revolução Científica teve início, entre eles, o continente americano e, nele, o Brasil.

2.3 Identidade e Cultura

Na fase de idealização desta pesquisa, foi identificada a necessidade de trazer dados que nos auxiliassem a refletir sobre algumas questões. Assim, ainda que já tenham sido citadas na Introdução, entendeu-se que seria importante reapresentá-las aqui, pois elas foram de grande valia para a construção deste capítulo, de modo que auxiliaram a refletir sobre os temas abordados nele e a compreendê-los. Trata-se das seguintes questões: o que é identidade? O que é cultura? Qual é a minha identidade? A qual cultura eu pertencço? Qual foi a cultura a que eu deixei de pertencer? É possível deixar de pertencer a uma cultura? Qual a relevância da identidade e da cultura na vida do(s) sujeito(s)?

A busca por responder a essas questões tem como objetivo aclarar e compreender as identidades e as culturas dos povos indígenas, os quais são o *locus* da presente investigação. Ainda que não sejam inquietações ligadas apenas à temática indígena, elas, certamente, também fazem parte da história de muitos membros de populações que sofreram um processo (ou uma tentativa) de apagamento cultural, grupos que, ao se interrogarem a respeito dessas questões, também podem se perguntar: como suas histórias começaram, ou melhor, qual foi o percurso dessas histórias até o surgimento dos membros? E: qual é a história do indivíduo e qual é a história que justifica ou explica o contexto social no qual ele foi inserido ao nascer?

Um dos modos de se entender as noções de cultura e de identidade, segundo Cunha (1995), é o “platônico”, a partir do qual é possível perceber a identidade e a cultura como “coisas”. Desse ponto de vista, a identidade estaria atrelada ao desejo de ser um modelo cerne e, a cultura, a um conjunto de normas e de costumes pré-existentes. Nas palavras da autora

A identidade consistiria em, pelo menos como um horizonte almejado, ser “idêntico” a um modelo, e supõe assim uma essência, enquanto a cultura seria um conjunto de itens, regras, valores, posições, etc. previamente dados. Como alternativa a esta perspectiva, pode-se entender a identidade como sendo simplesmente a percepção de uma continuidade, de um processo, de um fluxo, em suma, uma memória. A cultura não seria, nessa visão, um conjunto de traços dados e sim a possibilidade de gerá-los em sistemas perpetuamente cambiantes. Por comodidade, poderíamos chamar esta postura de “heracliteana”. (CUNHA, 1995, p. 129-130).

O filósofo Heráclito (nascido na cidade de Éfeso em 540 a.C.) defendia que “**o mundo e a natureza são constantes movimentos**” e que, **dessa forma**, “tudo muda o tempo todo, e o **fluxo perpétuo** (movimento constante) é a principal característica da natureza” (RUSSEL, 2002, grifo nosso). Mas será que essa reflexão também se aplica às organizações sociais?

2.3.1 Identidade

A obra **A liberdade** (1989) de Zygmunt Bauman apresenta-nos o conceito de liberdade e os diversos significados que ele adquiriu em determinadas épocas e espaços. O autor deixa claro que “a mensagem do livro é que a liberdade individual não pode e não deve ser encarada como dado adquirido, uma vez que aparece (e desaparece, talvez) em conjunto com um determinado tipo de sociedade” (BAUMAN, 1989, p. 18). A concepção de liberdade do indivíduo, ou dos indivíduos, nasce como um privilégio e vem sendo mantida assim desde então. Bauman (1989, p. 21) afirma, igualmente, que a liberdade pode dividir e separar, colocando “os melhores à parte dos restantes”. Também de acordo com o filósofo e sociólogo, ela “vai buscar o seu atractivo à diferença; a sua presença ou ausência marca e fundamenta o contraste entre o alto e o baixo, o bom e o mau, o cobiçado e o repugnante”. O autor ainda complementa que:

Para *uma pessoa* ser livre tem de haver pelo menos *duas*. A liberdade pressupõe uma relação social, uma assimetria de condições sociais; essencialmente implica diferença social – presume e implica a presença de divisão social. Alguns podem ser livres somente na medida em que possam esperar fugir. Se ser livre significa poder ir seja para onde for (o OED [Oxford English Dictionary {N.T.}] faz remontar estes costume a 1483), significa também que há pessoas que estão presas à sua casa e a quem é negado o direito de se deslocarem livremente. Se ser livre significa soltarmo-nos das amarras e das obrigações (OED, 1596) ou do trabalho e dos deveres morais (OED, 1697), isto só faz sentido graças aos outros que estão amarrados, que suportam obrigações, que trabalham e têm deveres. Se ser livre significa agir sem restrições (OED, 1578), isso implica que as acções de alguns outros são coagidas. No inglês antigo e da Idade Média, liberdade significava sempre uma isenção – de impostos, de portagem, de obrigações, de jurisdição devidos a um senhor. A isenção, por sua vez, significava privilégio: ser livre queria dizer ter acesso a direitos exclusivos – de uma corporação, de uma cidade, de um estado. Os que eram assim isentos e privilegiados entravam nas fileiras dos nobres e dos ilustres. Até ao fim do século XVI “liberdade” era sinónimo de bem nascido e bem criado, de nobreza, de generosidade, de magnanimidade – de todas as características que os poderosos e os fortes reivindicavam como indício e razão da sua exclusividade e

superioridade. Mais tarde perdeu a sua conotação com o ser bem nascido. Mas conservou o seu significado de privilégio. O discurso da liberdade incidia agora na questão de *quem* tinha o direito de ser livre dentro de uma condição humana essencialmente não-livre. (BAUMAN, 1989, p. 21-22, grifos do autor).

Lincado ao contexto de liberdade apresentado por Bauman, percebem-se, a partir do mesmo autor, os elementos que contribuem para a construção da identidade e para a percepção de como ela é reconhecida, conforme mencionado a seguir: “Não apenas a maneira como o indivíduo livre atua, mas a própria identidade de homens e mulheres como indivíduos será reconhecida como obra da sociedade” (BAUMAN, 1989, p. 16). Analisando esse trecho, podemos dizer que a identidade do indivíduo é fruto da relação que ele estabelece com a sociedade em que está inserido e, uma vez que o indivíduo está inserido numa sociedade, é possível identificar, nele, características que o diferenciam dos demais membros, particularidades que dão a ele o que chamamos de identidade e que compõem sua identidade individual. Dependendo do momento histórico em que esse indivíduo viva e, também, da cor da sua pele e dos locais onde nasceu e onde vive, ele pode ou não desfrutar da liberdade, uma vez que ela faz parte do seu contexto temporal e social. Assim, ele pode ter liberdade de ir e vir na sua casa, no seu bairro, mas, ao sair do seu espaço de crescimento, do seu território geográfico, pode ser declarado culpado e preso por questões preconceituosas e racistas, realidade comum para muitos indígenas e negros que vivem, que vivenciaram ou que ainda estão vivenciado a história brasileira.

Na compreensão de Weiszflog (1998), “a identidade pode ser caracterizada por uma série de características próprias de uma pessoa ou coisa por meio das quais podemos distingui-las”. Ainda para o autor, a característica é “o que difere uma pessoa de outra; que é particular e próprio de algo ou de alguém; qualidade capaz de identificar, definir ou classificar alguém ou alguma coisa: característica física, emocional, intelectual” (WEISZFLOG, 1998). Logo, podemos dizer que a identidade de um objeto ou pessoa é dotada de características físicas e funcionais – a palavra funcional, quando aplicada ao um objeto, indica a sua função, o seu propósito de utilização, qual a sua serventia, como será utilizado, indicação que infelizmente pode se estender também para o ser humano.

Com relação às características físicas, elas estão relacionadas à aparência do objeto ou da pessoa. Alguns exemplos de características físicas são a cor, o tamanho, o peso. Já as características funcionais são aquelas que envolvem a ação de um objeto ou pessoa, sendo exemplos o seu andar, falar, pensar e agir. As funcionalidades de um objeto podem ser relacionadas com o propósito da sua existência ou criação. Assim, um martelo, a priori, serve para pregar pregos, entretanto, outras funcionalidades podem ser atribuídas a ele. Mas, e com respeito às pessoas, para que elas servem? A princípio, sabemos que elas possuem suas “serventias” e, também, utilizam suas funcionalidades para diversos propósitos.

O conjunto das características pode nos ajudar a identificar uma pessoa e, até mesmo, nos permite arriscar a dizer a qual grupo social (cultura) ela pertence, o que pode ser feito a partir de seus aspectos físicos ou de sua forma de agir (características funcionais). Mas será que apenas os aspectos físicos ou a aparência de uma pessoa ou objeto pode, de fato, afirmar a sua origem?

Sabe-se, então, que a identidade de um objeto carrega uma série de características que nos ajudam a identificá-lo. Além disso, graças a essas características, é possível categorizar o objeto. Em outras palavras, pode-se dizer que a identidade carrega uma série de características pelas quais se pode tanto definir um objeto (de acordo com sua forma física e funcional) como estabelecer a qual categoria ele pertence. Porém, neste trabalho, frisamos a identificação de pessoas e de grupos sociais, em especial, os sujeitos que fazem parte dos povos indígenas no Nordeste do Brasil.

2.3.2 A formação da identidade

“[...] a identidade é formada na “interação” entre o eu e a sociedade” (HALL, 2000, p. 11).

Hall (2000) distingue três concepções de identidade: (a) a do sujeito do Iluminismo; (b) a do sujeito sociológico; e (c) a do sujeito pós-moderno. O sujeito possui um núcleo interior que aparentemente não é autônomo, mas formado por meio das relações sociais, principalmente as que se estabelecem com as pessoas mais próximos dele. Para o autor:

A noção de sujeito sociológico refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e auto-suficiente, mas era formado na relação com “outras pessoas importantes para ele”, que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos – a cultura – dos mundos que ele/ela habitava. G.H. Mead, C.H. Cooley e os interacionistas simbólicos são as figuras-chave na sociologia que elaboraram esta concepção “interativa” da identidade do eu. De acordo com essa visão, que se tornou a concepção sociológica clássica da questão, a identidade é formada na “interação” entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o “eu real”, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem. (HALL, 2000, p. 11).

Com relação a essa citação, se faz necessário deixar claro que tanto o “eu” (sujeito, indivíduo) como sua identidade não são estáticos, mas passam – estão passando e sempre passarão – por transformações que resultam em novos hábitos sociais e culturais.

As concepções de identidade apresentadas por Hall (2000) estão organizadas de forma temporal. Assim, no sujeito do Iluminismo europeu, vê-se a figura da identidade como algo pronto. Segundo essa concepção, “o sujeito nascia e com ela se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo – contínuo ou ‘idêntico’ a ela – ao longo da existência do indivíduo” (HALL, 2000, p. 12). No que se refere à segunda concepção, de sujeito sociológico, ele, como mencionado anteriormente, “refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo” (HALL, 2000, p. 11), mas, sim, formado na sua relação com o meio social em que está inserido. Ou seja, para essa noção, a identidade do sujeito é preenchida por influências internas e externas. A partir daí, vamos internalizando significados e valores na construção de nossa identidade, uma vez que, segundo a compreensão de Vieira (2009), “nossa identidade não é somente algo que nós recebemos; ela é ao mesmo tempo nosso próprio projeto” (VIEIRA, 2009, p. 104), ou seja, ela é, também, projetada. Com respeito à última categoria, de sujeito pós-moderno, Hall o conceitualiza como “não tendo uma identidade fixa” (HALL, 2000, p. 12). Podemos dizer que ele é fruto do surgimento da globalização e da velocidade com que ela vem se propagando graças ao aprimoramento dos meios de transporte e, também, dos meios comunicacionais. Para o sociólogo:

O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não

resolvidas. Correspondentemente, as identidades, que compunham as paisagens sociais “lá fora” e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as “necessidades” objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático.

Esse processo produz **o sujeito pós-moderno**, conceptualizado como **não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma “celebração móvel”**: formando e transformando continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpretados nos sistemas culturais que nos rodeiam (Hall, 1987). É definida historicamente, e não biologicamente. **O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente.** Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora “narrativa do eu” (veja Hall, 1990). A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2000, p. 12-13, grifos nossos).

A partir do momento em que identificamos pessoas e/ou objetos por meio de suas características é possível separá-las, juntá-las, categorizá-las e medir tanto suas semelhanças e diferenças como sua função, serventia e importância. Trazendo para o contexto humano e social, no decorrer da história temos a formação de diferentes grupos sociais que são separados por época e por modos de vida. Podemos dizer que tais características, ou seja, seu modo de vida, suas práticas, seus costumes, entre outras ações que os podem diferenciar de outros grupos, são a sua cultura (ou seriam a sua identidade coletiva?). Então, reformulando a frase, podemos dizer que: no decorrer da história temos a formação de diferentes grupos sociais que possuem culturas diferentes. Dessa forma, por meio das características físicas e funcionais de um indivíduo, costuma-se a identificá-lo e arrisca-se a dizer a qual grupo social ele pertence, ou seja, qual é a sua origem social, sua cultura, sua identidade coletiva.

Arriscamos expressar que os povos indígenas podem estar enquadrados na identidade sociológica (moderna) e pós-moderna a depender no nível de interação que o povo vem tendo com diferentes culturas analisando a situação a partir do seguinte contexto: os povos indígenas que ainda conseguem viver de

forma isolada ou têm pouco contato com diferentes culturas – especialmente a do homem branco – podem ser enquadrados a identidade do sujeito sociológico (moderno) levando em consideração que esses “ainda têm um núcleo ou essência interior que é o “eu real”, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem (HALL, 2000, p. 11)”; os povos indígenas que possuem contato contínuo com os povos não indígenas passaram (e ainda passam) por grandes interações sociais e processos bruscos de transformações culturais e identitárias, tal experiência pode enquadrá-los na identidade do sujeito pós-moderno, mesmo que no discurso de muitos dos membros desses povos seja possível observar uma conexão mais íntima com a identidade sociológica. Acreditamos que em ambas as identidades, o sujeito pode ter um “eu” interior, um “eu” real, que pode se conectar com as diferentes identidades absorvidas no processo de construção da identidade. Esse “eu” pode ser chamado de “essência”. A essência do “eu” do sujeito, a essência da cultura de um coletivo que traz consigo características únicas, características “raiz”, características que fazem parte da “alma de um sujeito, da alma de um coletivo”.

2.3.3 Cultura

O termo cultura foi utilizado inicialmente por Edward Tylor. De acordo com Laraia (1993), ele “definiu cultura como sendo todo o comportamento aprendido, tudo aquilo que independe de uma transmissão genética” (LARAIA, 1993, p. 28). É importante deixar claro que a cultura não faz parte de uma herança genética, a qual nasce com o indivíduo e pode ser exercida por ele em qualquer circunstância de sua vida. Assim, como a identidade é formada através da interação do indivíduo com o meio social em que está inserido, a cultura também é construída e moldada através das interações sociais. Como explica o autor:

No final do século XVIII e no princípio do seguinte, o termo germânico Kultur era utilizado para simbolizar todos os aspectos espirituais de uma comunidade, enquanto a palavra francesa Civilization referia-se principalmente às realizações materiais de um povo. Ambos os termos foram sintetizados por Edward Tylor (1832 – 1917) no vocábulo inglês Culture, que “tomando em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo

homem como membro de uma sociedade” (Edward Tylor, 1871, cap. 1. p. 1). (LARAIA, 1993, p. 25).

Em linhas gerais, podemos dizer que a cultura está ligada não apenas a um sujeito, mas, sim, a um conjunto de sujeitos que possuem diversas atividades em comum – que formam um grupo social. Essas ações podem estar ligadas à forma de preparar alimentos, à religião, aos rituais, ao tipo de economia, aos cuidados com a família, às técnicas e tecnologias, relacionadas ou não à agricultura, ao lazer, às comemorações. Por exemplo, na cultura brasileira contemporânea ainda é comum presenciar muitas famílias se alimentarem, diariamente, com arroz e feijão (nas regiões do Norte e Nordeste, podemos acrescentar a farinha de mandioca e outros alimentos). É claro que há as exceções, pois o fato de o sujeito pertencer a uma determinada cultura não o condiciona a exercer todos os elementos que fazem parte dela. Assim, conforme afirma Laraia (1993):

A participação do indivíduo em sua cultura é sempre limitada; nenhuma pessoa é capaz de participar de todos os elementos de sua cultura. Este fato é tão verdadeiro nas sociedades complexas com um alto grau de especialização, quanto nas simples, onde a especialização refere-se apenas às determinadas pelas diferenças de sexo e de idade. (LARAIA, 1993, p. 82).

Agora que já temos claros os conceitos de identidade e de cultura, podemos abordar o tema da identidade cultural.

2.3.4 Identidade Cultural

A partir das informações apresentadas anteriormente, podemos considerar que a identidade cultural é aquela que possui aspectos que nos ajudam a identificar a cultura de um determinado grupo social, as características pertencentes a esse grupo, as quais, inclusive, podem nos auxiliar na identificação da sua origem.

É necessário, porém, ter cuidado para não confundir as características culturais e, a partir delas, construir estereótipos. Por exemplo, quando estive na Espanha, era comum a crença, por parte de alguns habitantes do país, de que, no Brasil, todos gostavam de samba, sabiam jogar capoeira e viviam num eterno carnaval todos os dias do ano. Assim, a partir do conhecimento de alguns aspectos da cultura, criou-se uma imagem do país e de como “todos” os seus

membros viviam, muitas das vezes não levando em consideração que não só um brasileiro, mas um espanhol ou um português também podem gostar de samba, jogar capoeira e desfrutar do carnaval. Dentro dos níveis de globalização atual, que caracterizam o homem contemporâneo como multicultural, não podemos descartar a possibilidade de um brasileiro ter adotado as características presentes na cultura portuguesa, e o mesmo se aplica a um português, um espanhol, um alemão e, inclusive, a povos indígenas e afrodescendentes. A interação contribui, todos os dias, para a transformação individual e essas transformações se refletem no grupo social. Ao ter-se contato com outras culturas já há troca de saberes e de costumes que resultam em transformações culturais, mudanças acabam fazendo parte da identidade cultural – a qual não é estática.

2.4 Nação

Em sua tese de doutorado intitulada **“Volveré, y Seré Millones”**: Contribuições Descoloniais dos Movimentos Indígenas Latino Americanos para a Superação do Mito do Estado-Nação, Lacerda (2014) aborda os temas da nação, do nacionalismo e dos países plurinacionais, entre outros pontos que permeiam a questão indígena. A autora apresenta as diferentes definições que foram, ou acrescentadas ao termo “nação”, ou retiradas dele, ou, ainda, que lhe foram ajustadas e adaptadas no decorrer do tempo, mudanças que enfatizam ainda mais a complexidade relacionada a esse conceito.

Dando início à discussão dos elementos que ajudem a compreender o termo “nação”, destaca-se que ele já apresenta dificuldades desde suas origens históricas, pois, desde seu surgimento, ele foi ganhando diversos significados, dependendo do local e do tempo em que foi utilizado. Essa é, inclusive, uma realidade que ainda o acompanha, pois seu sentido segue, mesmo atualmente, em processo de reelaboração, a qual se dá em função do contexto em que é empregado.

De acordo com Lacerda (2014), Hobsbawm lembra que se deve considerar, em primeiro lugar, o fato de que, de uso vernacular nas línguas românicas, a palavra foi sendo utilizada como um “empréstimo estrangeiro” pelas demais línguas. Designando “nascimento ou grupo de descendência”, o termo

latino *natie* seria empregado com essa conotação tanto no francês medieval quanto – por “empréstimo” – no alemão vulgar medieval. Para a língua alemã, apenas no século XVI o termo passaria a ser empregado no sentido de *Volk* (povo), mas tendo “hoje claramente as mesmas associações que as palavras derivadas de ‘natio’”. Hobsbawm também informa, segundo relata Lacerda (2014), que nas edições anteriores a 1884 do Dicionário da Real Academia Espanhola, a palavra *nación* “significava simplesmente ‘o agregado de habitantes de uma província, de um país ou de um reino’ e também ‘um estrangeiro’”. O termo era empregado como distintivo entre grupos que se relacionavam, podendo ser designativo de corporações, de comunidades de estrangeiros vivendo numa dada localidade, ou até mesmo de grupos de estudantes das antigas universidades. Do mesmo modo, Greenfeld, também citado por Lacerda (2014), observa que, na Inglaterra do século XVI, antes do advento dos Tudor, “the word ‘nation’ meant something entirely different; it referred to a political and cultural elite, rather than to a society as a whole” (LACERDA, 2014, p. 30-31).

Percebe-se, dessa forma, a existência de diferentes significados e usos em relação ao vocábulo “nação”, de acordo com a realidade, contexto e época em que é utilizado. Ainda para a autora, o conteúdo que faz parte da semântica da palavra é um dos “mais confusos e incertos do dicionário político” (LACERDA, 2014, p. 31). Tal situação reflete-se em outro vocábulo, derivado dela: “nacionalismo”. Diante da multiplicidade de concepções agregadas também a este termo, entende-se que há uma escassez de teorias plausíveis a respeito dele. Lacerda (2014) destaca, igualmente, que, para Hobsbawm, a amplitude e imprecisão no uso do termo seria tanta que, como consequência, ele “pode significar, hoje, muito pouco”. Também de acordo com a pesquisadora, Dieckhoff vê, pelo contrário, essa imprecisão como “valiosa” para a sua disseminação: “para que a recepção do nacionalismo seja o mais ampla possível, é de fato imperativo que ele não esteja associado a nenhum projeto político em particular”. (LACERDA, 2014, p. 32-33)

Mesmo diante da falta e clareza, tanto do vocábulo “nação” quanto da sua derivação, “nacionalismo”, os diferentes autores apresentados possuem um ponto em comum: eles reconhecem a extraordinária força emocional que se exerce por meio do nacionalismo, noção que proporciona o sentimento do

pertencimento ao grupo nacional no qual se está inserido. Tal sentimento, por sua vez, pode propiciar debates intensos a nível político, os quais, inclusive, também resultam na perda diária de vidas, como consequência de discursões e de defesas de diferentes pontos de vista.

No caso de Ribeiro (2004), a autora, também citada por Lacerda (2014) apresenta o conceito de nação a partir de duas correntes, a modernista e a etnicista, as quais também foram tratadas por Lacerda (2014).

Em linhas gerais, a corrente modernista, composta por liberais e marxistas, vê a temática da nação, bem como a do nacionalismo, como possuidoras de um vínculo profundo com os “fenômenos sociais, políticos, econômicos e culturais produzidos pela modernidade” e, mais especificamente, “com a construção do Estado moderno, na forma final que adquiriu a partir das revoluções do século XVIII” (LACERDA, 2014, p. 35).

Já para a corrente etnicista, o conceito de “nação” representa a identidade particular de uma comunidade específica, na qual seus membros expõem, de forma convicta, o fato de pertencerem e de serem originários de uma ancestralidade comum, demonstrando “consciência de sua singularidade grupal em relação aos demais, ou seja, uma identidade “étnica” (LACERDA, 2014, p. 40). De acordo com a autora, essa corrente não vê a “nação” como “uma ‘comunidade imaginada’ a partir da disseminação de uma língua oficial e de uma imprensa escrita”, mas esse conceito “expressaria uma identidade específica assumida por uma comunidade de origem étnico-cultural e linguística determinada” (LACERDA, 2014, p. 40). Nesse sentido, a “nação”, aqui, não é vista como algo novo, ao contrário, ela é vista como uma presença contínua da história. Da mesma forma, ela não é entendida como um “fenômeno identitário decorrente da homogeneização cultural proporcionada pelo Estado moderno em territórios determinados, mas como expressão de uma identidade coletiva baseada no compartilhamento da crença em uma origem comum” (LACERDA, 2014, p. 39-40).

Para os autores que fazem parte da corrente modernista, é perceptível a adoção dos conceitos de nação e de nacionalismo no sentido que lhes dá o Estado moderno e, da mesma forma, a necessidade de associar tais conceitos a esse momento histórico. Conforme expõe Lacerda (2014), Hobsbawm chega mesmo a afirmar que a “nação” está indissociavelmente ligada à ideia de Estado,

ou seja, o “Estado-nação” enquanto forma de Estado territorial moderno, não fazendo sentido discuti-la, assim como a nacionalidade, “fora desta relação”. Do mesmo modo, como também evidencia a pesquisadora, outros autores têm percepções que vão no mesmo sentido. Assim, Anderson nota esse vínculo ao ver a nação e o nacionalismo como produtos culturais específicos do Estado moderno em fins do século XVIII. Bauman, por sua vez, vê a histórica relação entre Estado e nação como a de um “casamento”, onde ambos “precisavam um do outro”: ligado à nação, o Estado legitimava-se enquanto única condição viável para o futuro da “nação” e, assim, conseguiria perpetuar a si próprio. Por fim, Wallerstein entende que haveria um “evidente e inevitable vínculo” entre a realidade dos Estados enquanto parte da superestrutura política do moderno “sistema-mundo”, e “su realidad de nación”. Para ele, sem alçar essa condição, o Estado não teria meios de participar nem de competir no sistema (LACERDA, 2014, p. 37).

Segundo Lacerda (2014), a ideia da aliança “identitária entre Estado e Nação tem predominado historicamente nos discursos jurídicos e políticos acerca da identidade do Estado e das instituições a ele relacionadas” (LACERDA, 2014, p. 46). Dessa forma, tem-se utilizado frequentemente a palavra “nação” para se referir ao “Estado”, como se ambos os termos carregassem o mesmo peso “a ponto de ser padronizado no uso corrente da expressão “Estado-nação”” (LACERDA, 2014, p. 46). Podemos dizer que o conceito de Estado remete a duas compreensões. Na primeira delas, tem-se a visão de que no Estado há apenas uma “nação”, já, na segunda, compreende-se a “nação” como expressão de uma identidade singular. Para Lacerda (2014):

Tem-se assim uma única dimensão na esfera das lealdades: a inevitável lealdade à nação à qual se pertence, por ser a única, é também, automaticamente, a lealdade ao próprio Estado, uma vez que este encarna a própria identidade nacional. (LACERDA, 2014, p. 47).

Também para a pesquisadora, essas compreensões estão tão disseminadas e enraizadas “na América Latina e no continente americano como um todo, que para muitos concluir de modo diferente soa praticamente como uma heresia” (LACERDA, 2014, p. 47). Apesar disso, nem sempre o conceito de Estado-nação foi compreendido dessas formas, pois, para os primeiros pensadores que podemos chamar de filósofos nacionalistas do século XVIII, a compreensão era outra, conforme relatado a seguir:

[...] ao defender a ideia de um “espírito da nação”, [Montesquieu] não o atrelara ao Estado. Tampouco o faria Rousseau com sua ideia de “caractère national”. A ideia de um “espírito geral” da nação, colocada por Montesquieu no seu “De l’Esprit des Lois” relaciona a concepção da identidade nacional não ao Estado, mas aos “costumes e às maneiras de um povo”. Assim, afirma que “Plusieurs choses gouvernent les hommes: le climat, la religion, les lois, les maximes du gouvernement, les exemples des choses passées, les moeurs, les manières; d’où il se forme un esprit qui en résulte. Essa dimensão cultural do espírito geral da nação deveria ser objeto da atenção e respeito por parte do governante. Neste sentido, Montesquieu advertia que “il est aussi dangereux, et plus, de renverser l’esprit général que de changer une institution particulière”. (LACERDA, 2014, p. 47-48).

Vemos, então, o Estado moderno “se apossando” do conceito de “nação”, moldando uma compreensão que resultaria na criação de um mito moderno, o qual foi utilizado pelo Estado para governar o povo numa França revolucionária, que passava por um período de iluminismo. Nesse momento, o Estado moderno, a nacionalidade e, até mesmo, a existência da própria França, é questionada. Ao observarmos a composição da nação francesa, dentro dos limites geográficos de seu Estado, percebe-se que esse país não se originou de uma única nação e que, atualmente, há, em sua composição, ao menos outras vinte nações distintas. Sendo assim, poderíamos afirmar que a França é um país plurinacional, situação que se aplica a muitos outros países nos dias atuais. A divisão de Estados, ou seja, os países, com as fronteiras que limitam as nações, as quais, por sua vez, limitam as províncias e as cidades não são reais, não são e nem fazem parte de um processo biológico ou natural. O ser brasileiro, português, espanhol, mulçumano, entre outras tantas divisões categóricas utilizadas para identificar pessoas que vivem ou que são originárias de determinadas regiões geográficas, são imaginadas e criadas pelo homem, são mitos.

Para a corrente modernista, o conceito de “nação” passa a fazer maior sentido, ante as demandas históricas da Europa Ocidental, com o surgimento do Iluminismo e da Revolução Francesa. A partir da necessidade de um modelo de administração estatal que auxiliasse no gerenciamento da população para que ela fizesse a vontade do Estado, a criação da ideia de “nação” ressurgiu como projeto de unificação da população e, conseqüentemente, a incentiva e proporciona sua homogeneização cultural. Ou seja, a “nação” não é um processo histórico natural, mas, sim, a partir da análise contextual apresentada aqui, um mito moderno que ganhou novos significados no período do Iluminismo, ante a

Revolução Francesa, com a finalidade de unificar pessoas em prol da construção de uma nova sociedade, idealizada por um grupo composto de intelectuais e burgueses que representavam o novo poder, o novo Estado. Logo, pode-se perceber a nação sendo administrada por um pequeno grupo de pessoas que, ao terem contato com o poder, reproduzem os mesmos atos de seus antecessores, porém de forma aparentemente mais “leve” do que a monarquia.

2.4.1 O nacionalismo

O conceito de nacionalismo, derivado da palavra nação, também ganha diferentes significados, ou melhor dizendo, interpretações, entre os autores que tratam o tema da nação, principalmente entre os alinhados às correntes etnicista e moderna. Quanto ao etnicismo, ele vê o conceito de nacionalismo como um sentimento ligado a um grupo de pessoas que espera conseguir manter uma condição de autonomia, a qual é considerada, por parte de seus membros, como essencial para uma nação, seja do presente seja potencial. Nesse sentido, o nacionalismo é visto pelos etnicistas como uma forma de manifestação da relação da “identidade com a comunidade nacional específica, e não com o Estado” (LACERDA, 2014, p. 40).

Como explica Lacerda (2014), para a corrente “eticista” não há uma relação necessária entre a nação e o nacionalismo com o Estado moderno. De acordo com ela, na concepção de Connor, por exemplo, a ideia de “nação” não é percebida como expressão do vínculo jurídico e político que confere identidade ao agrupamento humano em relação ao Estado. Para esse autor, a “nação” constitui uma identidade vinculada não ao Estado, mas a um grupo étnico definido e autoconsciente de que sua identidade é própria e distinta das demais. A coincidência entre “nação” e fronteiras estatais defendida pelas correntes liberais e modernistas como necessária seria apenas eventual. Dessa forma, diferentemente do que ocorre com a corrente “modernista”, para a “eticista” as referências aos termos “nação” e “nacionalismo” não se encontram necessariamente ligadas ao Estado. Ou seja, quando falam em “nação”, os “eticistas” não estão se referindo ao Estado moderno, mas à comunidade étnico-cultural presente em seus limites territoriais – ou que existe para além deles. Nação e Estado são, nesta perspectiva, conceitos que não se encontram

obrigatoriamente conectados. Daí decorrer o fato, naturalmente encarado pelos “eticistas”, de o Estado vir a abrigar mais de uma nacionalidade no interior de suas fronteiras (LACERDA, 2014, p. 41-42).

Dessa concepção pode advir o temor do Estado moderno (de alguns países, por exemplo, o Brasil) em reconhecer que é um Estado plurinacional, ou seja, em cujos limites geográficos há mais de uma “nação”. Como conceber tal ideia quando o conceito de nação adotado por esses países se confunde com o conceito de Estado? Ainda mais quando essa confusão e aparente união entre os termos, que para muitos são considerados sinônimos, facilita a administração e a dominação de populações por um grupo que, mesmo sendo minoritário, vem, de geração em geração, representando o Estado. Seguramente os representantes desse grupo têm plena consciência de tal situação e buscam, veementemente, ocultar a existência da plurinacionalidade dentro de suas fronteiras. Na verdade, o termo “suas” é inadequado já que se trata das fronteiras do país em que vivem, uma vez que o território pertence à nação. Mesmo diante dessa evidência, porém, esses sujeitos buscam meios de usurpar os direitos dos demais, aproveitando-se da ignorância da população para se deleitar e desfrutar de benefícios que deveriam estar ao alcance de todos.

Na América Latina há países que são plurinacionais e já são reconhecidos dessa forma, casos da Bolívia e do Equador. Na realidade, com a propagação e o fortalecimento da globalização, praticamente podemos dizer que todos os países que acolhem (oferece residência) dentro de seus limites geográficos a pessoas de diferentes culturas, de diferentes “nacionalidades”, podem ser considerados países plurinacionais. Talvez os países que não reconhecem tal realidade tenham medo de perder sua “soberania” ou de não conseguir administrar as diferentes demandas que podem ocorrer a partir desse reconhecimento.

Entretanto, cabe pontuar que não haveria problema em tal reconhecimento, bastando que todas as culturas fossem respeitadas e se respeitassem entre si, e, além disso, que as leis que contribuem para a harmonia da população estivessem pautadas nos direitos humanos e, de fato, fossem postas em ação, proporcionando melhores condições de vida ao povo, à nação (no sentido proposto pela mencionada corrente etnicista). É isso o que precisaria prevalecer, ao contrário do que se vê com mais frequência, ou seja, as leis e os

direitos, que deveriam beneficiar a população, sendo cedidos apenas ao Estado, na figura de seus representantes, amigos e apoiadores. Como consequência dos vários desvios de conduta que se observa, a maioria da população sofre com a fome, com a violência e com a falta de saúde, além de viver na miséria e na ignorância. Com relação a esta última condição, ela se explica pelo fato de que um povo que não conhece seus direitos não é instruído e, logo, se torna mais fácil de manejar e de dominar, o que o deixa mais suscetível a que se possa usurpar todos os seus direitos humanos. Diante desse panorama, o que, afinal, o futuro nos reserva? Teremos planetas plurinacionais também? Ou será que a partir da conquista (ou invasão) de novos planetas o egoísmo permanecerá e o negacionismo da existência da diversidade nacional dentro dos limites geográficos de um país se reproduzirá? O que se verifica, na verdade, é, por parte da grande maioria dos representantes do Estado, a negação tanto da existência da diversidade como da evidência de que é preciso conviver com ela. Dessa forma, em vez de buscar homogeneizar o país, como a coroa portuguesa tentou fazer por muito tempo durante o período colonizador, é necessário reconhecer a sua plurinacionalidade e, ao lado disso, criar condições para que se possa aceitar essa realidade e, também, para que se possa continuar vivendo com ela. Assim, é essencial aprender a lidar com a complexidade e, efetivamente, buscar formas que nos auxiliem a construir um bem-estar respeitoso a todos, inclusive aos territórios, ao meio ambiente e, também, aos animais – que, aparentemente, são os irracionais.

2.4.2 O mito ganha força e é replicado

No surgimento do Iluminismo e da Revolução Francesa, a concepção de “nação” ganha maior sentido, levando-se em conta o conceito histórico da Europa Ocidental. O Estado precisava, podemos dizer, de uma ideologia, de um simbolismo consistente que o auxiliasse na administração da população, que o ajudasse a unificar o país e a fazer com que todos que estivessem sob sua jurisdição geográfica acreditassem nele e o obedecessem. Vê-se então, segundo a corrente dos pensadores modernistas, o surgimento da “nação” como um mito moderno.

Mais tarde, na América Latina, observa-se a reprodução dos conceitos de “nação” nascidos no Iluminismo francês. Entretanto, diferentemente do que ocorreu no período da Revolução Francesa, no qual a “burguesia oprimida”, junto aos intelectuais que a apoiavam, construíam o mito da nação, ou seja, idealizavam a “nação perfeita”, na América Latina o conceito de nação contribuiu para fortalecer os colonizadores e seus descendentes, no sentido de oprimir, criminalizar e apagar as culturas dos povos indígenas existentes.

Com a construção dos ideais de nação projetados pela descendência dos colonizadores, os quais se constituíram ante um sentimento eurocêntrico, caracterizado por valorizar apenas o conhecimento científico vindo da Europa, assim como outros itens de bens e serviços, além da educação, ficam explícitas as razões do processo de criminalização e de banalização que se estabeleceram em relação a todos os conhecimentos originários das colônias. Foi diante desse contexto que se originou o conceito de “nação” na América Latina. Com respeito à introdução, tanto desse conceito como do de “nacionalidade” em povos indígenas na América Latina, temos registros de que, no século XX, eles foram estudados, em especial por alguns povos do Equador, os quais tiveram contato com eles, sob um viés marxista, a partir da relação com o antropólogo e indianista russo Yuri Zubritski (LACERDA, 2014, p. 128).

2.4.3 A nação e a identidade nacional no Brasil

Percebe-se que, no senso comum, os conceitos de nação e de nacionalidade estão ligados ao fato de um indivíduo nascer dentro dos limites geográficos de um país, evento que faz com que, conseqüentemente, ele seja considerado natural dessa nação. Assim, segundo essa compreensão, se pode dizer que a nação brasileira, por exemplo, é composta por membros que nasceram dentro de seus limites geográficos. Entretanto, é importante notar que, ainda que o direito de pertencer ou não a uma nação possa ter diferentes parâmetros de acordo com cada país, há indivíduos que, mesmo tendo nascido fora das fronteiras nacionais, são, por sua herança política, devido ao nascimento de seus pais ou avós ter ocorrido em determinado país, considerados pertencentes a esse país, realidade que ocorre também no Brasil. Trazendo para a questão indígena, o direito de ser reconhecido como

pertencente ou não a um determinado povo ou a uma determinada cultura é bem complexo. Diante disso, apresentaremos, a seguir, quatro pontos que podem nos ajudar a identificar o “índio” no Brasil.

O primeiro ponto está ligado à forma de identificar o indígena, a qual é feita por meio de seus traços físicos, ou seja, de rasgos presentes no seu corpo, os quais foram transmitidos por meio da herança genética. Com relação a esse modo de identificação, há, porém, alguns indivíduos que, mesmo apresentando fortemente esses traços, negam suas origens¹⁰, o que fazem, em muitos casos, para preservar sua vida (MESQUITA, 2016, p. 31); o segundo ponto está presente na Convenção nº 169, de 1989, sobre povos indígenas e tribais, elaborada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). documento que considera como indígena todo aquele que é originário da região habitada pelos povos tradicionais e que tenha vínculo com sua comunidade de origem (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 1989); o terceiro ponto se refere ao direito à autoidentificação, o qual também é considerado na Convenção citada; por último, o quarto ponto está relacionado ao sangue, à herança hereditária, a qual muitas vezes não se manifesta na aparência física, mas corre nas veias dos indivíduos.

É perceptível que, no Brasil, as investidas para negar a existência dos indígenas e de seus direitos são constantes, principalmente por parte de fazendeiros, empresários e investidores de recursos naturais, os quais veem nas terras indígenas um negócio próspero que precisa ser explorado. Para esses atores, os indígenas são os responsáveis pela falta do “progresso” não só nas áreas rurais, mas nas de mineração, extração de madeira e agropecuária, por estarem presentes em territórios que são ricos em biodiversidade, tanto da flora quanto da fauna brasileira. Essa presença vem impedindo que muitas áreas florestais sejam devastadas, trazendo uma grande dor de cabeça para os membros governamentais que, conscientes do que estão fazendo, apoiam a exploração das áreas verdes do Brasil, visando apenas os ganhos financeiros. Em 22 de abril de 2020, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, declarou, em uma reunião com membros do governo federal, a necessidade de aproveitar a atenção da mídia voltada para a pandemia da covid-19 para, em suas palavras,

¹⁰ Ver o vídeo “Quem é o índio brasileiro. O que é ser índio?”, que trata dessa dificuldade com relação à autoidentificação do indígena (QUEM..., [199?])

“passar a boiada” e mudar as regras ambientais de forma que elas favorecessem os atores citados e a exploração das terras de forma completamente irresponsável (MINISTRO..., 2020). Diante disso, fica a questão: a quem recorrer quando os órgãos governamentais, os representantes do povo, que deveriam defender os direitos da população, principalmente os direitos que garantem a continuidade da vida (pois, sem floresta, estamos fadados ao falecimento precoce) são quem os infringem e os negam à população?

Uma das estratégias mais comuns adotadas para a negação da existência de indígenas é a recusa do direito ao reconhecimento dos membros de diversos povos, os quais sofreram uma tentativa do que chamo de “apagamento cultural”. Esse conceito se refere ao fato de que boa parte dos representantes do Estado brasileiro tem consciência da existência de povos indígenas em determinadas regiões, porém, como muitos desses políticos também defendem o direito daqueles que querem explorar a terra, seu empenho se dá, de modo mais significativo, no sentido de negar a existência de indígenas em tais territórios. Para esses representantes públicos, ainda que o direito dos povos indígenas à terra esteja previsto na Constituição (BRASIL, 1988, cap. XVIII), por eles serem originários dela (OLIVEIRA, 1995, p. 69-72; 75-77), se não há indígenas em determinada região, a terra, na lógica dos exploradores, está livre para ser mexida e remexida até que não tenha mais serventia. Isso ocorre com as áreas utilizadas para a exploração de minérios e fica pior ainda quando há acidentes como os verificados nas barragens de Mariana, em 2015¹¹, e de Brumadinho, em 2019¹², entre outras, tragédias que, além de causar, de forma direta, a mortes de pessoas, também causa, de forma indireta, outras mortes, tanto de outras pessoas, como de animais e, mesmo, de florestas, o que se dá pela contaminação do solo, de rios e do mar.

Dessa forma, o direito à terra outorgado aos povos indígenas confronta os interesses de uma parcela da população que não mede esforços para conseguir o que deseja, pessoas que aparentam ver os demais membros das sociedades, seus semelhantes, apenas como números que os tornam mais ricos e poderosos – os interesses estão acima das pessoas, é como o próprio sistema. Percebe-se, diante desse pequeno contexto, que, no Brasil, e isso pode se

¹¹ Ver a notícia em: Lima (2019).

¹² Ver a notícia em: G1 Minas (2019).

estender, também, para a América Latina, os povos indígenas vêm sendo vistos, por aqueles que só defendem o capital (os exploradores), como agentes de perturbação social, avaliação que coloca os indígenas numa posição de responsáveis pelo atraso do “progresso”. Mas serão, de fato, os indígenas os “culpados” pelo progresso nacional ou essa culpa seria de atos de trocas de favores, materializados na aprovações de leis que beneficiam apenas o capital, sem pensar na população de forma geral? Não seria as obras realizadas sem fundamentos e sem resultados favoráveis à população, como a construção da Hidrelétrica de Belo Monte, o que provoca o atraso no progresso? Afinal, no período de seca, na região onde foi construída, a tendência é que essa hidrelétrica tenha uma produção bem inferior e, conseqüentemente, gere prejuízos. Será que o real impedimento no progresso da “nação brasileira” não está ligado às formas ilícitas de se administrar os recursos públicos? Ou, ainda, esse problema não estaria relacionado, também, à discriminação e à falta de ações concretas para que haja o progresso coletivo, em vez de um progresso para uma minoria?

Conforme nos relatam Ortiz (2012) e Vieira (2009), a sociedade brasileira é composta por indígenas, negros e brancos. Durante o século XIX houve um movimento forte para homogeneizar esses três grupos étnicos e, assim, construir uma identidade nacional forte, idealista. Com relação a esse conceito, Vieira afirma que:

A identidade nacional é tradicionalmente apresentada como “comunidade imaginada” (Anderson, 1996), “criação histórica arbitrária” (Gellner, 1988), ancorada em diversos elementos como, por exemplo, a narrativa de nação, a ênfase nas origens, na continuidade, na intemporalidade e na tradição (Hall, 2002), na invenção da tradição e no mito fundacional (Hobsbawm, 1990), na memória do passado, na perpetuação da herança e no esquecimento dos conflitos de origem (Renan, 1996). (VIEIRA, 2009, p.63).

No século XIX, intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) foram convidados a contribuir para a construção da identidade nacional do Brasil. Entre eles Ortiz (2012) destaca Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Nina Rodrigues, intelectuais de cujos textos o pesquisador fez uma releitura, a qual apresentou em sua obra **Cultura brasileira e identidade nacional**. Tais personalidades são citadas, pelo autor, como intelectuais de elite, designação que se deve, provavelmente, à inclinação que eles tinham no sentido de inferiorizar costumes populares e de valorizar a cultura do colonizador. Havia

uma grande preocupação no processo de construção dessa identidade, interesse que se impunha ainda mais pelo fato de a população brasileira ser formada por brancos, negros e indígenas. Além disso, pairava a questão a respeito de como construir uma identidade nacional da qual todos tivessem orgulho, um problema que parecia ainda mais complexo diante de uma história como a do Brasil, na qual tinha-se a junção de três classes, sendo uma considerada “superior” (a branca) e as outras duas tidas como “inferiores” (as compostas pelos indígenas e pelos negros). Além disso, havia ainda a questão de se tratar de uma sociedade que escravizara o seu próximo e que fora uma das últimas a aderir à abolição, sem contar o histórico de alianças quebradas com os povos indígenas, conforme citado por Prezias (2017). Diante desse contexto, o passado obscuro, ainda que não tenha sido apagado, também não foi citado na construção dessa nova fase de construção de uma identidade nacional. Para completar, foi traçado um plano no qual as classes inferiores seriam esquecidas e uma classe superior deveria permanecer, numa tentativa, então, de embranquecer a população brasileira – composta, em sua grande maioria, tanto à época como atualmente, por indígenas e negros/afrodescendentes –. Dessa forma, aproveitou-se do momento econômico global para, além de “ajudar o país economicamente”, clarear, também, por meio da imigração europeia, a sua população.

O preconceito existente por parte dos pensadores era tamanho que se assemelha ao pensamento preconceituoso do nazismo, o qual pregava um mundo dominado por uma “raça superior”, composta por pessoas brancas. Mal sabia-se que, no século seguinte, na Europa, essas ideias de raça superior também iriam se fortalecer, de forma tão cruel, que toda a história da humanidade seria manchada. Um período no qual intelectuais, que deveriam ter o conhecimento mínimo necessário do conceito do que é “ser humano”, deram início a atos cruéis e desumanos, como o holocausto ocorrido na Alemanha, ou foram mandantes deles. É fato que há pessoas que utilizam os seus conhecimentos para o bem, mas, infelizmente, há pessoas que utilizam os seus conhecimentos para atos desumanos. Isso tudo, em busca da construção de uma nação que deveria ser identificada como perfeita, ideal para todos.

Voltando à construção da identidade nacional brasileira, a busca pela homogeneização cultural não ficou fundamentada apenas no aspecto dos

costumes culturais, mas também no aspecto biológico, sobretudo na aparência do povo brasileiro. De acordo com Ortiz (2012):

O dilema dos intelectuais do final do século é o de construir uma identidade nacional. Para tanto é necessário se reportar às condições reais da existência do país. No prólogo à primeira edição de sua História da Literatura Brasileira, Sílvio Romero pondera: “Todo homem que empunha uma pena no Brasil deve ter uma vista assentada para tais assuntos, se ele não quer faltar a seus deveres, se não quer embaiar o povo”. Que assuntos são esses que preocupam a elite intelectual brasileira? A Abolição, o aproveitamento do escravo como proletário, a colonização estrangeira, a consolidação da República. Só é possível conceber um Estado nacional pensando-se os problemas nacionais. [...]. **É interessante observar que a política imigratória, além de seu significado econômico, possui uma dimensão ideológica que é o branqueamento da população brasileira. O fato de este branqueamento se dar em um futuro, próximo ou remoto, está em perfeita adequação com a concepção de um Estado brasileiro enquanto meta.** (ORTIZ, 2012, p. 30-31, grifo nosso).

Além desse processo de homogeneização, buscou-se, também, no país, sufocar as particularidades das culturas indígenas e negras, taxadas como inferiores por muitos dos intelectuais ligados à elite da época. Era necessário unir os três povos, dar um propósito a eles, a fim de que pudesse nascer uma nação com uma identidade nacional unificada, impecável, fácil de administrar e disposta a fazer o que fosse necessário pelos propósitos da nação. Mas será que seria, mesmo, pelos propósitos da nação? Ou seria pelos propósitos dos grupos que representavam o poder?

Quanto à ideia de uma identidade cultural unificada, Vieira (2009), esclarece que:

Sabemos hoje que a ideia de nação como identidade cultural unificada é um mito. As nações modernas são todas híbridas culturais. O discurso da unidade ou identidade oculta diferenças de classe, étnicas, religiosas, regionais etc. As diferenças culturais foram sufocadas em nome da construção da identidade nacional. É inegável que a ideologia do nacionalismo e do patriotismo constituiu importante ferramenta na formação do Estado nacional. (VIEIRA, 2009, p. 63).

Os responsáveis pela construção de uma identidade nacional, os intelectuais da época, desenharam a construção de uma história gloriosa para o Brasil e decidiram apagar o que achavam “feito” nessa história, conforme citado anteriormente. O Brasil, porém, é um país constituído/construído com a junção de três raças e, dentro dessas raças, há vários povos, diversas culturas, de modo que podemos dizer que temos várias culturas dentro de uma cultura.

2.4.4 O surgimento da ideia de nação para os indígenas no Brasil

A percepção do conceito de nação para as populações indígenas no Brasil se deu de forma diferente da que ocorreu em outros países na América Latina, em especial, na Bolívia e no Equador, onde os grupos indígenas tiveram contato com estudiosos vindos de outros países, como o antropólogo e indianista russo Yuri Zubritski. Além disso, estudantes das populações indígenas desses países tiveram a oportunidade de realizar intercâmbios e de aprender mais sobre os conceitos de “nação”, o que permitiu a absorção e o amadurecimento dos sentidos desse termo de forma bem mais estruturada pelos grupos indígenas localizados nesses países. Já no Brasil, apesar de na década de 1980 o país ter presenciado o nascimento de movimentos indígenas, como a criação da União das Nações Indígenas (UNI), por exemplo, a ideia de “nação” e os significados intrínsecos a essa palavra ainda não haviam chegado às populações indígenas. Com relação a esse processo, de acordo com Lacerda (2014), o próprio nome dessa organização foi adotado “por um grupo de estudantes indígenas residentes na capital federal, no contexto da emergência, um ano antes da discussão sobre o lugar dos índios na sociedade brasileira, levada a cabo por intelectuais e indigenistas” (LACERDA, 2014, p. 160-161). Assim, também para a autora, o nome UNI não nasce a partir de diálogos e reflexões, ou seja, de

experiências políticas das comunidades, que só naquele momento passavam a experimentar um processo mais amplo, não localizado, de mobilização política, fugindo dos limites impostos pelo poder tutelar do Estado e com ele se confrontando. (LACERDA, 2014, p. 161).

A respeito da tutela imposta pelo Estado brasileiro aos povos indígenas que vivem dentro do espaço geográfico do país, a que a autora se refere, pode-se enxergar nela uma grande arma para manter a ignorância desses povos e para dar a outrem o direito de desfrutar tanto das terras indígenas, como da mão de obra indígena e, até mesmo, dos corpos dos indígenas e de seus filhos. Assim, em 1910 nasce o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), primeiro órgão a ser criado oficialmente pelo governo para tratar as demandas relacionadas à questão indígena no Brasil. Mais tarde, em 1967, a Fundação Nacional do Índio (Funai) passa a cuidar dos temas relacionados aos povos indígenas. Isso após inúmeras denúncias que o SPI havia sofrido durante sua existência, entre elas as de maus tratos, arrendamento de terras, vendas de crianças indígenas, entre

outras atrocidades. Um pouco desse histórico é relatado pelo *site* Povos indígenas do Brasil. De acordo com a página:

Apesar das irregularidades que levaram à extinção do SPI, seu quadro funcional foi transferido para a Funai. Com recursos escassos e mal contabilizados, a Funai continuou a operar, assim como o SPI, com profissionais pouco qualificados. Não se concretizou a proposta de se realizar planejamentos antropológicamente orientados, conduzidos por profissionais de formação sólida, bem pagos e comprometidos com o futuro dos povos indígenas. O órgão foi permeado, em todos os níveis, por redes de relações pessoais, clientelistas e corporativas, que remetem ao paternalismo e ao voluntarismo que dominaram o velho SPI. A criação da Funai foi marcada pela ineficiência, desinteresse e dificuldade de operação, o que levou o órgão a limitar sua intervenção a favor dos índios a situações altamente críticas, conflituosas e emergenciais, consequentes dos planos de colonização e exploração econômica que chegavam aos extremos do país (OLIVEIRA, 2006; SOUZA LIMA, 2002). (POVOS INDÍGENAS DO BRASIL, 2015).

Diante disso, cabe perguntar: como levar informação para os povos indígenas adquirem sua autonomia? Como levar educação e ensinar as populações indígenas a conhecerem, reconhecerem e exigirem (lutarem por) seus direitos, uma vez que os membros dos órgãos oficiais, que deveriam defendê-los, são os que, em relação a seus bens, estão prevaricando?

Até o fim do século passado, era raro os indígenas terem o direito de poder sair e voltar às suas terras sem uma prévia autorização da Funai, ou sem estarem acompanhados de um agente do órgão. O processo de tutela da população indígena em nenhum momento era beneficente para os membros das comunidades, mas o era aos órgãos oficiais e ao Estado, os quais se aproveitavam da falta de informação da população indígena. No caso do contexto atual, levando em conta as notícias de desmatamentos de florestas, de garimpo, de grilagem e de expulsão de povos indígenas de terras já homologadas, essa realidade só vem confirmar como ocorrem as investidas dos pequenos grupos que representam o Estado brasileiro, o qual, na verdade, não governa pelo bem da “nação”, do país, mas o faz apenas para benefício próprio, esquecendo-se de que, tomando a lei da Física, toda ação tem uma reação. Assim, se não há investimentos em educação, em oportunidades para a população, mas há apenas investidas para o aumento da corrupção, é possível que, mais cedo ou mais tarde, os atos de violência venham a ultrapassar as barreiras das áreas marginalizadas, chegando fortemente às áreas “privilegiadas”. Uma vez que a burguesia passe a agir como a antiga monarquia,

há uma grande chance de o grupo que é chamado de “plebe”, e que é tratado como tal, venha a repetir o que ocorreu na Revolução Francesa.

2.4.5 O surgimento do RACISMO na América

Um tema que se faz necessário citar neste trabalho é a questão do racismo, realidade que se configura desde a conquista da América. Trata-se de uma questão que precisa ser abordada para melhor observarmos que as tecnologias não estão presentes apenas em sua forma física, mas elas também podem ser impalpáveis, ou seja, podem se configurar em tecnologias intelectuais, percebidas como estratégias, planejamentos, ações abstratas e virtuais, as quais são passíveis de deixar sequelas seculares e, aparentemente, irreversíveis, para muitos povos e seus descendentes, suas gerações futuras. Sequelas que, para serem desconstruídas, requerem um árduo e intenso trabalho educacional. Assim, da mesma forma que as tecnologias do campo intelectual, as tecnologias virtuais podem ser utilizadas para, ao mesmo tempo, favorecer a alguns povos (ou raças) e prejudicar profundamente a outros povos (e raças).

A ideia de raça, no sentido moderno, apresentada neste texto, está pautada nas ideias expostas por Quijano (2005). Podemos dizer que, assim como o conceito de nação é a criação de um mito moderno, o racismo também pode ser enquadrado como a criação de um mito que classifica os povos colonizados não por sua estrutura biológica, mas, sim, por sua situação/posição na sociedade. Percebe-se a intensificação da utilização do conceito de raça para classificar os povos conquistados a partir da colonização da América. A categorização que antes era feita tomando-se como referência os povos (por exemplo, os maias, os astecas [povos indígenas], os zulus, os congos, os bacongos [povos afrodescendentes]), entre os séculos XVII e XVIII, passam a ser realizada a partir das cores da pele: brancos, indígenas, negros, mestiços, entre as quais a cor branca foi a selecionada pelos colonizadores para se auto classificarem. E assim tinha-se a raça indígena, negra, branca.

Quijano (2005) menciona que a globalização atual é o resultado de um processo que teve início com “a constituição da América e do capitalismo

colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial” (QUIJANO, 2005, p. 117). Ainda para ele:

Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a idéia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo. Esse eixo tem, portanto, origem e caráter colonial, mas provou ser mais duradouro e estável que o colonialismo em cuja matriz foi estabelecido. (QUIJANO, 2005, p. 117)

Esse padrão de poder implica em um elemento de colonialidade, hoje hegemônico, constituído na América “como a primeira id-entidade da modernidade” (QUIJANO, 2005, p. 117). A diferença entre conquistadores e conquistados a partir da ideia de raça e a articulação de todas as formas históricas de controle de trabalho são os dois eixos fundamentais do novo padrão de poder. Tal diferenciação carrega consigo a ideia da existência de uma suposta e “distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros” (QUIJANO, 2005, p. 117).

As cores utilizadas para a classificação das raças não estão diretamente ligadas ao fator biológico, mas, sim, a uma classificação da função trabalhista que cada povo exercia. Dessa forma, de um lado tem-se os brancos, com as posições/postos de trabalhos mais “nobres” e, na outra ponta, os negros escravizados. Nas palavras de Quijano (2005):

[...] Os negros eram ali não apenas os explorados mais importantes, já que a parte principal da economia dependia de seu trabalho. Eram, sobretudo, a raça colonizada mais importante, já que os índios não formavam parte dessa sociedade colonial. Em consequência, os dominantes chamaram a si mesmos de brancos (QUIJANO, 2005, p. 117).

Entre esses extremos havia, também, as outras classificações, todas consideradas inferiores à “superioridade” e à “nobreza” brancas (a qual era composta por europeus), que eram ligadas a cores ou à região. Assim essas categorizações distinguem: os índios (forma como os indígenas eram denominados e que se deve, certamente, ao erro cometido por Colombo que, ao se deparar com a América, pensou que havia chegado às Índias¹³); os mestiços (grupo existente quando havia a miscigenação entre diferentes povos); os

13 Vale lembrar que, neste trabalho, usamos os dois termos, “índios” e “indígenas”, como sinônimos para nos referimos aos povos originários do Brasil

azeitonados; os amarelos; e os pardos, que poderiam ser enquadrados na condição de escravos, livres (mas sem direitos) ou servos (com ou sem salários). Tais classificações foram feitas pelos europeus após a colonização da América. A respeito desse tipo de procedimento, vale notar que, de acordo com Quijano, “A idéia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América” (QUIJANO, 2005, p. 117). Após a colonização, os europeus deixam de classificar, por seus nomes, os diferentes povos que habitavam o território e passam a fazer uma classificação a partir da seguinte divisão: brancos, indígenas, negros e mestiços. Mas, com o aumento do conhecimento de outros continentes, outros povos foram sendo colonizados e, com isso, foram acrescentadas a esse modelo racista de classificação, novas cores, como amarelos e azeitonados (ou oliváceos). Tal modelo, dessa forma, não levava em consideração a identidade de cada povo, mas juntava todos os povos pertencentes a um mesmo continente/região em uma mesma categoria. O resultado dessa ação foi a reconfiguração identitária desses povos, que passaram a ser amplamente conhecidos por “cores” ou por características regionais (como é o caso dos “índios”) e colocados numa posição de cultura única, processo que pode ter influenciado fortemente para a formação do estereótipo tão comum à cultura indígena atual, segundo a qual se crê que “índio é tudo igual”.

Com respeito às formas de organização do trabalho, vemos, também nesse âmbito, o desdobramento do racismo, situação que, mesmo atualmente, ainda pode ser percebida no exercício das profissões. Durante o período da colonização, os postos administrativos de grande reconhecimento e de caráter estratégico, além de serem assalariados, eram dados a nobres brancos. Ao tratar das relações entre as identidades sociais e a distribuição do trabalho, Quijano (2005) explica que:

No curso da expansão mundial da dominação colonial por parte da mesma raça dominante – os brancos (ou do século XVIII em diante, os europeus) – foi imposto o mesmo critério de classificação social a toda a população mundial em escala global. Conseqüentemente, novas identidades históricas e sociais foram produzidas: amarelos e azeitonados (ou oliváceos) somaram-se a brancos, índios, negros e mestiços. Essa distribuição racista de novas identidades sociais foi combinada, tal como havia sido tão exitosamente logrado na América, com uma distribuição racista do trabalho e das formas de exploração do capitalismo colonial. Isso se expressou, sobretudo, numa quase exclusiva associação da branquitude social com o salário e

logicamente com os postos de mando da administração colonial. (QUIJANO, 2005, p. 119)

Observando as estruturas empresariais contemporâneas, é possível perceber que os maiores salários e as posições mais estratégicas são ocupados por pessoas brancas. Será isso um reflexo da estruturação do racismo construída e organizada a partir do descobrimento da América? Um reflexo da colonialidade do poder que ainda está presente em algumas camadas sociais? Com respeito ao processo de legitimação de relações de dominação, o autor afirma que:

Na América, a idéia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova entidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da idéia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas idéias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial (QUIJANO, 2005, p.118).

Historicamente, na América, “todas as formas de controle e de exploração do trabalho e de controle da produção-apropriação-distribuição de produtos foram articuladas em torno da relação capital-salário [...] e do mercado mundial”. Ainda de acordo com o autor, fazem parte dessa relação também “a escravidão, a servidão, a pequena produção mercantil, a reciprocidade e o salário” (QUIJANO, 2005, p. 118). A classificação racial por cor facilitava a identificação de quem era o assalariado em relação a quem era escravo e a quem era servo, ou seja, permitia distinguir quem era quem na camada social. Os reflexos dessa classificação estão presentes na sociedade atual, que criminaliza, violenta e pune mais os indígenas e os negros, grupos que vivem às margens da sociedade. A expansão da colonização com a conquista de novos espaços geográficos (continentes que não eram de conhecimento dos europeus) permitiu ampliar, também, essa forma de controle nos “novos mundos” colonizados.

Porém, cada região geográfica, cada povo descoberto, cada raça, possuía sua identidade e cultura. Possuía habilidades específicas na produção de artefatos (que podemos chamar de mercadorias) e conhecimento intelectual. Fatores que podem ter contribuído para a classificação/distribuição de funções a cada uma delas. Alguns povos tiveram praticamente todos os seus conhecimentos ignorados, menosprezados, inferiorizados, como ocorreu com os povos africanos e americanos. Já outras tiveram parte significativa do seu conhecimento preservado, por exemplo os povos asiáticos (QUIJANO, 2005 p. 119).

Esse processo de expansão das terras colonizadas, de exploração da mão de obra trabalhista, da apropriação de mercadorias (físicas e intelectuais) e da troca/venda delas entre diferentes continentes, entre diferentes espaços geográficos, são características do fenômeno da globalização, a qual faz parte do modelo econômico capitalista. Nesse sistema, infelizmente minimiza-se e diminui-se o valor dos produtos/mercadorias de alguns povos e eleva-se o de outros, ações que certamente estão ligadas ao racismo.

Durante o processo de conquista e dominação de novos povos, os europeus se apropriavam daquilo que julgavam ser de grande valor, seja no quesito intelectual ou, mesmo, no que referia às ferramentas, às mercadorias e às estratégias. Dessa forma, centralizavam o conhecimento e levavam a diferentes culturas o que se julgavam funcionar para todos. Esse procedimento se dava a partir de uma linha de raciocínio que seguia a seguinte filosofia: “se deu certo para mim, dará para todos”, mas não levava em consideração os diferentes contextos identitários, culturais e sociais.

Diante do exposto, percebe-se a presença das tecnologias para além do formato físico, para além de ferramentas palpáveis. Assim, as estratégias, os planejamentos, a criação de ideias e sua execução também são tecnologias. Nesse sentido, compondo um conjunto de técnicas, elas podem ser caracterizadas como tecnologias intelectuais ou tecnologias da inteligência, um tipo de saber que, como toda e qualquer tecnologia, pode ser usado para diferentes funções e pode ser considerado benéfico ou não, dependendo do olhar e do contexto social de cada povo. É perceptível que o uso de tecnologias não está associado à história humana apenas para facilitar a sua sobrevivência, mas elas são utilizadas, também, para contribuir com a imposição de ideais de

grupos que buscam dominar os seus semelhantes a partir do desejo de poder e do sentimento de superioridade em relação a eles.

Os reflexos do uso das tecnologias racistas são observados até os dias atuais. Eles trouxeram e ainda trazem um dano gigantesco às gerações dos povos que foram inferiorizados, criminalizados e violentados. As notícias dos veículos de comunicação estão repletas de situações nas quais se observa os danos causados às gerações desses povos. Algumas delas, que ilustram e confirmam essa colocação, são as seguintes:

a) “Abordagem violenta de policial branco mata um homem negro nos Estados Unidos da América”

No dia 25 de maio de 2020, um homem negro é asfixiado por um policial branco no estado de Minnesota, Estados Unidos da América. O policial fez uma abordagem violenta, algemou o suspeito e se ajoelhou sobre o pescoço dele (Figura 4). Filmagens mostram o homem dizendo “*I can’t breathe*”, ou, traduzido para o português, “Eu não posso respirar”.

Figura 4 – Abordagem violenta de policial branco contra homem negro.



Fonte: G1 (2020).

Esse caso foi repercutido mundialmente em diversos jornais¹⁴.

b) “Fazendeiros formaram milícia para atacar índios no Mato Grosso do Sul, diz MPF”

Em junho de 2016, o jornal El País publica que, no Mato Grosso do Sul, fazendeiros criam uma milícia particular com a finalidade de cometer atos de violência contra indígenas (Figura 5). Só na região citada há uma média de uma morte de índio por ano em conflitos, sem contar os que são mortos ou feridos

¹⁴ Ver: G1 (2020) e Sudré (2020).

em tocaias. É importante destacar que, em sua grande maioria, as milícias são compostas por policiais¹⁵.

Figura 5 – Família chorando mortos em conflito entre índios e fazendeiros.



Fonte: Bedinelli (2016).

c) “Policiais são humilhados por empresário em condomínio de luxo: ‘Aqui é Alphaville’”

Em julho de 2020, num condomínio de luxo localizado no bairro de Alphaville, Município de Santana de Parnaíba, São Paulo, dois policiais vão atender a uma ocorrência e são literalmente humilhados por empresário (Figura 6)¹⁶.

¹⁵ Para a notícia, ver: Bedinelli (2016).

¹⁶ Para a notícia, ver: POLICIAIS... (2020) .

Figura 6 – Empresário humilha policiais em Alphaville - SP



Fonte: Policiais... (2020).

Ainda com relação a esse caso, em entrevista ao portal R7, um dos policiais informou que não agiria diferente na periferia¹⁷.

d) Quem roubou 450 mil?

Por fim, recentemente um usuário da rede social Instagram postou, em sua conta, uma notícia, na realidade, uma provocação, que representa bem as consequências do racismo construído na América. Na imagem (Figura 7), vê-se há um homem branco que roubou mais de R\$ 450.000,00 e, ao ser levado para a prisão, está sem algemas, caminhando tranquilamente. Em contrapartida, vê-se, também, a imagem de um homem negro que, certamente, cometeu algum delito bem mais leve. Nota-se que, no entanto, ele está algemado e é praticamente arrastado pela polícia, sem descartar a possibilidade de ele ter sido violentado antes e após ser algemado.

¹⁷Ver: R7 (2020).

Figura 7 – Quem roubou mais de 450 mil?



Fonte: Você... (2021).

A notícia que atesta a veracidade do que narra o autor do roubo [pode](#) ser vista em Guimarães (2018).

Esses são apenas alguns exemplos de ações que ocorreram nesses primeiros vinte anos do século XXI. Outras notícias como essas, e com cunhos ainda mais absurdos, representando as consequências do racismo para as classes branca, indígena e negra, podem ser acessadas em jornais dos séculos passados, nos quais é possível encontrar, inclusive, informações presentes em seções de classificados dando conta de vendas de escravos. Diante de todas essas situações, o que chama a atenção é o tratamento que as diferentes raças recebem, mesmo tendo cometido atos ilícitos.

2.5 Transformações culturais

No Brasil, estima-se que, no início da colonização europeia, havia milhares de povos indígenas que possuíam características culturais diferentes, porém, podemos afirmar que elas não eram estáticas, pois esses povos, além de guerras, também faziam alianças entre si e seguramente tais interações provocavam alterações nas atividades realizadas por cada cultura. Havia, também, uma influência ambiental que contribuía para a mudança de hábitos sociais.

O contato com a cultura europeia provocou alterações ainda maiores, principalmente para os povos que viviam nas regiões litorâneas do Brasil. Com uma relação mais intensa, arrisco dizer que esses povos tanto se apropriaram de diversas tecnologias trazidas pelos europeus, como, também, foram sujeitados a elas. A partir desse contexto, podemos afirmar que o uso de diferentes tecnologias já fazia parte da história das populações indígenas que viviam no Brasil antes mesmo do processo de colonização sofrido por elas.

2.5.1 Cultura digital?

Para facilitar o entendimento sobre o que é a cultura digital, apresentaremos, nesta parte do texto, alguns elementos que fazem parte desse tipo de cultura. Começamos destacando que o surgimento do computador e, na sequência, da internet, possibilitou a criação de um sistema de transporte de dados informacionais no formato digital. O digital é conhecido como um sistema que transforma elementos analógicos em códigos binários: “0” e “1”. Esses códigos se organizam em uma sequência numérica lógica que representa dados informacionais. Assim, por exemplo, ao gravarmos a nossa voz em um computador, esse equipamento, por meio de um *software* específico, irá captar o som da nossa voz e transformá-lo numa sequência lógica de números binários, a qual será armazenada em uma memória interna do aparelho. Em seguida, podemos enviar esse arquivo por meio da internet para outro computador, que irá ler essa sequência e reproduzi-la da mesma forma em que ela foi gravada, independentemente do número de computadores para os quais ele tenha sido

enviado. No modelo analógico, a reprodução dos dados informacionais se dá por meio de ondas, como nas ondas AM e FM. Quando o locutor de uma emissora emite uma notícia, por exemplo, essa notícia chega aos aparelhos de rádio por meio de ondas magnéticas, as quais, entretanto, podem se perder por motivos externos (chuva, vento, sol, qualidade da antena) e, por isso, não serem reproduzidas com a mesma qualidade nos aparelhos de rádio de diferentes residências. Ou seja, nesse caso, cada casa receberá a mesma notícia, porém com qualidade diferenciada.

A internet possibilitou a criação de um espaço virtual onde computadores no mundo inteiro podem se conectar e trocar mensagens entre si – mensagens que são enviadas, recebidas e armazenadas nas nuvens no formato digital. Sabe-se que uma das primeiras finalidades da internet foi repassar informações confidenciais entre computadores no período pós Segunda Guerra Mundial, no entanto, logo após esse período a tecnologia foi ampliada para universidades, empresas, escolas e, hoje, é comum o seu uso nas residências e ruas, o que é feito através de diversos aparelhos, inclusive aparelhos móveis, também conhecidos como mídias locativas (LE MOS; LEVY, 2010, p. 86-113), formando essa realidade paralela, esse mundo virtual que chamamos de ciberespaço. As ações que realizamos e a forma como nos comportamos no universo digital, como o moldamos, fazem parte das ações que resultam no que podemos chamar de cultura digital.

Afinal, levamos muitos dos nossos hábitos culturais do universo físico para o formato digital. É claro que também criamos, nele, novos hábitos e, inclusive, há quem que se comporta de forma diferente do ambiente físico quando está no mundo digital. Mas o fato é que criamos uma sociedade digital, um mundo digital, que, como o nosso mundo físico, é formado por grupos, comunidades, aldeias, centros de saberes (universidades digitais), formas de entretenimento (jogos, discussão sobre vários temas). Assim, quase tudo que temos no mundo “real” também temos no virtual, no ciberespaço.

Da mesma maneira que percebemos as mudanças nos hábitos culturais da sociedade física no decorrer da história – seu modo de agir, suas formas de se apropriar de novas tecnologias, suas melhorias, sua evolução –, também presenciamos as transformações tecnológicas e de comportamentais no ciberespaço, além da utilização de seus recursos. Um exemplo disso é a

evolução da internet 1.0 para a 4.0, desenvolvimento que, em cada fase, trouxe recursos cada vez mais interativos e inteligentes, que somam e contribuem para o melhoramento do uso do ciberespaço (PEGORETTI, 2011). Profissionais de *user experience*, *user interface*, *designers* gráficos, *designers* instrucionais, *designers* de projetos, *designers* multimídia, entre outros, que nasceram com a rede e que visam fazer dela um espaço cada vez mais simples e intuitivo de navegação são frutos de uma transformação cultural ocorrida nesse processo de envio, recebimento e troca de dados informacionais digitais.

2.5.2 Avanços tecnológicos e indígenas

Durante uma pesquisa de campo (MESQUITA, 2016, p. 48-135), foi possível perceber que os indígenas vêm utilizando as tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC) para além do lazer, de forma que eles fazem uso do ciberespaço também para se reafirmarem enquanto povos originários, para realizar denúncias e para divulgar sua realidade. Por isso apresentamos a premissa de que o uso das TDIC pelos indígenas vem promovendo o processo de retomada, registro, divulgação, reafirmação e manutenção da identidade cultural indígena. Porém, a partir da análise dos comentários de um vídeo que o autor desta pesquisa postou, em setembro de 2015, no seu canal virtual no site Youtube (MESQUITA, 2015) é possível perceber a existência de membros da sociedade que ainda enxergam os indígenas como indivíduos que vivem e devem viver segundo seus antepassados, ou seja, seguindo o mesmo modo de vida praticado pelo homem durante a primeira e segunda revoluções industriais apresentadas por Flusser (2007). O vídeo denuncia um episódio em que fazendeiros cometem atos de violência contra o povo indígena Guarani no Mato Grosso do Sul. A autora do vídeo, Daiara Tukano, indígena e militante do povo Tukano, relata o episódio, pede ajuda à sociedade e, também, que todos compartilhem o vídeo, numa tentativa de fazer com que a notícia a respeito do evento ocorrido chegasse o mais rápido possível às autoridades, a fim de que elas tomassem providências o quanto antes. Abaixo do vídeo, na página do Youtube, é possível visualizar os comentários de diversas pessoas que o

assistiram¹⁸. Entre essas interações, poucas são as mensagens de apoio diante do que é relatado, a maioria, ao contrário, manifesta repúdio aos povos indígenas, chamando-os de preguiçosos, falsos índios e outros tipos de ofensas, comportamento que, provavelmente, é fruto da ignorância da população em relação à questão indígena no Brasil e à história dos diversos povos indígenas que viveram e ainda vivem no território brasileiro. Aparentemente essas pessoas conhecem apenas a história do nosso país contada a partir da ótica dos colonizadores.

Ao se deparar com indígenas que possuem acesso às novas tecnologias digitais, muitos ficam indignados e chegam a tratá-los como “falsos índios”, o que ocorre, possivelmente, por não se darem conta de que a cultura não é estática e, igualmente, por não perceberem que, no decorrer da história da evolução humana, grupos sociais sempre passaram e sempre passarão por transformações.

Como exposto mais acima, a primeira revolução industrial deu início ao rompimento do homem com a natureza, a segunda, por sua vez, aumentou ainda mais essa distância e, quanto à terceira e à quarta, elas também potencializaram o afastamento do homem em relação à natureza, o que se aprofundou até o ponto em que ele se esqueceu de que um dia fez parte dela e, também, de que um dia deixará de fazer, quando o seu corpo retornar a ela, sem vida. Ou, na verdade, ele continuará fazendo parte dela, mas em outro estado. Ao observar as revoluções, podemos enxergar mudanças radicais na cultura do homem, mudanças que ajustam e reajustam seus costumes e que fazem com que sua identidade cultural passe por novas transformações. A cada nova revolução, novos hábitos, novas formas de se organizar, novas técnicas de realizar uma tarefa e novas tecnologias surgem. Mas quem é o responsável por essas revoluções? Quem é o responsável por essas transformações nos hábitos do homem, as quais trazem novas características à sua cultura?

Tratando-se de cultura, o próprio homem é o responsável pelas mudanças que ocorrem nos seus costumes culturais. É claro que fatores externos, climáticos e geográficos também podem influenciar nessas alterações, mas o

¹⁸ Para acessar o link onde se encontram o vídeo e os referidos comentários, ver: Mesquita (2015).

principal pivô nas transformações da cultura humana é o próprio homem. É graças à sua forma de pensar, de se comunicar e de colaborar com os demais homens, o que ocorre desde a Revolução Cognitiva, que “o Homo sapiens tem sido capaz de revisar seu comportamento rapidamente de acordo com necessidades em constante transformação” (HARARI, 2015, p. 41). Conseqüentemente, isso possibilitou uma agilidade na evolução cultural, sem que ela precisasse estar vinculada diretamente à evolução genética. Enquanto outras espécies tiveram que desenvolver, por milhões de anos, recursos em suas estruturas corporais para sobreviver e viver em seus ambientes, o homem usou a dádiva do pensar, que a natureza lhe forneceu, para criar objetos que, acoplados à sua estrutura ou ambiente, facilitaram sua forma de sobreviver e de viver. no caso do desenvolvimento biológico sofrido pelos animais, podemos chamá-lo de desenvolvimento “natural”, pois ele é orgânico; já com relação aos recursos criados pelo homem e acoplado à sua estrutura, podemos chamá-los de desenvolvimento “artificial”, pois eles não cresceram de forma orgânica, mas, sim, foram criados pelo homem. Sendo assim, já temos um mínimo de subsídio para dizer que “natural” é tudo aquilo que, produzido pela natureza de forma orgânica, nasce e possui um tempo de vida determinado; e que, de outro lado, “artificial” é tudo aquilo criado pelo homem, por sua imaginação e intervenção direta, e que pode ter ou não um tempo de vida determinado, pois uma mesa, um aparelho celular ou um robô com inteligência artificial aparentemente não têm um tempo de vida determinado, mas podem passar por manutenções e durar por séculos, diferentemente do cruzamento de espécies orgânicas ou da clonagem delas, as quais, por mais que passem por manutenções, nos dias atuais, envelhecem e morrem.

Voltando à questão do aprofundamento cultural, que ocorre a cada revolução, mas que, também, ocorre de forma sutil, podemos dizer que a cultura é uma cadeia que afasta o homem de sua natureza e o prende à sua própria cultura. Cada vez mais o homem se prende aos novos objetos culturais e não consegue mais se afastar deles, pois crê que, sem eles, ele não consegue mais viver. Um adolescente de 15 anos, que certamente tem um aparelho celular, seguramente não consegue sair de casa sem essa tecnologia, ou, até mesmo nós, não conseguimos nos desprender do hábito do uso do telefone celular – hábito esse que foi acoplado a diversas culturas contemporâneas. Estamos

presos à cultura. Os *designers* responsáveis por essa cultura somos nós, o próprio homem que, a cada novo objeto criado, produz um hábito, um costume cultural que se entrelaça entre outras culturas e proporciona o surgimento de transformações culturais – e até mesmo de novas culturas. No meio desse emaranhado criamos objetos que nem mesmo sabemos como funcionam para fornecer as funções das quais nós usufruímos. Isso dá origem à caixa preta. Assim, utilizamos a caixa preta, mas não sabemos como ela funciona por dentro.

2.5.3 Avanços tecnológicos e a caixa preta

As ferramentas e tecnologias podem imitar ações humanas. Elas auxiliam na realização de tarefas que, se feitas com o corpo, tardariam um tempo maior para serem realizadas e poderia danificá-lo. Assim como as ferramentas, as máquinas e as tecnologias eletrônicas foram sendo aperfeiçoadas e novos mecanismos foram sendo acrescentados a elas, o que as tornou cada vez mais complexas. Antes, era fácil entender o mecanismo de um moinho de vento utilizado para puxar água de um poço e, caso ele apresentasse algum defeito, boa parte das pessoas que habitavam próximo dele sabiam como consertá-lo. Hoje, bombas de águas são utilizadas para puxar água de uma caixa d'água subterrânea, por exemplo, e levá-la até as residências de um condomínio. Entretanto, caso a bomba apresente algum defeito, será difícil encontrar algum morador do condomínio que saiba consertá-la.

Conforme as tecnologias vão ganhando maior complexidade, torna-se mais difícil saber como funcionam seus mecanismos, realidade que se verifica até o ponto de, hoje, utilizarmos muitos aparelhos nos quais basta apertar um botão para que eles atendam às nossas necessidades. Porém, se eles apresentam algum defeito, como no caso da bomba de água, não sabemos abri-los e consertá-los. Eis o que Latour (2000, p. 51-53) chama de caixa preta. Vemos a ferramenta, sabemos utilizá-la, mas, se ela der defeito, não sabemos concertá-la.

A caixa preta pode ser comparada à falta de informação. Fazendo uma analogia entre ela e as bolhas sociais, que não são parte apenas da história recente da humanidade, apresentamos a seguinte situação:

Por volta de 1517, os colonizadores espanhóis nas ilhas do Caribe começaram a ouvir rumores vagos sobre um império poderoso em algum lugar no centro do território mexicano. Meros quatro anos depois, a capital asteca estava praticamente em ruínas, o Império Asteca era coisa do passado, e Hernán Cortés dominava um novo e vasto império espanhol no México. [...] Se os astecas e os incas tivessem mostrado um pouco mais de interesse pelo mundo à sua volta – e se soubessem o que os espanhóis haviam feito com seus vizinhos –, poderiam ter resistido melhor à conquista espanhola. Nos anos que separam a primeira viagem de Colombo à América (1492) da chegada de Cortés no México (1519), os espanhóis conquistaram a maior parte das ilhas do Caribe, fundando um conjunto de novas colônias. Para os nativos subjugados, essas colônias eram o inferno na Terra. Eles eram governados com mão de ferro por colonizadores gananciosos e inescrupulosos que os escravizavam e os colocavam para trabalhar em minas e lavouras, matando qualquer um que oferecesse a menor resistência. A maior parte da população nativa morreu logo, por causa das árduas condições de trabalho ou da virulência das doenças que pegaram carona para a América nos navios dos conquistadores. Em 20 anos, quase toda a população nativa do Caribe foi exterminada. Os colonizadores espanhóis começaram a importar escravos africanos para preencher o vácuo.

Esse genocídio aconteceu bem diante do Império Asteca, mas, quando Cortés chegou à costa oriental do império, os astecas não sabiam nada a respeito. A chegada dos espanhóis foi o equivalente a uma invasão alienígena vinda do espaço sideral. Os astecas estavam convencidos de que conheciam o mundo inteiro e de que governavam a maior parte dele. Para eles, era inimaginável que fora de seu domínio pudesse existir alguma coisa como os espanhóis. Quando Cortés e seus homens aportaram nas praias ensolaradas da atual Vera Cruz, foi a primeira vez que os astecas encontraram pessoas completamente desconhecidas. (HARARI, 2015, p. 301-302, grifo nosso)

Diante disso, será que é seguro para os indígenas, na atualidade, ficarem sem acesso às novas tecnologias? Ainda mais diante de um contexto no qual o órgão que deveria defender seus direitos está mais sucateado que em qualquer outro momento? Vale notar, inclusive, que esse sucateamento, não só na Fundação Nacional do Índio (Funai), mas em hospitais e escolas públicas do sistema brasileiro, pode ser proposital. Afinal, quanto menos o povo sabe, mais fácil fica administrá-lo e sujeitá-lo aos desejos e anseios de uma minoria que provou o poder e que tem medo de perdê-lo ou que, simplesmente, não deseja que seu próximo cresça juntamente com ela.

A falta de conhecimento e de acesso à informação levou nações à morte, por isso, não se pode ficar preso a bolhas e é necessário ser prudente com a utilização das caixas pretas. A ação apresentada pelos espanhóis no século XVI se repete, sendo realizada, agora, por outras nações colonizadoras, em cujas ações se vê, igualmente, o homem dominar seu semelhante, inferiorizá-lo, escravizá-lo, violentá-lo e matá-lo, repetindo-se um padrão que, ao longo da

história, vem envolvendo impérios, países, nações, populações, indivíduos! Em outras palavras, povos detentores de conhecimentos específicos, em busca de mais poder e riquezas materiais, dominaram outros povos, julgaram e inferiorizaram seus saberes, os escravizaram e os mataram, exterminando não apenas os seus corpos físicos, mas, também, suas histórias – dando a elas outras versões –, suas culturas, suas almas. Esses povos dominantes saíram da Europa e colocaram-se no centro de tudo e de todos, criando e reproduzindo um ego eurocêntrico por onde passaram. Porém, atualmente, vemos os remanescentes dos povos que foram dominados buscando retomar suas histórias, culturas, identidades. Por isso, a importância de os povos indígenas não se fecharem numa bolha, ficando sem saber o que existe além de suas fronteiras geográficas e, até mesmo, sem conhecer itens que aparentemente não fazem parte de suas culturas, ou tendo o mínimo de conhecimento a respeito deles, aparatos que, porém, podem vir a ser utilizados para defender seus direitos. Em outras palavras, informação é poder. Saber construir, desconstruir, informar e desinformar também o é.

Durante sua existência, a humanidade vem criando, “recriando” e descobrindo novas formas, novas ações, que facilitam a sua interação com o mundo, com o universo. Trata-se de mecanismos que ajudam a retardar o propósito do homem ou que, até mesmo, fazem-no esquecer o seu destino, a “morte”. Além disso, são sistemas que, pouco a pouco, também foram afastando o homem da sua relação com a natureza. A esses mecanismos, que estão diretamente relacionados com a escravidão do homem, podemos dar o nome de cultura. Na cultura encontramos ações que podem padronizar comportamentos, os quais nos auxiliam a identificar, por exemplo, de qual região um indivíduo ou grupo veio e, dessa forma, permitem identificar se esse sujeito ou comunidade foi escravizado/doutrinado. Diante disso, caberia perguntar: levando em conta as ações que o homem realiza, as quais podem contribuir para a sua falta de percepção em relação ao seu destino e à sua condição de prisioneiro, será que a falsa sensação de liberdade que ele carrega está atrelada às diversas ações que ele realiza dentro do seu convívio social?

2.5.4 O índio na era digital

Seriam os que possuem vínculo com a comunidade, além do sangue indígena, considerados “índios legítimos” e os que perderam o vínculo (mesmo que carreguem em seu corpo os traços biológicos, mas, por diversos fatores, perderam o seu contato com a comunidade de origem) considerados descendentes? Por que essa necessidade de categorizar os membros da sociedade brasileira, em especial, os indígenas, separando-os dos não indígenas? Será que é devido à dívida histórica que o país tem com os originários da terra?

A identidade é o conjunto de características que nos auxilia a identificar um sujeito ou um objeto. Trazendo para o contexto social, uma sociedade é composta de vários sujeitos, que são únicos, pois cada um possui a sua identidade. Esse grupo social, no entanto, faz parte de uma cultura, a qual pode ser definida como o conjunto de práticas e de ações em comum exercidas por um determinado grupo social. Isso não determina que todos os membros daquele grupo pratiquem uma mesma atividade, por exemplo: um fator característico que foi acoplado à cultura brasileira é a prática da capoeira, entretanto, nem todos os brasileiros praticam esse esporte (e muitos, muito menos o aceitam), porém trata-se de uma atividade comum para uma parcela dos brasileiros. O flamenco, dança fortemente presente na cultura espanhola, tampouco é praticado por todos os espanhóis. Assim, a cultura pode ser caracterizada pela prática de atividades em comum exercidas por um grupo social, mas não praticadas por todos os seus membros. Nesse sentido, com relação à formação da identidade, Hall (2000) explica que:

A identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o “interior” e o “exterior” – entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de que projetamos a “nós próprios” nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós”, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade, então, costura (ou, para usar uma metáfora médica, “sutura”) o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis. (HALL, 2000, p. 11-12).

O que precisamos compreender é: somos todos seres humanos e temos uma natureza humana comum, mas, quando nos organizamos em grupos sociais, é visível que há grupos que se diferenciam uns dos outros, seja pela sua forma de falar (idioma, dialeto, gírias), seja pelo seu modo de dançar ou de vestir-se, ou, ainda, pelas técnicas de cultivar a terra (alguns, por exemplo, plantam de

forma sustentável, prevenindo e protegendo a terra da infertilidade, outros já não se preocupam se a terra permanecerá ou não fértil, só pensam no lucro que ela lhe dará no presente, no aqui e agora), ou seja, os grupos sociais são diferentes por suas culturas.

Temos indivíduos que nasceram num determinado grupo social, para ser mais específico, numa determinada cultura, mas que, por diversos motivos, podem ter se afastado de seu grupo de origem ainda na primeira infância. Ao se relacionarem com integrantes de um novo grupo, esses indivíduos irão, obviamente, conhecer e praticar os costumes do grupo em que, agora, estão inseridos. Entretanto, seus pais podem ou não lhes ensinar os costumes culturais de seu grupo de origem. Assim, ao longo do seu desenvolvimento, esses sujeitos constroem sua identidade de acordo com o que aprendem durante sua formação, em outras palavras, conforme se estabelece sua interação com os demais indivíduos e com as tecnologias produzidas por esse novo grupo.

Num determinado período de suas vidas, essas pessoas podem manifestar mais ou os costumes do grupo de origem ou os do grupo em que foram inseridos, provocando, assim, um hibridismo cultural, ou seja, a junção de duas culturas que se manifestam em um único indivíduo, processo que tem como consequência, ou melhor, que provoca, uma transformação cultural. Dessa forma, trata-se de sujeitos cuja cultura tem influência de duas diferentes culturas. Sendo assim, a qual cultura esses sujeitos pertencem? Acredito que a partir da tomada de consciência do ser (sujeito) a respeito de sua situação atual, cabe a ele eleger uma das duas ou ambas e, com isso, construir tanto sua identidade enquanto indivíduo quanto sua identidade cultural enquanto sujeito que faz parte de um grupo, ou melhor, de um povo. Ressaltando que ambas as culturas das quais o indivíduo pode descender não são estáticas, mas são reconfiguradas a partir da percepção dos sujeitos e, também, dos objetivos que eles estabelecem, seja em relação aos seus desejos, às suas necessidades ou às suas relações.

Aparentemente, a necessidade de categorizar os povos indígenas entre indígenas, descendentes ou sem identidade cultural, sem que lhes seja dado o direito de se afirmarem enquanto originários dos povos que habitavam o continente americano antes da colonização europeia, está ligada a interesses do capital, os quais vêm demonstrando não estarem preocupados com a saúde, nem do planeta, nem dos habitantes que nele vivem, mas apenas em lucrar e

acumular bens e riquezas, mantendo outros povos abaixo, seja de quem domina, seja de quem tem a maior parte do capital em seu poder.

A apropriação, pelos indígenas, dos recursos digitais contemporâneos vem, na atualidade, contribuindo para que esses grupos, que têm menor acesso às tecnologias da informação contemporâneas, se apresentem e divulguem suas culturas. Assim, na era digital, o indígena vem se apropriando de recursos que facilitam tanto o acesso ao conhecimento de registros históricos, quanto a difusão das histórias que os “avós dos meus avós contavam” e que, hoje, podem ser documentadas de forma qualitativa e confrontadas com os registros que, antes, eram realizados apenas por quem era detentor do direito de escrever e de determinar como a história deveria ser contada e recontada à população nacional e, também, como deveria chegar a outras nações. Hoje é possível visualizar os indígenas utilizando as redes sociais, criando vídeos e escrevendo livros digitais que os ajudam a contar e recontar suas histórias e a expor suas visões de mundo, pois cada povo tem a sua, além de registrar os fatos ocorridos na história de vida do seu povo, da sua aldeia, da sua família, da sua vida.

3.

Registros digitais

3. REGISTROS DIGITAIS

Este capítulo apresenta as resenhas das obras produzidas pelos povos indígenas, disponíveis no formato digital e publicadas no ciberespaço, as quais foram analisadas nesta pesquisa. Trata-se de textos que trazem, em suas narrativas, dados importantes da história e da cultura dos povos indígenas contemporâneos, informações que nos ajudam a conhecê-los e a entender mais como suas transformações sociais vêm se configurando, tanto no que se refere ao surgimento quanto no que diz respeito à manutenção da identidade indígena. Cabe destacar que a manutenção identitária não está relacionada e não ocorre apenas aos povos indígenas, mas é algo que está vinculado às diferentes sociedades, uma vez que todas elas estão em constante manutenção e reconfiguração de sua identidade, a qual, assim como a cultura, não é estática.

Além de apresentar os resumos, também foram destacados, neste trabalho, trechos das obras analisadas, os quais se encontram nos anexos, e elaboradas categorias a partir da análise dos dados investigados. As obras que compõem essas fontes são as seguintes: **Memória**, **Memória do movimento Indígena do Nordeste** e **Cultura viva: esperança da Terra**.

3.1 O passo a passo da investigação

Os documentos representados pelas obras mencionadas fazem parte da coleção “Índios na visão dos índios” (THYDÊWÁ, [2021]), a qual é responsável por uma das primeiras ações que deram início à interação entre indígenas e as TDICS no Nordeste do Brasil – não é possível dizer que se trata da primeira ação pelo fato de que a ocorrência de contatos com tais recursos tecnológicos também pode ter ocorrido de forma isolada e não ter sido registrada à época. A coleção foi iniciada pela ONG Thydêwá, organização que, de maneira constante, vem facilitando a publicação de conteúdos produzidos por indígenas tanto a nível nacional como internacional.

O método selecionado para esta pesquisa foi o da análise documental, tipo de abordagem metodológica que analisa documentos que ainda não sofreram tratamento científico e/ou que examina, a partir de outro olhar, documentos que já tenham sido analisados (GIL, 2008; CECHINEL *et al*, 2016).

Para a realização da pesquisa seguiu-se os seguintes passos:

- a) foi efetuada a leitura de 22 obras da coleção “Índios na visão dos índios” (THYDÊWÁ, [2021]);
- b) elaborou-se um fichamento dessas obras;
- c) construiu-se, na sequência, uma resenha de cada obra, das quais três foram selecionadas para serem apresentadas e analisadas. Para esse procedimento, seguiu-se o critério de trazer as resenhas das obras que mais dialogassem com o problema e com a premissa apresentadas nesta investigação;
- d) durante a análise das três obras selecionadas, juntamente com as resenhas confeccionadas sobre elas, foi possível a criação das sete categorias a seguir: (1) metamorfose; (2) tecnologias; (3) cultura; (4) identidade; (5) história; (6) educação; e (7) lutas. Essas categorias foram escolhidas por estarem diretamente relacionadas às questões que permeiam a realidade de muitos povos indígenas contemporâneos;
- e) a partir da releitura das obras, foram selecionados trechos que estivessem enquadrados em cada uma das categorias mencionadas acima. Esses trechos estão relacionados nos anexos referentes a cada obra. Vale notar que, uma vez que os textos podem trazer mais de um olhar sobre si, alguns dos trechos podem estar contemplados em mais de uma categoria, motivo pelo qual, em alguns casos, eles se repetem. Na verdade, a depender do leitor, também se poderá justificar a inclusão de alguns trechos em outras categorias, ou a sua retirada daquelas em que eles estão. De qualquer forma, não se pode esquecer que, para esta obra, os trechos estão organizados de acordo com o objetivo da investigação proposta;
- f) a partir da reanálise dos fichamentos, das resenhas e das categorias, elementos que deram origem à seção 3 deste trabalho, foi desenvolvida a quarta seção, na qual são apresentadas além das concatenações dos fatos, também reflexões que podem originar novas pesquisas. É verdade que em todos os capítulos desta pesquisa há reflexões que podem ser desdobradas em novos trabalhos, porém, na seção quatro

elas são apresentadas de forma mais explícita, em comparação às seções anteriores.

No presente capítulo encontram-se as resenhas das obras selecionadas, as quais trazem, além de uma síntese da obra correspondente, também histórias ali narradas pelos indígenas. A partir dessas histórias, confeccionadas na íntegra pelos indígenas, foi possível selecionar trechos, os quais se julgou importante destacar para evidenciar como os indígenas vêm utilizando as TDICs no contexto da investigação proposta aqui.

Quanto às categorias, em relação a cada uma delas são apresentados elementos, encontrados nos documentos, que se referem ao passado, ao presente e ao futuro (ou a tendências/expectativas para o futuro), nos dando maior clareza a respeito de como foi, de como é e de como poderá vir a ser a relação dos indígenas no que se refere à respectiva categoria. Por isso aconselhamos que os anexos referentes a cada obra analisada sejam, também, lidos e estudados, pois os trechos das obras ali presentes estão transcritos levando-se em conta a linguagem coloquial de cada povo, o que facilita a análise dos seus discursos.

As obras analisadas podem ser encontradas, na íntegra, em formato digital, no ciberespaço, mais especificamente no site da ONG Thydêwá¹⁹.

3.2 Resenhas e categorias

Apresentamos a seguir as resenhas das obras (documentos), as quais foram compiladas nesta seção. Elas nos mostram evidências que nos auxiliaram na observação e na compreensão de como os indígenas vêm fazendo uso das TDICs para a construção de narrativas, atividade que nos permite perceber o quanto tais ferramentas auxiliam na retomada, no registro e na divulgação de sua cultura e, além disso, mostra-nos as novas configurações identitárias pelas quais esses grupos vêm passando.

As obras analisadas são de autoria coletiva (livros que trazem relatos de diversos povos indígenas que vivem no Nordeste do Brasil), e contém histórias que se cruzam e que demonstram a realidade de cada povo. Por isso, com

¹⁹ Cf. Thidêwá, [2021].

relação aos trechos destacados das obras e relacionados, junto às diferentes categorias, nos Apêndices deste trabalho, tomamos o cuidado de indicar os seguintes itens: título da história contida no livro; nome do autor e a qual povo pertence/de qual povo descende; número da página na qual a história pode ser vista na íntegra.

3.3 Resenha da obra Memória

Figura 8 – Livro Memória.



Fonte: Thydêwá, [2021].

3.3.1 Sobre os autores

A obra “Memória” (Figura 8) foi publicada em 2011 e seus autores são indígenas dos povos Kariri-Xocó, Pataxó Hãhãhãe, Karapotó, Pataxó, Xokó,

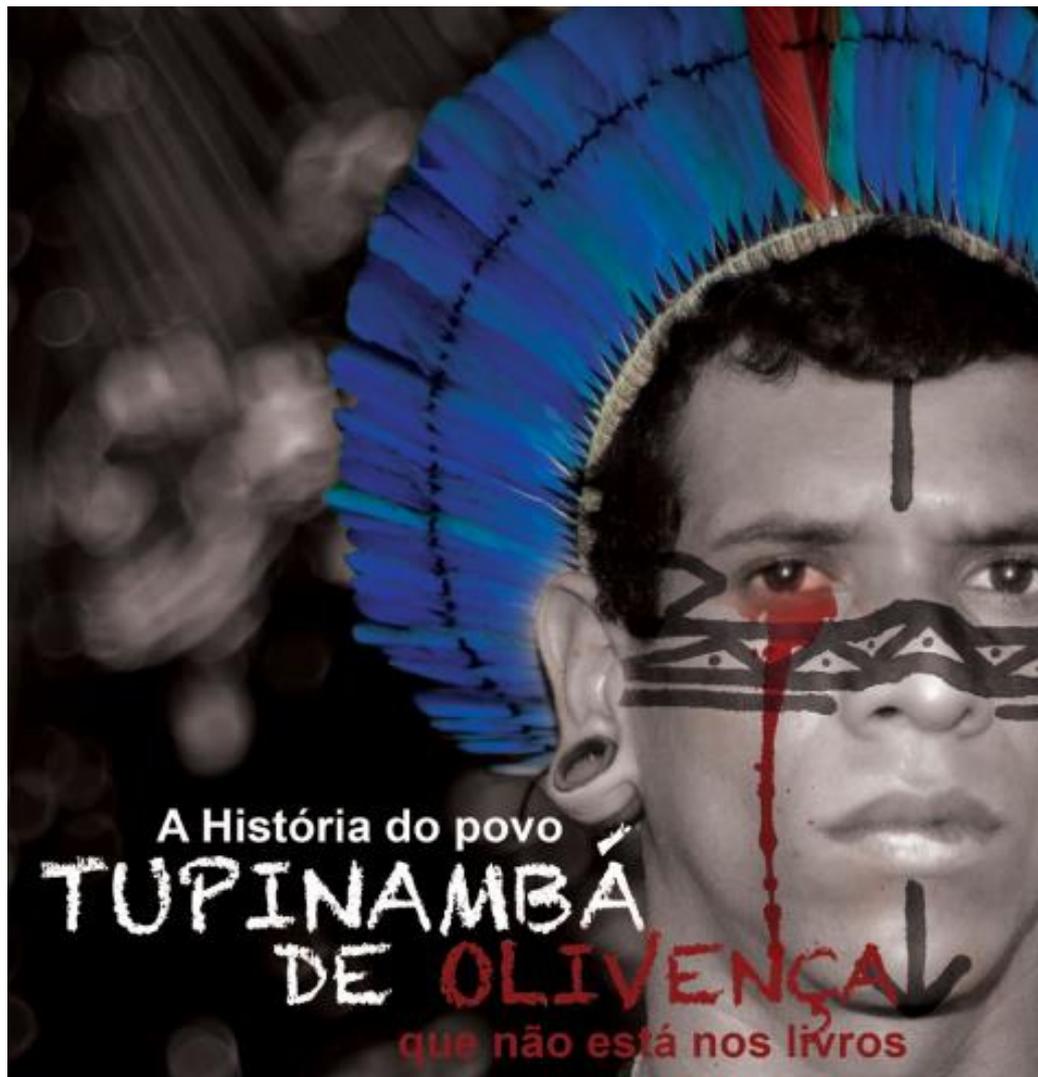
Tupinambá e Pankararu, os quais vivem em terras indígenas homologadas ou ainda em processo de homologação.

A constituição de 1988 dá aos povos indígenas direito a usufruírem das terras pertencentes à União. Uma das formas de garantir esse direito é por meio da homologação dessas terras. As terras que possuem seus limites demarcados e aprovados em decreto assinado pelo Presidente da República são chamadas de terras homologadas. Há todo um estudo antropológico para desse definir em qual local e quantos hectares fazem parte dessa demarcação, definição que leva em consideração fatores como: povos indígenas que vivem na região, número de membros, famílias, histórico da terra e populações que ali habitam, entre outros. A obra **Memória** faz parte da coleção “Índios na Visão dos Índios” (THYDÊWÁ, [2021]) e traz reflexões sobre a relação dos indígenas com a terra, com seu território, com a flora e fauna, além de relatos importantíssimos que nos ajudam a compreender o processo de transformações sofridas por esses grupos. Em outras palavras são dados qualitativos ricos em informações.

3.3.2 A História do Povo Tupinambá de Olivença

A primeira história apresentada é de autoria de Kaluanã Tupinambá (Figura 9). O autor relata seus conhecimentos em relação à história dos Tupinambás de Olivença, um distrito pertencente à cidade de Ilhéus, município localizado na região sul do Estado da Bahia. Ele inicia seu texto trazendo a informação de que há mais de 500 anos os portugueses “invadiram suas terras” pensando ter chegado às Índias, marcando, assim, o início de um processo de mortes e de violência sobre os povos indígenas no Brasil. No texto é exigido o direito originário que seu povo tem sobre a terra e, também, é denunciado o comportamento do Estado, de fazendeiros e de coronéis, que não reconhecem a dívida histórica que têm com o povo Tupinambá de Olivença devido ao massacre ocorrido 1560, ordenado por Mem De Sá. Segundo relatos históricos, nesse evento foram assassinados mais de dois mil indígenas. Tal fato é mencionado na obra **História da resistência indígena: 500 anos de luta**, de Benedito Preziosi (2017).

Figura 9 – Livro **Memória**: a história do povo Tupinambá de Olivença que não está nos livros



Fonte: Thydêwá, [2021].

A segunda história narra a vida do Caboclo Marcelino, um indígena também pertencente ao povo Tupinambá, que viveu em Olivença por volta dos anos 1900. Conhecedor da leitura e da escrita, ferramentas tecnológicas incomuns para as populações mais carentes na época, esse homem era tido como um problema para os poderosos da região, pois reivindicava os direitos outorgados aos indígenas e se opunha às ações que beneficiavam coronéis e outros poderosos da região. Ações que, conseqüentemente, prejudicavam o povo Tupinambá que vivia ali. Seus atos o levaram à prisão e, posteriormente, ao desaparecimento.

Figura 10 – Livro **Memória**: igreja católica da praça central de Olivença-Ilhéus – BA



Fonte: Thydêwá, [2021].

Olivença (Figura 10) era considerada a aldeia mãe do povo Tupinambá, mas, a partir da criação de um sistema de pagamento de dívidas por meio de terras indígenas, o território foi parar nas mãos de donos de vendas e de outros comerciantes. Os índios se endividavam consumindo produtos desses estabelecimentos e, como nem sempre dispunham de dinheiro, foi sugerido pelos comerciantes que eles sanassem suas dívidas através de suas terras. O relato correspondente a essa situação pode ser lido no trecho a seguir:

Antigamente, todo mundo tinha suas pequenas roças. Essas roças não eram medidas. Bastava chegar, abrir o lugar para botar roça e não bulir com o rio para ele não secar. Cada um tirava dali o seu sustento e por isso, a gente tinha cuidado com a água, com a terra, com tudo. Os brancos botavam uma venda e vendiam fiado porque os índios não tinham dinheiro. Quando a conta ficava muito grande eles falavam para o índio que ele tinha que dar um pedaço da roça para pagar. Os grandões chegavam para medir logo. E aí pronto: registrou, titulou e acabou. Meu tio, mesmo, trocou sua roça por uma banda de arraia. Era assim que eles faziam. A terra não tinha valor porque depois da colheita, se ia para outro lugar fazer outra roça. E quando a gente viu, não tinha mais lugar para fazer roça. (GERLIC, 2011, p. 11).

3.3.3 Os Kariri-Xocó

Na sequência são apresentados os relatos da história dos Kariri-Xocó. Conforme relatado no livro, o povo, que passou por um processo de perseguição e expulsão de suas terras, é de origem pluriétnica, o que significa que eles são formados por vários outros povos. O texto é apresentado valorizando a mística

da relação do grupo com a terra e com o universo, uma característica forte e bem presente nas populações indígenas. De acordo com o relato:

Nosso universo representa-se em forma de círculo. Nossa visão é de um “Horizonte Circular”, de cor azul, com a Aldeia Kariri-Xocó no centro, a natureza ao redor e o Rio São Francisco passando pelo meio e completando o ecossistema. (GERLIC, 2012, p. 14).

A terra é mencionada como território sagrado, os rios são citados como fonte de vida, principalmente o Rio São Francisco, o qual, em outros tempos, era farto na provisão de alimentos para os Kariri-Xocó. Com o tempo, porém, o chamado progresso, que vinha carregado de promessas de prosperidade e bem estar para todos, modificou drasticamente as características do rio, resultando na diminuição de seus recursos naturais, atributos que o tornavam numa fonte de vida farta e abundante.

A arte da pesca sempre esteve presente na história desse povo. Uma de suas técnicas de pescaria era a “Pesca de Mão”, na qual os indígenas mais experientes pescavam no Rio São Francisco sem a necessidade de um anzol, mas usando a própria mão, o próprio corpo, num contato direto com a natureza realizado para colher o alimento para o seu corpo e, também, para o da comunidade. A transposição do Rio São Francisco, no entanto, vem trazendo transformações prejudiciais não apenas para as comunidades que vivem nos percursos tradicionais do rio, mas, igualmente, para as populações localizadas em outras regiões, conforme relataram Bomfim e Martins (2020) durante o “III Encontro Nacional” realizado pelo grupo de pesquisa Nexin²⁰ (NEXIN, 2020), que apresentou a temática “Comunidades Tradicionais e Práticas Psicossociais”.

Em sua exposição, os autores trazem para a discussão as consequências da transposição do Rio São Francisco na região do Cinturão das Águas do Ceará (CAC). Nesse local, uma adutora vem sendo construída pelo Governo do Estado para suprir a demanda de água na região metropolitana de Fortaleza. Devido a essa ação, propriedades que fazem parte do trajeto da obra precisam ser

²⁰ Nexin é um Núcleo de Pesquisa vinculado à PUC-SP. Ele foi criado oficialmente em 1994, quando foi cadastrado como Grupo de Pesquisa no diretório do CNPq, mas sua gênese data da segunda metade dos anos 80, no bojo do Núcleo de Estudos das Categorias Fundamentais do Psiquismo, coordenado pela grande mestra Sílvia Lane e na interlocução com outros dois núcleos: uma das áreas das ciências sociais: Nepur (Núcleo de Estudo e Pesquisas Urbanas do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-SP) e outro da área das ciências da saúde: NEPSS (Núcleo de Estudos em Psicologia Social e Saúde da Escola de Enfermagem da USP). Nesse diálogo interdisciplinar, o Nexin foi se configurando como um lugar de investigação e ação psicossocial sobre desigualdade social, com ênfase em questões referentes à tensão entre servidão humana e potência de ação emancipadora e entre inclusão e exclusão, em diferentes contextos de sua concretização histórica, como políticas públicas, comunidades urbanas, rurais e indígenas, saúde, movimentos sociais de resistência e dispositivos disciplinares-ideológicos.

abandonadas por seus moradores. A princípio, se diz que eles serão indenizados, mas a grande questão é que não houve consulta pública e os moradores não foram avisados com antecedência sobre sua remoção e, dessa forma, foram pegos de surpresa. Alguns alegam que as terras oferecidas pelo governo são improdutivas e outros que não sabem para onde vão, já que receberam a notícia de última hora. Cabe apontar, ainda, os impactos socioambientais causados pelo projeto, os quais, aparentemente, não foram estudados e, além disso, o sentimento de perda das famílias que vivem ali, realidade que tampouco foi levada em consideração, de modo que os habitantes dessa região não tiveram nem a oportunidade de processar a ideia. Trata-se, assim, de um projeto grandioso, mas que, aparentemente, vem pecando grandemente na comunicação e na realização de consulta pública aos povos/população diretamente afetados.

3.3.4 Pataxó Hãhãhãe

Figura 11 – Livro **Memória**: Pataxó Hãhãhãe



Fonte: Thydêwá, [2021].

A língua portuguesa define “Terras Devolutas” como terrenos públicos que nunca pertenceram a um particular, mesmo estando ocupadas. E foi baseado neste absurdo, que a população indígena perdeu o seu direito à terra. (GERLIC, 2012, p. 20).

No capítulo que trata da história dos Pataxó Hãhãhãe, nos deparamos com um depoimento similar aos do Kariri-Xocó em relação à união de indígenas de diferentes povos, mas elementos importantes são adicionados essa narrativa: a miscigenação com grupos não indígenas e, também, a escravização dos indígenas por coronéis e fazendeiros que tinham o poder de fogo e, muitas das vezes, o consentimento de autoridades públicas da época. O território mais uma vez é apresentado como elemento sagrado, o qual foi roubado e precisava ser devolvido para aqueles que sabiam tratar dele com respeito.

Uma luta judicial foi travada para a recuperação do território que os Pataxó Hãhãhãe habitavam na região da cidade de Pau Brasil, no sul do Estado da Bahia, desde 1982. No dia 2 de maio de 2012, o Supremo Tribunal Federal julgou a ação²¹ como favorável ao povo Pataxó Hãhãhãe e a terra foi homologada.

A importância de formar jovens lideranças indígenas também foi destacada, pois muitos dos anciãos que deram início a essa batalha fizeram a passagem e não viram a vitória. Por isso, os indígenas dessa região buscam sempre orientar os mais jovens para se tornarem líderes e conhecerem seus direitos.

3.3.5 Karapotó

O povo Karapotó relembra, no texto, a abundância da fauna e da flora brasileiras antes da colonização e, entre as diversas espécies florestais, cita o pau-brasil. Eles também mencionam que, no século XVI, mais especificamente a partir de 1557, foi dado início à maior devastação da floresta, a qual se iniciou com a plantação da cana-de-açúcar, através da implantação da Capitania de Pernambuco. O texto aponta também que, ali, os bandeirantes tinham o Rio São Francisco como caminho para chegar ao interior do Brasil.

As transformações bruscas ocorridas na cultura indígena, promovidas pelas missões da igreja católica, também são mencionadas. Tais ações

²¹ A disputa se refere à Ação Cível Originária (ACO) de nº 312. Cf: Brasil, 2012.

implementadas por essa instituição religiosa são lembradas a partir dos métodos escravistas que muitas missões impunham aos indígenas e do *apagamento cultural*, o qual era efetivado pela imposição dos princípios religiosos e pelos castigos desumanos que eram aplicados para que os nativos se convertessem e deixassem de lado suas práticas “pagãs”.

É destacada também, num passado não muito longínquo, a estratégia de negação das origens para a preservação da vida. Esse tipo de ação traz, até hoje, complicações no processo de reconhecimento dos povos indígenas. No texto, sua presença evidencia o tema da luta pelo reconhecimento.

3.3.6 Pataxó

Numa cidade hoje conhecida como Cumurxativa, localizada no sul da Bahia, vivem indígenas e não indígenas. A cacique Maria D’Ajuda relembra que, antes, aquilo tudo era área indígena e apenas eles habitavam aquelas terras. Havia uma ponte de madeira que dava acesso à cidade e, sob ela, um rio no qual podia se banhar, pois ele era limpo e bem cuidado. Hoje, a ponte é de cimento, o rio está quase seco, poluído e a população da cidade está cheia de não indígenas. O texto não relata como as terras foram parar nas mãos de não indígenas, mas uma das falas que se destacam no discurso apresentado e que pode se assemelhar a colocações realizadas por outros povos indígenas é: “Nossas terras são herança dos nossos antepassados. É por isso que a nossa luta tem grande significado” (GERLIC, 2012, p. 43).

A cidade da Baía da Traição, localizada no litoral norte do Estado da Paraíba, também era terra indígena, entretanto, com o passar do tempo, o mesmo processo ocorreu. Os indígenas na região passaram a vender suas terras a não indígenas. Vários são os fatores que precisam ser analisados para compreender-se melhor os motivos que levaram os indígenas (ou que ainda os levam) a realizar a ação de vender suas terras nas regiões litorâneas a não indígenas. Esse é um tema que precisa ser investigado com maior profundidade numa nova pesquisa, do contrário, estaríamos nos desviando do propósito desta. Mas sabe-se que, no século passado, muitos indígenas vendiam suas terras em troca de suas vidas e das de seus familiares a usineiros, coronéis e outras figuras

que tinham em suas mãos o poder do capital e, até mesmo, de mandar matar (MESQUITA, 2016, p. 28).

3.3.7 Pataxó de Barra Velha

Antes da colonização, nós indígenas, tínhamos uma cultura própria, com nossa lei e religião. (GERLIC, 2012, p. 44).

A fala apresentada como epígrafe desta subseção é de Joel Braz, uma liderança indígena que viveu na aldeia Barra Velha. Ele reconhece e sabe que, antes da colonização, os indígenas tinham suas próprias religiões e costumes. Em setembro de 1998, as lideranças indígenas se reuniram em Porto Seguro com a finalidade de criar estratégias para mostrar ao mundo a verdadeira situação dos povos indígenas no Brasil, os quais, conforme relatado no texto, não estavam com suas terras demarcadas, tinham seus direitos negados e viam a precariedade no serviço de saúde como uma armadilha para matar índios. Nesse mesmo período, o governo estava planejando a festa de 500 anos do “descobrimento do Brasil”. O texto relata que houve grande repressão policial e, um fato que chama bastante a atenção, a ocorrência de corrupção envolvendo muitas lideranças indígenas, que colocaram seus interesses acima do interesse coletivo em troca de regalias que não são eternas.

O ano 2000 chegou e a comemoração do “descobrimento do Brasil” foi marcada pelo Exército sob a direção do governo de Fernando Henrique Cardoso, presidente na época, atirando balas de borracha e bombas nos indígenas. Dessa forma, enquanto o presidente estava posando de cidadão brasileiro no cerimonial em Porto Seguro, a poucos quilômetros dali os descendentes dos primeiros habitantes do Brasil eram coagidos. Esse fato foi destaque nos jornais nacionais e internacionais²².

Joel destaca um tema crítico e muito delicado para os povos indígenas: a corrupção. Até então, aparentemente, a presença de pessoas que pensam em seus interesses acima dos interesses coletivos não existia no meio indígena. Afinal, uma das características singulares das culturas indígenas está ligada à

²² Confira, por exemplo, notícia presente no jornal O Estado de S. Paulo (Estadão): Talento (2000).

união, no bem comum, no bem da comunidade, pois todos são da mesma família. A referência a essa questão pode ser vista no seguinte trecho:

Quando os irmãos indígenas tiverem a consciência da luta, quando as verdades chegarem à mente de cada um, seremos fortes a ponto de vencermos todas as batalhas. Acredito que hoje existem muitos guerreiros com coragem de morrer na luta. Guerreiros que não desistem de lutar pelo direito do seu povo, que não se vendem, não se corrompem, não aceitam empregos e não usam a ganância. Eu, Xarru Ingorá Mirim, sou um deles. (GERLIC, 2012, p. 45).

Xarru Ingorá Mirim é o nome indígena de Joel Braz. Muitos indígenas no Nordeste do Brasil são batizados com nomes de origem portuguesa e/ou de outros países que fizeram parte da colonização do Brasil. Então, quando tomam consciência política e conhecem como a história de seu povo foi e vem sendo escrita, adotam um nome indígena, o que fazem talvez numa forma de auto reconhecimento e de reafirmação como originário da terra, ou, ainda, de pertencimento, de reconexão, ou seja, de retomada de raízes culturais.

3.3.8 Xokó

As terras dos Xokó estão localizadas no Estado de Sergipe, próximo às cidades de Pão de Açúcar e de Niterói, às margens do Rio São Francisco.

Apolônio Xokó afirma que durante muito tempo tentaram apagar a identidade de seu povo:

Em meados do século XIX, nosso povo foi obrigado a renunciar a sua identidade Xokó por força da violência praticada pelos fazendeiros que se apropriaram do nosso território. Passamos a viver na própria terra como trabalhadores sem direito à nada, só ao que colhíamos para o sustento de nossa família. Uma parte do nosso povo Xokó foi expulsa e, não suportando o massacre, foi construir uma nova morada na aldeia dos Kariri, em Porto Real do Colégio, em Alagoas. (GERLIC, 2011, p. 48).

O capítulo que apresenta parte da história do povo Xokó narra que, durante um período do século XIX, o povo foi obrigado a negar sua identidade étnica para se proteger da violência dos fazendeiros que, junto com seus capangas, se divertiam colocando indígenas desnudos em formigueiros. Muitos indígenas não suportavam as feridas. Muitos abandonaram suas terras e foram viver em outras aldeias, junto a outros povos indígenas que os acolheram. Os que ficaram passaram a viver na própria terra como trabalhadores, sem direitos e sem o poder serem proprietários e disfrutar do que já era seu por gerações.

Conseqüentemente, muito dos valores e costumes culturais foram se perdendo, pois o preço a se pagar por continuar exercendo suas atividades tradicionais era a própria vida – uma pena mais branda seria a expulsão do território, mas será que a expulsão do território poderia realmente ser uma pena mais branda?

Em 1930, um membro da comunidade, sr. Inocência Pires, dá início a uma seqüência de viagens ao Rio de Janeiro e a Salvador na esperança de ser ouvido e de mudar a situação na qual vivia, mas, infelizmente, suas ações não surtiram efeito. Então ele deixou de viver naquela comunidade e passou a residir numa aldeia amiga junto ao povo Kariri-Xocó, em Alagoas.

Nascido em 8 de março de 1896, o avô de Apolônio, chamado João Apolônio dos Santos, já narrava como fora o processo de expulsão do povo de Sergipe para Alagoas.

Hoje, os Xokó já vivem novamente em suas terras, porém, por meio de uma luta autônoma, pois, segundo relatado no texto, a Funai, na época, buscou atrapalhar esse processo, numa tentativa de aproveitar-se da falta de conhecimento da população para tentar negar-lhes o direito à terra.

3.3.9 Pankararu

No capítulo construído por membros do povo Pankararu são apresentados quatro relatos. O primeiro fala sobre a memória viva (Figura 12) e evidencia a mística e os costumes Pankararu, elementos que a letra escrita não pode transmitir, mas, sim, o contato físico, a oralidade.

Figura 12 – Livro **Memória**: Pankarau

Fonte: Thydêwá, [2021].

De acordo com o relato:

“A memória está ligada à nossa vida cultural, à natureza e à ciência sagrada. Neste sentido, os conhecimentos jamais poderão ser ensinados através de registros escritos, mas do ser e pertencer do nosso povo.” (GERLIC, 2011, p. 56).

O segundo narra a história de três homens que se sacrificaram para salvar o habitat de seu povo e que, a partir de seus contatos com os encantados, fizeram, como eles relatam, o que deveriam fazer para o bem da nação Pankararu. Assim, o texto reforça a importância do papel dos encantados e dos mistérios espirituais que esse povo segue. Uma parte da história narra que:

Naquela época, segundo João Binga, a aldeia ficou sobre os comandos de um chefe político da região chamado Cavalcante, conhecido por praticar muitas atrocidades contra o povo indígena. Muitos índios fugiram para as serras, inclusive o velho Serafim, avô de João Binga.

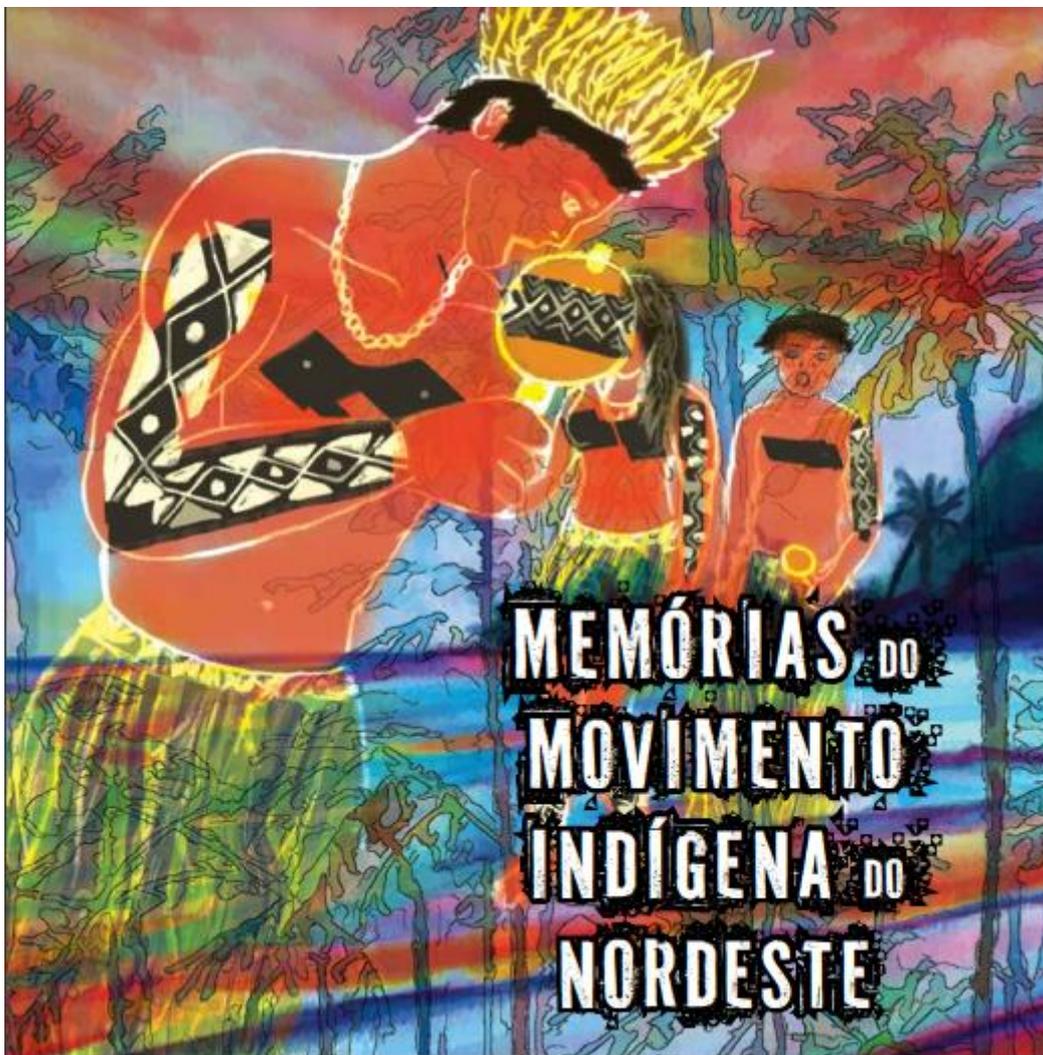
Cavalcante construiu engenhos no Brejo e toda riqueza produzida era só para ele, essa situação foi revoltando o nosso povo. Cansados de tanta opressão, três indígenas Pankararu resolveram fazer algo. Eles se refugiaram nas matas e chamaram pelos nossos Encantados para saberem o que estava acontecendo e o que poderia vir a acontecer. Foram, então, orientados a fazerem a Jurema, a garapa de cana e trazerem fumo e cada um dos três deveria fazer uso de cada um dos elementos. Um iria tomar a Jurema, outro beber a garapa e o outro fumar. E assim fizeram. Após a experiência, os três perguntaram entre si sobre suas visões e um disse que tinha visto muita falsidade no Cavalcante e que se quisessem salvar a nação de tanto sofrimento deveriam matá-lo. Os outros dois confirmaram a mesma visão e acrescentaram um aviso dos Encantados: “Se matarmos, morreremos”. (GERLIC, 2011, p. 58).

O terceiro relato fala sobre o Licuri, uma planta que serviu de matéria prima na criação de objetos e, às vezes, até de alimento para algumas famílias. Encontrar essa espécie era fácil, mas, com o passar do tempo, essa planta vem sumindo, o que, acredita-se, seja consequência da chegada do não indígena nas redondezas. Dona Rita de Cássia, uma senhora que utilizou muito a espécie para sustentar sua casa, fala da planta e, com muito carinho e, ao mesmo tempo, pesar no coração, devido à sua escassez nos tempos atuais, conta como ela lhe vestiu, calçou e alimentou. Ela relata, também, que pensa em realizar o reflorestamento da planta no presente para que as futuras gerações possam conhecê-la.

O quarto relato fala sobre a “dança do búzio”, um costume típico, mas que, durante um tempo, ficou parado e quase se perdeu. Uma senhora, porém, que a comunidade conhece por Dona Didinha, ainda tinha guardado na sua memória como esse ritual era praticado e, hoje, ela passa esse conhecimento para os mais jovens, num movimento de memória viva.

3.4 Resenha da obra Memórias do Movimento Indígena do Nordeste

Figura 13 – Livro **Memória do movimento indígena do Nordeste**



Fonte: Thydêwá, [2021].

3.4.1 Sobre os autores

A obra **Memórias do movimento indígena do Nordeste** (Figura 13) foi publicada em 2015 e seus autores são indígenas dos povos Potiguara, Pankararu, Fulni-ô, Tupinambá, Kariri Xocó, Pataxó, Pataxó Hãhãhãe, Karapoto, Kanindé, Quixelô e Payayá, que vivem, ou em terras indígenas homologadas ou ainda em processo de homologação, ou em contexto urbano.

A obra, escrita por diversos indígenas nordestinos, narra situações de lutas, reivindicações, resistência, emigração e imigração, além de situações

vivenciadas pelos autores ou por seus familiares. Assim, conta a realidade indígena contemporânea, seus problemas sociais, sonhos, a realidade de muitas famílias indígenas do Nordeste e os movimentos que fazem parte de suas histórias.

3.4.2 A palavra indígena sempre existiu

No livro **Memórias do movimento indígena do Nordeste**, logo em seu capítulo inicial, a primeira autora, Graça Grauna, do povo Potiguara, fala da importância da palavra. Para ela, esse é um elemento sagrado, que, inclusive, na visão de alguns povos, a exemplo dos Guaranis, pode vir a ter alma. Podemos dizer que a palavra é uma faca de dois gumes, que serve para curar e ferir, por isso, vale ter cuidado com as palavras, pois elas trazem vida, alegria e felicidade, mas, também, podem provocar dor, tristeza e morte.

3.4.3 Iati-Iha (nossa casa)

Um pouco mais adiante, Maike Wítxô Fulni-ô apresenta um registro qualitativo repassado a ele por sua avó. Um relato que ele publicou nas páginas do livro, num processo de resgate memorável da História de seu povo, e compartilhou conosco através dessa obra, disponível nos formatos digital e físico. A seguir, um pedacinho desse conto, que narra a história de sua família:

A oportunidade que nos é dada sobre o nosso local de nascimento, deve ser encarada como uma experiência única e transformadora daquilo que somos. Pensando nisso, me sinto uma pessoa privilegiada ao nascer e crescer entre o meu povo, os Fulni-ô. Posso parecer um tanto vaidoso ao afirmar isso, mas acredito que no sentido que emprego essa vaidade ela é sadia. Aliás, deveríamos cultivar certas vaidades, quando elas nos afirmam e nos ajudam a ter orgulho da nossa cultura. Sinto-me um privilegiado pela família onde nasci e a educação familiar que recebi, pelo povo onde nasci e pelo ambiente cultural que me foi proporcionado, da terra onde cresci e de tudo aquilo que ela me ofereceu como aprendizado, enfim... Por muitas outras coisas que poderia ficar aqui citando como adjetivos que atribuo um grau qualitativo.

Entre as várias alegrias que tive na vida, conviver com determinadas pessoas que me cercaram desde a minha infância foi algo muito marcante e uma dessas pessoas era a minha bisavó. Lembro que em meados dos anos 90 estudava numa escola da aldeia que ficava perto da sua casa. Compartilho com o olhar e o peito cheio de satisfação com vocês a história que a minha bisavó me contava: como nos instalamos no lugar onde se encontra a atual aldeia sede. (GERLIC; MELO, 2015, p. 8).

3.4.4 Uma memória de lutas

Na sequência, os Tupinambá, conforme relato de Katu Tupinambá, relembram que, por terem um território vasto na região do sul da Bahia, era comum, a cada duas gerações, eles mudarem de local. A narrativa, dessa forma, mostra que, fazendo esse deslocamento, eles comiam o que a terra dava e, depois partiam para outra região, permitindo, assim, que a terra descansasse e se regenerasse naquele local, enquanto eles voltavam para terras pelas quais já haviam passado e que, agora, estavam com sua vegetação revigorada.

Figura 14 - Livro **Memórias do movimento Indígena do Nordeste**: apresentação



Fonte: Thydêwá, [2021].

3.4.5 Na canoa da união

Um dos autores, Joel Braz, apresenta nesta coletânea, como fez, também, na obra **Memória**, a celebração dos 500 anos de “descobrimento” do

Brasil, ocorrida no ano 2000. Ele relembra que, enquanto a elite e representantes do governo à época comemoravam tamanha façanha na cidade de Porto Seguro, no estado da Bahia, não muito longe dali estava havendo um grande conflito, o qual ocorria sob a autoridade do Presidente. Nesse local, o Exército estava atirando balas de borrachas e bombas contra os indígenas que estavam marchando para a cidade de Porto Seguro, onde ocorria a comemoração, o que faziam a fim de, ali, protestar e reivindicar seus direitos, principalmente o direito à terra, que, até aquele momento, em nome de conflitos e de interesses do capital, que privilegia uma pequena parcela da população nacional, não haviam sido cedidos. Apesar de na obra o autor desse capítulo citar apenas o Exército, outros órgãos da segurança pública também fizeram parte das ações de violências contra os indígenas, como a Polícia Militar (PM) da Bahia.

Denúncias contra abusos de autoridade, contra o coronelismo e contra o fato de a Polícia Federal obedecer a quem tem dinheiro na região (em vez das leis que regem o país) também são registradas e divulgadas nas páginas da obra, conforme no seguinte trecho do autor:

Naqueles dias de abril de 2000 foi o mesmo jogo de sempre, o mesmo que se arrasta desde a colonização. O governo deu presentes, ofertou empregos, da mesma forma que fazia o SPI – Serviço de Proteção ao Índio – o governo pegava o cacique e o colocava de capitão, dava uma patente, dava um fardamento e algumas vantagens, até salário, e assim o índio ficava do lado do governo... Nos 500 anos não foi diferente, o governo manipulou caciques... Também botou 60 indígenas como guardas, com walkie talkie, e assim o governo ouviu tudo o que a gente discutiu... e ofertou cargos, carros... E pagando apagou nosso movimento. Também com cacetetes na mão, reprimiu o Movimento Indígena, Negro, Sem Terra, Quilombola, as entidades de apoio e autoridades de defesa dos índios de todo Brasil. (GERLIC, 2015, p. 16)

O processo de apagamento cultural e o surgimento da reafirmação das culturas indígenas também são destaques das **Memórias do movimento indígena do Nordeste**. Leis, fenômenos e o surgimento de redes são percebidos ao lermos as histórias que os indígenas tiveram a oportunidade de acessar, retomar, registrar e divulgar.

Nas categorias criadas a partir da leitura da obra estão destacadas as falas que ilustram os sentimentos dos indígenas, os quais sofreram (e/ou ainda sofrem) essas formas de preconceito e de violência. Nos textos, percebe-se, também, o descrédito que recai sobre as autoridades públicas (nos setores da segurança, saúde e político) quando os atos de preconceito e de violência

partem delas. Trata-se de pessoas que são representantes do Estado e que deveriam estar a favor da lei, mas que, a partir da execução de atos ilícitos, demonstram estar a favor do capital.

3.5 Resenha da obra **Cultura viva: esperança da Terra**

Figura 15 – Livro **Cultura Viva: esperança da Terra**



Fonte: Thydêwá, [2021].

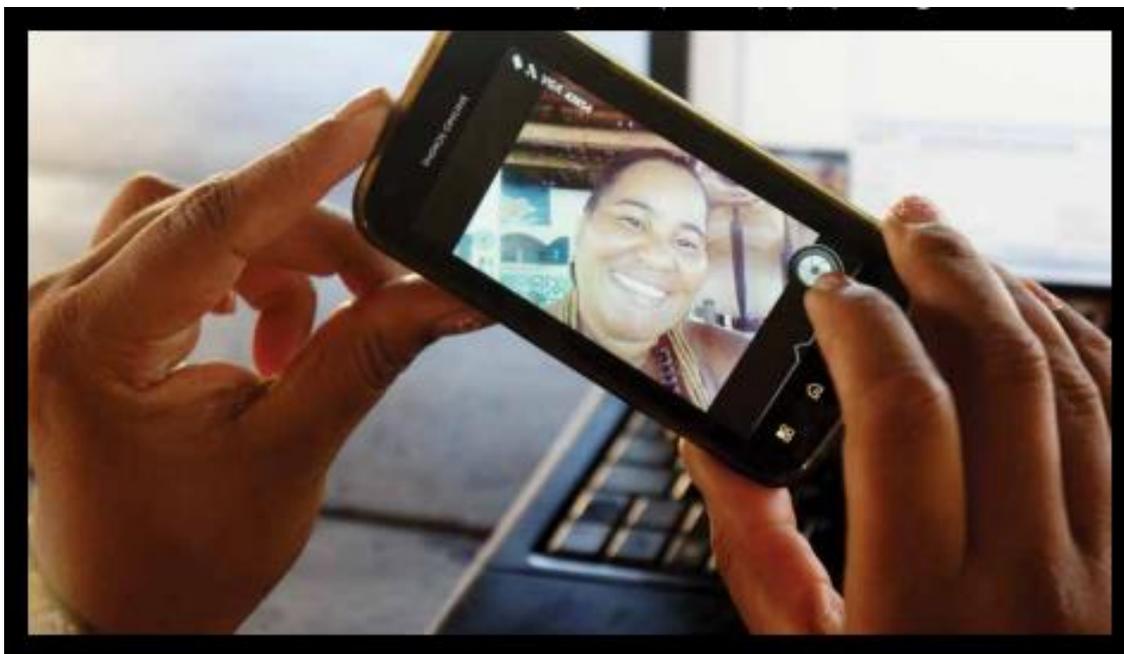
3.5.1 Sobre os autores

A obra **Cultura viva: esperança da terra** (Figura 15) foi publicada em 2014 e os autores e organizadores são quatro indígenas e um não indígena, os quais são os sócios da ONG Thydêwá. São eles: Potyra Tê Tupinambá, Maya Pataxó Hãhãhãe, Fernandão Pankararu, Nhenety Kariri-Xocó e Sebastián Gerlic.

Assim como as demais obras, o livro **Cultura viva: esperança da Terra** também foi organizado pela ONG Thydêwá, porém traz o relato de projetos idealizados pela ONG junto às comunidades indígenas no Nordeste do Brasil. Trata-se de projetos que proporcionaram e facilitaram o acesso dos povos indígenas às novas tecnologias digitais da informação e comunicação, e que, além disso, propiciaram empoderamento, reflexões (por meio de diversas discussões e rodas de conversa) e autonomia a eles.

O livro apresenta como os indígenas vêm utilizando as TDICs e como essas vêm influenciando e transformando as dinâmicas nas aldeias (Figura 16). Relatos dos próprios membros das aldeias tornam evidentes as influências provocadas pelos usos dessas tecnologias, as quais são reconhecidas pela grande maioria dos membros dessas comunidades como ferramentas necessárias e que devem ser utilizadas por eles, uma vez que elas contribuem para o fortalecimento e para a ampliação de seus protagonismos e, além disso, vêm dando voz a quem antes era visto e ouvido apenas pela ótica de terceiros.

Figura 16 – Celulares indígenas



Fonte: Thydêwá, [2021].

3.5.2 Esperança da terra, história de um pontão de cultura viva

Logo no início, a obra narra como foi o nascimento embrionário da Thydêwá. No ano 2000, um grupo de amigos indígenas e não indígenas passam a sonhar juntos. Em 2001 os sonhos saem do papel e começam a tornar-se ações cada vez mais intensificadas e, a partir daí, em 2002, é constituída legalmente a ONG Thydêwá. Nessa introdução, a narrativa desse nascimento é apresentada de forma leve e harmônica, mas, no sentido literal, esse grupo se conheceu na marcha dos 500 anos do “descobrimento do Brasil”, ocorrida no sul da Bahia. No evento, ali onde indígenas e não indígenas estavam fazendo uma marcha em direção ao município de Porto Seguro, estado da Bahia, para a “comemoração” da data, criaram vínculo de amizade. Na manifestação, porém, seu propósito não era o de celebrar a data, mas o de reivindicar seus direitos, principalmente a demarcação das terras indígenas, projeto que até hoje não foi realizado por completo. Em meio a rajadas de bombas e balas de borrachas nasce o sentimento de fazer algo para mudar as situações de violências constantes contra os povos indígenas, não apenas por parte do próprio Estado, mas também por parte da sociedade brasileira, que muitas vezes condena e ignora os indígenas por não os conhecerem. Nas palavras do pajé Júlio Suirá, “QUEM DESRESPEITA O ÍNDIO É QUEM NÃO O CONHECE” (GERLIC, 2014, p. 4), declaração que foi pronunciada não em um formato de grito histérico, mas, sim, de forma forte, num misto de voz alta e impactante, e que deu impulso à construção de diversas ações, as quais têm como propósito diminuir, por meio do conhecimento, o preconceito. Eis o trecho do texto introdutório da obra em que a citação do pajé Suriá aparece:

Partíamos das injustiças resistidas secularmente pelos indígenas e sabendo que, só através do diálogo intercultural e a soma de saberes com Consciência Planetária, poderíamos promover união e paz. Nosso primeiro objetivo era diminuir o preconceito e fizemos isso guiados pela fala do Pajé Júlio Suirá: QUEM DESRESPEITA O ÍNDIO É QUEM NÃO O CONHECE. (GERLIC, 2014, p. 4).

Ainda de acordo com o texto, a Thydêwá nascia com a missão de “promover o diálogo intercultural entre indígenas e a sociedade, promovendo compreensão, as relações justas e a vida digna para todos” (GERLIC, 2014, p. 5). Em seu processo de elaboração, ações colaborativas eram realizadas e pensadas para que a ONG não ditasse o que os indígenas deveriam produzir,

mas, sim, que, a partir de diálogos de “Cultura Colaborativa” (GERLIC, 2014, p. 7), conforme relatado na obra, fosse potencializada a liberdade de expressão dos indígenas. Dessa forma, segundo o texto, “foi dentro da cultura colaborativa que a Thydewá, com muitos indígenas, sistematizou a tecnologia sócio cultural educativa: índios na visão dos índios” (GERLIC, 2014, p. 5).

Figura 17 – O candieiro. Livro **Cultura Viva: esperança da terra**



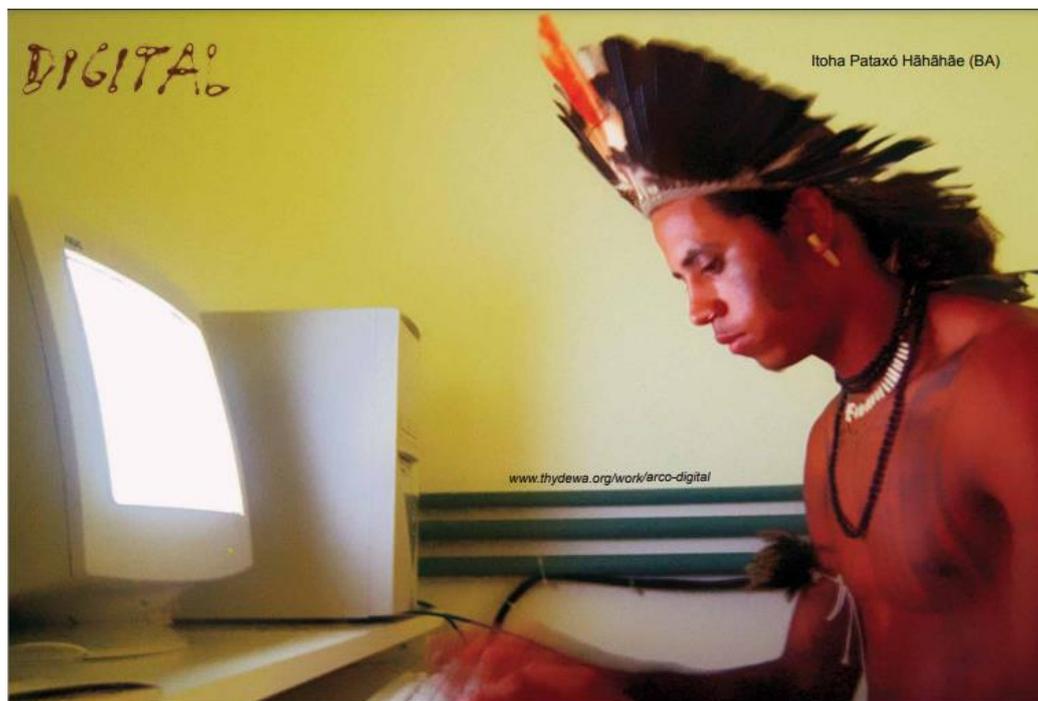
Fonte: Thydêwá, [2021].

Assim, foram realizadas ações, que deram início a projetos, que resultaram em textos, livros, vídeos, canções, narrativas que nos apresentam a cultura indígena contemporânea e ajudaram povos indígenas de diferentes culturas a buscar, investigar, registrar e compartilhar suas histórias, a fim de que seus próprios descendentes e outros tenham a oportunidade de conhecê-las

(Figura 17). E, também, para mostrar que as diferentes culturas precisam ser respeitadas.

3.5.3 Índios Online

Figura 18 – Projetos Oca Digital e Índios Online. Livro **Cultura Viva**: esperança da terra.



Fonte: Thydêwá, [2021].

O nascimento do portal *web* Índios Online (ÍNDIOS ONLINE, [2020]) é um marco singular na história da ONG. No texto, é relatada, também, a proporção dos impactos que esse projeto provocou na vida dos povos indígenas do Nordeste que tiveram, e ainda têm, ligação com essa ação. As atividades da ONG se iniciaram com visita a escolas, ocasiões em que os indígenas se apresentavam e contavam como era a vida na aldeia. As crianças ficavam curiosas e queriam saber mais. Então, começou-se a levar fotos da aldeia e, em seguida, foi possível a criação dos livros e a sua distribuição. Com o advento da internet, porém, foi possível ampliar de forma gigantesca as ações de disseminação das culturas indígenas, de forma que, desde o surgimento do portal Índios Online, em 2004, as produções da ONG passaram a ser vistas por pessoas de países de todo o mundo. Na época do surgimento do portal a internet não era tão popular como agora, ainda não havia os celulares com internet, as

redes sociais e outros aparatos que temos hoje e que estão conectados à rede com maior facilidade e agilidade. Para os povos indígenas e para quem estava fora da aldeia esse era um contato que dificilmente realizaria, mas, quando ocorreu, trouxe à luz muitos casos de irregularidades, crimes, descasos, entre outras situações de violência – praticadas, inclusive, por parte de órgãos públicos, que, certamente, prefeririam deixá-las camufladas aos olhos da sociedade. O portal é alimentado por indígenas que vivem em diferentes regiões do Brasil. Ele nasceu a partir da publicação de informações por povos indígenas da região Nordeste, mas a rede foi se ampliando e recebendo novos membros indígenas para alimentá-la. Apesar de esse portal possuir características semelhantes ao do jornalismo independente, Tavares (2013) optou, em sua pesquisa, por chamar a elaboração e divulgação de informações feitas pelos indígenas dentro do ciberespaço, de “ciber-informações nativas”. Em relação a isso, a pesquisadora justifica que:

Na busca por estabelecer uma separação entre o jornalismo e as novas formas de comunicação que emergem na internet, optou-se por denominar as informações produzidas por indígenas, para a internet, de ciber-informações nativas, e não utilizar termos como jornalismo participativo, jornalismo cidadão, ou outros dos conceitos existentes que derivassem de “jornalismo”. Acredita-se que esta distinção permitirá uma diferenciação entre as características específicas do objeto analisado e aquelas do jornalismo, assim como convém melhor à forma como estas práticas se relacionam na esfera pública – a partir de locais de fala e de poder diferentes. Define-se, assim, as ciber-informações nativas como informações produzidas por cidadãos de comunidades tradicionais, nativas, ou comunidades urbanas desfavorecidas, para a internet, que visam intervir no devir social destas comunidades, através da comunicação. (TAVARES, p. 37, 2013).

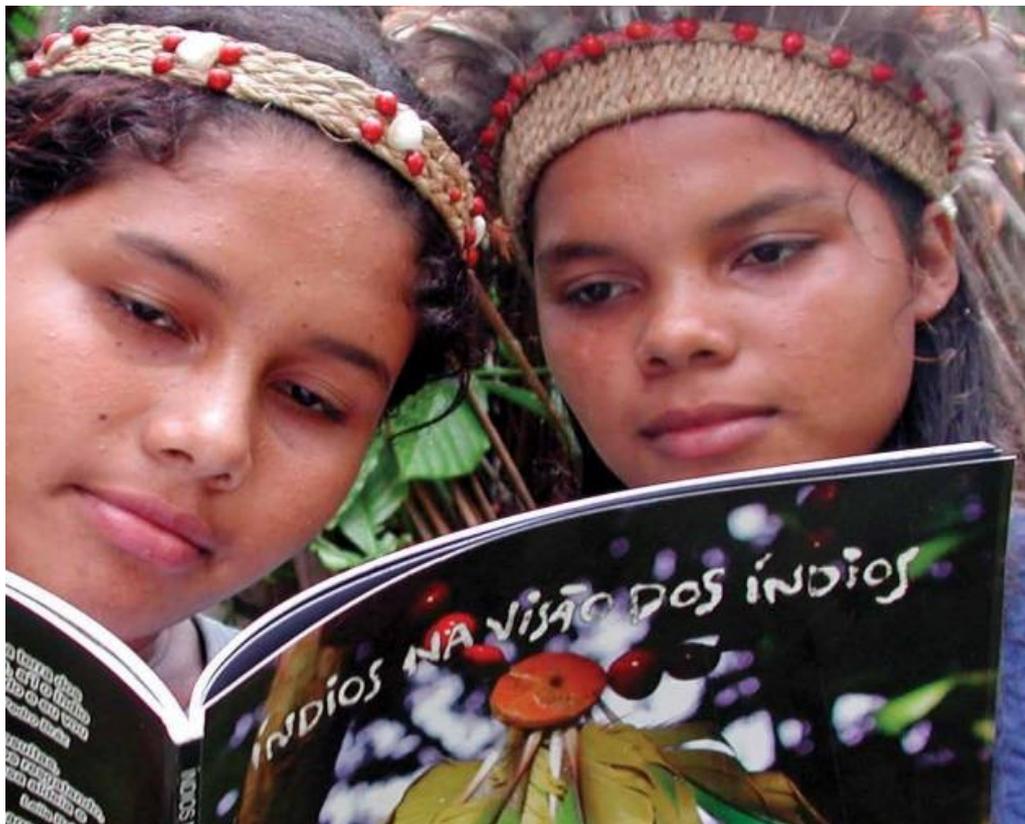
Em uma análise superficial, os indivíduos que produzem conteúdos para o portal buscam noticiar sua realidade, porém, a partir de uma análise mais profunda, percebe-se que o importante não é apenas transmitir informações, mas também trazer um novo olhar para elas, um olhar que parte da perspectiva de dentro para fora, e não de fora para dentro. Dessa forma, o objeto, que antes era observado e descrito desde a perspectiva do observador, passa a se auto-observar e, também, a se autodescrever.

Os indígenas também vêm utilizando o ambiente virtual como instrumento de fortalecimento de suas culturas. É comum vermos, nos discursos institucionais, afirmações que não condizem com essa realidade, nas quais a inclusão digital é relacionada com a inclusão social. O que vem ocorrendo,

porém, é um movimento de reafirmação e de valorização da cultura (ALVES; DINIZ; OLIVEIRA, 2014, p. 2).

3.5.4 Cultura e educação

Figura 19 – Cultura e educação



Fonte: Thydêwá, [2021].

Os livros físicos da ação “Índios na visão dos índios” (Figura 19) ganharam espaço no formato digital e, atualmente, podem ser acessados e baixados de forma gratuita em todo o território brasileiro e em outros países. Universidades, escolas, professores, alunos, todos que queiram podem ter acesso a eles. Outro projeto que também faz parte da obra **Cultura Viva** é o “Cantando as culturas indígenas”, que traz canções dos povos indígenas. No surgimento dessa iniciativa, as canções recolhidas eram distribuídas por meio de CDs, mas, agora, também podem ser baixadas no site da Thydêwá. A obra apresenta, ainda, outras duas realizações: o portal *web* chamado Índio Educa, que publica narrativas, vídeos, músicas e ações educacionais realizadas por diferentes povos indígenas, e o projeto Risada (Rede Indígena Solidária de Arte e de

Artesanato). No caso desta última, por meio dessa rede, os indígenas podem vender seus artesanatos pela internet, através do endereço eletrônico: www.risada.org. Trata-se de uma ação que contribui para a economia nas aldeias, além de ajudar a fortalecer a produção e a distribuição de artesanatos indígenas.

Figura 20 – Captura da imagem digital. Livro **Cultura Viva**: esperança da terra.



Fonte: Thydêwá, [2021].

A obra **Cultura viva**: esperança da terra apresenta os projetos e relatos dos indígenas sobre como o acesso às tecnologias digitais vem contribuindo com suas ações, transformando-as e, além disso, dando voz e protagonismo aos povos que antes não o tinham, já que quem falava deles ou por eles eram terceiros que diziam estar representando os direitos dos povos indígenas.

3.6 Percepções

Ao realizar a leitura das obras, observar os trechos dos textos selecionados e destacados (disponíveis nos Apêndices), percebe-se situações que evidenciam: 1) fatos históricos, ou seja, eventos que contribuíram com as transformações bruscas sofridas na cultura indígena; 2) salvamento/guarda da memória, verificada nas histórias que apresentam particularidades vivenciadas por alguns dos autores das obras, mas que também podem ser comuns em

relatos de outros povos indígenas, sejam do Brasil ou de outros países; 3) o uso de estratégia na partilha e registro dos saberes indígenas, que ocorre, seja por meio de técnicas orais, seja por meio das tecnologias da informação e comunicação digital ou analógica. Outros fatos também podem ser percebidos nas histórias de vida desses grupos indígenas, a exemplo das denúncias de maus tratos sofridos, provocados, inclusive, por órgãos pertencentes ao Estado, como a Polícia Federal, e das novas configurações culturais que vão dando novas formas à identidade cultural do povo indígena.

São inúmeras as possibilidades de novas investigações que tais trechos nos apresentam. Por isso, após a construção dos resumos, foram identificadas e selecionadas as sete categorias apresentadas mais acima (Metamorfose, Tecnologias, Identidade, Cultura, História, Educação e Lutas). Assim, ao revê-las, foi possível realizamos algumas reflexões que nos ajudaram a compreender melhor tanto o papel que as novas tecnologias digitais vêm desempenhando nas etnias indígenas que fizeram parte da construção das obras analisadas neste estudo, quanto outros aspectos relacionados às temáticas presentes nessas categorias. Essas informações são apresentadas no capítulo a seguir.

4.

Reflexões

4. REFLEXÕES

Neste capítulo vamos estudar as categorias que foram identificadas a partir da análise das obras apresentadas na seção três e, também, dos temas abordados na seção dois. A análise se dará de forma a compor um diálogo reflexivo, o qual será desenvolvido com base na concatenação desses capítulos que nos ajudam a compreender melhor o papel que as tecnologias (sejam elas antigas, atuais, novas, analógicas, digitais) vêm desempenhando junto aos povos indígenas no Nordeste do Brasil. As reflexões aqui apresentadas se organizarão a partir das categorias mencionadas: Metamorfose, Identidade, Cultura, Tecnologias, História, Educação e Lutas.

4.1 Metamorfose

A transformação é um processo natural, um comportamento comum que faz parte da vida de todas as espécies de seres vivos. Mas as transformações também são processos que se refletem na organização social dos grupos dos seres vivos, em especial, dos grupos de seres humanos.

Na obra **A árvore do conhecimento**: as bases biológicas da compreensão humana, Maturana e Varela (2011) abordam como o fenômeno da transformação ocorre de forma constante. No livro, os autores apresentam o termo autopoiese, cunhado por eles, que, em linhas gerais, fala sobre o processo, comum a todo ser vivo, de se autoproduzir. Para explicar esse conceito, pode-se tomar, por exemplo, o corpo humano, no qual, desde o nascimento de um indivíduo, há células que morrem e outras que se reproduzem, movimento, o qual ocorre com toda forma de vida biológica, que se dá dentro de uma cadeia que se regenera e que compõe o fenômeno conhecido como autopoiese.

Fazendo uma analogia, na qual pegamos o termo emprestado da biologia e trazemos para as organizações sociais humanas, também podemos dizer que a sociedade é autopoietica. Afinal, ela se produz, se reproduz, deixa de utilizar objetos, constrói novos, reforma outros, descarta o que não tem serventia. Nela (sociedade) nascem novos membros, crescem, se tornam adultos, modificam o

meio, se reproduzem, morrem e, assim, prossegue o ciclo da vida no sistema social humano. Talvez esse seja um aspecto da nossa natureza biológica que se reflete na nossa forma de nos organizarmos socialmente.

Os autores também mencionam a ontogenia²³, história das mudanças estruturais de um determinado ser vivo. Todos os seres vivos tiveram, em sua origem, uma estrutura inicial responsável por determinar como seria sua interação com o ambiente (meio) à sua volta. Conseqüentemente, a estrutura originária delimitou a forma como esses contatos mútuos ocorreriam e como as mudanças estruturais se desencadeariam. Os seres nascem em um meio onde essas interações se dão e no qual elas podem ser dotadas de uma dinâmica estrutural que, sendo própria, opera de forma distinta daquela que envolve o ser vivo. Destaquemos que o ser vivo é, aqui, categorizado como uma unidade que faz parte do ambiente em que nasceu, ambiente esse que se compõe de uma determinada organização. Diante do exposto, consideremos duas estruturas independentes: o ser vivo e o meio. Para Maturana e Varela (2011), “entre elas há uma congruência estrutural necessária (ou a unidade desapareceria)”, de modo que “em tal congruência estrutural, uma perturbação do ambiente não determina o que acontecerá ao ser vivo, pois é a estrutura deste que define que mudanças ocorrerão como resposta”, seja à sua interação com o ambiente, seja com as demais unidades que fazem parte dele (MATURANA, VARELA, 2011, p. 131). Sendo assim, as mudanças resultantes da interação entre o ser vivo e o seu meio são, ainda segundo os autores: “desencadeadas pelo agente perturbador, mas determinadas pela estrutura do sistema perturbado”. Também conforme ensinam os pesquisadores, “o mesmo vale para o meio: o ser vivo é uma fonte de perturbações, e não de instruções” (MATURANA, VARELA, 2011, p. 131).

A estrutura da unidade composta por ser vivo e ambiente (meio) pode estar enquadrada em quatro classes – chamadas, também, por Maturana e Varela (2011), de domínios – as quais descrevem, a partir das interações com determinados tipos de elementos (seres, instrumentos, objetos, ambientes), o destino do ser vivo/meio. Conhecemos a seguir essas classes:

²³ A ontogênese fala sobre o desenvolvimento de um indivíduo desde sua geração até seu estado adulto; ontogenia.

- a) Domínio de mudanças de estado: todas as mudanças estruturais que uma unidade pode sofrer sem que sua organização se modifique: ou seja, mantendo sua identidade de classe.
- b) Domínio de mudanças destrutivas: todas as mudanças estruturais que causam a perda da organização da unidade que, portanto, desaparece como unidade de uma certa classe.
- c) Domínio de perturbações: todas as interações que desencadeiam mudanças de estado.
- d) Domínio de interações destrutivas: todas as interações que resultam numa mudança destrutiva. (MATURANA; VARELA, 2011, p. 131).

Aparentemente, por serem sutis, as mudanças não eram percebidas tão facilmente pela sociedade. Uma evidência disso é o fato de que os marcos das revoluções industriais expõem momentos de grandes transformações revolucionárias na nossa História, as quais são apresentadas e percebidas por quase todos que vivenciaram tais acontecimentos, à época, como algo inédito. Entretanto, essas revoluções são desencadeamentos das mudanças que já vinham ocorrendo, mas que não foram percebidas.

Analisando os trechos apresentados na categoria *Metamorfose* (disponíveis nos Apêndices correspondentes a cada uma das obras), é possível identificar que muitas das mudanças testemunhadas, desde o início da colonização, pelos grupos indígenas no Brasil, foram provocadas de forma brusca. Elas não estão enquadradas em um processo natural de uma interação entre o ser vivo e o seu ambiente, mas, sim, da invasão de agentes externos. Nhenety Kariri-Xocó, Marcelo e Irany Karapotó (GERLIC, 2012, p. 30-37) expõem que seu povo foi forçado a aprender ofícios de olaria, a confeccionar sela de couro e sapatos e, também, a se dedicar ao plantio de arroz. Além disso, relatam que a língua nativa foi proibida e que a forma de organização social foi desestruturada através de estratégias desenhadas pela coroa portuguesa e pela igreja cristã – uma com interesse de colher mais impostos e a outra com interesse de “salvar” as almas dos indígenas. Trata-se de mudanças que não foram sofridas apenas pelos membros (unidades, conforme exposto por Maturana e Varela), mas, como se observa no trecho de um dos relatos, a seguir, o ambiente também vem sentido as mudanças bruscas provocadas pelos agentes externos até hoje:

“[...] os rios Itiúba e São Francisco enchiam, os índios saíam à noite para pescar, mas tudo mudou com a chegada da CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba). As terras alagadas foram desapropriadas, muitas famílias foram retiradas da várzea que foi transformada em lotes irrigados de plantação de arroz.” (GERLIC, 2011, p. 14-22).

Os autores do relato reconhecem, também, que a forma de organização social de seu povo foi profundamente desestruturada pelos agentes externos:

O Território Indígena ao longo dos séculos foi modificado, as florestas foram derrubadas para extrair madeira e construir fazendas, engenhos e fábricas. O verde sumiu. Colocaram comportas nas lagoas e várzeas, o que deixou os rios pobres. (GERLIC, 2011, p. 14-22).

Atualmente estamos cada vez mais conscientes da existência das transformações biológicas, tecnológicas e sociais pelas quais passamos. Mas arrisco dizer que essa percepção é algo inédito, próprio do momento que estamos vivenciando. Imaginemos que uma pessoa que tenha entrado em estado de coma em 1880 acorde, desse estado de perda de consciência, em 1900. A princípio, ela perceberá que as mudanças sofridas não foram tantas em relação a quando entrou em coma. Agora, imaginemos que uma pessoa que tenha entrado em estado de coma em 2001 acorde em 2021. Com certeza ela perceberá uma mudança disruptiva. Para começar, ela perceberá que, antes, as pessoas famosas precisavam estar atreladas a um canal de rede de televisão e terem suas fotos em revistas da moda, sendo pagas para isso. Da mesma forma, o mundo ainda estava explorando as possibilidades de fazer a economia girar (grosso modo, de ganhar dinheiro) com a internet. O telefone celular utilizado em 2001 ainda não tinha todos os recursos que conhecemos hoje acoplados a ele. Assim, com certeza essa pessoa ficaria completamente perdida entre as inúmeras possibilidades de uso dos recursos digitais. Seria muito difícil para ela absorver a ideia de que hoje os famosos de verdade não são só os que têm a sua cara estampada em revistas da moda, mas também aqueles que, além disso, têm, também, os maiores números de seguidores nas redes sociais. Provavelmente ela se espantaria ao saber que esse famoso pode ser, inclusive, alguém que vive nos cantos mais remotos do planeta e que, se não fosse o advento da internet, em conjunto com as transformações tecnológicas que os aparelhos de uso dos recursos digitais oferecem (internet, voz, vídeo, aplicativos...), poderia ser que até aquele momento essa pessoa ainda estivesse no anonimato.

Fazemos parte da era digital e da comunicação, nas quais o envio e o recebimento da informação são realizados em tempo recorde (penso, falo, escrevo, envio/posto). Era em que o número de *likes* que o indivíduo ou grupo

irá receber, ou de seguidores que ele terá, é de tão grande relevância que não importa o que se tenha que fazer para, respectivamente, recebê-los e mantê-los (BAUMAN, 2011). Era na qual damos início à produção, a todo o vapor, de conteúdos para serem disponibilizado no ciberespaço, os quais são consideradas relevantes ou irrelevantes, besteiras ou produções de grande importância. A seleção dos conteúdos a serem consumidos e a decisão a respeito de em quais categorias eles serão classificação (besteira, relevante, importante, extremamente útil, educativo ou não), fica, em geral, a critério do usuário, que tem em suas mãos o poder e a liberdade de escolher o que consumir (BAUMAN, 1989).

4.2 Identidade

Identidade é o meio pelo qual é possível identificar uma pessoa, dizer quem essa é e quais características fazem parte dela. Temos, com essa formulação, duas maneiras de identificar o indivíduo: a primeira, pelos seus traços físicos e, a segunda, pelas ações, funcionalidades que ele carrega consigo.

Os traços físicos (que estão diretamente ligados, também, à aparência, elemento que é, ao que tudo indica, único em cada ser humano) ajudam a identificar o indivíduo fisicamente. De outro lado, sua forma de andar, preparar um alimento, escrever um bilhete, pintar um quadro, entre outras ações, são características que nos ajudam a identificar que algumas ações/funções só poderiam ter sido feitas por tal indivíduo ou (como aqui estamos falando de funcionalidades que nos ajudam a identificar alguém) que tais ações poderiam ter sido realizadas tanto pelo indivíduo como por alguém que pertence a um grupo específico. Eis a diferença entre as duas formas de identificar uma pessoa. Com relação à avaliação física, a *priori*, não há como negar que o sujeito, de fato, seja ele mesmo, pois dificilmente haverá outra pessoa completamente idêntica a outra. Já por meio da análise de seus atos, eles podem ser realizados pelo próprio sujeito ou por pessoas que façam parte de seu convívio social.

Voltando nosso olhar para a forma de identificação por ação/funcionalidade, as características funcionais dos indivíduos são construídas através de suas relações com o outro. Assim, sua interação social o

ajuda na construção de sua identidade, a qual pode estar relacionada a crenças, valores, produção de objetos, realização de tarefas. Nesse sentido, a identidade de um indivíduo deixa de ser apenas dele, mas, sim, passa a ser um reflexo do coletivo no qual ele está inserido. Vygotsky (1989, p. 40) diz que as crianças são capazes de reconstruir sua percepção e, dessa forma, se libertar de uma determinada estrutura de campo perceptivo, ou seja, por mais que o indivíduo esteja inserido, desde sua infância, em um determinado meio, à medida que recebe informações, ele é capaz de processá-las e de reconstruir novos significados para elas, analisando, por exemplo, a coerência em seguir agindo da mesma forma ou colocando, nesse modo de agir, modificações que ele julgue ser coerentes à sua realidade.

Deixemos claro que, aqui, estamos tratando da identidade cultural de um coletivo, o coletivo indígena, grupo que tinha, e que tem, um modo de pensar o mundo que é diferente do de outras culturas, como as que estão voltadas para o capital, por exemplo. Os costumes de cada povo (país, nação), seja ele indígena ou não, nos ajudam a entender que esses povos possuem uma cultura própria, rica em características próprias, e é por meio dessas características que conseguimos reconhecer a identidade cultural de cada povo.

É certo que, ao chegarem no Brasil, em 1500, os portugueses possuíam características culturais próprias para aquela época. Da mesma forma, também os indígenas as possuíam. A cada nova geração, essas características passam por transformações, as quais surgem por influências internas ou externas, novos membros aparecem, novos pensamentos, formas e percepções são reconstruídas. Diante desse contexto, a cultura muda, a identidade individual, que é construída por meio das interações sociais, também passa por modificações, resultando, igualmente, em alterações na identidade cultural. Diante do contexto atual, com o uso das tecnologias digitais, essas mudanças vem sendo cada vez mais rápidas, líquidas, provocando, em muitos (indígenas ou não), uma confusão em relação à construção da afirmação e do reconhecimento de sua identidade. É possível que esse choque seja ainda mais grave nas pessoas que não conhecem a história de vida de seus antepassados, que não têm o conhecimento de uma origem, a qual lhes permita se referenciar a respeito de onde vêm e do que podem se tornar. Tal

conhecimento poderia contribuir para a construção de uma identidade que seria mais sólida/clara para elas.

Os relatos enquadrados na categoria Identidade expõem que houve investidas brutais para que os indígenas deixassem seus costumes hereditários (costumes culturais repassados de geração a geração). De acordo com uma das narrativas: “Povos inteiros foram destruídos. Grandes homens e mulheres morreram por acreditarem na liberdade de termos um jeito próprio de entender e viver a vida. Tudo isso nos tornou experientes, pois, a dor machuca, mas também ensina” (GERLIC, 2011, p. 48). Tais investidas ainda prosseguem nos dias atuais. Há uma corrente muito forte que segue com seu desejo de cumprir (de forma consciente ou inconsciente) as ordens dadas pela coroa portuguesa há séculos, visando erradicar as populações indígenas, seja através de atos violentos, seja alegando que eles já estão inseridos nos costumes dos não indígenas. Isso tudo para conseguirem angariar as terras pertencentes aos povos originários, usurpando assim um dos principais direitos da população indígena, o direito à terra.

Na aldeia, muitos aprendem a se identificar como indígena logo na infância, conforme narrado por Luciano Henrique Pankararu:

Aprendi a me identificar como índio na minha infância, vendo líderes tais como o cacique João Binga e a Quitéria Binga incentivando a participação dos jovens em rituais e nos movimentos indígenas. Vejo o preconceito que os povos indígenas de Pernambuco sofrem por conta de não terem uma aparência semelhante a nossos irmãos do norte do Brasil pois na sociedade de hoje em dia, a ideia de índio é formada por caracterização e não por tradição. (GERLIC, 2015, p. 6)

É nítido o reconhecimento que Luciano dá à influência do outro para que ele, através de suas ações, se identificasse como indígena. Dessa forma, foi a admiração por esse outro que o influenciou a dar continuidade à sua própria história como indígena, construindo, assim, sua identidade, particularidade que vai além do aspecto físico. Com relação a isso, conforme mencionado, muitos indígenas desse povo, e outros que passaram pelo processo de miscigenação, sofrem preconceito por não terem traços físicos similares aos descritos nos registros realizados a partir de 1500 e mencionados nos livros didáticos. Dessa forma, como esses documentos nem sempre foram acompanhados das informações a respeito da mistura de povos (indígenas, negros e brancos), esse é um indício de como o Brasil procurou negar, por meio de sua elite intelectual,

durante a construção de uma identidade nacional para o país, o processo de miscigenação.

Como dito acima, quando falamos de identidade cultural não falamos apenas de uma identidade ligada a aspectos físicos, mas ela contempla, também, os aspectos ligados às funcionalidades e às ações que os membros do grupo praticam e que nos ajudam a identificar a sua origem cultural.

Voltando ao contexto de identificação de objetos, conforme abordado na seção dois desta pesquisa, apenas para ilustrar de forma mais clara os conceitos de identidade individual e de identidade cultural, podemos mencionar as características de um dado objeto e, dessa forma, saberemos a qual grupo/categoria ele pertence. Observe por exemplo as seguintes características funcionais de um determinado objeto: pode ser utilizado para o transporte de pessoas, objetos, animais, entre outros itens, tem quatro rodas, um motor e apenas pessoas habilitadas podem conduzi-lo. De qual objeto estou falando? Estou me referindo, evidentemente, a um carro, o qual foi possível identificar por meio de informações vinculadas às suas características físicas e funcionais. Em um nível de identificação mais específica, se forem mencionadas características como seu modelo específico, seu desempenho, aferido de acordo com o modo como o seu dono o utiliza, sua cor e, também, o número de sua placa, conseguiremos identificar um determinado veículo dentre muitos outros que fazem parte da categoria carro.

A identidade individual apresenta informações ligadas ao indivíduo, a uma pessoa específica, já a identidade cultural (que também podemos chamar de identidade coletiva) traz aspectos que estão vinculados ao comportamento, às funcionalidades, às ações que os membros do grupo geralmente praticam. Isso não quer dizer que todos os membros do grupo ajam da mesma forma e tenham as mesmas características físicas, pois, se tratando de pessoas, elas podem ser parecidas e agir de forma similar, mas nem todas irão gostar, por exemplo, de fado ou de samba. Voltando ao exemplo ilustrativo do carro, todos têm a mesma estrutura e sua funcionalidade está diretamente ligada ao meio de transporte, porém, cada carro tem a sua especificidade e serve para levar determinados tipos de carga, além disso, cada um tem a sua matrícula (placa), pela qual podemos identificar outras informações e que permite, inclusive, provar ações

cometidas com a utilização desse veículo específico, como qual foi o local em que ele esteve e que gerou um ato inflacionário, resultando numa multa.

É comum encontrar, nos textos dos documentos analisados no capítulo anterior, o discurso do orgulho de pertencer ao povo. Assim, mesmo diante de todas as dificuldades, discriminações, o orgulho de pertencer permanece presente no discurso dos indígenas que participaram das obras analisadas. Um exemplo, é a fala de Maíke Wítxô Fulni-ô, que diz:

Sinto-me um privilegiado pela família onde nasci e a educação familiar que recebi, pelo povo onde nasci e pelo ambiente cultural que me foi proporcionado, da terra onde cresci e de tudo aquilo que ela me ofereceu como aprendizado, enfim... Por muitas outras coisas que poderia ficar aqui citando como adjetivos que atribuo um grau qualitativo. (GERLIC, 2015, p.8)

Dentro do contexto indígena contemporâneo, podemos nos deparar com as seguintes situações que fazem parte da construção da identidade indígena:

- a) o indígena que teve a oportunidade de nascer na comunidade e que vive nela por toda sua trajetória de vida. Aquele que, mesmo que necessite sair em busca de alimento ou trabalho, permanece mantendo sua residência fixa ali;
- b) o indígena que nasce na comunidade, mas que, durante a infância ou na sua vida adulta, sai da aldeia e fixa residência no contexto urbano;
- c) o indígena que nasceu em contexto urbano, sabe que pertence a uma comunidade específica e tem a oportunidade de manter os laços com seus parentes. Com relação a esse grupo, vale notar que, entre os que nascem em contexto urbano, há, também, em alguns casos e por diversas razões, os que nem sequer sabem que são indígenas;
- d) o indígena que nasceu em contexto urbano e tem a oportunidade de voltar a viver na comunidade, seja na infância ou na vida adulta;
- e) por último, o caso de intercâmbio entre aldeias, representado pelo indígena que nasceu numa comunidade de um povo específico e que por diversas razões, como casamento, fuga, proteção, vai viver em outra comunidade.

Como forma de ilustrar uma dessas situações, o seguinte trecho de Marleide Quixelô narra como se deram as ações que contribuíram para o seu nascimento em contexto urbano:

Minha mãe migrou da nossa terra indígena Quixelô para o Sudeste em 1974. Minha mãe é indígena Quixelô misturada com povos negros. Meu pai é branco (in memorian). Somos “indígenas misturados” e sem terra. Como nós, existem vários indígenas nessas condições nas periferias e favelas de muitas cidades brasileiras.

Nascemos numa favela na capital de São Paulo e passamos por longos processos de separação, confinamento, desindigenização e apagamento de nossas origens em internatos. Muitos indígenas passam por esses processos perversos. O que implica em indigenidades tardias, ou seja, as pessoas só vão perceber (e se perceberem) depois de adultas a quais etnias/povos indígenas pertencem. Passam metade de suas vidas negando sua existência e presença nativa participando e produzindo nas cidades (GERLIC, 2015, p.27).

Há, também, muitos que nem chegam a se reconhecer como indígenas, mas apenas como retirantes, vindos do Norte, do Nordeste ou de outras regiões, para as capitais e outras cidades “desenvolvidas”. Muitos indígenas, quando migram para as zonas urbanas, acabam encontrando abrigo nas periferias da cidade. Há aqueles que nem se identificam como indígena. Há aqueles que morrem como vítimas na periferia e são identificados como pardos ou negros. É forte o discurso nas manchetes de jornais brasileiros gritando que a juventude sem condições financeiras e negra está perecendo na periferia, quando, na realidade, a indígena também, dado que, porém, é sufocado.

A identidade do indivíduo é construída através das interações sociais, a partir do meio em que ele está inserido. Até alcançar a maturidade mental para entender o significado de ser indígena, alguns podem, ou negar a sua “História de vida”, existente a partir do laço com o seu passado ancestral, ou buscar retornar a ela e, assim, estreitar seus laços com o passado. Essa História, que o ajuda a entender o seu passado, o passado de seu povo, contribui para que ele compreenda, também, quais foram os acontecimentos que o levaram a viver como vive atualmente e perceber como sua identidade venho sendo construída. É a partir daí que ele passa a pensar nas novas ações presentes, que farão parte da construção de sua identidade atual, o que ele fará concatenando o histórico passado com o presente, elaboração que resultará na construção da sua identidade futura. Trata-se, assim, de um processo que o ajuda a construir uma resposta para as questões “quem eu quero ser?” e “como posso me tornar quem desejo ser?”.

Não podemos deixar de fora o fato de que existem atitudes como a do apagamento da identidade e da história passada, e, tampouco, a existência de

procedimentos como o do esquecimento cultural e o da não transmissão dessas heranças para as gerações vindouras, uma vez que tais comportamentos estão atrelados a um processo de negação de si mesmo e que, muitas vezes, eles são realizados por uma necessidade de sobrevivência e de manutenção/salvamento da própria família. Quando esses procedimentos e atitudes se verificam, vemos o nascimento de uma nova identidade, a qual brota cheia de esquecimento e de negação do “eu”.

A identidade indígena era uma no momento do descobrimento e passou por diversas transformações. Com respeito a isso, as obras analisadas nos mostram as configurações sofridas que resultaram nas identidades atuais, as quais, porém, não são estáticas. As identidades mudam a todo o tempo e enquanto registramos estas linhas nesta tese, e o leitor as lê, as identidades continuam recebendo novas informações que influenciam, que são passíveis de reflexão, de mudança de hábitos, de transformações. Se essa identidade será construída com base na verdade ou no negacionismo, isso dependerá das ações e das decisões que são tomadas no agora, no presente. As consequências positivas ou negativas que resultarão na identidade indígena futura dependem das ações que vierem a ser realizadas, as quais poderão ajudar ou não no fortalecimento dos povos indígenas. Uma coisa é fato, não se pode construir uma nação sólida baseada em mentiras e escondendo da população em geral seus direitos e deveres. Mas como exercer os seus deveres de forma exemplar quando os direitos que nos são dados são usurpados muita das vezes pelos membros que representam o próprio Estado?

4.3 Cultura

Os registros históricos que relatam a história dos primeiros contatos dos europeus com os indígenas descrevem o comportamento, os aspectos físicos e os costumes dos habitantes da América Latina. Em outras palavras, esses registros apresentam parte da cultura desses povos autóctones.

Os membros da comunidade Karapotó Plaki-ô e Kariri-Xocó narram que os mais velhos contam como era a vida na região de Porto Real do Colégio em Alagoas – AL, às margens do Rio São Francisco, localidade onde havia atividades como: a prática da pesca usando o Tinguí; a agricultura produzida por

meio da Coivara; o plantio da mandioca – sempre presente na história de diversos povos indígenas no Brasil; e a caça de animais aquáticos, terrestres e de aves (GERLIC, 2011). Eles narram que havia um ecossistema “regular”, já que só retiravam da natureza o suficiente para se alimentar.

Certamente, os costumes relatados pelos “mais velhos de antigamente” já resultam de uma cultura que passou por brutas transformações desde os primeiros anos da colonização, uma vez que a reprodução desses relatos já foi efetuada no idioma português.

A cultura indígena já não é a mesma que foi registrada no século XVI. Assim como a cultura europeia não é a mesma dos responsáveis que efetuaram tais registros. Influências internas ou externas contribuíram para as modificações culturais. Os povos indígenas sofreram modificações brutais e violentas em suas culturas, principalmente no que tange ao idioma, à religião e ao território. Com respeito a este último aspecto, um dos relatos dá conta de que “as aldeias circulares foram transformadas em cidades com ruas retas e vários povos misturados. O índio passou a ser escravo do sistema capitalista implantado na nova terra.” (GERLIC, 2011, p.17). Holandeses, portugueses, franceses, se relacionavam com os indígenas e geravam (e ainda geram) filhos e filhas. Os povos indígenas que vivem em regiões litorâneas ou próximas ao litoral (como ocorre com boa parte dos povos indígenas no Nordeste) passaram por tantas transformações que, o que era mato e à noite se via banhado apenas pela luz das estrelas e pela lua, hoje já se vê de longe como uma área cheia de *pontilhados de luzes*. Cabe ressaltar, tomando outro trecho de um dos relatos, que “mesmos diante de tantas mudanças, nunca esqueceremos como era o mundo de nossos antepassados – ele está presente em nossa Memória” (GERLIC, 2011, p. 17).

Nos dias atuais, já estão inseridos na cultura de muitos povos indígenas – principalmente os que vivem no Nordeste, os quais tiveram bastante interação com o não indígena, e ainda têm – muitos costumes e elementos tecnológicos que não faziam parte, *a priori*, de suas culturas. As casas, que eram feitas de palha e que depois passaram a ser feitas de barro, já estão sendo substituídas por casas de alvenaria. Poucas são as aldeias que conseguiram manter a posição das construções no formato circular. A eletricidade também trouxe benefícios e contribuiu fortemente para a prática de novos costumes, seja na

realização de atividades doméstica ou na realização de atividades de trabalho. A internet, igualmente, proporcionou o acesso à informação, agilizando, também, o cadastro de famílias junto a órgãos públicos no atendimento relacionado à saúde, à educação ou a algum outro tipo de direito garantido pela legislação brasileira, além disso, inclusive, já foi e vem sendo utilizada para denunciar abusos de diversos níveis.

Mas, diante de tantas modificações na cultura indígena, será que seus representantes deixaram de ser “índios”? Será que já perderam sua identidade étnica e devem ser considerados como inexistentes? Eles devem ser julgados e condenados a perderem todo o seu histórico ancestral? Devem perder o direito de serem considerados filhos dos filhos dos primeiros habitantes desta terra, ou seja, dos habitantes que foram violentados, escravizados e torturados (num português mais claro: que tiveram mulheres e crianças indígenas estupradas), povos aos quais foi imposto o apagamento cultural, pessoas obrigadas a esquecerem quem são, a esquecerem a história do seu povo? Será que realmente os indígenas deixam de ser indígenas ao fazerem uso de novos elementos que modificam sua cultura?

A cultura é um fenômeno vivo, que está em constante transformação. Uma vez que está atrelada ao comportamento de uma sociedade composta por indivíduos, os quais, ao mesmo tempo que têm seus costumes, também pensam, repensam, têm a capacidade de refletir, de rever seus atos e de modificá-los, não se pode exigir que ela permaneça estática. Sendo assim, a cultura indígena passou, passa e continuará passando por transformações, que não podem e nem poderão ser utilizadas como pivôs para negar o pertencimento do indivíduo e o seu direito de fazer parte da sociedade aborígine de seu povo.

4.4 Tecnologias

O ser humano, desde a pré-história, vem criando, desenvolvendo e se apoderando de aparatos dos quais acaba por se tornar dependente, uma vez que se prende às facilidades que eles proporcionam. Assim, sem dar-se conta, os indivíduos ficam sujeitos a uma escravidão invisível, imperceptível para muitos, mas existente e real. O homem pensa ser livre, mas sua liberdade está condicionada a outras prisões. O “trabalho dos sonhos” proporciona a liberdade

de comprar o que se almeja, de viajar para onde se deseja, mas o compromisso de pagar as contas e de, muitas vezes, passar horas a mais nas atividades laborais faz parte de uma prisão que torna o homem escravo de seus desejos, de seus atos, dos costumes que ele mesmo criou e que ele mesmo tornou “normais” para si, fazendo-se, assim, escravo da sua cultura. A razão pela qual esse homem não percebe que está preso é que o poder de compra, de consumo, o ilude, ilusão que se impõe por meio da liberdade que ele tem de escolher o que comprar e onde comprar. E isso tudo é realizado com o dinheiro que ele (o homem) “conquistou” “livremente”. Sendo assim, será que é verdadeira a afirmação de Flusser (2007), quando diz que as tecnologias criam barreiras entre o homem e a natureza? Além disso, será que elas, de fato, proporcionam cada vez mais um distanciamento entre o homem e suas origens naturais?

Amotara (GERLIC, 2011, p. 10-12) narra como sua infância era mais íntima com a natureza, não só com a natureza em si, mas também com as pessoas da comunidade, as quais se reuniam todas as noites em volta da fogueira. Mas não podemos deixar de destacar a presença do “lâmpiãozinho” presente em sua fala, ao narrar as noites na aldeia. Tal objeto é um recurso tecnológico que, *a priori*, substitui o candieiro, o qual, por sua vez, substitui a luz produzida pela vela, recurso que, por sua vez, substitui a luz produzida por meio do feixe de fogo. Na realidade, não podemos afirmar que se trata de uma substituição, mas, sim, de transformações tecnológicas. Tecnologias que foram sendo modificadas com o intuito de serem melhoradas e, assim, foram “evoluindo” e ganhando novas configurações.

Na avaliação da narradora, ela diz: “Eu acho que antigamente era melhor” (GERLIC, 2011, p.12). Trata-se de uma fala bem comum no discurso de membros das aldeias indígenas que tiveram uma infância sem tantos recursos tecnológicos, principalmente os digitais – fala também muitas das vezes presente no discurso do não indígena. Juntamente com o discurso, vem, geralmente, o argumento de sustentação, o qual põe o relacionamento mais íntimo com a natureza como crucial, justificando esse “melhor” dos tempos passados.

O uso do corpo na pescaria (GERLIC, 2011, p.18), em vez de ferramentas, por exemplo, demonstra uma habilidade da utilização do próprio corpo como estratégia tecnológica de sobrevivência. Entretanto, não podemos negar que a

apropriação de ferramentas, como as linhas de 50m ou 60m utilizadas para se obter extensão do corpo, com o intuito de facilitar a pesca em águas profundas, também trouxe/proporcionou facilidades. Afinal, o uso de ferramentas (tecnologias) para facilitar a execução de certas atividades evita que doenças sejam contraídas, que ferimentos sejam provocados e que infecções que fariam e/ou fazem mal ao corpo se manifestem, mas o contrário também pode ocorrer.

É certo que as tecnologias provocam mudanças que podem, aparentemente, ser benéficas, mas também se pode verificar o oposto. Um exemplo são as técnicas utilizadas para a transposição do Rio São Francisco, procedimentos que contribuíram para matar a sede de uns, mas que provocaram a fome de outros (GERLIC, 2011, p. 19).

Se parte dos membros das aldeias indígenas enfatizam que antes das novas tecnologias (digitais ou não) chegarem à aldeia ela era melhor, por que, então, se apropriar das tecnologias do não indígena? Por que aprender a escrita do “homem branco” e os outros elementos tecnológicos, os quais, no discurso da ignorância, não deveriam fazer parte das culturas indígenas?

Ora, Marcelino (GERLIC, 2011, p. 18) foi perseguido e até sumiu (misteriosamente, após ser preso) e era um dos poucos indígenas na época que estava familiarizado com a escrita e a leitura, tecnologias que eram privilégio de poucos. Porém, segundo nos narra a história, não foi o saber utilizar essas tecnologias do “homem branco” que provocou nos poderosos a revolta contra o cidadão, mas, sim, como ele vinha se utilizando delas, ou seja, para reivindicar direitos e abrir os olhos do povo. Essa provavelmente foi a principal causa que o deixou como exemplo na história dos Tupinambás de Olivença.

A apropriação de tecnologias que aparentemente não fazem parte da origem das culturas indígenas é uma prática que não está ligada a um movimento de descaracterização, mas, sim, a um movimento de transformação, dado pela própria apropriação desses recursos, um fenômeno que é comum ocorrer em todas as organizações sociais. Uma das formas como ocorre o surgimento e a apropriação de novas tecnologias é a que se dá a partir da necessidade de se fazer uso de recursos tecnológicos que proporcionem agilidade nos afazeres do cotidiano, resultando em uma melhor qualidade de vida. Levando em conta a atual conjuntura em que vivem os povos indígenas, essa apropriação resulta, também, de uma demanda por auxílio na defesa do

que é seu, situação que se coloca de forma ainda mais candente diante de um contexto de sucateamento dos órgãos criados para proteger seus direitos.

Com relação à discussão a respeito de as novas tecnologias trazerem ou não benefícios, é preciso levar em conta, também, as controvérsias e resultados aparentemente desfavoráveis ao seu uso, como o aumento do sedentarismo que algumas delas podem favorecer. Entretanto, há de se levar em consideração que toda tecnologia pode apresentar vantagens e desvantagens de seu uso a depender de quem a utiliza e para qual finalidade. Todos os aspectos da vida podem ter um lado alienante, isso inclui as tecnologias, religião, cultura, político. A criação de canais no ciberespaço voltados para indígenas e alimentados por eles só tende a demonstrar o quanto esses movimentos vêm surtindo efeitos no sentido, por exemplo, de dar aos indígenas maior autonomia e força intelectual para reivindicar e fazer valer seus direitos dentro dos termos legais.

O já mencionado portal Índios Online (ÍNDIOS ONLINE, [2020]), criado por indígenas e para indígenas e não indígenas acessarem, traz notícias das lutas, das festas e da convivência e cultura contemporânea dos indígenas de diversos povos.

Com o advento das redes sociais no ciberespaço, muitos grupos compostos por indígenas vêm sendo formados no ambiente virtual, por exemplo, o grupo Direitos Indígenas (DIREITOS INDÍGENAS, [2021]), a Rede de Cultura Digital Indígena (REDE DE CULTURA DIGITAL INDÍGENA, [2021]), entre muitos outros, também em outras redes sociais. Grupos que vêm se mostrando presentes, que informam a outros grupos indígenas o que vem acontecendo com os seus direitos e os orientam a respeito de como eles podem proceder para serem atendidos, afinal, os direitos que são escritos na lei, em sua grande maioria, só são cumpridos quando “nós indígenas vamos à luta para reivindicá-los” (GERLIC, 2011). O direito existe, mas para ele ser executado, muita das vezes é preciso “lutar” por ele. “Lutar” aqui está empregado no sentido de reivindicar a sua realização, de exigir a criação de ações, de políticas públicas que auxiliem na sua efetivação, pois, do contrário, eles ficariam apenas no papel. Infelizmente essa é uma realidade que também se aplica aos direitos da sociedade não indígena.

Assim, o uso das ferramentas contemporâneas, em especial os *sites*, os portais, as plataformas e aplicativos digitais presentes no ciberespaço vêm

informando cada vez mais os indivíduos que precisam se abastecer de conhecimentos para reivindicar, de forma eficaz e eficiente, seus direitos. Cabe a eles, apenas, optar por utilizar tais ferramentas com esse fim, pois são tantos os conteúdos produzidos e que podem ser acessados, que o indivíduo pode ou escolher consumir conteúdo considerado “inútil” ou eleger aquele que lhe ajudará e que, além de alimentar o seu intelecto, poderá ser utilizado a favor da realização e do cumprimento de seus direitos enquanto humano e pertencente a um povo com o qual a sociedade possui uma dívida histórica e irreparável.

4.5 História

Voltando às transformações biológicas e sociais, que também foram sofridas pelos povos indígenas no Brasil, mesmo antes do seu “primeiro contato” com a cultura ocidental²⁴, vamos, agora, verificar quais foram os momentos em que as mudanças ocorridas na organização social dos povos indígenas no Brasil foram percebidas com maior intensidade, e refletir sobre essas ocasiões.

Antes de 1500 já havia povos habitando o continente americano. Cada povo tinha a sua forma de organização social e podemos afirmar que, entre esses povos, existia tanto alianças como conflitos. Suas armas (flechas, lanças, arcos, bordunas, entre outros artefatos) utilizadas para caçar, guerrear e realizar atividades do cotidiano eram confeccionadas por eles mesmos (RIBEIRO 1995, p. 29). Trata-se, assim, de técnicas e tecnologias criadas pelos próprios povos, mas que, a respeito das quais, não podemos descartar a possibilidade de muitas delas terem se transformado, “passado por transformações”, o que pode ter ocorrido a partir do contato de um povo com o outro ou, até mesmo, por devido a alguma mudança de hábito interna a determinado povo. Assim, por exemplo, quando uma criança, um jovem (ou até mesmo um adulto) vê um instrumento, eles conseguem, muitas vezes, enxergar outras funcionalidades as quais vão além do que se havia pensado para esse instrumento (VYGOTSKY, 1989).

²⁴ Levando em conta os registros históricos do período da colonização, consideramos, aqui, o primeiro contato, ocorrido em 1500. Essa delimitação se dá pelo fato de que, *a priori*, não há como alegar que outros contatos já tenham sido realizados, uma vez que, até o momento, não há registros a respeito, mas, apenas, suposições.

Por um equívoco provocado por um personagem histórico, esses povos são conhecidos até hoje como “índios”. Os nativos do continente americano são chamados de índios porque Cristóvão Colombo acreditava estar nas Índias, destino o qual ele havia planejado alcançar ao sair da Espanha com sua expedição. Esse equívoco gerou a denominação pela qual os povos originários do Brasil passaram também a ser chamados/designados: índios. Nesse sentido, de acordo com o documento **Brasil 500 anos**:

A palavra Índio deriva do engano de Colombo que julgara ter encontrado as Índias, ou o “outro mundo”, como dizia, na sua viagem de 1492. Assim a palavra foi utilizada para designar, sem distinção, uma infinidade de grupos indígenas (IBGE, BRASIL 500 ANOS, 2000).

A partir de 1500, com o chamado “descobrimento do Brasil”, designação que, na realidade, se refere ao início de um período colonial, é possível observar que as transformações começam a acontecer de forma mais brusca e rápida do que o habitual (ou seja, antes de 1500) nas populações indígenas. Esse fenômeno é observado, principalmente, em relação aos povos que habitavam as regiões litorâneas, como é o caso dos povos que viviam (e que ainda vivem, ao menos os indivíduos que restaram deles) na região litorânea do Nordeste do Brasil. Do século XVI até meados do século XX, os indígenas foram considerados escravos, moeda de troca, objeto sexual, mão de obra barata, pagãos, dignos de morte, por praticarem “atos satânicos” (principalmente a partir da visão do colonizador), e feiticeiros, por conhecerem ervas que curam e também que envenenam. Eles foram, igualmente, considerados dignos de serem livres, dignos de terem direito às terras que um dia foram suas, mas também indignos de terem direito a essas terras, afinal, elas lhes foram roubadas séculos atrás e, atualmente, parece que a “dívida caducou”, dessa forma, na opinião de muitos, caso os indígenas queiram tê-las novamente, “eles que trabalhem e as comprem” – frase comum no discurso de diversos “donos” do agronegócio e que é reproduzida por aqueles que dependem deles economicamente. Essas são apenas algumas das transformações pelas quais os povos, que antes viviam da pesca, da caça, dos conflitos internos e regionais, da sua forma de respeito à terra e de cultuar a vida, passaram. O conhecimento sobre esses fatos é percebido nos textos produzidos pelos indígenas. Em um trecho de um deles, se lê: “Fomos obrigados a aceitar a condição de escravidão e miscigenação vendo

nossas aldeias se transformarem em povoados, vilas e cidades (GERLIC, 2011, 14-22)”.

Entre o século XIX e início do século XX, a violência contra os povos indígenas esteve insustentável. Não que já não fosse insustentável desde o século XVI, mas, nesse período, e nos parece que quanto mais o tempo passa, os membros das sociedades tornam-se mais conscientes de seus atos e mais sensíveis a exercer a humanidade, isso ao menos com relação a alguns dos que detinham o poder na mão e, dessa forma, poderiam influenciar os demais – nos referimos aos reis, rainhas e outras autoridades que, em épocas passadas, viu-se a questão da liberdade de escravos, a proibição de execuções de pessoas em praça pública, entre outros atos bárbaros que eram cometidos, e atualmente deixou-se de praticar, ao menos em ambientes públicos. É certo que alguns dos atos estão ligados a questões econômicas, mas, mesmo assim, eles vêm num movimento que, aparentemente, demonstra a consciência humana em relação aos seus atos.

Diante do contexto terrível de violência sofrida pelos povos indígenas no Brasil, em 1910 nasce o Serviço de Proteção ao Indígena e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), criado com a missão de dar um basta na violência contra os povos indígenas e, também, de transformar os indígenas em trabalhadores rurais e cuidar deles, pois eram considerados incapazes de responderem por si mesmo. Em 1918, a parte relacionada à “localização de trabalhadores nacionais” foi separada em um novo órgão, que passou a ser conhecido apenas por SPI (Serviço de Proteção ao Indígena). O SPI foi criado pelas autoridades brasileiras para minimizar as pressões internacionais que o Brasil vinha sofrendo diante das barbáries que a imprensa internacional publicava sobre como os povos indígenas vinham sendo massacrados. Mas, além de “proteger” as populações indígenas, o SPI também arrendava suas terras, migrava os indígenas de um lado para o outro na condição de trabalhadores rurais, vendia os filhos dos indígenas, entre outras denúncias que surgiram (OLIVEIRA, 1999, p. 46-53). O SPI viu, nos indígenas, uma oportunidade de mão de obra barata para a agricultura do país. Já que o indígena é “ignorante”, não conhece as leis e os costumes da sociedade não indígena, vive da natureza, por que não o colocamos como trabalhador rural? Ressaltando que o SPI era um órgão público, constituído por pessoas, logo, essas pessoas

que estavam à frente desse órgão e que executavam as ações ali desenhadas, eram responsáveis pelas consequências benéficas e prejudiciais acometidas contra os povos indígenas durante sua gestão.

Em 1988, temos uma nova constituição brasileira e, nela, os direitos indígenas são contemplados. Nesse período, a interação com indígenas e não indígenas já é bem mais estreita se a compararmos com o período que deu início à colonização do Brasil. Essa interação cultural de indígenas e não indígenas é ainda mais forte com os povos do litoral e com os do Nordeste do Brasil.

Em 2000, durante a marcha dos 500 anos do “descobrimento” do Brasil, ocorrida no sul da Bahia, Sebastian Gerlic conhece um grupo de indígenas no meio do bombardeio que o Exército realizava, junto com a polícia local, contra os indígenas, durante a gestão do então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC). Esse encontro trouxe mudanças para a vida de Sebastian e para diversos grupos indígenas, tanto no Brasil como em outros países da América Latina. Foi através desse encontro que nasceu a ONG Thydêwa, através da qual muitos dos autores indígenas das obras analisadas aqui começaram a utilizar livros para ilustrar o seu dia a dia e divulgar, por meio de palestras, esse conhecimento nas escolas. Após isso, com relação à trajetória dessa ONG, veio a utilização dos meios digitais para a publicação de livros digitais e, também, a criação do portal Índios Online (ÍNDIOS ONLINE, [2020]), que deu voz a diversos grupo indígenas e os colocou em contato com muitos membros das comunidades indígenas que já estavam vivendo em contexto urbano e não tinham notícias de seus parentes.

Atualmente, já é possível encontrar, nas redes desencadeadas pela internet, diversos grupos indígenas construindo e postando conteúdos referentes ao seu dia a dia e, com eles, informando como realizavam e como hoje realizam algumas ações na aldeia.

O privilégio de testemunhar as minorias (os povos que tiveram seus ancestrais escravizados, entre outras barbáries) ganharem voz, mostrando-se presentes e existentes, principalmente nos meios digitais, buscando, aparentemente, mostrar para a sociedade a verdadeira história do nosso país, é imensurável. Essa sensação se evidencia porque, durante sua história, esses povos foram caçados, aldeias foram inteiramente destruídas (GERLIC, 2011), mas, hoje, seus representantes têm, aparentemente, a liberdade de resgatar os rabiscos das particularidades da história de seu povo e trazer esse conhecimento

originário para a atualidade. Assim, a partir da utilização de novos elementos que passaram a fazer parte de sua cultura e, conseqüentemente, história, eles buscam construir um futuro melhor.

4.6 Educação

Por que o índio precisa ir à escola? Por que ele precisa se formar (informar) no ensino médio, fazer uma graduação, mestrado, doutorado, por que ele precisa estudar na escola de “homem branco”?

Em linhas gerais, sabe-se que a educação é o ato ou processo de educar. Dentre seus objetivos está o de criar condições para o desenvolvimento físico, intelectual e moral do ser humano. Esses objetivos podem ser alcançados por meio da aplicação de métodos educacionais que visam garantir a integração social e a formação do cidadão. Toda ação educacional está ligada à formação do indivíduo e à sua integração social, afinal, os conhecimentos técnicos e/ou comportamentais aprendidos pelo educando serão utilizados durante sua interação com o outro.

Os fenômenos educativos são fenômenos que estão intensamente ligados ao caráter social e político. De acordo com Suanno (2017), eles “[...] se *generan en singulares ambientes de convivencia atravesados por afectos, intereses, motivaciones, pero especialmente porque los mismos forman parte del desarrollo humano*²⁵” (SUANNO, 2017, p. 37).

Nhenety, membro do povo Kariri-Xocó, narra que a aprendizagem de seu povo é baseada em círculos evolutivos. Assim, por exemplo:

[...] para ser um pescador, inicia-se a aprendizagem com a criança fazendo artefatos de pesca, construindo anzóis, redes e armadilhas. O pequeno índio torna-se assim, hábil pescador adulto, fechando o círculo da pesca. Para ser uma ceramista, a menina aprende com a mãe a arte de modelar o barro, as técnicas tradicionais de confeccionar potes e panelas e pintar os objetos. Mas a sua aprovação como ceramista é quando se torna adulta, dominando toda a arte e fechando, assim, o círculo da cerâmica (GERLIC, 2012, p. 14).

A narrativa exposta por Nhenety dialoga com os conceitos de Vygotsky (1989), que dizem que o desenvolvimento ocorre de forma constante e que não

²⁵ Tradução do autor: “[...] se geram em ambientes únicos de convivência atravessados por afetos, interesses, motivações, mas principalmente porque fazem parte do desenvolvimento humano”.

se dá em círculos, mas, sim, em espiral, em um movimento no qual o indivíduo (neste caso a criança e o adolescente, mas não se descarta o uso desse conceito na aprendizagem de adultos) passa por um mesmo ponto a cada nova evolução, enquanto avança para um nível superior.

Vemos presente nessa experiência o método construtivista, no qual o menino, desde pequeno, aprende a confeccionar os artefatos que irão ser utilizados no momento da pesca. Assim, a cada nova construção de objetos e observação de como eles são utilizados na prática, ele repassa, aparentemente, pelos mesmos caminhos, mas com uma visão mais madura do que se está fazendo e de qual serventia a sua ação de confeccionar tais objetos tem. Além de elementos do método construtivista, também pode-se enxergar, nesse processo educacional, elementos da Andragogia, a qual tem como premissa expor a importância do tema a ser ensinado e o porquê de o indivíduo precisar ter acesso a tal tema. Também temos aqui, certamente, o método expositivo, no qual alguém expõe o conhecimento e o indivíduo (aprendiz) observa e, na sequência, o reproduz. O método expositivo pode ser considerado um dos primeiros métodos que o ser humano utiliza dentro do seu processo educacional, afinal, quando somos criança, é normal imitarmos as ações de nossos cuidadores (pais, avós, irmãos, tios, vizinhos).

As estratégias (métodos) educacionais utilizadas pelos membros de um grupo social no processo de ensino e aprendizagem podem variar de acordo com a época, contexto social e resultados que se deseja obter. Cada cultura tem a sua forma de repassar o conhecimento aos seus membros, ou seja, as estratégias educacionais fazem parte da cultura de um grupo social e têm sua singularidade. Entretanto, isso não determina que essas estratégias sejam estáticas e nem tampouco que não possam interagir com outros métodos para se criar formas mais assertivas no processo educacional. No entanto, como toda transformação, as mudanças provocadas no sistema educacional podem apresentar resultados positivos ou situações que precisarão ser revistas.

Uma das principais formas utilizadas pelos indígenas para transmitir o conhecimento está presente na oralidade e no uso do corpo, o que se observa, por exemplo, na interpretação e na contação de suas histórias. O uso do corpo, a imitação de reações, juntamente com a voz e com a sua modulação, realizada para cativar a atenção e para entonar os elementos mais importantes na

narrativa oral, são elementos fortemente presentes na cultura indígena – mesmo que, com respeito a esse traço cultural, alguns povos tenham sofrido impactos fortes, relacionados a elementos de outras culturas. É visível o prazer da comunicação oral e é admirável o quão ricas são as histórias contadas por muitos indígenas e, também, não indígenas que não dominam a escrita, mas têm uma oratória singular em detalhes narrativos e interpretativos.

Por muito tempo a imitação foi o fator mais predominante no processo de aprendizagem da cultura educacional indígena. As crianças viam seus pais, outros adultos e até mesmo outras crianças, enfim, outros atores da comunidade realizando tarefas (por exemplo, a construção de objetos como arcos, redes de pescar, comidas) e imitavam as ações produzidas por esses. As crianças e membros da comunidade, no geral, tinham liberdade para decidir a quem imitar, o que queriam aprender e o conhecimento era compartilhado entre todos na comunidade (é certo que sempre há as tarefas que são de conhecimento e práticas exclusivas por alguns membros que assumem posições específicas e, por tanto, tais tarefas não são compartilhadas a todos, a exemplo temos as atividades exercidas pelos pajés). Porém, aos poucos, as escolas tradicionais foram se instalando nas aldeias. Esse processo teve início com a chegada dos Jesuítas no século XVI (1549) e sua consolidação mais expressiva se deu no século passado XX. No início, cabia à Funai implementar essas escolas nas aldeias e cuidar delas, incumbência que realizavam, entretanto, impondo os métodos educacionais não indígenas a elas, o que pode ser entendido como nada mais do que uma continuidade das ações jesuítas.

Não se pode esquecer que a educação indígena, por estar pautada na raça inferior, segundo o olhar dos europeus, não era valorizada. Nesse contexto, pode-se perceber fortemente as ações do eurocentrismo, tipo de percepção de mundo que está diretamente ligada à valorização dos saberes europeus, num movimento em que a Europa é vista como local de produção do conhecimento e como a única detentora da construção do modernismo. Essa visão que foi replicada às colônias e seus reflexos são percebidas em diversos países da América Latina. Quantos latinos saem de seus países para realizarem pesquisas em universidades europeias? Quantos profissionais são bem reconhecidos por realizarem graduação, pós-graduação ou especializações nas universidades europeias? Mais recentemente, nas americanas também, mas, aqui, estamos

focando na Europa devido ao contexto da pesquisa. Além disso, as ideias de novos cursos, de novas descobertas, até mesmo a influência na moda, que tinha os seus padrões de modernidades importados da Europa.

A valorização da educação branca e, com ela, o esquecimento, rejeição e desvalorização dos atos educacionais indígenas, atualmente podem ou não estar ligados diretamente ao cuidado com a terra, à cultura da oralidade, ao uso do corpo para ensinar e aprender, ao canto, ao respeito e à coletividade. Pensar não apenas no bem de um, mas de todos.

Na década de 1990, “preocupada com as frentes de expansão que tendiam a mutilar a memória dos povos indígenas”, Graça Grauna, do povo Potiguara, retorna ao meio acadêmico (GERLIC, 2015, p. 4-5). Seu objetivo era compartilhar suas inquietações relacionadas à literatura e aos direitos humanos, pensando em se dedicar especificamente à reflexão a respeito do direito à literatura indígena. Durante esse período, ela pôde ver sua voz sendo representada, o que ocorreu por meio da obra **Coisas de índio**, escrita por um outro indígena, conhecido como Daniel Munduruku. Graça se formou e, hoje, é professora universitária na Universidade Estadual do Pernambuco, onde tem a oportunidade de lecionar sobre a literatura indígena e onde, também, faz uso do espaço digital, através do blog **Tecido de vozes**, para publicar muitos de seus poemas.²⁶ .

Em outro relato, Luciano Henrique Pankararu expõe que, durante sua formação escolar, foi “forçado a acreditar em uma versão da história sobre os povos indígenas do Brasil, onde vários nomes citados nela são vistos como nossos heróis” (GERLIC, 2015, p. 6), certamente fruto do eurocentrismo. De outra forma, ao conhecer a outra versão da história, contada por aqueles que não tiveram voz, deu-se conta de uma realidade completamente diferente.

Como exposto no início dessa pesquisa, buscaram ocultar as culturas indígena e negra no momento da construção da identidade nacional do país. Aqueles que se diziam intelectuais, ou que foram colocados com tal título à época, pensaram em tirar da história, apagar da memória da população, da nação, o que julgaram ser sem importância na construção da identidade nacional brasileira (ORTIZ, 2012). Porém, ao contrário, para a reconstrução sólida de uma

²⁶ Cf. Graúna, [2021].

nação, de um povo unido, de um país de fato mais assertivo, é necessário que a verdade seja dita, seja exposta, não para criar conflitos sociais, mas, sim para a realização de ações que contribuam com a minimização dos danos causados aos membros dessas culturas que tentou-se apagar. Por mais que nos esforcemos, nunca conseguiremos reparar os danos causados pela atitude de homens e mulheres que acreditavam na construção de uma raça superior, deixando o humano de lado. Mas podemos, sim, minimizar os danos causados realizando ações que busquem reparar o pensamento e os atos desumanos de outros que vieram antes de nós. A respeito disso, Bauman (2011) nos chama a atenção para o conflito em que:

[...] certas “classes de idade” encaram como “natural” – “o modo pelo qual as coisas são” e, portanto, como “elas devem ser feitas” – pode ser visto por outros como uma aberração, um estranho desvio da norma, talvez uma situação ilegítima e insensata – injusta, abominável, desprezível ou absurda, que exige completa revisão. (BAUMAN, 2011, p. 19-20)

Nesse sentido, os intelectuais do Iseb acreditaram que omitir a história seria o caminho ideal. Esses buscaram excluir duas culturas importantíssimas que fazem parte da construção da identidade nacional brasileira, da história do progresso deste país. Imaginemos agora como essa ação trouxe consequências prejudiciais à História do nosso país, atitude que, durante muito tempo, foi reproduzida e ensinada através dos livros didáticos escolares no Brasil.

Retornando um pouco mais atrás na história, a educação introduzida por meio dos Jesuítas tinha como objetivo principal inserir os indígenas na cultura europeia, a fim de que eles se tornassem “cidadãos civilizados”, pertencente à coroa portuguesa e, assim, lhes rendessem bons lucros com os pagamentos de impostos efetuados pelos “novos cidadãos”. O primeiro passo para essa ação foi agregar todos os povos indígenas, de diferentes povos, nos aldeamentos – pequenas vilas criadas pelos religiosos. Ali eles ensinavam aos indígenas uma única língua, chamada de língua geral (uma mistura de várias línguas indígenas que resultaram na língua geral) e, na sequência, ensinavam o idioma português. Certamente a prática da palmatória (e de outras punições muito mais violentas) estava presente nesse processo de ensino e aprendizagem, que tinha como finalidade “ensinar” os indígenas a serem “civilizados”. Isso também resultou num processo de homogeneização cultural. Os indígenas eram proibidos de praticarem as atividades ligadas às suas culturas, inclusive a prática do seu

idioma, mas, como o progresso no idioma ainda não estava dentro da velocidade desejada pelo Marquês de Pombal, ele, no século XVII, determina que quem falasse um outro idioma que não fosse o português pagaria com sua própria vida. O irônico é que, nesse processo, muitos indígenas foram torturados e mortos, escravos negros também, mas, em compensação, será que representantes de outras nacionalidades que viviam no Brasil à época, como espanhóis, franceses e ingleses, além de outros nobres de diferentes países europeu também pagaram com a vida por não falar português? Entraríamos aqui no dito popular em que “as leis foram feitas apenas para os pobres”?

Num passado não muito distante, mais precisamente na segunda metade do século XX, devido a conflitos de interesses ocorridos em terras que estavam habitadas por indígenas, muitos grupos foram expulsos de seu território (e essa prática ainda é comum em pleno século XXI). Maria Muniz, indígena do povo Pataxó Hãhãhãe, conta que, ao ser expulsa de seu território, foi obrigada a conviver na sociedade não indígena, mas aproveitou esse tempo para se preparar adquirindo conhecimento, o conhecimento da sociedade e das leis do “homem branco” (GERLIC, 2015, p. 36-37). No ano de 1984, ela teve a oportunidade de voltar para sua comunidade e, também, de trabalhar por muitos anos como a única professora da comunidade indígena em que vivia. Ali buscava ensinar o conhecimento da leitura e escrita, mas também os princípios da cultura indígena que carregava consigo, como, por exemplo, o respeito à natureza e os cuidados para com a “mãe terra”. Hoje, conforme narrado por ela em seu texto publicado no formato digital na obra **Memórias do movimento indígena do Nordeste**, ela sente uma grande tristeza, pois novos professores que chegaram, muitos sem nem serem indígenas, estavam utilizando o espaço escolar para continuar ensinando a cultura do não indígena, de modo que se esqueciam de valorizar a identidade cultural do povo. Entretanto, analisando um contexto mais amplo, estamos em um momento em que é cada vez mais comum contemplar a presença de indígenas “nas salas das universidades, grandes centros de pesquisas, associações, tribunais, além de incentivos de alguns setores públicos do governo brasileiro e, também, de outros países com a finalidade de promover a valorização da diversidade da cultura da paz através de financiamento de projetos voltados para os povos indígenas” (GERLIC, 2014,

p. 23), inclusive reivindicando-se o respeito e a valorização do ensino da cultura indígena nas aldeias.

Diante do contexto exposto até aqui, vemos algumas situações que nos ajudam a compreender a necessidade de o indígena, nos dias atuais, ter acesso ao conhecimento que está para além do que há na flora e na fauna de seus territórios, pois se eles querem continuar mantendo a floresta em pé e os rios cheios de peixes, se querem continuar cuidando e usufruindo do que a floresta lhes oferece, eles precisam sair da aldeia, estudar, aprender a utilizar o conhecimento do “homem branco”, inclusive os recursos tecnológicos digitais, para defender o direito de poder viver na floresta e o direito a que os recursos naturais não sejam explorados, prática que devasta a flora e a fauna. Enfim, tais ferramentas são necessárias para defender o direito à vida, não só de um grupo pequeno, que depende de todo o processo benéfico que a natureza nos oferece, mas para defender, também, a vida e a existência da humanidade através da preservação ambiental, da floresta em pé.

4.7 Lutas

A apropriação de tecnologias e a admissão de novos hábitos faz parte de qualquer sociedade. Até mesmo os animais irracionais precisam mudar seus hábitos e se apropriarem de novas técnicas para sobreviver diante das transformações ambientais causadas, principalmente, pela ganância humana. O número de vídeos circulando em redes sociais com flagrantes de animais não domésticos invadindo quintais, casas e até se alimentando de animais domésticos vem demonstrando essas mudanças de hábitos. Será que esses animais saíram de seu espaço para invadirem essas casas ou é o homem que vem cada vez mais invadindo o espaço deles e, fazendo com que passem a utilizar novas técnicas de sobrevivência?

Para alguns povos indígenas, a apropriação das novas tecnologias também vem sendo uma forma de sobreviver, de cuidar do espaço que os alimenta, ou, como normalmente é expresso por esses, uma forma de cuidar da mãe terra. Alguns exemplos de como eles vêm utilizando as tecnologias digitais a favor da defesa da floresta podem ser confirmados em projetos e notícias

publicadas, tanto nos canais nacionais de comunicação, como nos que estão disponíveis no ciberespaço. Alguns exemplos são:

- a) Indígenas Uru-Eu-Wau-Wau aprendem a usar os drones na defesa de seu território

Figura 21 – Projeto de uso de TICs a favor da proteção da floresta



Fonte: WWF Brasil, 2019.

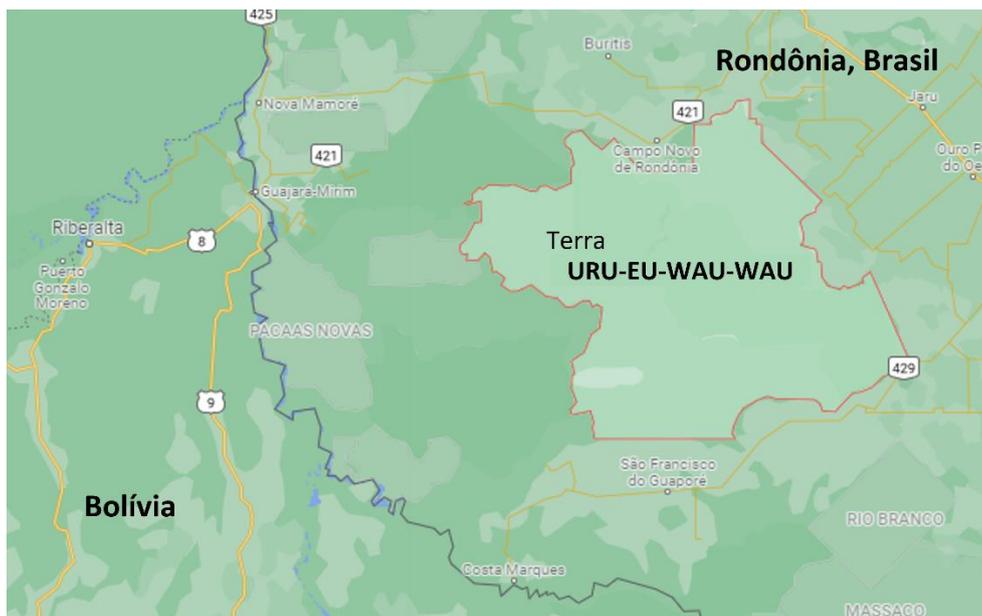
Essa ação (Figura 21), criada junto à WWF-Brasil²⁷, narra o uso de drones (novas tecnologias) para que os próprios indígenas possam vigiar, registrar e denunciar o desmatamento que ocorre em suas terras e que é provocado por grupos de pessoas/empresários que não respeitam as leis de proteção ambientais.

A primeira ronda aérea feita com os drones do projeto foi realizada em dezembro de 2019, e os Uru-Eu-Wau-Wau já conseguiram identificar nessa ação uma área desmatada de 1,4 hectare em seu território, desmatamento que, até então, não havia sido identificado. Quase uma semana após a descoberta, os

²⁷ WWF-Brasil: organização da sociedade civil brasileira, apartidária e sem fins lucrativos.

indígenas flagraram um helicóptero jogando sementes na área, certamente sementes de grama para a criação de pasto. A Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau está localizada no Estado de Rondônia e tem 1.867.117 hectares de extensão (Figura 22), além de fontes de água e uma rica biodiversidade que pode desaparecer com o seu desmatamento.

Figura 22 – Terra Uru-Eu-Wau-Wau



Fonte: Google Maps

b) Fazendeiros se reúnem para exterminar índios Guarani Kaiowás no Mato Grosso do Sul

Figura 23 – Vídeo Daiara Tukano



Fonte: Mesquita, 2015.

A apropriação de um aparelho celular com câmera e acesso à internet também vem sendo utilizado como uma grande ferramenta para denunciar a violência cometida contra os povos indígenas em situações de confrontos ligados às terras indígenas. Em um vídeo disponibilizado em um canal do Youtube²⁸ em agosto/setembro de 2015, Daiara Tukano denuncia o ato violento de fazendeiros contra indígenas do povo Guarani Kaiowás no Estado do Mato Grosso do Sul. A indígena relata que os fazendeiros estavam atirando contra as famílias que estavam assentadas numa área de retomada e não estavam nem considerando o fato da existência de mulheres e crianças no local. Dessa forma, observa-se que, por meio do uso de um aparelho celular foi possível gravar o vídeo, da mesma forma, o acesso à internet ajudou no seu compartilhamento para outros aparelhos e a existência da plataforma Youtube contribuiu para ampliar o acesso à notícia. Além disso, o vídeo também se encontra no portal Índios Online (ÍNDIOS ONLINE, [2020]), o que permite difundir ainda mais o acesso a esse fato, ao qual, provavelmente, sem o uso dessas tecnologias digitais da informação e comunicação pelos indígenas, a sociedade não teria acesso, a não ser que houvesse jornalistas cobrindo a área, mas vale notar que eles não conseguem estar em todos os locais de conflitos.

O uso das TICs e das TDICs, hoje, para muitos povos indígenas, faz parte do uso de recursos para permanecerem vivos e para salvar, fisicamente, culturalmente e, agora, “digitalmente”, suas histórias e seu direito de continuarem sendo reconhecidos como indígenas, independentemente de suas transformações culturais.

²⁸ Cf. Mesquita, 2015..

5.

Conclusão interina

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto nesta tese, conclui-se que o uso das narrativas em meios digitais construídas pelos próprios indígenas, as quais trazem relatos de experiências de suas vidas, contribui para a retomada, o registro, a preservação e a divulgação tanto da cultura tradicional dos povos indígenas como das novas configurações pelas quais eles vêm passando. Além disso, a apropriação desses recursos contribui para que esses povos se organizem politicamente e reafirmem suas identidades e culturas enquanto pertencentes aos povos originários, que viviam nas terras brasileiras antes mesmo de elas serem chamadas de Brasil.

Esta pesquisa permitiu que eu desse continuidade aos estudos sobre o uso de tecnologias digitais da informação e comunicação pelos povos indígenas no Nordeste do Brasil, os quais foram iniciados durante a realização da dissertação de mestrado **E o verbo se fez digital**: uma narrativa sobre cultura indígena, tecnologia e formação. Foi possível aprofundar as reflexões, provocações e debates relacionados à apropriação e ao uso de tecnologias pelos povos indígenas, abordando, também, questões relacionadas à identidade, à cultura e às metamorfoses sociais. Assim, o presente trabalho favoreceu: a leitura de obras que auxiliassem na compreensão dos temas de tecnologias, identidade, cultura, Estado e nação; a análise de textos, poemas, histórias e narrativas produzidos e compartilhados por indígenas no ciberespaço; a organização desses a partir de uma sistematização que auxiliasse na sua categorização para uma melhor compreensão das mensagens registradas neles pelos indígenas; a apresentação do resumo das obras analisadas e seu fichamento (presentes nos anexos); a avaliação das leituras realizadas e dos dados coletados; e a possibilidade de discutir esses dados e de apresentar as reflexões percebidas, as quais auxiliam a responder à questão problema apresentada nesta pesquisa, bem como a comprovar a premissa apresentada. Isso tudo num contexto em que foi preciso conciliar a vida pessoal e profissional e uma pandemia mundial durante a sua realização.

Ao analisarmos as origens sociais dos povos e observarmos o significado da palavra indígena/aborígenes, é possível refletir e observar que todos somos indígenas/aborígenes. Todos nascemos em um espaço geográfico. É certo que houve uma época em que o homem era nômade, mas ele passou a adquirir

novos hábitos, e ainda os adquire, a partir de descobertas e de desenvolvimentos tecnológicos intelectuais e/ou físicos. O poder se fixar numa determinada região e viver nela foi um novo hábito adquirido. Toda sociedade passa por processos de transformações, a partir das quais, adquire novos hábitos e outros são modificados ou deixados de ser praticados. Trazendo essa reflexão a respeito de transformações para o contexto dos povos indígenas, percebe-se que eles também passaram por grandes processos de transformações e ainda passarão por muitos outros – sejam as comunidades que ainda vivem “isoladas”, com nenhum contato com outras culturas, sejam as que tem pouco contato com outras culturas ou as que possuem constante contato com a cultura não indígena. A apropriação de novas tecnologias, costumes ou, até mesmo, a emigração e imigração de território jamais fará com que os indígenas deixem de ser indígenas.

Agora, o que pode ocorrer é a criação de **mitos estratégicos**, os quais são elaborados com o objetivo de buscar tirar a legitimação dos povos originários no sentido de que eles sejam considerados indígenas. Estratégias configuradas na dinâmica de um desejo do poder e de interesse em usufruir das riquezas das terras indígenas – tudo isso em favor do capital. Num interesse único de se apropriar dos direitos dos indígenas, direitos esses que fazem parte de uma dívida histórica que jamais poderá ser reparada. Afinal, como reparar a perda da vida, da cultura, dos sonhos, dos desejos, dos elos familiares e da relação com a terra? Muitos indígenas já sofreram, e ainda há, em pleno século XXI, os que sofrem com as estratégias de apagamento identitário e cultural, que têm por finalidade afastar o indivíduo indígena de seu povo, da sua família, isolando-o e buscando fazê-lo negar as suas origens. O objetivo desse tipo de ação é que ele saia de suas terras, tenha contato com diferentes culturas não indígenas e passe a construir família com os membros dessas culturas, porém, para preservar sua integridade física e dos novos membros do seu núcleo familiar, que acabara de constituir, esse indivíduo acaba por não transmitir o conhecimento de suas origens aos seus descendentes. Com relação a este, inclusive, eles não deveriam ser reconhecidos apenas dessa forma, ou seja, como descendentes, mas, sim, também como pertencentes/originários ao povo de seu pai, de sua mãe, de seus avôs...

Outro ponto que destaco é a utilização de adereços, artefatos e, até mesmo, a prática de alguns rituais exigidos ou colocados como condição para que alguns povos indígenas sejam reconhecidos. Fato esse apresentado por Oliveira (1999, p. 25-26). O autor narra que o reconhecimento do povo Atikum e a legitimação dos membros no sentido de serem considerados indígenas pelos representantes dos órgãos públicos, mais especificamente, à época, o SPI, deveu-se ao fato de eles estarem trajados com os adereços típicos da cultura indígena e terem realizado o ritual do toré. Mas, cabe perguntar, que adereços são típicos? Afinal, cada povo tem a sua singularidade, o seu costume. O que precisa ser sinalizado e destacado é que o tradicional está fortemente ligado a práticas estáticas, nas quais há, em sua grande maioria, uma visão fixa de que “sempre foi feito dessa forma e é assim que se deve continuar fazendo”. Mas temos a transformação, ou melhor, as transformações sociais presentes em todas as sociedades, em todas as culturas. Não se pode exigir que o direito ao reconhecimento do ser enquanto indígena seja outorgado apenas se ele exerce as mesmas práticas registradas e expostas pelos cronistas do colonialismo, uma vez que os povos indígenas passaram, e ainda passam, por diversos processos e tentativas de apagamento cultural, de impedimento do acesso às suas histórias, aos seus direitos. A apropriação de novos costumes não pode determinar o pertencer ou não a um povo. A cultura irá se transformar, conseqüentemente, as identidades, e “continuaremos sendo indígenas”.

Cabe destacar que vivemos num momento no qual se cogita legalizar a matassa do que é vivo e reproduz a vida. Deixando infértil o que é fértil, além da criação de estratégias para disseminar a ganância em nome de objetos que trazem a sensação de poder (como o dinheiro). Estou falando da legalização da mineração em áreas de terras indígenas, terras que hoje produzem vida, mas depois de serem cavadas, escavadas e reviradas deixarão um legado de morte, miséria, escassez e fome. Essa herança maldita não ficará isolada a uma única região. A chuva, que teoricamente cai e deixa o solo mais fértil, ganhará uma nova missão ingrata: a de carregar para rios e florestas vizinhas o veneno deixado a céu aberto das áreas que foram exploradas pelo minério. A chuva que um dia levou vida desta vez levará morte, doenças e muita dor as florestas, aos animais e as populações que vivem nessas áreas. Mas para o mundo será pior, pois corremos o risco de pouco a pouco acabar com a chuva, a princípio, no

centro oeste e sul do Brasil se a mineração combinada com outras estratégias para o desmatamento da floresta amazônica prosseguir. Existe um fenômeno que se chama rios voadores, simplificando, trata-se de um processo no qual as massas de ar carregadas de vapor de águas são emitidas pela vegetação da floresta e sobem até uma certa altura. No alto, correntes de ares levam essas massas até o centro-oeste e sul do país. Dentro das condições climáticas propícias, ao se encontrar com frentes frias vindas do sul essas massas se tornam chuvas que regam a terra e geram vidas. Agora, imaginemos que a floresta não exista, ou o seu desmatamento diminua a emissão dessas massas, certamente o centro-oeste e sul do país passarão por um período irreparável de secas. E o pior, é que isso tudo vem ocorrendo com incentivo e autorização do governo federal atual, o qual deveria zelar pela vida que torna o seu país soberano.

Esta pesquisa me deu a chance de ter contato com os conceitos ligados às tecnologias, às culturas, às identidades, à nação e às transformações e de compreendê-los melhor. Através dela, novas configurações e reflexões poderão ser percebidas e analisadas. Por exemplo, a construção da cultura brasileira e da identidade nacional a partir da ocultação de trechos essenciais da História do Brasil, trechos que relatam as reais condições impostas às chamadas raças inferiores, contribuiu para a construção de uma identidade nacional de que tipo? Somos uma nação forte? Somos uma nação plurinacional reconhecida como tal? Até onde a falta de conhecimento das origens identitárias e culturais de um povo pode influenciar no real sentimento de pertencimento a uma nação? Tal situação pode fragilizar ou fortalecer a construção de uma identidade nacional que transmita orgulho? Quais são as consequências de uma nação construída a partir de uma história que inferioriza as raças que fazem parte dela e que busca ocultar essa ação de seu povo? E, trazendo para as configurações relacionadas ao pertencer, ao ser ou ao não ser, até onde continuaremos sendo considerados humanos se seguirmos com o acoplamento de objetos tecnológicos ao nosso corpo? Essas questões precisam ser discutidas e fazer parte das reflexões da população. Além disso, a parte oculta, obscura e, provavelmente, podre da história do Brasil precisa ser de conhecimento nacional. A população precisa ter consciências de suas origens e de quais as ações que foram tomadas no passado e resultaram na realidade atual. A busca por respostas para essas

questões é audaciosa, mas pode contribuir para uma melhor compreensão da nossa realidade social e, também, proporcionar a criação de ações que nos auxiliem na reparação e na melhoria contínua da sociedade brasileira, além de ajudar no aprofundamento dos laços identitários, culturais e de pertencimento.

“O rio é o mesmo, mas as suas águas não”.

O povo é o mesmo, mas as pessoas não.

Alexsandro Cosmo de Mesquita

REFERÊNCIAS

A seguir estão disponíveis as obras físicas, digitais e *online* utilizadas como referências bibliográficas para a construção desta pesquisa.

Material impresso

ARRUDA, Gisele Regina Paes de. **Movimentos sociais no ciberespaço**: uma investigação sobre o ciberativismo. 2011. Dissertação (Mestrado em Tecnologias da Inteligência e Design Digital) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

AVISO de retificação: concorrência nº 1/2010. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 192, 6 out. 2010. Seção 3, p. 12.

BARBOSA, Emanuelle de Souza. **Marcas da colonialidade nos discursos de documentos oficiais na política de inserção de tecnologias digitais de informação e comunicação na educação básica**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação Contemporânea) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **44 Cartas do mundo líquido moderno**. Tradução: Vera Pereira. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2011. Título original: 44 Letters from the liquid modern world.

BAUMAN, Zygmunt. **A liberdade**. Tradução: M. F. Gonçalves de Azevedo. Lisboa: Ed. Estampa, 1989. Título original: Freedom.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989)**: a revolução francesa da historiografia. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**: a era da informação, economia, sociedade e cultura. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007. v. 1.

COSTA, Suzane Lima. Povos indígenas e suas narrativas autobiográficas. **Revista Estudos Linguísticos e Literários**, Salvador, n. 50, pp. 65-82, jul./dez. 2014.

CUNHA, Manuela Carneiro. O futuro da questão indígena. *In*: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi; SILVA, Aracy Lopes da. (org.). **A temática indígena na escola**: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília, DF: MEC/Mari/Unesco, 1995.

FLUSSER, Vilém. **O mundo codificado**: por uma filosofia do design e da comunicação. Organização: Rafael Cardoso. Tradução: Raquel Abi-Sâmara. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

GERLIC, Sebastián. **Cultura viva: esperança da Terra**. [Salvador]: Thydêwá, 2014. (Col. Índios na visão dos índios).

GERLIC, Sebastián (ed.). **Memória**. [Salvador]: Thydêwá, 2012. (Col. Índios na visão dos índios).

GERLIC, Sebastián; MELLO, Gabriela Saraiva de.: **Memórias do movimento indígena do Nordeste**. [Salvador]: Thydêwá, 2015. (Col. Índios na visão dos índios).

GLEISER, Marcelo. **A dança do universo: dos mitos de criação ao Big-Bang**. Ed. Companhia das Letras, São Paulo, 1997.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva; Guaracira Lopes Louro 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens: uma breve história da humanidade**. Tradução: Janaína Marco Antônio. 3. ed. Porto Alegre: L&PM, 2015.

KRIPKA, Rosana Maria Luvezute; BONOTTO, Danusa de Lara; SCHELLER, Morgana. Pesquisa documental: considerações sobre conceitos e características na pesquisa qualitativa. **Revista Congresso Ibero-Americano de Investigação Qualitativa**, Aveiro, v. 2, ago 2015.

LACERDA, Rosane Freire. **“Volveré, y Seré Millones”**: Contribuições Descoloniais dos Movimentos Indígenas Latino Americanos para a Superação do Mito do Estado-Nação. 2014. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2014. 2 v.

LATOUR, Bruno. **Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade a fora**. Tradução de: Ivone C. Benedetti. Revisão de tradução: Jesus de Paula Assis. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura, um conceito antropológico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1993.

LAZANEO, Caio, Salvi. **Produção Partilhada do Conhecimento: uma experiência com as comunidades indígenas Xavantes e Karajá**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Arte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

LEMOS, André; LEVY, Pierre. **O Futuro da Internet: em Direção a uma Ciberdemocracia Planetária**. São Paulo: Ed. Paulus, 2010.

LEVY, Pierre. **As Tecnologias da Inteligência: O Futuro do Pensamento na Era da Informática**. São Paulo Ed. 34,1993.

MATURANA, Humberto R.; VARELA, Francisco G. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana**. São Paulo: Ed. Palas Athena, 2011.

MATURANA, Humberto; PORKSEN, Berhard. **Del ser al hacer**: los orígenes de la biología del conocer. Santiago: Ed. Comunicaciones Noreste LTDA, 2004.

MATURANA, Humberto. **Emociones y lenguaje en educación y política**. Ed. DOLMEN, España, 2002, undécima edición.

MESQUITA, Alexsandro Cosmo de. **E o verbo se fez digital**: uma narrativa sobre cultura indígena, tecnologia e formação. 2016. Dissertação (Mestrado em Tecnologias da Inteligência e Design Digital) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2016.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Muita terra para pouco índio?: uma introdução crítica ao indigenismo e à atualização do preconceito. *In*: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi; SILVA, Aracy Lopes da. (org.). **A temática indígena na escola**: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília, DF: MEC/Mari/Unesco, 1995

OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). **A viagem de volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Contra Capa Livraria Ltda. 1999.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5. ed. 14. reimp. São Paulo: Brasiliense, 2012.

PEREIRA, Carmen Rejane Antunes. **Processos comunicacionais Kaingang**: configurações e sentidos da identidade cultural, memória e mídia em perspectiva histórica. 2010. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, 2010.

PEREIRA, Eliete da Silva. **Ciborgues indígen@s.br**: a presença nativa do ciberespaço. 2007. Dissertação (Mestrado em Estudos Comparados sobre as Américas) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007.

PREZIA, Benedito. **História da resistência indígena**: 500 anos de luta. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2017.

PREZIA, Benedito. **Os Potiguara entre a Bíblia e a espada**. Porantim, Brasília: Cimi, v. 314, abril, 2009, p. 16.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RUSSELL, Bertrand. **História do pensamento ocidental: a aventura dos pré-socráticos a Wittgenstein**. Tradução: Laura Alves e Aurélio Rebello. 6. ed. Rio de Janeiro: Ediouro Publicações S/A, 2002.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristovão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Rio Grande, ano I, n. I, jul. 2009.

SANTAELLA, Lucia. **O que é semiótica**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2004. (Col. Primeiros Passos).

SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial**. Tradução: Daniel Moreira Miranda. São Paulo: Ed. Edipro, 2016. Título original: The four Industrial Revolution.

SOUZA, Ana Maria Melo e. **Chiryvy Rendyju, menino brilhante: identidade e emancipação de jovens guarani kaiowá em práticas de comunicação midiática**. 2018. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

SUANNO, Marilza Vanessa Rosa. **Caminhos arados para florescer ipês: complexidade e transdisciplinaridade na educação: homenagem à Maria Cândida Moraes e suas obras**. Palmas: Ed. EDUFT, 2017.

TAVARES, Joana Brandão. **Ciber-informações nativas: uma análise da circulação da informação dos cibermeios de autoria de povos indígenas residentes no território brasileiro (2005-2012)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

VIEIRA, Liszt (org.). **Identidade e globalização: impasses e perspectivas da identidade e a diversidade cultural**. Rio de Janeiro: Record, 2009

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 3. ed. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1989.

WEISZFLOG, Walter. **Michaelis: moderno dicionário Da Língua Portuguesa**. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1998.

Material digital e online

ABREU, Beatriz Negri Nunes de. **O surgimento de pontos de cultura nas organizações**. 2016. Relatório final do programa institucional de bolsas de iniciação científica – Fundação Getúlio Vargas, escola de administração de empresas, São Paulo – SP, 2016. Disponível em: https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/publicacoes/relatorio_final_pibic_-_2016_-_beatriz.pdf. Acesso em 5 de novembro de 2020.

BEDINELLI, Talita. Fazendeiros formaram milícia para atacar índios no Mato Grosso do Sul, diz MPF. *In*: EL PAÍS. **Brasil**. Madri: Ediciones El País, 18 jun. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/17/politica/1466195701_933817.html. Acesso em: 14 nov. 2021.

BRASIL. Cultura viva: Rede de Incentivo e Disseminação de Iniciativas Culturais. **Cultura de Redes será a novidade apresentada pela secretaria neste ano**. Brasília, DF: Secretaria da Economia Criativa e Diversidade

Cultural: Secretaria Especial da Cultura: Ministério do Turismo, 2016d. Disponível em: <http://culturaviva.gov.br/cultura-de-redes-sera-a-novidade-apresentada-pela-secretaria-neste-ano/>. Acesso em: 20 fev. 2016.

BRASIL. Ministério da Cultura. Mais Cultura em comunidades indígenas do Acre. *In*: BRASIL. **Notícias do Governo Beta**. [Brasília, DF]: Acesso à informação, 2009. Disponível em: <http://noticias.gov.br/noticias/pesquisa.xhtml?b=&j=10&q=0&o=0&dp=&e=0&editorial=null&p=20199>. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Cultura. **O ministério**. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2016a. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/o-ministerio>. Acesso em: 13 jan. 2016.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Programa Mais Cultura**. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2014. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/mais-cultura>. Acesso em: 13 fev. 2014.

BRASIL. Ministério das Comunicações. GESAC. **O Gesac**. Brasília, DF: Ministério das Comunicações, 2016c. Disponível em: <http://www.mc.gov.br/gesac>. Acesso em: 13 de jan. 2016.

BRASIL. Ministério das Comunicações. **O ministério**. Brasília, DF: Ministério das Comunicações, 2016b. Disponível em: <http://www.mc.gov.br/institucional>. Acesso em: 13 jan. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010**. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm. Acesso em: 20 set. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014**. Institui a Política Nacional de Cultura Viva e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13018.htm. Acesso em: 20 set. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 12 set. 2021.

BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Sepir. **Guia de políticas públicas para comunidades quilombolas**: Programa Brasil Quilombola. Brasília, DF: Sepir, 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/igualdade-racial/guia-de-politicas-publicas-para-comunidades-quilombolas>. Acesso em: 25 out. 2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Cível Originária (ACO)_312**: Bahia. Ação de nulidade de títulos de propriedade sobre imóveis rurais situados no sul da Bahia em reserva indígena [...]. relator: Min. Eros Grau, 2 de maio de 2012. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=629999>. Acesso em: 15 out. 2021.

CECHINEL *et al.* Estudo/análise documental: uma visão teórica e metodológica. **Criar Educação**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação – UNESC, Criciúma, v. 5, n.1, jan./jun/ 2016. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/criaredu/article/view/2446/2324>. Acesso em: 14 out 2021.

DEZ DE HISTÓRIA. **Pré-história**: aula completa: aula sobre paleolítico, neolítico e idade dos metais. [S. l.: s.n.], [2021]. 1 vídeo (32min). Publicado pelo canal: Dez de História. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=nA_gMVw3pi4. Acesso em: 28 abr. 2021.

INDÍGENAS. Facebook. Direitos indígenas. Grupo privado. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/direitosindigenas/>. Acesso em: 27 fev. 2021.

ÍNDIOS ONLINE. [S. l.: s. n.], [2020]. Disponível em: <http://www.indiosonline.net/>. Acesso em: 10 set. 2021.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. Big Bang - A Teoria do Big Bang. *In*: BRASIL ESCOLA. **Geografia**: astronomia. [Goiânia]: Rede Omnia, 2021. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/geografia/big-bang.htm>. Acesso em: 23 set. 2021.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – Funai. Institucional. *In*: FUNAI. **A Funai**. Brasília, DF: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/Institucional>. Acesso em: 13 abr. 2020.

G1. George Floyd morreu por asfixia, mostra autópsia pedida pela família. *In*: G1. **Mundo**. Rio de Janeiro: Globo Comunicação e Participações S.A., 1 jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/06/01/george-floyd-morreu-por-asfixia-mostra-autopsia-requerida-pela-familia.ghtml>. Acesso em: 12 abr. 2021.

G1 MINAS. Barragem da Vale se rompe em Brumadinho, MG. *In*: G1. **Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Globo Comunicação e Participações S.A., 25 jan. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/01/25/bombeiros-e-defesa-civil-sao-mobilizados-para-chamada-de-rompimento-de-barragem-em-brumadinho-na-grande-bh.ghtml>. Acesso em: 23 dez. 2021.

GRAÚNA, Graça. **Tecido de vozes**. [S. l.: s.n.], [2021]. Disponível em: <https://gracagrauna.com/>. Acesso em: 8 nov. 2021.

GUIMARAES, Arthur. PF prende presidente da Fecomércio-RJ e investiga desvio de recursos do Sesc e do Senac. *In: G1. Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Globo Comunicação e Participações S.A., 23 fev. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/pf-cumpre-mandados-em-mais-um-desdobramento-da-lava-jato-no-rio.ghtml>. Acesso em 30 jul. 2021.

ÍNDIOS NA VISÃO DOS ÍNDIOS. [Ilhéus]: Thydêwá, [2001]. Disponível em: <https://www.thydewa.org/portfolio/indios-na-visao-dos-indios/>. Acesso em: 10 dez. 2021.

LIMA, Paulo. Em 2015, rompimento da barragem em Mariana matou 19 pessoas. *In: R7. Brasil*. São Paulo: R7 Brasil, 15 jan. 2019. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/em-2015-rompimento-da-barragem-em-mariana-matou-19-pessoas-25012019>. Acesso em 23 dez. 2021.

MESQUITA, Alexandro. Fazendeiros se reúnem para exterminar índios Guarani Kaiowás no Mato Grosso do Sul. [S. l.: s. n.], ago./set. 2015. 1 vídeo (2min. 50seg.). Publicado pelo canal de Alexandro Mesquita. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=T662Dt1dniA&t=5s>. Acesso em: 10 nov. 2019.

MESQUITA, Alexandro Cosmo de. Design thinking na educação a distância, presencial e corporativa. **TECCOGS**: Revista Digital de Tecnologias Cognitivas, São Paulo, n. 16, jul-dez 2017. Resenha da obra de: CAVALCANTI, Carolina Costa; FILATRO, Andrea. Design thinking na educação presencial, a distância e corporativa. São Paulo: Somos Educação: Saraiva, 2017. 253p. Disponível em: https://www.pucsp.br/pos/tidd/teccogs/edicao_completa/teccogs_cognicao_informacao-edicao_16-2017-completa.pdf. Acesso em: 12 dez 2017.

MINISTRO do Meio Ambiente defende passar 'a boiada' e 'mudar' regras enquanto atenção da mídia está voltada para a Covid-19. *In: G1. Política*. Rio de Janeiro: Globo Comunicação e Participações S.A., 22 maio 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml>. Acesso em: 23 dez. 2021.

NEXIN: Grupo de pesquisa realiza “III Encontro Nacional”. *In: JORNAL DA PUC-SP. Universidade*. J.PUC-SP: São Paulo, 2020. Disponível em: <https://j.pucsp.br/noticia/nexin-grupo-de-pesquisa-realiza-iii-encontro-nacional>. Acesso em: 23 nov. 2021.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. **Conferência internacional do trabalho**: Convenção nº 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais. Genebra: OIT, 1989. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2002/decretolegislativo-143-20-junho-2002-458771-convencao169-pl.pdf>. Acesso em: 18 out. 2020.

PEGORETTI, Lorrán de Souza. **Diferença entre web 1.0, web 2.0 e web 3.0**. 2011. Artigo apresentado para avaliação na disciplina de Introdução à Ciência

da Computação – Universidade de Vila Velha (UVV), Villa Velha. 2011.
Disponível em:
<https://pt.scribd.com/document/52495626/Diferencas-Web-1-0-2-0-e-3-0>.
Acesso em: 5 out. 2018.

POLICIAIS são humilhados por empresário em condomínio de luxo: ‘Aqui é Alphaville’. *In*: REDAÇÃO PRAGMATISMO. **Notícias**. [S. l.]: Pragmatismo Político, 16 jul. 2020. Disponível em:
<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2020/07/policiais-sao-humilhados-por-empresario-em-condominio-de-luxo-aqui-e-alphaville.html>. Acesso em: 20 out. 2020.

PORFÍRIO, Francisco. Heráclito. *In*: BRASIL ESCOLA. Filosofia: astronomia. [Goiânia]: Rede Omnia, 2021. Disponível em:
<https://brasilecola.uol.com.br/filosofia/heraclito.htm>. Acesso em: 20 set. 2021.

POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. **Órgão indigenista oficial**: Fundação Nacional do Índio: a estrutura do órgão. São Paulo: Instituto Sócio-Ambiental –

QUEM é o índio brasileiro?: o que é ser índio?. [S. l: s. n.], [199-?]. 1 vídeo (17min. 42seg.). Publicado pelo canal de Felipe Aristimuño. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=PGm8DZ1E2KQ>. Acesso em: 11 mar. 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. (Colección Sur Sur). Disponível em: < http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf >Acesso em: 8 ago. 2021.

PROFA ANELIZE. **Pré-história**. [S. l: s.n.], [2021]. 1 vídeo (23min 33seg.). Publicado pelo canal Profa Anelize. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=xF5FIJ1jHEU>. Acesso em: 28 abr. 2021.

R7. Pm humilhado em Alphaville afirma que não agiria diferente na periferia. São Paulo: R7 Brasil, 02 jun. 2020. Disponível em: <https://noticias.r7.com/sao-paulo/pm-humilhado-em-alphaville-afirma-nao-agiria-diferente-na-periferia-02062020>. Acesso em: 20 abr. 2021.

REDE DE CULTURA DIGITAL INDÍGENA. Facebook: Rede de cultura digital indígena. Grupo público. Disponível em:
<https://www.facebook.com/groups/RededeCulturaDigitalIndigena>. Acesso em 27 fev. 2021.

SASSINE, Vinicius. **Governo Bolsonaro utiliza AGU para defender mineração em terras indígenas mesmo sem lei**. *In*: Folha de São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2022/04/governo-bolsonaro-utiliza-agu-para-defender-mineracao-em-terras-indigenas-mesmo-sem-lei.shtml>. Acesso em: 02 abr. 2022.

SUDRÉ, Lu. Morte de homem negro asfixiado por policial nos EUA gera indignação internacional. *In*: BRASIL DE FATO: uma visão popular do Brasil e do mundo. **Internacional**. São Paulo: Brasil de Fato, 18 maio 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/28/morte-de-homem-negro-asfixiado-por-policiais-nos-eua-gera-indignacao-internacional>. Acesso em 14 abr. 2021.

TALENTO, Biaggio. Conflito dos 500 anos deixa feridos e 141 presos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 23 abr. 2000. Geral: Internacional, A17. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20000423-38904-nac-0018-ger-a17-not>. Acesso em 16 fev. 2021.

THUDÊWÁ. Downloads. [Ilhéus]: Thydêwá, [2021]. Disponível em: www.thydewa.org/downloads. Acesso em: 20 out. 2021.

THYDÊWÁ. **Que somos**. [Ilhéus]: Thydêwá, [2016] .Disponível em: <https://www.thydewa.org/que-somos/>. Acesso em: 13 jan. 2016.

VOCÊ consegue adivinhar qual dos dois roubou 450 milhões da Fecomércio do Rio de Janeiro e qual roubou um litro de leite no Extra? 9 dez. 2021. Twitter: @jganico. Disponível em: <https://twitter.com/jganico/status/1469011858753560577>. Acesso em: 05 jan. 2022.

WWF BRASIL. Indígenas Uru-eu-wau-wau aprendem a usar os drones na defesa de seu território. [S. l: s.n.], 2019. 1 vídeo (3 min 41 seg.). Publicado pelo canal WWF Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=r47Ba37npC8>. Acesso em: 17 abr. 2021.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Categorias da obra **Memória**

Figura 24 – Livro **Memória**



Fonte: Thydêwá, [2021].

Na obra **Memória**, destacamos as seguintes falas, organizadas por categorias:

1 – **Metamorfose**

Fragmentos relacionados a situações que nos ajudam a identificar como era feito, como se transformou e como é hoje.

| Tabela 1 – Categorias da obra Memória Metamorfose |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Metamorfose: P. 33 - Durante a ocupação de Sergipe, uma grande guerra contra os índios movida por Cristovão de Barros, matou os caciques Surubim, Serigy, Pacatuba, Japaratus e muitos outros. [Título: Karapotó; autores: Nhenety Kariri-Xocó, Marcelo e Irany Karapotó; povo: Kariri-Xocó e Karapotó; história na integra p. 30-37] • Metamorfose: P. 33 - Foi assim que a dominação foi possível por essas bandas... e os sobreviventes foram aldeados em missões pela Companhia de Jesus. [Título: Karapotó; autores: Nhenety Kariri-Xocó, |

Marcelo e Irany Karapotó; povo: Kariri-Xocó e Karapotó; história na integra p. 30-37]

- Metamorfose: P. 33 - Os Karapotó foram aldeados em Pacatuba inicialmente, junto com os Caxagós. As mudanças culturais foram muito grandes. No lugar da distribuição harmônica e circular de nossas moradias foram construídas ruas retas e no meio, uma capela para um santo, chamado São Feliz de Pacatuba. [Título: Karapotó; autores: Nhenety Kariri-Xocó, Marcelo e Irany Karapotó; povo: Kariri-Xocó e Karapotó; história na integra p. 30-37]
- Metamorfose: P. 33 - Nosso povo Karapotó acabou se espalhando pelo Nordeste e, assim, se unido a outras etnias. Além da Missão de Pacatuba, os registros apontam nossa presença em Urubu-Mirim em Alagoas, onde fomos evangelizados junto aos Kariri e os Aconã. [Título: Karapotó; autores: Nhenety Kariri-Xocó, Marcelo e Irany Karapotó; povo: Kariri-Xocó e Karapotó; história na integra p. 30-37]
- Metamorfose: P. 33 - Ainda sob a “proteção” da Igreja, nossos antepassados viveram na Serra do Comunaty junto aos Carnijó, no Rio Ipanema, e retornamos para Alagoas com os Kariri do São Francisco, nossos parentes de cultura pesqueira. Viemos também atrás da argila para a cerâmica, da água boa e da mata atlântica com fartura de caça. [Título: Karapotó; autores: Nhenety Kariri-Xocó, Marcelo e Irany Karapotó; povo: Kariri-Xocó e Karapotó; história na integra p. 30-37]
- Metamorfose: P. 33 - A vida nas missões era escravidão para os indígenas. Fomos forçados a aprender ofícios de olaria, confecção de selas de couro e sapatos, além do plantio de arroz. [Título: Karapotó; autores: Nhenety Kariri-Xocó, Marcelo e Irany Karapotó; povo: Kariri-Xocó e Karapotó; história na integra p. 30-37]
- Metamorfose: P. 33 - Um dos maiores sofrimentos foi a proibição da nossa língua nativa que foi trocada pelo português e o latim. [Título: Karapotó; autores: Nhenety Kariri-Xocó, Marcelo e Irany Karapotó; povo: Kariri-Xocó e Karapotó; história na integra p. 30-37]
- Metamorfose: P. 33 - A religião católica nos impôs um deus desconhecido e as autoridades do Pajé e do Cacique foram substituídas pelo Padre e Capitão-Mor, respectivamente. [Título: Karapotó; autores: Nhenety Kariri-Xocó, Marcelo e Irany Karapotó; povo: Kariri-Xocó e Karapotó; história na integra p. 30-37]
- Metamorfose: P. 33 - Como podemos observar, nossa organização social foi profundamente desestruturada pela coroa Portuguesa e pela sua igreja cristã. [Título: Karapotó; autores: Nhenety Kariri-Xocó, Marcelo e Irany Karapotó; povo: Kariri-Xocó e Karapotó; história na integra p. 30-37]

- Metamorfose: P. 38 - Em Cumuru, tem uma ponte histórica que, quando eu era criança, era de tábua e a gente pulava de cima dela porque o rio era muito cheio. Hoje, a ponte é de cimento e o rio secou. [Título: Pataxó; autor: Maria D'ajuda; povo: Pataxó, aldeia 2 irmãos; história na integra p. 38-43]
- Metamorfose: P. 16 - As famílias mais pobres da região tiravam seu sustento desse ambiente através da pesca e da caça, principalmente os Kariri-Xocó, que moravam na Colônia Indígena, uma área reconquistada em 1947, onde já vivia a metade do nosso povo. [Título: Arte de pescar; autor: Nhenety; povo: Kariri-Xocó; história na integra p. 14-22]
- Metamorfose: P. 16 Quando os rios Itiúba e São Francisco enchiam, os índios saíam à noite para pescar, mas tudo mudou com a chegada da CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba). As terras alagadas foram desapropriadas, muitas famílias foram retiradas da várzea que foi transformada em lotes irrigados de plantação de arroz. [Título: Arte de pescar; autor: Nhenety; povo: Kariri-Xocó; história na integra p. 14-22]
- Metamorfose: P.16 - Com o chamado “desenvolvimento”, a área foi dividida e outras famílias foram cadastradas e receberam por doação do Governo Federal cerca de 300 lotes de terras irrigadas. A Natureza sustentava 2.000 famílias. Nunca faltava alimento. O Rio São Francisco sempre enchia no período das trovoadas, deixando o ambiente propício para a caça e pesca, com fartura de alimento para aves, répteis, mamíferos e nós, indígenas. E hoje é só fome. [Título: Arte de pescar; autor: Nhenety; povo: Kariri-Xocó; história na integra p. 14-22]
- Metamorfose: P. 16 - O Território Indígena ao longo dos séculos foi modificado, as florestas foram derrubadas para extrair madeira e construir fazendas, engenhos e fábricas. O verde sumiu. Colocaram comportas nas lagoas e várzeas, o que deixou os rios pobres. [Título: Arte de pescar; autor: Nhenety; povo: Kariri-Xocó; história na integra p. 14-22]
- Metamorfose: P. 51 - Em 1979, expulsos da Caiçara, viemos para a Ilha de São Pedro e, desde então, este é o local da nossa aldeia - Aldeia Indígena do Povo Xokó. No início era só mato e nós dormíamos embaixo dos pés de tamarindo, juazeiro e quixabeira. Com o tempo, conseguimos construir nossas casas de taipa que, só recentemente, foram substituídas pelas de alvenaria. [Título: A morte do Rios São Francisco; autor: Apolonio Xokó; povo: Xocó; história na integra p. 48-55]
- Metamorfose: P. 51 - De 1995 para cá houve uma mudança radical nas características da nossa aldeia. [Título: A morte do Rios São Francisco; autor: Apolonio Xokó; povo: Xocó; história na integra p. 48-55]

- Metamorfose: P. 51 - Em pouco tempo, fomos transformando a ilha em uma área produtiva, com a construção das roças e a caieira de carvão. Mas ainda pegamos peixe em épocas de cheias do rio. [Título: A morte do Rios São Francisco; autor: Apolonio Xokó; povo: Xocó; história na integra p. 48-55]
- Metamorfose: P. 51 - Temos o Colégio Estadual D. José Brandão de Castro, o Posto de Saúde, com médico, dentista, enfermeira e agente de saúde. Foram implantados o Posto da FUNAI e o Centro de Referência Assistência Social (CRAS) e a igreja foi restaurada. [Título: A morte do Rios São Francisco; autor: Apolonio Xokó; povo: Xocó; história na integra p. 48-55]
- Metamorfose: P. 51 - Recebemos, em todas as casas, água encanada, energia elétrica e banheiros. Hoje, nós índios Xokó, tomamos banho no chuveiro e nossas mulheres lavam pratos, panelas e roupas nos fundos de casa. A tradição de lavar roupa e tomar banho no rio, aos poucos, está acabando. Beber água no pote acabou. Hoje todas as casas tem geladeira, bebemos água super gelada. [Título: A morte do Rios São Francisco; autor: Apolonio Xokó; povo: Xocó; história na integra p. 48-55]
- Metamorfose: P. 51 - O rádio, que sempre foi um companheiro inseparável, também acabou. Hoje, temos televisão, antena parabólica, internet, DVD, celular e novela. A Ilha de São Pedro, não é mais a mesma, mudou muito. [Título: A morte do Rios São Francisco; autor: Apolonio Xokó; povo: Xocó; história na integra p. 48-55]
- Metamorfose: P. 51 - Queremos lembrar que apesar dessas mudanças, nós não perdemos nossos costumes tradicionais. Mensalmente, frequentamos o Ouricuri, ritual sagrado do Povo Indígena Xokó. [Título: A morte do Rios São Francisco; autor: Apolonio Xokó; povo: Xocó; história na integra p. 48-55]

2 – Identidade

Fragmentos relacionados a comportamentos e características individuais e coletivas que nos ajudam a identificar a identidade cultural de um povo.

Tabela 2 – Categorias da obra **Memória** | Identidade

- Identidade: P. 48 - Povos inteiros foram destruídos. Grandes homens e mulheres morreram por acreditarem na liberdade de termos um jeito próprio de entender e viver a vida. Tudo isso nos tornou experientes, pois, a dor machuca, mas também ensina. [Título: A morte do Rios São Francisco; autor: Apolonio Xokó; povo: Xocó; história na integra p. 48-55]

- Identidade: P. 48 - Em meados do século XIX, nosso povo foi obrigado a renunciar a sua identidade Xokó por força da violência praticada pelos fazendeiros que se apropriaram do nosso território. [Título: A morte do Rios São Francisco; autor: Apolonio Xokó; povo: Xocó; história na integra p. 48-55]
- Identidade: P. 48 - Passamos a viver na própria terra como trabalhadores sem direito à nada, só ao que colhíamos para o sustento de nossa família. [Título: A morte do Rios São Francisco; autor: Apolonio Xokó; povo: Xocó; história na integra p. 48-55]
- Identidade: P. 48 - Uma parte do nosso povo Xokó foi expulsa e, não suportando o massacre, foi construir uma nova morada na aldeia dos Kariri, em Porto Real do Colégio, em Alagoas. [Título: A morte do Rios São Francisco; autor: Apolonio Xokó; povo: Xocó; história na integra p. 48-55]
- Identidade: P. 48 - O terreiro e o cemitério primitivo também não escaparam do ato violento dos fazendeiros. [Título: A morte do Rios São Francisco; autor: Apolonio Xokó; povo: Xocó; história na integra p. 48-55]
- Identidade: P. 48 - Com tudo isso, queremos afirmar que muitos dos nossos valores culturais foram se perdendo ao longo dos anos, tendo em vista que, os nossos costumes tradicionais não podiam continuar existindo sob pena de sermos assassinados ou expulsos da Ilha de São Pedro e Caiçara. Os fazendeiros e a igreja católica fizeram com que o nosso povo fosse afastado do seu próprio mundo e de sua cultura. Um exemplo disso foi a missão construída na Ilha de São Pedro. [Título: A morte do Rios São Francisco; autor: Apolonio Xokó; povo: Xocó; história na integra p. 48-55]

3 – Cultura

Fragmentos relacionados aos costumes culturais.

Tabela 3 – Categorias da obra **Memória** / Cultura

- Cultura: P. 30 - Contam os Karapotó mais velhos que os nossos antigos praticavam uma técnica de pesca usando o Tinguí, espécie de veneno que atordoava os peixes, facilitando a captura. [Título: Karapotó; autores: Nhenety Kariri-Xocó, Marcelo e Irany Karapotó; povo: Kariri-Xocó e Karapotó; história na integra p. 30-37]

- Cultura: P. 30 - Sua agricultura era através da Coivara, que consiste na derrubada de um pequeno pedaço de mata, seguido de sua queima. Assim, plantavam suas roças de milho, abóbora, amendoim, mandioca, macaxeira, algodão, fumo e urucum. [Título: Karapotó; autores: Nhenety Kariri-Xocó, Marcelo e Irany Karapotó; povo: Kariri-Xocó e Karapotó; história na integra p. 30-37]
- Cultura: P. 30 - A mandioca sempre foi a base da nossa alimentação. Até hoje, nós, Karapotó, preparamos o beiju, a tapioca, o bolo de massa puba e, principalmente, a farinha. [Título: Karapotó; autores: Nhenety Kariri-Xocó, Marcelo e Irany Karapotó; povo: Kariri-Xocó e Karapotó; história na integra p. 30-37]
- Cultura: P. 30 - Antigamente, as caças mais consumidas eram: paca, cutia, veado, teiú, tatu e capivara. Entre as aves, comíamos: nambu, nancupé e zabelê. Os caçadores Karapotó eram grandes conhecedores do comportamento animal e imitavam, muito bem, o som de aves para facilitar nas caçadas. [Título: Karapotó; autores: Nhenety Kariri-Xocó, Marcelo e Irany Karapotó; povo: Kariri-Xocó e Karapotó; história na integra p. 30-37]
- Cultura: P. 30 - Por muitas gerações, as terras ocupadas mantiveram seus ecossistemas intactos porque os indígenas só tiravam o necessário para sua sobrevivência. [Título: Karapotó; autores: Nhenety Kariri-Xocó, Marcelo e Irany Karapotó; povo: Kariri-Xocó e Karapotó; história na integra p. 30-37]
- Cultura: P. 30 - Mas muita coisa mudou após a ocupação europeia na região. Hoje, nossas índias não trabalham mais com o barro, muitas caças foram extintas e nossas terras foram invadidas. Mesmo assim, conservamos em segredo nossos valores nativos sobre cultura e espiritualidade baseadas no convívio com a natureza. É essa memória que nos faz resistir como povo. [Título: Karapotó; autores: Nhenety Kariri-Xocó, Marcelo e Irany Karapotó; povo: Kariri-Xocó e Karapotó; história na integra p. 30-37]
- Cultura: P. 17 - Os não indígenas sempre gostaram de inventar nomes em cima do nosso Território: Capitânicas Hereditárias, Províncias, Estados, Municípios; fizeram divisões políticas administrativas com delimitações jurídicas definidas pela lei do Brasil. E foi assim que a Terra Indígena foi entregue ao senhor de engenho, fazendeiro, madeireiro, posseiro, arrendatário, empresário... [Título: Arte de pescar; autor: Nhenety; povo: Kariri-Xocó; história na integra p. 14-22]
- Cultura: P. 17 - As aldeias circulares foram transformadas em cidades com ruas retas e várias etnias misturadas. O índio passou a ser escravo do sistema capitalista implantado na nova terra. Até holandeses ocuparam nossas terras. Hoje, a nossa terra vista de longe, é um pontilhado de luzes com a energia vinda da hidroelétrica de Paulo Afonso, barragem que represou nosso rio para sempre. Como se não

bastasse, ainda construíram outras represas ao longo do vale: Três Marias, Sobradinho e Xingó. [Título: Arte de pescar; autor: Nhenety; povo: Kariri-Xocó; história na integra p. 14-22]

- Cultura: P.17 - E mesmo diante de tantas mudanças, nunca esqueceremos como era o mundo de nossos antepassados - ele está presente em nossa Memória. É importante que os não índios saibam que somos filhos de nossa Mãe Terra. Conhecemos seus segredos de fauna e flora, pois ao longo do tempo, mantivemos uma ligação espiritual com nossas divindades. [Título: Arte de pescar; autor: Nhenety; povo: Kariri-Xocó; história na integra p. 14-22]
- Cultura: P. 22 - Das matas saíam todos os produtos da cultura indígena e as atividades tradicionais mudaram porque as florestas foram destruídas. Nosso modo de viver baseado no coletivo foi substituído por um sistema de produção com acumulação de riquezas, através da escravidão. As consequências foram trágicas. Chamamos esse sistema de Capitalismo. Um sistema que além de ter desestruturado a organização social, política e espiritual dos povos indígenas ainda gerou o esgotamento das fontes naturais do planeta. [Título: Arte de pescar; autor: Nhenety; povo: Kariri-Xocó; história na integra p. 14-22]

4 – Tecnologias

Fragmentos relacionados a tecnologias.

Tabela 4 – Categorias da obra **Memória** / *Tecnologias*

- Tecnologias: P. 10 – Meu nome é Amotara (Amar a todos), mas no registro está Nivalda Amaral de Jesus. Eu nasci aqui em Olivença no dia 10 de outubro de 1932. Já vou fazer 80 anos, mas me lembro muito bem como era Olivença. Era aldeia. Só tinha casa de palha, de taipa e muitos índios. Não tinha emprego; cada um tinha sua pequena roça. Era difícil ir a Ilhéus porque não tinha carro; a gente ia a pé. Na sexta-feira, todos vinham da roça para Olivença trazendo seus burrinhos carregados com frutas e farinha para vender e trocar por peixe. De tarde, já voltavam com o burrinho carregado da feira. E aqui nós vivíamos muito felizes e unidos. Quando um não tinha uma coisa, o outro tinha e já ajudava. Era assim Olivença. [Título: Olivença: aldeia mãe; autor: Amotara; povo: Tupinambá; história na integra p. 10-12]
- Tecnologias: P. 12 - Eu acho que antigamente era melhor. Sabe por quê? Porque o pessoal parece que tinha mais fé e amor. O calor do povo era muito melhor do que hoje, vivia todo mundo unido. Quando um ficava doente, não faltava gente naquela casa, todo mundo acolhia. De noite, não tinha luz elétrica, mas tinha os lampiõezinhos e aí, todos sentavam na porta para contar história. Eu mesmo me lembro de muitas

histórias da minha avó. Hoje não é mais assim porque já tem a televisão. [Título: Olivença: aldeia mãe; autor: Amotara; povo: Tupinambá; história na integra p. 10-12]

- Tecnologias: P. 18 - A “Pesca de Caniço” era assim: saíam dois grupos de pescadoras de jereré (espécie de rede feita de fio de algodão), com um homem na frente, cortando o mato. Ao chegar no rio, cada grupo ficava em uma das margens e os dois se encontravam formando uma meia lua, cercando o caniço com seus jererés. Quando o peixe caía nas pequenas redes, era capturado à mão. Nesta pescaria, as mulheres saíam de manhã e só retornavam à noite. Não levavam comida, só o sal e a farinha. Também não esqueciam do fumo e o cachimbo. Comiam lá o próprio peixe que pescavam e ainda traziam muito para casa. Cada mulher levava uma criança para juntar o peixe. O caniço era feito de capim e calumbí, uma madeira encontrada na mata ciliar. [Título: Arte de pescar; autor: Nhenety; povo: Kariri-Xocó; história na integra p. 14-22]
- Tecnologias: P. 19 - A última “Pescaria de Caniço” feita por nossas índias foi em 1976. ‘Donos’ das propriedades situadas nas margens do Rio São Francisco cortaram o mato do caniço, impedindo a preservação desta atividade divertida e tradicional. [Título: Arte de pescar; autor: Nhenety; povo: Kariri-Xocó; história na integra p. 14-22]
- Tecnologias: P. 8 - Mas como Marcelino era o único índio que sabia ler e escrever, isso incomodava ainda mais os poderosos da época. Para eles, Marcelino era um criminoso por organizar o movimento indígena e reivindicar os direitos. [Título: Marcelino é presente; autores: Katu Tupinambá e Carlos José F. Santos (Casé); povo: Tupinambá; história na integra p. 8-9]
- Tecnologias: P. 18 - A “Pesca de Mão” é uma tradição antiga. Os índios mais experientes pescam no rio sem anzol, tarrafa, rede ou puçá (pequena rede de pescar). De mãos limpas mergulham nas águas profundas, botam o braço na loca e trazem o peixe na mão ou no dente. As mulheres Kariri-Xocó também são ótimas pescadoras. Saem das casas com suas panelas de barro, amarram uma corda na boca da vasilha e vão pescar de mão. Entram na lagoa de águas rasas, se abaixam e começam a procurar o peixe na lama, loca, ou no mato aquático. Quem mais se destacou na pescaria de mão em nossa comunidade foi a finada Laudilina, irmã do Pajé Francisco Queiroz Suíra. Quando nossas índias não tinham o que comer, saíam rapidinho de trás das casas e falavam entre si: -Mulher, vamos pescar de mão para pegar uma moqueca!? Apesar das mudanças culturais ainda pescamos de mão, embora com mais raridade, pela escassez do peixe. [Título: Arte de pescar; autor: Nhenety; povo: Kariri-Xocó; história na integra p. 14-22]
- Tecnologias: P. 41 - O povo indígena Pataxó da Aldeia Gurita fazem os trabalhos da aldeia em mutirão, todos reunidos para realizar as tarefas.

[Título: Pataxó; autor: Maria D'ajuda; povo: Pataxó, aldeia 2 irmãos; história na integra p. 38-43]

- Tecnologias: P. 41 - Dona Marizete e seu esposo, Valdomiro da Conceição, junto com a liderança Zé Bete, fazem o embarreio da casa de taipa. Depois da casa pronta, eles têm uma tradição de dar um banho de barro nos donos da casa, pois dizem que traz sorte para eles. [Título: Pataxó; autor: Maria D'ajuda; povo: Pataxó, aldeia 2 irmãos; história na integra p. 38-43]
- Tecnologias: P. 41 - Primeiro, se faz a estrutura da casa. Envara com varas e vai amarrando com cipó as paredes. Depois da estrutura pronta, se corta o barro e todos pisam até amolecer. Aí, todos juntos carregam o barro e jogam na parede para tapá-la. Esse tipo de material é da tradição dos nossos antepassados e até hoje, nós, Pataxó, preservamos essa cultura. [Título: Pataxó; autor: Maria D'ajuda; povo: Pataxó, aldeia 2 irmãos; história na integra p. 38-43]
- Tecnologias: P. 61 - Ah! O licurizeiro...planta valiosa que me calçou, me vestiu e me alimentou por muito e muito tempo. Hoje, a planta está em extinção e, temendo um futuro sem licuri, estamos desenvolvendo na comunidade um trabalho de sensibilização. Através de palestras e oficinas realizadas no Museu Escola, conscientizamos crianças, jovens, adultos e educadores. Lá apresentamos os tipos de palha, a localização da planta no meio ambiente, a forma de retirada, as regras e os segredos da preservação dentro da ciência da mãe natureza e, por fim, as utilidades e transformações da matéria-prima, trazendo para a prática. Através da arte indígena, com os objetos e comidas, reafirmamos a nossa história e a memória dos mais velhos.
Penso para o presente o reflorestamento da planta licurizeiro e para o futuro, a criação de uma cooperativa. Retomando o licurizeiro como fonte de renda familiar, estamos também fortalecendo nossa identidade étnica.
Sou Pankararu com muito orgulho! [Título: Licuri sempre; autor: Rita de Cássia Pankararu; povo: Pankararu; história na integra p. 56-63]
- Tecnologias: P. 52 – O rio ajudou a sustentar muitas famílias. Quando enchia, os lagos garantiam a colheita do arroz, do milho, do feijão e muito peixe. [Título: A morte do Rios São Francisco; autor: Apolonio Xokó; povo: Xocó; história na integra p. 48-55]
- Tecnologias: P. 52 – Tempos de fartura, barriga cheia e muita riqueza. Nosso povo indígena Xokó conhece muito a história do Rio São Francisco. [Título: A morte do Rios São Francisco; autor: Apolonio Xokó; povo: Xocó; história na integra p. 48-55]
- Tecnologias: P. 52 – Há 20 ou 30 anos atrás, com uma simples vara, um anzol, com a água acima do joelho e um bolo de farinha, ficávamos poucas horas pescando. [Título: A morte do Rios São Francisco; autor: Apolonio Xokó; povo: Xocó; história na integra p. 48-55]

- Tecnologias: P. 52 – Fácil, fácil, em qualquer lugar se pegava uns três quilos de peixe. Principalmente, quando o rio estava cheio. E o peixe era de qualidade: chiria, crumatá, mandim, capadim, piranha, niquim, piau, etc.
- Tecnologias: Foram momentos de felicidade para o São Francisco e o seu povo. [Título: A morte do Rios São Francisco; autor: Apolonio Xokó; povo: Xocó; história na integra p. 48-55]
- Tecnologias: P. 52 – Um rio que chegava a ter uma profundidade de 30 a 40 metros, por onde navegavam muitos navios nos anos 70 estava prestes a conhecer outra realidade. Sua fartura tinha dia e hora para acabar. [Título: A morte do Rios São Francisco; autor: Apolonio Xokó; povo: Xocó; história na integra p. 48-55]
- Tecnologias: P. 53 - Foi quando vieram doutores formados nas grandes universidades brasileiras e estrangeiras para construir usinas hidrelétricas em seu leito. [Título: A morte do Rios São Francisco; autor: Apolonio Xokó; povo: Xocó; história na integra p. 48-55]
- Tecnologias: P. 53 - Com isso, o rio foi perdendo suas forças e aquelas cheias foram se acabando. Todos os ribeirinhos que dependiam do peixe e do arroz para sobreviver tiveram que buscar outros meios para garantir “o pão” e criar a família. O rio já não é mais o mesmo, principalmente, após a inauguração da Usina Hidroelétrica de Xingó, nos anos 90. [Título: A morte do Rios São Francisco; autor: Apolonio Xokó; povo: Xocó; história na integra p. 48-55]
- Tecnologias: P. 53 - Onde se pescava com uma linha de 50 a 60 metros, hoje se vê bancos de areia. Para nós Xokó, comer um peixe só é possível se for comprado. Pescar um peixe no rio é o mesmo que ganhar na mega-sena! [Título: A morte do Rios São Francisco; autor: Apolonio Xokó; povo: Xocó; história na integra p. 48-55]
- Tecnologias: P. 53 - A partir daí, foi decretada, de uma vez por todas, a morte do Rio São Francisco. Esse é o legado deixado pelos engenheiros para as futuras gerações: Três Marias, Usina do Cavalo, Paulo Afonso I,II , III e IV, Sobradinho, Xingó. Imagine se construírem a Usina Hidroelétrica das Traíras em Pão de Açúcar/AL?!
- Tecnologias: P. 53 - Energia elétrica para eles e miséria para o Povo Indígena Xokó. [Título: A morte do Rios São Francisco; autor: Apolonio Xokó; povo: Xocó; história na integra p. 48-55]

5 – História

Fragmentos que resgatam fatos históricos.

Tabela 5 – Categorias da obra **Memória** | História

- História: P. 4 - Lembremos que em 1560, Mem De Sá ordenou que matassem todos os Tupinambá de Olivença. Historicamente, esse ato ficou conhecido como a Batalha dos Nadadores, no rio Cururupe - que significa rio dos sapos. Mas também ficou conhecido como rio de sangue, porque a água do rio ficou vermelha como sangue. Centenas de corpos de guerreiros Tupinambá foram colocados, enfileirados, no meio da praia. Quem não morreu, fugiu. [Título: A história do povo Tupinambá de Olivença que não está no nos livros; autor: Kaluanã Tupinambá; povo: Tupinambá; história na integra p. 4-5]
- História: P. 11 – Antigamente, todo mundo tinha suas pequenas roças. Essas roças não eram medidas. Bastava chegar, abrir o lugar para botar roça e não bulir com o rio para ele não secar. Cada um tirava dali o seu sustento e por isso, a gente tinha cuidado com a água, com a terra, com tudo. Os brancos botavam uma venda e vendiam fiado porque os índios não tinham dinheiro. Quando a conta ficava muito grande eles falavam para o índio que ele tinha que dar um pedaço da roça para pagar. Os grandões chegavam para medir logo. E aí pronto: registrou, tituló e acabou. Meu tio, mesmo, trocou sua roça por uma banda de arraia. Era assim que eles faziam. A terra não tinha valor porque depois da colheita, se ia para outro lugar fazer outra roça. E quando a gente viu, não tinha mais lugar para fazer roça. [Título: Olivença: aldeia mãe; autor: Amotara; povo: Tupinambá; história na integra p. 10-12]
- História: P. 14 - É que antigamente, nosso povo circulava por todo esse território, morando aqui e ali, acompanhando as caças e dando nomes aos lugares. Se um gavião cantasse no momento em que nossos ancestrais avistavam uma serra, logo davam o nome de “Serra do Gavião”. Se eles vissem uma onça entrar numa gruta durante a caçada, chamavam o local de “Gruta da Onça”. Uma lagoa com muitos jacarés denominavam “Lagoa do Jacaré”. [Título: Arte de pescar; autor: Nhenety; povo: Kariri-Xocó; história na integra p. 14-22]
- História: P. 14 - Nossa terra está toda registrada por nosso povo com nomes associados à fartura, alegrias e tristezas. Ela traz nossa cultura e o seu tamanho está de acordo com as nossas necessidades físicas, biológicas e culturais. A área de ocupação tribal não se limita à aldeia, ao lugar de habitação. [Título: Arte de pescar; autor: Nhenety; povo: Kariri-Xocó; história na integra p. 14-22]
- História: P. 22 – Na Província de Alagoas, as aldeias indígenas foram transformadas em vilas a partir de 1873 por ordem do Império do Brasil. No dia 07 de julho de 1876 foi criada a Vila de Porto Real do Colégio, onde o Governo Local da Intendência foi instalado resultando numa

época de muita dificuldade para os índios. [Título: Arte de pescar; autor: Nhenety; povo: Kariri-Xocó; história na integra p. 14-22]

- História: P. 22 - Fomos obrigados a aceitar a condição de escravidão e miscigenação vendo nossas aldeias se transformarem em povoados, vilas e cidades. [Título: Arte de pescar; autor: Nhenety; povo: Kariri-Xocó; história na integra p. 14-22]
- História: P. 32 – Nosso Território tinha abundância de Pau Brasil e os europeus utilizavam os indígenas para o corte e transporte de toras dessa valiosa madeira até os navios. [Título: Karapotó; autores: Nhenety Kariri-Xocó, Marcelo e Irany Karapotó; povo: Kariri-Xocó e Karapotó; história na integra p. 30-37]
- História: P. 32 – Mas a maior devastação de nossas florestas foi com a cana-deaçúcar, através da implantação da Capitania de Pernambuco, no início do Século XVI. A partir de 1557, os bandeirantes tinham o Rio São Francisco como caminho para chegar ao interior do Brasil. [Título: Karapotó; autores: Nhenety Kariri-Xocó, Marcelo e Irany Karapotó; povo: Kariri-Xocó e Karapotó; história na integra p. 30-37]
- História: P. 32 – Eles caçaram os índios, destruíram aldeias inteiras, mataram muitos parentes e ainda escravizaram nosso povo para servir de mão de obra na plantação de cana nos engenhos. [Título: Karapotó; autores: Nhenety Kariri-Xocó, Marcelo e Irany Karapotó; povo: Kariri-Xocó e Karapotó; história na integra p. 30-37]
- História: P. 32 – A estratégia era ocupar a nossa terra e nela construir engenhos para produzir açúcar e enriquecer a custa do sangue indígena. [Título: Karapotó; autores: Nhenety Kariri-Xocó, Marcelo e Irany Karapotó; povo: Kariri-Xocó e Karapotó; história na integra p. 30-37]
- História: P. 32 – Desde então, nossos antepassados nunca mais tiveram sossego. A destruição de nossas matas desestruturou as comunidades, que não podiam mais praticar suas tradições. Aos poucos, engenhos foram aparecendo em todo lugar e, conseqüentemente, muitos brancos foram chegando. Eles trouxeram doenças que não existiam entre nós e suas pestes e gripes dizimaram aldeias inteiras. [Título: Karapotó; autores: Nhenety Kariri-Xocó, Marcelo e Irany Karapotó; povo: Kariri-Xocó e Karapotó; história na integra p. 30-37]
- História: P. 32 – Assim, a população indígena foi diminuindo. Fomos dominados pela força das armas e das doenças. [Título: Karapotó; autores: Nhenety Kariri-Xocó, Marcelo e Irany Karapotó; povo: Kariri-Xocó e Karapotó; história na integra p. 30-37]

- História: P. 21 - Em 1951, foram trabalhar na Fazenda São Bento do Sr. Ilário Veiga, também na limpa de algodão. Em 1954, o dono da fábrica de Beneficiamento de Arroz e Algodão, contratou o serviço dos indígenas no transporte da produção. [Título: Arte de pescar; autor: Nhenety; povo: Kariri-Xocó; história na integra p. 14-22]
- História: P. 21 - Em 1962, cerca de 50 índios de Porto Real do Colégio foram trabalhar na Fazenda Lagoa Grande no Estado de Sergipe. Lá, o serviço era arrancar tocos à mão, numa região infestada de cascavéis. Em 1965, voltaram para Alagoas para trabalhar na Fazenda Capiatá da Usina Coruripe, no município de Junqueiro, labutando com cana, faixa de fogo, coivara, roça e terraplanagem. [Título: Arte de pescar; autor: Nhenety; povo: Kariri-Xocó; história na integra p. 14-22]
- História: P. 21 - O tempo passou e, com muita luta e a força da fé, nós, Kariri-Xocó, fomos reconhecidos novamente como indígenas e, aos poucos, nossos direitos sobre a terra estão sendo reconquistados. Atualmente, ocupamos apenas 700 hectares de terra e os 4.411 hectares demarcados em 2006 pelo Ministério da Justiça ainda estão nas mãos dos fazendeiros. [Título: Arte de pescar; autor: Nhenety; povo: Kariri-Xocó; história na integra p. 14-22]

6 – Educação

Fragmentos relacionados a formas de adquirir e de repassar o conhecimento.

Tabela 6 – Categorias da obra **Memória** | Educação

- Educação: P. 14 – Nós, indígenas Kariri-Xocó, do município de Porto Real do Colégio, em Alagoas, somos na realidade, um grupo de origem pluriétnica. Nossa formação vem da resistência dos Kariri, Aconã e Karapotó no século XVII, dos Tupinambá e Natu no século XVIII e dos Xocó no século XIX. [Título: Arte de pescar; autor: Nhenety; povo: Kariri-Xocó; história na integra p. 14-22]
- Educação: P. 14 - Nosso universo representa-se em forma de círculo. Nossa visão cultural é de um “Horizonte Circular”, de cor azul, com a Aldeia Kariri-Xocó no centro, a natureza ao redor e o Rio São Francisco passando pelo meio e completando o ecossistema. [Título: Arte de pescar; autor: Nhenety; povo: Kariri-Xocó; história na integra p. 14-22]
- Educação: P. 14 - Nossa aprendizagem é baseada em círculos evolutivos. Por exemplo, para ser um pescador, inicia-se a aprendizagem com a criança fazendo artefatos de pesca, construindo anzóis, redes e armadilhas. O pequeno índio torna-se assim, hábil pescador adulto, fechando o círculo da pesca. Para ser uma ceramista,

a menina aprende com a mãe a arte de modelar o barro, as técnicas tradicionais de confeccionar potes e panelas e pintar os objetos. Mas a sua aprovação como ceramista é quando se torna adulta, dominando toda a arte e fechando, assim, o círculo da cerâmica. O território tradicional é sagrado para nosso povo e tudo é diferente em comparação a outros lugares: o Sol, a Lua, as estrelas, as nuvens, a chuva, as serras, tudo... [Título: Arte de pescar; autor: Nhenety; povo: Kariri-Xocó; história na integra p. 14-22]

- Educação: P. 27 - Nós jovens, guerreiros, vamos pegando conhecimento com os mais velhos, sentando e conversando. As lideranças são muito importantes porque nos ensinam a guerrear. Durante as retomadas, quanto mais a gente lutava, mais recebia força dos nossos antigos. Eram nossos antepassados lutando com a gente. Os que já morreram ainda nos orientam porque eles estão no meio da gente, nos guiando pela espiritualidade. [Título: Os mais velhos nos ensinam a lutar; autor: Edvaldo Malta; povo: Pataxó Hãhãhãe; história na integra p. 13-29]
- Educação: P. 56 – O nosso Mundo Encantado é carregado de valores e conhecimentos. Assim, nossa memória viva representa o maior legado deixado por nossos ancestrais. A memória é um tesouro que guarda e carrega nossas vivências com o poder de multiplicar os ensinamentos expressos através do nosso jeito de ser e de viver. É como um diálogo entre o conhecimento e a prática cultural tradicional. A memória está ligada à nossa vida cultural, à natureza e à ciência sagrada. Neste sentido, os conhecimentos jamais poderão ser ensinados através de registros escritos, mas do ser e pertencer do nosso povo.
Os ensinamentos acontecem no acompanhamento dos sábios tradicionais, pela fé, respeito e cumprimento das regras culturais e tradicionais, nas relações do dia-a-dia com a mãe terra. Confirmamos isso quando a natureza nos comunica algo e nós entendemos o canto dos pássaros, os diferentes jeitos de ventar, o sol desde a barra do dia até o pôr do sol, a lua, a chuva, os animais, o arco-íris, as estrelas, as plantas, etc. Essas sabedorias são guardadas na memória, são ensinamentos transmitidos de geração a geração, que o tempo não apaga.
Reafirmamos que os nossos rituais e a nossa medicina própria constituem uma forte relação religiosa com a Mãe Terra e a Biodiversidade. Cada Toante, cada Dança como: o Toré, as Três Rodas, o Bate Gancho, as Páreas, a Dança do Búzio, são práticas que trazem a harmonia, a união e a força da presença viva dos Encantados. Cada história do nosso povo é parte essencial da experiência de vida que vem da memória para oralidade e a prática para fortalecer a nossa identidade. Um exemplo é a Serra da Fonte Grande, onde existe uma preciosa nascente e, até hoje, poucos Pankararu tiveram o merecimento de vê-la. Muitos já tentaram procurar sem permissão e ficaram perdidos mata adentro. Outros, por determinação dos Encantados, se depararam, inesperadamente, com sua rara beleza.

Nesse momento de encantamento inexplicável, passamos a entender o significado de estarmos preparados, física e espiritualmente, para vivermos um encontro com o natural e o sagrado.

Cada nascente do nosso Mundo Encantado tem seu dono Encantado. Acreditamos e respeitamos nossa ciência, que transmite orientação e cura. [Título: Licuri sempre; autor: Rita de Cássia Pankararu; povo: Pankararu; história na integra p. 56-63]

7 – Lutas

Fragmentos relacionados às razões e motivos que resultam em conflitos e lutas.

Tabela 7 – Categorias da obra **Memória** | Lutas e Ideais

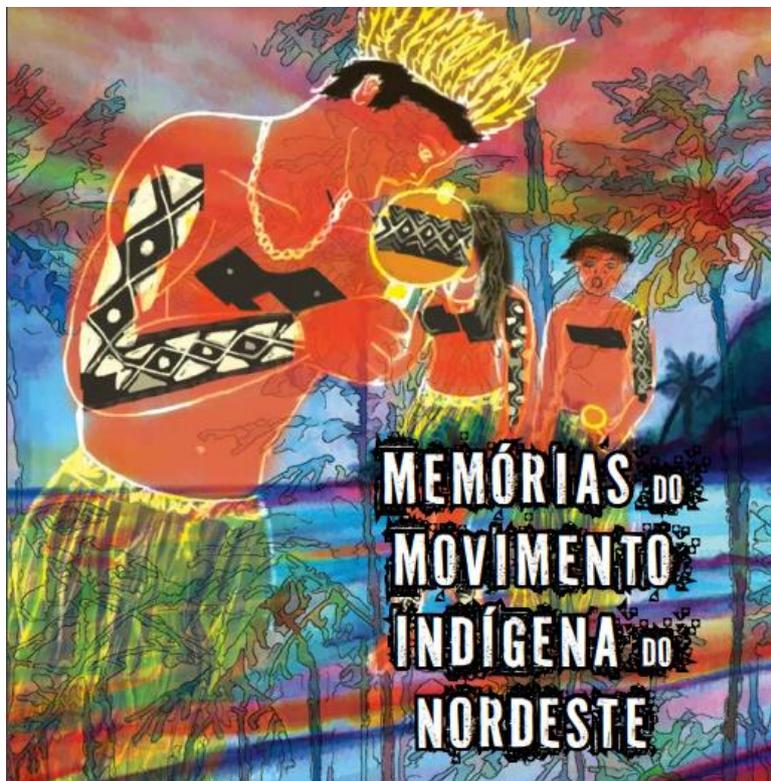
- Lutas e Ideais: P. 24 - Meu avô era Tupinambá de Olivença e eu nasci no rancho Queimado, na região do Ourinho, no município de Pau Brasil. Os funcionários do SPI (Serviço de Proteção ao Índio) venderam e arrendaram o nosso território e nós começamos a sofrer muito, tendo que sair de nossas terras. [Título: Pataxó Hãhãhãe Nós sabemos quais são nossas terras; autor: Nailton Muniz Pataxó; povo: Pataxó Hãhãhãe; história na integra p. 13-29]
- Lutas e Ideais: P. 4 - Hoje, exigimos nossos direitos, que sabemos que temos, desde muito tempo, bem antes da invasão. Também queremos lembrar que a Constituição Federal (CF) Brasileira garante os nossos direitos de demarcação, homologação e *desintrusão* em todo nosso território tradicional e ancestral. Em pleno século 21, nós, Tupinambá de Olivença, ainda sofremos discriminação, preconceito e até ameaça de morte. Sempre tivemos nosso jeito de viver e, até hoje, não somos respeitados pelos invasores. Agora, os fazendeiros e o resto dos coronéis, falam que vivem nessa terra há 80 anos, mas eles esquecem que bem antes de Pedro Álvares Cabral invadir o Brasil, nós, nativos, da etnia Tupinambá, já habitávamos essas terras. [Título: A história do povo Tupinambá de Olivença que não está no nos livros; autor: Kaluanã Tupinambá; povo: Tupinambá; história na integra p. 4-5]
- P. 13 – Terra para nós indígenas é tudo! É fonte e mãe da vida! Para a sociedade capitalista, a terra e seus produtos são utilizados como objeto de lucro e mercadoria. Para nós, indígenas, a terra é o lugar no mundo com o qual estabelecemos uma relação de intimidade e de diálogo, onde a queda d'água, o rio, a serra, a árvore e a pedra são testemunhas de nosso passado, de nossa memória. A Terra é a nossa mãe, onde repousam nossos antepassados. É nosso chão cultural, habitada por nossas tradições, referência básica de nossos valores essenciais, campo de nossa história! [Título: Arte de pescar; autor: Nhenety; povo: Kariri-Xocó; história na integra p. 14-22]

- Lutas e Ideais: P. 26 - A Constituição de 1988 nos deu cinco anos para resolver o problema do território dos povos indígenas do Brasil e já estamos com 23 anos de atraso sem solução. E é por isso que eu tenho certeza que só conseguiremos resolver juntos. [Título: Pataxó Hãhãhãe Nós sabemos quais são nossas terras; autor: Nailton Muniz Pataxó; povo: Pataxó Hãhãhãe; história na integra p. 13-29]
- Lutas e Ideais: P. 26 - Agora, no dia dois de maio de 2012, o Supremo Tribunal Federal julgou a ação (ACO nº 312), que movíamos desde 1982. Só que para nós, a ação já estava julgada, porque nós, sabendo que a terra é nossa, já tínhamos expulsado todos os fazendeiros da nossa área. Então, eu tenho certeza que o Supremo deu essa decisão porque não tinha mais o que julgar. Pelo tamanho do processo, esperávamos de dois a três dias para o fim do julgamento, mas em quatro horas foi resolvido. Os juízes só foram lá confirmar o voto, porque o julgamento do território já tinha sido feito pelos Pataxó. Então, eu gostaria que os nossos parentes, vizinhos e outros parentes do estado, do Brasil inteiro e mesmo fora do país, tomem isso como exemplo. Que somente nós é que sabemos onde são os limites das nossas terras e somente nós poderemos abrir as picadas para sermos correspondidos por aquilo que a gente mais deseja: que é ver o nosso território legalizado. [Título: Pataxó Hãhãhãe Nós sabemos quais são nossas terras; autor: Nailton Muniz Pataxó; povo: Pataxó Hãhãhãe; história na integra p. 13-29]
- Lutas e Ideais: P. 47 - Temos o direito de lutar para termos nossa terra de volta. Queremos que todos lutem, porque muitos parentes não conhecem e, se unindo ao movimento, vão exercer seus direitos. A luta pela terra e pelos irmãos não é de agora. Perdemos muitas vidas nessa luta. E todos os antepassados mortos seguem lutando ao nosso lado, nos dando força e coragem. Sabe quando é que acaba nossa luta? Quando nos devolverem nossa terra. Aí sim, teremos liberdade! [Título: Não somos página virada. Somos memória viva!; autor: Joel e Marlene Braz; povo: Pataxó; história na integra p. 44-47]

Fonte: GERLIC, Sebastián. Coleção Índios na visão dos índios: Memória. Salvador: Thydêwá, 2011. 63p.

APÊNDICE B – Categorias da obra Memórias do movimento indígena do Nordeste

Figura 25 – Livro **Memória do Movimento Indígena do Nordeste**



Fonte: Thydêwá, [2021]

Na obra **Memórias do movimento indígena do Nordeste** destacamos os seguintes trechos, organizados por categorias:

1 – Metamorfose

Fragmentos relacionados a situações que nos ajudam a identificar como era feito, como se transformou e como é hoje.

Tabela 8 – Categorias da obra **Memórias do movimento indígena do Nordeste** | Metamorfose

- Metamorfose: P. 4 - Na década de 80, outros textos de autoria indígena marcaram a minha passagem de estudante universitária; em uma carta de Daniel Cabixi, me reconheci indígena e excluída na cidade grande; na luta para sobreviver entre dois mundos. Busquei também nessa escrita o norte para trilhar o caminho da poesia, dos ensaios; alimentar o diálogo com estudantes, falar de esperança com os filhos e seguir a canção da vida. Na mesma época, tive a oportunidade de ouvir (de bem pertinho mesmo, como se diz no Nordeste) a história do Movimento

Índigena no Brasil, contada em viva voz pelo líder Marcos Terena. [Título: A palavra indígena sempre existiu; autor: Graça Grauna; povo: Potiguara; história na integra p. 4-5]

- Metamorfose (+ psicologia social): P. 9 - Lembro de quando a minha “vó Ritota” contava sobre as perseguições sofridas pelo nosso povo, perseguições praticadas pelos “coronéis” para expulsar o povo Fulni-ô do seu território.

Por muito tempo, isso foi uma atividade praticada sem consequência nenhuma para o praticante, mas com várias consequências físicas e psicológicas para quem as sofria. Um período que, nas próprias palavras da minha bisavó, se resumia assim: “nessa época se caçava índio como se caça qualquer outro animal”. Isso é um relato de perseguição, sofrimento, luta pela vida e resistência étnica. Pois bem, o índio José Veríssimo (pai de vó Ritota) era um líder dentro do povo Fulni-ô, homem trabalhador e de muita honestidade. A aldeia Fulni-ô, antes, se localizava onde hoje se concentra boa parte da área comercial de Águas Belas. Suas casas todas de palhas eram renovadas constantemente. Quando as palhas das casas começavam a ficar “ralas” (precisava ser trocada a sua cobertura), os índios subiam a serra do Comunaty para buscarem a palha (matéria prima necessária para a renovação das casas). Cada índio responsável por uma família subia a serra e trazia a quantidade necessária para refazer a casa da sua família, e assim saíam em mutirões de homens para a serra. Foi assim que a minha bisavó me contou, porém contou mais, disse que na maioria das vezes as casas eram renovadas não por causa do desgaste devido ao tempo, mas sim, porque os “caçadores” de índios queimavam as suas casas. Quando isso acontecia, as famílias se espalhavam em distritos de cidades vizinhas a Águas Belas, distritos da cidade, ou até mesmo para outras cidades, mas sempre voltavam e refaziam a sua aldeia no mesmo lugar, até acontecer das suas casas serem queimadas novamente. Na época em que isso acontecia, a minha bisavó ainda era uma criança, tanto que, o seu pai tinha que sair com ela nos braços nas suas fugas para outras cidades. [Título: iati-lha (nossa casa); autor: Maike Wítxô Fulni-ô; povo: Fulni-ô; história na integra p. 8-11]

- Metamorfose: P. 12 - A "conquista do território de Olivença pelos brancos" foi complementada pela colonização fundiária da mata, envolvendo todo o território da costa até a região das serras. Para nós Tupinambá, o território foi ficando cada vez menor, o que impediu que seguissemos o modo tradicional de ocupação das terras, que era mudar de local a cada duas gerações. [Título: Tupinambá UMA MEMÓRIA DE LUTAS; autor: Admilson Silva Amaral (Katu Tupinambá); povo: Tupinambá; história na integra p. 12-13]
- Metamorfose: P. 14 - Somos índios evoluídos sim. Estamos aqui há muito tempo antes de Colombo chegar na América. E como todos os povos, desde o início de nossa civilização, vivemos evoluindo. Com a invasão, fomos forçados a um grande processo evolutivo cheio de

sofrimentos. No Nordeste temos 500 anos de resistência e ainda contamos nossa história. [Título: Rapadura vermelha; autor: Nhenety Kariri-Xocó - Guardião da Tradição Oral; povo: Kariri-Xocó; história na integra p. 14-15]

- **Metamorfose:** P. 16 - Naqueles dias de abril de 2000 foi o mesmo jogo de sempre, o mesmo que se arrasta desde a colonização. O governo deu presentes, ofertou empregos, da mesma forma que fazia o SPI – Serviço de Proteção ao Índio – o governo pegava o cacique e o colocava de capitão, dava uma patente, dava um fardamento e algumas vantagens, até salário, e assim o índio ficava do lado do governo... Nos 500 anos não foi diferente, o governo manipulou caciques... Também botou 60 indígenas como guardas, com *walkie talkie*, e assim o governo ouviu tudo o que a gente discutiu... e ofertou cargos, carros... E pagando apagou nosso movimento. Também com cacetetes na mão, reprimiu o Movimento Indígena, Negro, Sem Terra, Quilombola, as entidades de apoio e autoridades de defesa dos índios de todo Brasil. [Título: NA CANOA DA UNIÃO; autor: Xarruingora - Joel Braz Pataxó (BA); povo: Pataxó; história na integra p. 16-17]

2 – Identidade

Fragmentos relacionados a comportamentos e características individuais e coletivas que nos ajudam a identificar a identidade cultural de um povo.

Tabela 9 – Categorias da obra **Memórias do movimento indígena do Nordeste** | Identidade

- **Identidade:** P. 6 - Aprendi a me identificar como índio na minha infância, vendo líderes tais como o cacique João Binga e a Quitéria Binga incentivando a participação dos jovens em rituais e nos movimentos indígenas. Vejo o preconceito que os povos indígenas de Pernambuco sofrem por conta de não terem uma aparência semelhante a nossos irmãos do norte do Brasil pois na sociedade de hoje em dia, a ideia de índio é formada por caracterização e não por tradição. [Título: Outra visão da história; autor: Luciano Henrique Pankararu; povo: Pankararu; história na integra p. 6-7]
- **Identidade:** P. 8 - A oportunidade que nos é dada sobre o nosso local de nascimento, deve ser encarada como uma experiência única e transformadora daquilo que somos. Pensando nisso, me sinto uma pessoa privilegiada ao nascer e crescer entre o meu povo, os Fulni-ô. Posso parecer um tanto vaidoso ao afirmar isso, mas acredito que no sentido que emprego essa vaidade ela é sadia. Aliás, deveríamos cultivar certas vaidades, quando elas nos afirmam e nos ajudam a ter orgulho da nossa cultura. Sinto-me um privilegiado pela família onde nasci e a educação familiar que recebi, pelo povo onde nasci e pelo

ambiente cultural que me foi proporcionado, da terra onde cresci e de tudo aquilo que ela me ofereceu como aprendizado, enfim... Por muitas outras coisas que poderia ficar aqui citando como adjetivos que atribuo um grau qualitativo. [Título: iati-lha (nossa casa); autor: Maike Wítxô Fulni-ô; povo: Fulni-ô; história na integra p. 8-11]

- Identidade: P. 26 - Dos 42 povos indígenas dessa região apenas quatorze tem reconhecimento étnico pelos órgãos indigenistas: Anacés, Gaviões, Pitaguaris, Jenipapos, Kanindés, Kariris, Potiguaras, Tapebas, Tremembés, Tupinambás, Tabajaras, Tupiba- Tapuia, Tapuia-Kariri e Kalabaças. Os órgãos oficiais ignoram a existência dos demais povos, mas SIM, (R)EXISTIMOS!

Junto com o meu povo Quixelô, temos os parentes: Jucás, Pacajus, Rerius, Baturités, Icós, Xokós, Inhamuns, Quixarás, Quixerés, Cariús, Arariús, Juremas, Cambidas, Apuiarés, Chorós, Quesitos, Javós, Kixáriús, Akarisús, Tocarijús, Jaguaribaras e outros tantos mais por se conhecer e aprofundar nas pesquisas étnicas dessa região.

O meu povo começou a sofrer com a retirada das nossas terras ancestrais em 1700 com a distribuição de terras para os povos colonizadores. Resistimos junto com outros povos indígenas na chamada “Guerra dos Bárbaros” como ficou conhecida a maior resistência dos povos indígenas do Nordeste.

Dando continuidades aos projetos colonialistas, em 1850 foi decretada a “Lei de Terras” na qual vários povos indígenas foram desconsiderados em suas histórias milenares ficando as nossas terras ancestrais como terras devolutas para serem distribuídas aos colonos. Além disso, retiraram (e retiram até hoje) as nossas origens étnicas e espiritualidades dando-nos nomes cristãos para apagar mais ainda as nossas origens empurrando-nos codinomes de caboclos, nordestinos, camponeses, sem-terras, etc. [Título: Façamos das nossas (r)existências indígenas cotidianas atuais as muitas resistências indígenas ancestrais; autor: Marleide Quixelô; povo: Quixelô; Texto na integra p. 26-27]

- História e Identidade: P. 27 - Minha mãe migrou da nossa terra indígena Quixelô para o Sudeste em 1974. Minha mãe é indígena Quixelô misturada com povos negros. Meu pai é branco (in memorian). Somos “indígenas

misturados” e sem terra. Como nós, existem vários indígenas nessas condições nas periferias e favelas de muitas cidades brasileiras.

Nascemos numa favela na capital de São Paulo e passamos por longos processos de separação, confinamento, desindigenização e apagamento de nossas origens em internatos. Muitos indígenas passam por esses processos perversos. O que implica em indigenidades tardias, ou seja, as pessoas só vão perceber (e se perceberem) depois de adultas a quais etnias/povos indígenas pertencem. Passam metade de suas vidas negando sua existência e presença nativa participando e produzindo nas cidades.

Ao percebermos a grande mentira com a qual crescemos, nós indígenas nos manifestamos de diferentes formas: lutando, estudando, trabalhando, poetizando, cantando, sonhando...

Hoje também as artes podem nos liberar da opressão que ainda sofremos,

principalmente, por sermos indígenas “urbanos e misturados”. [Título: Façamos das nossas (r)existências indígenas cotidianas atuais as muitas resistências indígenas ancestrais; autor: Marleide Quixelô; povo: Quixelô; Texto na integra p. 26-27]

- Identidade: P. 28 - De alguns anos para cá tem surgido muitas pessoas que se dizem indígenas, mas isso só vem ocorrendo depois que o Governo Federal favoreceu direito aos indígenas de ingressar na vida acadêmica concedendo bolsas e outros benefícios. A FUNAI, através de seus coordenadores, não tem critérios para afirmar se um determinado sujeito é ou não indígena. Muitos candidatos chegam com documentos assinados e dados por pessoas que se dizem lideranças, isso em alguns casos, não respeita a decisão das lideranças que, de fato, são tradicionais.

Existem várias informações de pessoas que já estão cursando o ensino superior, que entraram pelas cotas para índios com apoio de falsas lideranças e a FUNAI fez vista grossa em relação a essa situação. Essas pessoas se dizem indígenas, mas não participam das nossas tradições, não conhecem nossos costumes e nem pisam na nossa aldeia. Estão apenas para tomar a vaga de quem, de fato, é Pankararu. [Título: Não às migalhas! Sim à terra!; autor: João Manoel de Oliveira Pankararu (PE); povo: Pankararu; Texto na integra p. 28-29]

- Identidade: P. 34 - Minha mãe é meu principal elo inspirador para que não esqueça minha origem, terra imemorial do nosso povo Payayá. Ela com enxada, foice, facão e saberes da terra soube encoivarar, adubar, plantar e arrancar o pão diário para a penca de oito filhos após a morte de meu pai em 1964. Hoje ela soma 98 aninhos. [Título: Pés de Curupira; autor: Ademário Ribeiro (Payayá - BA); povo: Payayá; Texto na integra p. 34-35]

3 – Cultura

Fragmentos relacionados aos costumes culturais.

Tabela 10 – Categorias da obra **Memórias do movimento indígena do Nordeste** | Cultura

- Cultura: P. 9 - Numa dessas fugas, a família de José Veríssimo foi parar num lugar chamado Tanquinho, distrito de Águas Belas, divisa entre os estados de Pernambuco e Alagoas. Lá se estabeleceu na fazenda de um senhor onde ficou prestando serviços de agricultura nessa fazenda. Como ele era um homem bastante trabalhador, logo o dono da fazenda

o deixou fazer o seu próprio roçado e com isso, ele cultivou: milho, feijão, batata, abóbora, fumo, algodão, entre outras culturas. Por ser um líder dentro do povo Fulni-ô, que durante esse período era pouca a sua população, a sua casa sempre recebia visitas de outros índios que se encontravam de forma espalhada pela região.

Essas visitas recebidas eram de suma importância para manter a unidade do povo, mesmo que ainda espalhados. Os seus visitantes, tanto traziam notícias de como se encontravam as demais famílias, como também levavam até elas os pedidos feitos pelo seu líder, José Veríssimo. Uma rede de comunicação se formava através das visitas recebidas, até o dia em que se juntavam e “levantavam” a aldeia novamente e todas as famílias Fulni-ô tornavam a estar juntas no mesmo espaço físico. [Título: iati-lha (nossa casa); autor: Maike Wítxô Fulni-ô; povo: Fulni-ô; história na íntegra p. 8-11]

- Cultura (cultura do desapego): P. 10 - Maria das Dores, a sua esposa, era a responsável principal pela educação das crianças, tarefa comum entre as mulheres da comunidade. Por isso, quando ele tirava o seu cochilo à tarde, ela tirava as crianças de perto para não o acordarem. Assim que acordava, voltava às suas tarefas no roçado e quando chegava em casa, ajudava a sua mulher com os afazeres da janta. Numa determinada tarde, como de costume, depois do almoço, José Veríssimo foi tirar o seu cochilo, Maria das Dores pegou as crianças e as levou para distante da rede do marido para que ele pudesse dormir um pouco. Até então, nada que saísse do costume ou da rotina da família. Quando José acordou, procurou a sua esposa e os seus filhos nos arredores da sua pequena casa e quando os encontrou, pediu à Maria para arrumar as coisas (bagagens) e as crianças que eles iriam partir. Foi até o roçado e saiu colhendo milho e feijão, mandioca, batata, fumo, algodão, tudo aquilo que ele podia carregar. Foi até o senhor dono da fazenda e comunicou-lhe da sua partida. Este insistiu que ele ficasse mais um pouco, que viajasse depois de dois dias, ou então no dia seguinte, mas José estava decidido a partir naquela mesma tarde. Voltando para casa, encontra Maria com tudo arrumado, mas essa fazendo-lhe um pedido para que partissem no dia seguinte, ele então disse-lhe que deveriam partir ainda naquele mesmo dia. Pegou dois burros que o dono da fazenda lhe emprestara e os carregou com tudo o que era possível para a sua viagem. A família de José Veríssimo, jamais voltaria àquela fazenda na condição de refugiados expulsos do seu território. Enquanto caminhava, contou à sua esposa que estavam voltando para a sua casa, estariam indo para um lugar que jamais os brancos iriam expulsá-los novamente, lugar onde o seu povo poderia viver com tranquilidade daquele dia em diante: estariam indo para o “Alto do Sonhim”. [Título: iati-lha (nossa casa); autor: Maike Wítxô Fulni-ô; povo: Fulni-ô; história na íntegra p. 8-11]
- Cultura e Metamorfose: P. 36 - Nossos anciões Pataxó Hahãhãe estão preocupados com a educação que está caminhando dentro da nossa própria comunidade. Várias vezes, esses anciões me conversaram. A escola não ouve os anciões. Eu mesmo sou a primeira professora dessa

comunidade, sou uma anciã e não sou ouvida dentro dessa escola. E, mesmo assim, continuo a me oferecer para trabalhar junto. [Título: educar com nossos valores; autor: Mayá (Maria Muniz) Pataxó Hãhãhãe (BA); povo: Payayá; Texto na integra p. 36-37]

- Cultura: P. 37 - Na minha época de trabalho dentro da minha comunidade, qualquer tipo de brincadeira que eu fazia, todo mundo ganhava. Quando alguém dizia “- Eu ganhei!”, eu dizia “- Nós ganhamos!”. Hoje, eu vejo que uns querem competir porque fulano de tal vai perder e fulano de tal vai ganhar. Aquele que está ganhando está criticando o que não ganhou. Essa educação traz desunião para nosso povo. Educação diferenciada é transmitir os bons valores que nós temos tradicionalmente. [Título: educar com nossos valores; autor: Mayá (Maria Muniz) Pataxó Hãhãhãe (BA); povo: Payayá; Texto na integra p. 36-37]

4 – Tecnologias

Fragmentos relacionados a tecnologias.

Tabela 11 – Categorias da obra **Memórias do movimento indígena do Nordeste** | Tecnologias

- Tecnologias: P. 4 - Porque a palavra tem alma, guardo na memória o espanto de um pequeno grupo de alunos universitários diante de uma carta de autoria indígena. Foi no início da década de 80, na Universidade Federal de Pernambuco onde fiz (consciente dos meus direitos e deveres) praticamente tudo que foi possível a uma mulher indígena fazer: conquistar, em meio aos preconceitos, alguns diplomas no campo das Letras. Recordo-me da dificuldade que foi enxergar as letras borradas e meio apagadas de uma carta indígena mimeografada que conseguíamos “xerocopiar”. Fomos tocados pelo espírito de bravura; pelo menos, foi o que um pequeno grupo de tímidos universitários conseguiu intuir da carta mimeografada do Chefe Seattle. Sua carta ganhou o mundo e alimentou outros textos; a palavra indígena se multiplicou e se multiplica; assim, como acontece com as boas sementes. Porque as boas palavras vencem o tempo, guardo na memória os ensinamentos desse Chefe; suas palavras muitas vezes alimentaram as minhas conversas com o meu pai, sempre que voltávamos do roçado, cada um com um feixe de lenha na cabeça, no interior de Pernambuco. [Título: A palavra indígena sempre existiu; autor: Graça Grauna; povo: Potiguara; história na integra p. 4-5]
- Tecnologias: P. 34 - Aprendi com meu pai sobre animais e brinquedos feitos com gravetos, frutos, folhas, talos, cabaças e espigas de milho. Com minha mãe muito ainda aprendo da sua herança indígena e de

sertaneja. Por exemplo, entender o que nos alertam os pios da araponga ou do acauã ou do voo bandoleiro do gavião ou carcará ou o respeito de como lidar com as cobras. Fazer uma coivara. Cuidar das ramas, dos fios d'água e das histórias compartilhadas em nosso velho rancho ou terreiro. [Título: Pés de Curupira; autor: Ademário Ribeiro (Payayá - BA); povo: Payayá; Texto na integra p. 34-35]

5 – História

Fragmentos que resgatam fatos históricos.

Tabela 12 – Categorias da obra **Memórias do movimento indígena do Nordeste** | História

- História: P. 8 - Antes de começar a contar a história, gostaria de dizer o nome de algumas pessoas as quais são os responsáveis diretos pela história que tanto ouvi e pedia para a minha bisavó recontar, tantas e tantas vezes. O pai da minha bisavó: José Veríssimo, certamente o principal responsável para a nossa aldeia se localizar no atual espaço em que se encontra. A sua esposa, Maria das Dores, pela coragem de segui-lo sempre e aceitar as suas decisões, não de forma submissa mas, sim, pelo grau de confiança que os envolvia. Confiança, uma palavra pequena, porém, com uma força de unir e reunir um povo, talvez hoje esteja em desuso, mas isso não vem ao caso. A nossa concentração deve ser de que a palavra confiança foi um determinante para o povo Fulni-ô. Rita era a minha bisavó, carinhosamente chamada por netos, bisnetos e tataranetos por “vó Ritota.” Mulher secular, morreu com mais de cem anos. Tive a oportunidade de várias vezes tomarmos café e almoçarmos juntos, até mesmo porque a escola que frequentava ficava perto da sua casa, então, as minhas visitas à sua casa eram quase que diárias. Conservava uma memória admirável, onde várias lembranças se faziam presentes na sua cabeça de poucos cabelos brancos; a memória da sua infância e histórias aprendidas, todo esse acervo guardado embaixo daqueles cabelos de fios longos e pretos, ela gostava de compartilhar com todos os seus familiares, principalmente netos e bisnetos. [Título: iati-lha (nossa casa); autor: Maike Wítxô Fulni-ô; povo: Fulni-ô; história na integra p. 8-11]
- História (poema):
No ano de 97
Veja o que aconteceu
O nosso parente Galdino
De forma triste morreu [Título: Memórias não se queimam!
[Registro histórico apresentado no formato de poema, autor: REGINALDO KANINDÉ, Aldeia Fernandes (CE); povo: Kanindé; poema na integra p. 24-25]
- História: P. 34 - Lembro-me que do que ouvia entre os mais velhos histórias sobre debandadas de conterrâneos que fugiam da seca ou

atocaiados por situações adversas. Quando o Apolo 11 pousava na Lua em 20 de julho de 1969, como retirantes desembarcávamos em Salvador. Difícil adaptação a outro mundo: o centro urbano da capital baiana. Passei a experimentar as primeiras discriminações e hostilizações nas ruas e escolas. As finas divisórias entre realidade e o desnorteio: o ser e estar moídos pelas diásporas: perda do pai, da terrinha, dos animais, sobrevivência cavoucada de meia, brinquedos do fundo de quintal, analfabetismo e ou baixa escolaridade dos irmãos, falta de recursos materiais, parentes e amigos deixados para trás. [Título: Pés de Curupira; autor: Ademário Ribeiro (Payayá - BA); povo: Payayá; Texto na integra p. 34-35]

6 – Educação

Fragmentos relacionados a formas de adquirir e de repassar o conhecimento.

Tabela 13 – Categorias da obra **Memórias do movimento indígena do Nordeste** | Educação

- Educação, História e Identidade: P 5 - Preocupada com as frentes de expansão que tendem a mutilar a memória dos povos indígenas, retornei ao meio acadêmico no final da década de 90 a fim de compartilhar as inquietações acerca de literatura e direitos humanos; especificamente, refletir o direito à literatura indígena. Nesse período, encontrei uma publicação que atraiu a minha curiosidade pelo texto provocador, na medida em que o próprio autor se expôs ao relembrar alguns casos que ocorreram com ele ao chegar em São Paulo. Refiro-me ao livro “Coisas de índio”, do parente Daniel Munduruku, publicado pela Companhia das Letrinhas; essa obra me aproximou das histórias contadas e escritas por Yaguarê Yamã (Saterê Maué), Olivio Jekupé (Guarani) e Renê Kithãulu (Nambikuara). Daí, fui catando outros textos de autoria indígena em livrarias, sebos, feiras, Internet, encontros literários e indígenas. Nesse percurso, conheci a poesia de Eliane Potiguara; tempos depois, recebi dela o convite para fazer a apresentação da sua obra “Metade cara, metade máscara”, publicada pela Editora Global. [Título: A palavra indígena sempre existiu; autor: Graça Grauna; povo: Potiguara; história na integra p. 4-5]
- Educação: P. 6 - Em minha formação escolar fui forçado a acreditar em uma versão da história sobre os povos indígenas do Brasil, onde vários nomes citados nela são vistos como nossos heróis. Conhecendo outra versão dessa história percebi uma realidade completamente diferente; é clara a intenção dos historiadores em esconder a realidade; que esses heróis foram nossos principais executores, “matadores de indígenas”. Percebo que a literatura imposta pela educação controladora é composta de mentiras idealizadas por não índios e assim forçam uma

história distorcida da realidade. [Título: Outra visão da história; autor: Luciano Henrique Pankararu; povo: Pankararu; história na integra p. 6-7]

- Educação: P. 15 - Nos primeiros tempos da colonização foram colocados os povos diferentes, de culturas e línguas diferentes. Cada povo tinha sua educação originária de caráter natural. Essa educação era um sistema adaptativo; adaptado à Natureza. Os indígenas viviam sempre em harmonia com a Natureza; em sintonia com a Mãe Terra, até os colonizadores instalarem um novo sistema. Tiraram os caciques e colocaram os capitães mor; tiraram os Pajés e botaram os padres. Fizeram o plano para a retirada dos conhecimentos dos povos e implantar uma nova mentalidade: a da produção capitalista. Primeiro, destruíram a mata atlântica para vender a tinta vermelha na Europa; depois, colocaram a cana de açúcar para produzir açúcar para Europa. Substituíram a mata por cana e botaram índios como escravos. A essa fase do Brasil eu chamo de Memória da Rapadura; que veio logo depois da Memória das miçangas e antes da memória das pedras brilhantes. [Título: Rapadura vermelha; autor: Nhenety Kariri-Xocó - Guardião da Tradição Oral; povo: Kariri-Xocó; história na integra p. 14-15]
- Educação: P. 36 - Quando nos expulsaram de nosso território eu fui obrigada a conviver com os não indígenas. Aproveitei esse tempo para me preparar. Em 1984 voltei em minha comunidade, meu sonho era trabalhar uma educação diferenciada junto com a comunidade. Trabalhei por muitos anos sendo a única professora da comunidade. Dei continuidade a uma luta árdua, mas, porém, muito prazerosa, por estar junto com meu povo lutando pelos nossos direitos: manter nossa cultura, costumes e tradições; retomar nosso território; nossa educação e nossa saúde.
E fui trabalhando com meu povo, mas por infeliz sorte, no ano de 2000 a escola deixou de ser administrada pela FUNAI e passou para o Estado. E hoje, eu sinto uma tristeza muito grande com muitos dos novos funcionários da nova escola, muitos foram meus alunos, eu os preparei para trabalhar com nosso povo, mas estão esquecendo um pouco e caminhando da maneira como o Estado quer. Acho que a gente indígena nunca pode deixar de lembrar que temos uma cultura diferente e que nossa educação tem que caminhar diferenciada. Nossos professores têm que se preparar como todo professor, mas lembrando que nossa escola é diferenciada, é uma escola especial para nossa nação continuar, para todo nosso povo ser feliz. [Título: educar com nossos valores; autor: Mayá (Maria Muniz) Pataxó Hãhãhãe (BA); povo: Payayá; Texto na integra p. 36-37]
- Educação: P. 36 - Eu fiz magistério indígena; temos uma dúzia de indígenas com magistério indígena e, hoje, com esse concurso que fizeram aí, professores foram tirados pelo Estado porque não se alcançou a meta que eles queriam. E assim, muito professor bom, professor que zelava pela nossa cultura, foi tirado. E muitos dos novos professores que o Estado emprega não estão bem preparados para a

educação diferenciada. O Estado não está respeitando nosso povo e alguns desses professores novos estão seguindo cegamente as diretrizes do Estado prejudicando nosso povo. [Título: educar com nossos valores; autor: Mayá (Maria Muniz) Pataxó Hãhãe (BA); povo: Payayá; Texto na integra p. 36-37]

7 – Lutas

Fragmentos relacionados às razões e motivos que resultam em conflitos e lutas.

Tabela 14 – Categorias da obra **Memórias do movimento indígena do Nordeste** | Lutas e Ideais

- Lutas e ideais: P. 12 - Ainda recentemente, a luta do povo Tupinambá continua a enfrentar grandes conflitos. Segundo seu Alício Amaral, um dos anciões e também nosso primo, meu avô tinha um pedaço de terra do outro lado onde ele mora, e essa terra não tinha cerca. Passados alguns anos, meus avós foram morar na comunidade do Santana. Ele conta que aquela terra foi invadida e perdida. Na comunidade do Santana vivia toda a família dos meus avós e seus irmãos. Meu pai tinha a parte de terra dele junto com minha mãe onde cultivava mandioca, cacau, seringa e verduras. Durante muito tempo, meus pais viveram nessa comunidade e mais tarde, devido a problemas familiares, meu pai e minha mãe saíram da aldeia e foram morar na cidade. Mesmo morando na cidade, nossa principal base de alimentação era pesca e caça. Por algum tempo não visitamos nossas terras na comunidade e quando procuramos saber, nos disseram que nossa terra já tinha dono e estava cercada. Até hoje, essas terras não estão conosco. [Título: Tupinambá UMA MEMÓRIA DE LUTAS; autor: Admilson Silva Amaral (Katu Tupinambá); povo: Tupinambá; história na integra p. 12-13]
- Lutas e Ideais: P. 16 - Um jovem indígena de 14 anos não era nascido naquela época do massacre do ano 2000 em Porto Seguro, mas ele precisa saber o que aconteceu. Temos que refletir e temos que transmitir a mensagem para os jovens crescerem sabendo a verdade e, assim, escolherem o caminho do que é bom pra o povo. Trabalho há muitos anos formando lideranças para que tenham respeito aos direitos do povo. Nós indígenas vivemos em um contexto de guerra e para ter nossos direitos, nossa liberdade, nossa autonomia, somos obrigados a lutar. [Título: NA CANOA DA UNIÃO; autor: Xarruingora - Joel Braz Pataxó (BA); povo: Pataxó; história na integra p. 16-17]
- Lutas e Ideais: P. 19 - Nesse sentido, quero principalmente dizer que nas questões indígenas, uma luta nunca está isolada das outras. Ou seja, a luta principal sempre será a terra, pois sem terra não há saúde, educação, nem tão pouco sustentabilidade. Portanto, todas as ações

do movimento indígena são articuladas e colaborativas. [Título: MEMÓRIAS QUE EDUCAM; autor: Elisa Urbano Ramos – Pankararu de Entre Serras; povo: Pankararu; história na integra p. 19-21]

- Lutas e Ideais: P. 22 - A polícia federal está do lado do fazendeiro porque ele tem dinheiro. Nós como não temos, eles processam a gente, perseguem nós para não fazermos retomadas e quando fazemos, eles vêm para nos retirar de baixo de tapa, de bala de borracha ou até bala de verdade mesmo. Como tem acontecido aqui dentro conosco em nossa aldeia, foi muita coisa difícil para nós estarmos no movimento indígena, respondendo processos. Hoje, nossas vidas estão derrubadas por conta da luta da terra e não é por causa disso que não estaremos dispostos a ir à luta, até porque só com a luta teremos a nossas terras de volta em nossas mãos. Não podemos ficar esperando pela FUNAI ou outros, temos que pedir forças à Tupã e ir à luta, colocar o pé na frente para caminhar, colocar a mão na borduna e nos arcos para a gente chegar ao ponto de receber nossa terra. [Título: O direito da terra; autor: Xahey – Marlene Pataxó (BA); povo: Pataxó; história na integra p. 19-21]
- Lutas e Ideais: P. 28 - O que eu conheço a respeito da luta pelo território Pankararu, comecei junto com as lideranças João Monteiro da Luz, mais conhecido como João Binga, Miguel Monteiro dos Santos, mais conhecido como Miguel Binga, Quitéria Maria de Jesus, conhecida como Quitéria Binga (os três já falecidos), Ilda Bezerra Barros, conhecida como Dona Ilda, entre outros como, Abílio Pedro, Herculano, Agenor Julião, Ademar Barbosa, João Gouveia, Seu Honório, Zé de Bernarda... Fizemos muitas viagens à Recife e Brasília, a fim de regularizar a situação da nossa terra que, em parte, ainda se encontra em posse de não índios, nas aldeias de Bem Querer, Caldeirão e Caxeado. Em toda essa caminhada, a reivindicação de todos sempre foi a desintrusão dos posseiros do território Pankararu. A questão saúde, educação e outras sempre foram lutas secundárias. Nos dias atuais, não vejo o mesmo empenho e preocupação dos representantes do nosso povo como se via há alguns anos. Sinto que essas lideranças mais antigas são pouco lembradas quando se faz uma comemoração na comunidade. [Título: **Não às migalhas! Sim à terra!**; autor: João Manoel de Oliveira Pankararu (PE); povo: Pankararu; Texto na integra p. 28-29]

Fonte: GERLIC, Sebastián; MELLO, Gabriela Saraiva de. Memórias do Movimento Indígena do Nordeste. 2015. 37p (Coleção Índio na Visão dos Índio, v. 23).

APÊNDICE C – Categorias da obra *Cultura Viva Esperança da Terra*

Figura 26 – Livro *Cultura Viva: esperança da terra*



Fonte: Thydêwá, [2021]

A obra **Cultura Viva: esperança da terra** apresenta alguns dos diversos projetos produzidos pela Thydêwá, em conjunto com diversos povos indígenas, que, em sua grande maioria, vivem no Nordeste do Brasil. Esse livro destaca os projetos e sua importância (por mais que também tragam depoimentos e falas de alguns indígenas) e, por isso, nas categorias apresentadas a seguir, não trazemos, ao final das citações, as informações detalhadas relativas aos textos (título da história contida no livro, nome do autor, nome do povo do qual descende/a qual pertence e número da página na qual a história pode ser vista na íntegra), como foi feito na apresentação das duas primeiras obras.

1 – Metamorfose

Fragmentos relacionados a situações que nos ajudam a identificar como era feito, como se transformou e como é hoje.

Tabela 15 – Categorias da obra **Cultura Viva**: esperança da terra | Metamorfose

- Metamorfose: P. 15 - O arco e flecha é um instrumento de defesa, de caça... Hoje em dia, um computador com acesso à Internet também pode ser utilizado pelos índios como um instrumento de defesa e de caça.
Nós, índios, já estamos usando o computador como ferramenta de buscar soluções. O computador nos serve para escrever projetos ou cartas que nos auxiliam para encontrar melhorias na saúde, educação, sustentabilidade e tudo que se refere à nossa sobrevivência e desenvolvimento, servindo como um arco e flecha.
- Metamorfose: P 45 - Nestes anos foram muitas as INTERAÇÕES ESTÉTICAS e as RESIDÊNCIAS ARTÍSTICAS com a Thydêwá que, quando o MinC nos reconheceu com o Prêmio CULTURA DIGITAL fortaleceu nossa ideia de termos um espaço especial para tudo isso e mais... Nasceu assim a: OCA DIGITAL é também um Laboratório onde tecnologias e artes fazem comunicação a favor da comunidade do Tupinambá e da Mãe Terra.
- Metamorfose: P 46 - Oca Digital é um lugar relacionado ao aprendizado e ao ensino da luta Tupinambá aos jovens que estão se iniciando no movimento. Nós aprendemos a lidar com o mundo e também passar para o mundo quem somos e como nós agimos, nós lutamos por um mundo melhor com dignidade, porque o que nós mais queremos é ser livre, poder andar tranquilamente nas ruas sem sermos olhado dos pés a cabeça e sem sermos chamados de vagabundos, ladrões, descarados.
Na Oca também aprendemos a lidar com as máquinas, que são os celulares, computadores, câmeras e etc. Aprendemos a mexer em programas e várias outras coisas. O que eu aprendo eu passo para todos amigos e vizinhos da minha comunidade, eu acho muito legal porque além de nos mostrar ao mundo lá de fora, ainda nos dá a possibilidade de fazer algo de bom para o povo da nossa comunidade.

2 – Identidade

Fragmentos relacionados a comportamentos e características individuais e coletivas que nos ajudam a identificar a identidade cultural de um povo.

Tabela 16 – Categorias da obra **Cultura Viva**: Esperança da terra | Identidade

- Identidade: P 39 - Nossa Mãe Terra pede socorro. Hoje, os fazendeiros que são os restos dos coronéis, eles estão desmatando nossas matas, sujando e secando nossos rios; o mar não é mais o mesmo; essa natureza é quem dá o sustento para a maior parte das famílias de nosso Povo.
E essa situação só vem piorando a qualidade de vida em nossa aldeia. As famílias acabam ficando submissas a esses grandes latifundiários e com isso, vão trabalhar para eles e, para não perder o emprego, fazem tudo o que eles querem. Muitos parentes foram obrigados a tirar seu nome do cadastro da SESAI, que garante o atendimento da saúde, para não perderem o emprego. Vemos que os órgãos a que competem defender nossos direitos não fazem nada.
Só existe política para o crescimento, que para nós, índios, é destruição. Destruição de tudo aquilo que é nosso por direito. Nosso maior Patrimônio está sendo ameaçado e se nós não lutarmos para parar com essa maldade que estão fazendo com nossa Mãe Terra, tudo que preservarmos por séculos estará arriscado a se perder.

3 – Cultura

Fragmentos relacionados aos costumes culturais.

Tabela 17 – Categorias da obra **Cultura Viva**: esperança da terra | Cultura

- Cultura e Educação: P. 35 - Meu avô Basílio nos ensinava com exemplo. Tudo que ele fazia, ele dividia com o povo. Ele matava gado e ele dava para cada pessoa um pedaço. Eu era pequena e me perguntava: Por que tudo que meu avô tem ele divide com todo mundo? Ele queria sempre que todo mundo tivesse o que comer. Eu venho aprendendo isso desde pequena. Eu aprendi com ele, com minha mãe, nós fomos criados assim: O QUE TIVER A GENTE DIVIDE.
Depois eu casei com Lionel, o avô dele também era assim. Lionel sempre dizia: O que nós plantarmos não podemos comer sozinhos.
- Cultura (cultura do respeito): P. 37 - Nós temos várias ervas que nós usa. Para nós, uma erva é como se fosse uma irmã ou um irmão. Antes de pegar uma folha dela ou um galho nós pede a ela licença para que aquela medicina sirva para aquele tipo de doença. E a nossa erva mais forte, que nós temos como mãe de todos, é a Jurema. A significação da Jurema é “o tronco”, é como se fosse uma aldeia antiga. Representa um povo antigo o tronco da Jurema. A Jurema é uma erva de poder que nos leva ao presente, ao passado e ao futuro. E nós trabalha com ela para fortificar o corpo. É como se fosse uma vacina que você toma para não pegar uma doença.

- Cultura: P.4 - Quem desrespeita o índio é quem não o conhece.

4 – Tecnologias

Fragmentos relacionados a técnicas analógicas, eletrônicas e digitais.

Tabela 18 – Categorias da obra **Cultura Viva**: esperança da terra |
Tecnologias

- Tecnologia: P. 7 - Tirando fotografias, gravando entrevistas, colhendo depoimentos, escrevendo, desenhando, palestrando na universidade, debatendo em espaços públicos, dialogando com alunos nas escolas, dando entrevistas aos meios, construindo e partilhando suas mensagens...
- Tecnologia: P. 12 - Em outubro de 2009, fizemos uma série de retomadas na região de nosso Território, conhecida como Santana. Nestas retomadas fizemos um trabalho forte de ciberativismo com publicações diárias de nossas retomadas no Portal Índios On Line. Queríamos mostrar ao Mundo o que estava acontecendo, documentando tudo em forma de vídeos e fotos: provar que as áreas estavam abandonadas pelos fazendeiros, as roças estavam cheias de mato e que depois de retomadas por nós, os fazendeiros puderam retirar seus bens, e que agimos de forma pacífica. Queríamos mostrar as famílias indígenas plantando seus alimentos, limpando a roça, devolvendo vida às áreas abandonadas pelos fazendeiros.
- Tecnologia: P. 14 - O Mundo em um toque. Quando ouvi falar pela primeira vez a palavra “internet”, imaginei que seria mais uma palavra estrangeira, algo complicadíssimo. Navegar na internet? Não fazia nem idéia do que seria isso. Então, felizmente, eu e meu irmão conhecemos ÍNDIOS ON-LINE. Parei um pouco para refletir e pude descobrir um novo instrumento de trabalho, algo que não ia ajudar apenas uma aldeia, um grupo, mas todo povo Pataxó, ou melhor, todos os povos indígenas. Foi algo que nos abriu os olhos, ouvidos, todos os nossos sentidos e facilitou nossos passos... ÍNDIOS ON-LINE nos ajuda no fortalecimento cultural e político; encurta os caminhos; estreita nossos laços com outras pessoas e nos permite conhecer outras realidades culturais. Com a primeira matéria publicada pelos Pataxó do Prado, as pessoas distantes entraram em contato conosco, foi muito positivo. Rapidamente percebemos a utilidade da internet e do nosso portal: www.indiosonline.net. Com ele, passamos a diminuir o preconceito que algumas pessoas e órgãos têm contra a gente. Gilberto Pataxó.
- Tecnologia: P. 30 - Podemos conhecer um arco e flecha no museu, admirá-lo, mas a maneira eficaz de preservá-lo é fabricá-lo e caçar.

Ter um livro de receitas da culinária indígena é uma riqueza sem preço, mas cozinhar e comer é sentir o verdadeiro sabor de nossa cultura. Ouvir uma música é muito prazeroso, mas saber sua letra, cantá-la e sentir esta arte em toda sua dimensão do sentimento humano. Registrar, reformar, restaurar não é suficiente para preservar uma cultura viva, mas praticá-la é garantir a sua sobrevivência. A forma para manter um patrimônio cultural vivo é continuar a praticar um costume, a confeccionar um produto com aquele estilo próprio do povo, fazer circular um conhecimento. Porque o patrimônio é o ser humano ativo em sua cultura, atuante no dia a dia.

- Tecnologia: P. 33 - *Gringo*: Da minha casa mesmo, fui eu e minha esposa que cortamos as madeiras. Corta de facão, carrega nas costas e traz da mata até a aldeia. *Juracy*: Hoje em dia, já se usa pregos e arames, mas antigamente era tudo no cipó. Uma casa bem feita pode durar muitos anos, muitos mesmos. *Puba*: A casa de taipa é mais fresca que a de cimento. *Gringo*: Se quiser mudar alguma coisa da casa, na de taipa é mais fácil. *Juracy*: Eu durmo na minha casa sem medo. Pode chover que medo eu não tenho. Eu tenho o maior orgulho de estar morando em uma casa que eu mesmo fiz. Não paguei ninguém para fazer, fomos eu e minha esposa que fizemos e alguns amigos que nos ajudaram a tapar. Foi bom o intercâmbio que fizemos aqui na ESPERANÇA DA TERRA porque aprendi a usar a bosta de gado para selar as paredes de taipa e também a fazer um banheiro seco. E, agora que sei, já vou ensinar a outros parentes. E assim, os conhecimentos vão passando. Hoje em dia, eu já uso um pouco de cimento para algumas coisas mas eu gosto mesmo é de terra. Cimento é muito perigoso, faz mal à nossa saúde. O barro não; o barro é saúde, o barro é natural, o barro é coisa de Deus.

5 – História

Fragmentos que resgatam fatos históricos.

Tabela 19 – Categorias da obra **Cultura Viva**: esperança da terra | História

- História: P. 18 - Nós, indígenas do Nordeste, temos muito em comum em nossas tradições. As invasões e os massacres começaram pelo Nordeste e, por isso, temos a força e a inteligência da resistência em nossas culturas. Muitas etnias foram agrupadas pela Igreja em aldeamentos multiétnicos, tanto para roubar as terras como para facilitar o domínio. Tentaram exterminar todos os povos indígenas, mas resistimos, também, através dos cantos. Os cantos são registros históricos socioculturais dos indígenas na vida da Mãe Terra, perpetuados musicalmente. Os cantos indígenas pulsam nas comunidades mantendo a cultura viva.

- História: Fizemos o livro com CD “Cantando as Culturas Indígenas” para colaborar na preservação dos nossos Patrimônios e do Patrimônio Cultural da Humanidade, para partilhar reflexões da dimensão pedagógica dos cantos e da nossa criatividade na metodologia do ensino.
- História: P. 20 - Para mim, não faz diferença nenhuma as características físicas da pessoa porque eu não sou culpado dos europeus terem invadido e terem estuprado as índias.

6 – Educação

Fragmentos relacionados a formas de adquirir e de repassar o conhecimento.

Tabela 20 – Categorias da obra **Cultura Viva**: esperança da terra | Educação

- Educação: P. 6 - Thydêwá nascia promovendo o diálogo intercultural entre indígenas a sociedade, promovendo a compreensão, as relações justas e a vida digna para todos. Encontrávamos uma sociedade banalizada que repetia como bloco de carnaval: “ÍNDIO QUER APITO!” Então, perguntamos a muitos indígenas que é que eles queriam e, assim, fizemos a campanha: ÍNDIO QUER RESPEITO!
- Educação: P. 23 - Os indígenas reforçam suas caminhadas entrando nas salas de aula das escolas das cidades, visitando universidades, centros de pesquisa, associações e os poderes públicos brasileiros e internacionais para promover a valorização da diversidade cultural e a paz.
Sempre lutando por seus direitos, sempre buscando a paz.

7 – Lutas

Fragmentos relacionados às razões e motivos que resultam em conflitos e lutas.

Tabela 21 – Categorias da obra **Cultura Viva**: esperança da terra | Lutas e Ideais

- Lutas e Ideais: P. 27 - Acredito que para a sociedade não-indígena, as matérias sobre nós só chamam a atenção quando referenciam algum conflito com a polícia, invasão de terra ou qualquer outro fato onde eles possam inverter o ocorrido e nos colocar como vilões da história.

Na maioria das vezes, distorcem tanto os fatos que acabamos taxados de invasores, quando na verdade só estamos recuperando o que tomaram de nós.

A rede ÍNDIOS ON-LINE nos traz a possibilidade de sermos repórteres dentro de nossas comunidades e mostrar o que verdadeiramente acontece.

Fonte: GERLIC, Sebastián; Cultura Viva Esperança da Terra. 2014. 62 p (Coleção Índio na Visão dos Índio).

APÊNDICE D – Depoimento de Sebastián Gerlic, presidente e um dos fundadores da ONG Thydêwá. Entrevista concedida em novembro de 2015.

Até o ano de 1998 eu gostava muito de chamanismo, estudar os indígenas e tal. Era uma coisa de autoconhecimento, curiosidade. Meu trabalho era mais como comunicador, então eu decidir fazer um vídeo no ano 2000 e fui para a marcha dos 500 anos e foi no momento da marcha que os índio receberam as bombas do governo que e no meio dessa fumaça, dessa confusão, dessa violência, eu peguei meu cachimbo também, acreditando no grande pai, pedindo proteção e ai eu percebi que de alguma forma eu não queria mais continuar o meu trabalho de comunicador publicitário de ideias que não eram minhas. Nesse momento decidi colocar o meu conhecimento, minha instrução para a luta dos indígenas.

Então, no ano 2000, após aquelas bombas, tinha algumas pessoas que a gente ficou mais próximo, mais amigo, e especialmente eu vinha acompanhando os trabalhos de alguns indígenas que moravam em Salvador. E com eles decidimos fazer uma coleção de livros: “Índios na Visão dos Índios”. Depois a gente se institucionalizou em 2002, com essa ideia multiétnica de indígenas e não indígenas juntos formamos a Thydêwá e já estávamos fazendo outros livros e projetos como: “Índio quer respeito”, com o povo Tupinambá.

Depois das primeiras relações com os livros e campanhas de paz, cada vez que os indígenas vinham, no caso a Salvador, onde eu estava morando e trabalhamos juntos no computador, eles ficavam muito curioso com o computador, com aquela maquina e tudo que eles viam que dava para fazer com a maquina, que a gente fazia de alguma forma juntos, mas naquela época eles só ficavam observando. Até que nessas conversas, entre brincadeira, decidimos fazer um trabalho para eles serem protagonistas, para se apropriarem das ferramentas de comunicação digital. Então, a gente pegou os povos que estavam mais próximos, aqueles que estavam fazendo os livros e decidimos fazer um projeto: “Índios na visão dos Índios”. Que era o projeto que sabíamos fazer, e acrescentamos o online. E aí colocamos o projeto no fundo de cultura da Bahia, na época era “Faz Cultura” e com o apoio do Bom Preço fizemos o primeiro projeto de inclusão digital indígena. Foi em abril de 2004 que as primeiras sete comunidades receberam um computador e uma câmera fotográfica e no mesmo mês fizemos uma capacitação com quatorze indígenas. Sete voltaram para a aldeia no dia 19 de abril e sete ficaram. A gente lançou o projeto no ar com os que voltaram para a aldeia, pois as aldeias já estavam conectadas e com os sete que ficaram em Salvador.

O financiamento do projeto veio através de uma lei de incentivo à cultura, então é descontado do imposto de renda e isso é uma coisa da secretária da fazenda do Estado. Então tem um incentivo do estado, mas eu não sei, não é um incentivo que sai dinheiro, mas que libera o pagamento de impostos de uma empresa, no valor de 80% do imposto, 20% ela tinha que botar do bolso, mas é os mesmos 20% que a gente gasta em divulgação de imagem, então de alguma forma a empresa entende que o que ela está colocando do bolso retorna em imagem. E ai foi um projeto de aproximadamente R\$ 140 mil. E foi o bom preço que debateu do imposto via as leis de incentivo estadual da Bahia. Depois de um tempo, do

projeto piloto, o dinheiro só deu para 6 meses, porque a gente pagou as conexões de internet via satélite na época com Star One²⁹, que era muito cara. Então quando estava acabando o piloto que a gente gostou pra “caramba” e queria continuar, saiu a história dos Pontos de Cultura que era reconhecer quem já era. E a gente já era, já tínhamos 6 meses de experiência e então conseguimos nos conveniar no edital de 2004, mas os recursos só foram liberados em 2005.

O motivo principal que nos chamou a atenção naquela época, tinha muito haver com que fazíamos com os livros e com as apresentações nas escolas através dos livros. Então, o motivo principal era cultural e desde o ponto de vista de fortalecer os indígenas para escreverem suas próprias histórias, resgatar suas memórias, manter viva as tradições, os conhecimentos, os saberes. Então o motivo fundamental tinha haver com essa salva guardas, com essa projeção, afirmação “identitária” cultural. O que a gente imaginou um pouquinho era que a ferramenta também iria trazer benefícios no nível dos direitos, mas a gente achava que era principalmente as reivindicações. Só quando instalamos os computadores, aí o que você queria saber (risos), foi através da apropriação dos próprios indígenas que a gente descobriu que com o computador conectado nas aldeias, os índios não precisavam mais de viajar para fazer um processo de aposentadoria, INSS, censo escolar. Muitas coisas que eram do nível básico da cidadania, de serviços que por ser indígenas, por estarem longe e por serem excluídos, estavam mais excluído ainda, com a internet, a gente fez um salto. Um salto quântico no acesso a esses direitos básicos que outras pessoas numa metrópole têm com mais facilidade. A gente deu com a internet esse pulo. Então foram os indígenas que descobriram isso, nenhum de nós falou: “vai lá fazer sua inscrição do CPF”. Foram eles fuçando, buscando na demanda da própria comunidade, como o computador estava dentro da aldeia que fizeram esse atendimento assim. E aí a gente cresceu nessa dimensão que quando o Ponto de Cultura nasce, via Ministério da Cultura, já era proposta do Ministério que o computador seja para cultura e cidadania. Então a gente explodiu e fizemos muitos trabalhos em rede, não só dos 7 Pontos de Cultura Indígena que tínhamos, mas em rede com todos os outros pontos de Cultura que estavam nascendo. Então era rede com outros pontos de cultura, de software livre, cultura digital, várias coisas. Índios e não índios, acesso a rede e também pessoas fora do Brasil.

A gente criou os Índios Online com uma perspectiva que ela viesse a torna-se uma rede autônoma. Então, no início foi um processo de informação, empoderamento, de fortalecimento, mas a gente achava que em algum momento, a Thydêwá não precisaria mais ficar na coordenação. E foi assim que aos poucos os membros da rede foram avançando, empoderando-se, apropriando-se. E quando ganhamos o prêmio Mídia Livre em 2009, o dinheiro do prêmio, que na época foi de R\$ 120 mil, a gente disse: “então, como Thydêwá, a rede pode ficar com esse recurso e ela gerir esse recurso com autonomia plena e procure de aí para a frente se auto sustentar”. Então, a partir daí entendemos que já havíamos feito vários processos e não precisaríamos mais correr atrás do financiamento da rede e demos autonomia 100 por 100 para os índios, digamos. E os indígenas que estavam na gestão da rede fizeram o seu próprio plano de

²⁹ Satélite de conexão ofertado pela Embratel, na época. Site: <http://www.starone.com.br/internas/brasilsat_b4/>

trabalho, o seu planejamento e saíram fazendo oficinas, trabalho e foi muito legal, foi um ano cheio de publicações entrando em índios online (no portal), mas depois eles não conseguiram fazer outras amarrações financeiras que permitissem a rede continuar aquela atividade forte que teve até esse ano. Então, a rede continua hoje, mas não teve mais ações financiadas que mantivesse o nível de quantidade de publicações que estava tendo.

O sistema de postagem da rede Índios Online foi sempre igual. A gente sempre achou que deveria ter o mínimo de burocracia, técnica administrativa, então há muita liberdade e é muito descentralizado. Há muitos indígenas que têm um *login* (usuário) com autonomia (perfil) de administrador, que podem postar e criar outros logins, então há vários índios que estão postando com total liberdade, total protagonismo e permitindo que outras pessoas entrem na rede.